

O LUGAR DA AMAZÔNIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

novas
abordagens

**WHITNEY CABRAL
& DANIEL CHAVES**

(orgs.)

O lugar da Amazônia nas Relações Internacionais: novas abordagens

Whitney Cabral e Daniel Chaves (orgs.)

Macapá, Editora da Unifap, 2017

Copyright © 2017, Organizadores

Reitora: Prof.^a Dr.^a Eliane Superti
Vice-Reitora: Prof.^a Dr.^a Adelma das Neves Nunes Barros Mendes
Pró-Reitora de Administração: Wilma Gomes Silva Monteiro
Pró-Reitor de Planejamento: Prof. Msc. Allan Jasper Rocha Mendes
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Emanuelle Silva Barbosa
Pró-Reitora de Ensino de Graduação: Prof.^a Dr.^a Daize Fernanda Wagner Silva
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof.^a Dr.^a Helena Cristina Guimarães Queiroz
Pró-Reitor de Extensão e Ações Comunitárias: Prof. Msc. Adolfo Francesco de Oliveira Colares
Pró-Reitor de Cooperação e Relações Interinstitucionais: Prof. Dr. Paulo Gustavo Pellegrino

Diretor da Editora da Universidade Federal do Amapá

Tiago Luedy Silva

Editor-chefe da Editora da Universidade Federal do Amapá

Fernando Castro Amoras

Conselho Editorial

Ana Paula Cinta	Luís Henrique Rambo
Artemis Socorro do Nascimento Rodrigues	Marcus André de Souza Cardoso da Silva
César Augusto Mathias de Alencar	Maria de Fátima Garcia dos Santos
Claudia Maria do Socorro Cruz F. Chelala	Patricia Helena Turola Takamatsu
Daize Fernanda Wagner Silva	Patrícia Rocha Chaves
Elinaldo da Conceição dos Santos	Robson Antônio Tavares Costa
Elizabeth Machado Barbosa	Rosilene de Oliveira Furtado
Elza Caroline Alves Muller	Simone de Almeida Delphim Leal
Jacks de Mello Andrade Junior	Simone Dias Ferreira
Jose Walter Cárdenas Sotil	Tiago Luedy Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D18411 O lugar da Amazônia nas Relações Internacionais: novas abordagens/ Organizadores: Daniel Santiago Chaves Ribeiro e Whitney Santos Cabral- Macapá: UNIFAP, 2017.
236 p.

ISBN: 978-85-5476-003-8

1. Amazônia. 2. Relações Internacionais . 3. Ciência Política.
I. Daniel Santiago Chaves Ribeiro. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 327

Capa: Daniel Chaves

Editoração e diagramação: Daniel Chaves e Whitney Cabral



Editora da Universidade Federal do Amapá
Site: www2.unifap.br/editora | E-mail: editora@unifap.br / Telefone (96) 4009-2801
Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek, Km 2, s/n, Universidade,
Campus Marco Zero do Equador, Macapá-AP, CEP: 68.903-419



Editora afiliada à Associação Brasileira das Editoras Universitárias

*Filho da floresta / água e madeira / vão na luz dos meus olhos,
e explicam este jeito meu de amar as estrelas / e de carregar nos ombros a esperança.*

Um lanho injusto, lama na madeira, / a água forte de infância chega e lava.

(...)

*Filho da floresta, água e madeira, / voltei para ajudar na construção / do morada futura. Raça
de âmagos, / um dia chegarão as proas claras / para os verdes livrar da servidão.*

“Filho da floresta, água e madeira”,
Thiago de Mello (1926), poeta amazônida

É exclusiva a responsabilidade das autoras e dos autores dos respectivos textos sobre todas as opiniões, afirmações e informações contidas nestes escritos, bem como seus Direitos Autorais.

Das matas, dos igarapés e rios ao mundo em motivos: palavras sobre a organização

Whitney Cabral ¹
e Daniel Chaves ²

Antes de qualquer fala científica normativa ou especulativa, em dedução na busca por imaginar - o imaginar, tão preciso e precioso para esta região - quais seriam os lugares da Amazônia nas Relações Internacionais, com a rapidez necessária devemos atestar perante aos nossos e nossas interlocutores/as que esse lugar está indissociavelmente próximo do que deve ser abordado como novidade, do ponto de vista histórico – e este histórico não apenas emerge ao olhar como consecução de fatos, mas de processos e relações causais que intrinsecamente, de forma curvilínea e descontinuada, cativa e nativa, acidentada e majestosa, conduziram todas e todos nós a estar aqui, em meio a esta imensa, indomável e indecifrável região do planeta terra, da América do Sul e do Brasil.

Reconhecendo a vitalidade do debate amazônico como dimensão temática para o campo disciplinar das Relações Internacionais como convergência sistemática de questões cujo sentido e características são globais, a presente coletânea de textos tem por objetivo apresentar as mais recentes produções científicas pós-graduadas do eclético espectro dos saberes relativos a esta disciplina, sobre a Amazônia e, na medida do possível, produzidas a partir de - ou no percurso de - uma experiência acadêmica relacional amazônica. Considerando iminente a produção recente mais fresca, por um lado, frisando o contributo de abordagens emergentes da área, e por outro, da expressão pós-graduada de alto nível instalada nos centros de pesquisa, nos institutos, nos Programas de Pós-Graduação e nas Instituições de Ensino Superior (IES) e de Ciência e Tecnologia (ICT) espalhadas pela região pan-amazônica e sobre ela debruçada sistematicamente, mesmo que fora do seu território, esta mesma coletânea se propõe a um arrazoado tematicamente coerente e territorialmente conciso. Foram, assim, critérios essenciais para as nossas escolhas: a

¹ Mestranda em Estudos de Fronteira pela Universidade Federal do Amapá (PPGEF/Unifap). Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Contato: whitneyscabral@gmail.com

² Professor adjunto de História Contemporânea na Universidade Federal do Amapá (Unifap). Doutor em História Comparada pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC/UFRJ). Láurea João Florentino Meira de Vasconcelos de Inovação, da Academia Nacional de Farmácia (2017). Pesquisador Visitante no Centro de Estudos Sociais/Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (CES-FE/UC). Contato: daniel.s.chaves@gmail.com

jovialidade dos textos e temas, bem como a incidência e/ou capacidade de influência sobre a região, e por último mas não menos importante, alguma naturalidade regional da produção.

Nesta direção, cabe ressaltar também que o presente compêndio não se resume apenas às Relações Internacionais como disciplina com um contexto teórico e metodológico específicos, ainda que respeitada tal propriedade consolidada pelos Grandes Debates. Diante da historicidade própria e das peculiaridades de uma cultura científica em plena emancipação, nos move a possibilidade de conectar e integrar, apresentar e repensar, com respeito à heterogeneidade plural e intrínseca à continentalidade, somados ao caráter recente de tais esforços, os conhecimentos múltiplos em transversal ao internacionalismo como vocação. Não nos calharia, para falar de uma região tão mestiça e mimética, adotar falas centradas em apenas um ponto de vista teórico, metodológico, empírico ou até mesmo epistemológico. Ainda neste sentido, frisamos que a sinuosidade e o holismo das relações internacionais em uma região cujo fortalecimento da área em cursos de graduação e pós-graduação é, em larga medida e respeitada a temporalidade dos debates, um empreendimento recente e ainda em estruturação. Ao nosso compromisso não poderia restar algo mais genuíno que contribuir solidariamente para tal coletividade.

Sem mistério, seria um equívoco para com o nosso leitor caso informássemos, a luz de um debate crítico, que o histórico dos debates em Relações Internacionais, neste contexto regional, é consolidado e instalado. Esta busca é recente, à luz da ocidentalidade manjedoura das Relações Internacionais e, portanto, com efeitos ainda em potencial no que diz respeito ao seu pleno exercício soberano em cada uma das territorialidades e unidades de referência nos estados nacionais. O papel das Instituições, nesta direção, é essencial para o mais apurado exame. No caso brasileiro, com as suas oito unidades federativas - ou, estados - que fazem parte da reconhecida Amazônia, a realidade da formação de pessoal em Relações Internacionais não é diferente de qualquer conjuntura periférica global: os avanços ocorrem em conjunturas específicas, nas fimbrias de um sistema de interdependência assimétrica. São cursos de graduação, especializações e pós-graduações consideradas pertencentes à disciplina, ou área de concentração da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), constatando ainda, apesar de tais esforços louváveis e ainda em decurso, em um déficit reconhecido com relação à distribuição dos pólos formadores de pessoal da rede disciplinar. Isto posto, se projetarmos o papel do internacionalismo como campo de discussões capazes de gerar interpretações cosmopolitizantes autônomas e autossustentadas sobre a comunidade, a cidade, o território, o espaço, a fronteira e o mundo que cercam a Amazônia, com franco potencial de

originalidade e inovação, é inevitável concluir que esta infraestrutura acadêmica instalada na malha de ICTs e IESs ainda é insuficiente e, em linhas estratégicas, reduz a propulsão globalizatória local. Tanto competitiva quanto organicamente, o regional perece quando se provincializa.

Seja na condição de motivo em conceito, de dado empírico ou recenseamento metodológico, a fronteira como uma amálgama de encontros e pluralidades, céticas ou idealizadas, com segurança, é locus forjado pela premência da discussão de todos os processos que cercam a região; colocada a sua proporção, a candente diversidade humana, civilizacional e ambiental, e por fim o seu caráter estratégico, o problema se acentua ainda mais. Perante a importância desta região transnacional para os (ainda intocados) saberes em construção sobre temas consagrados e localmente relevantes como etnicidade, biodiversidade, soberania territorial, desenvolvimento regional, segurança internacional e interesses globais ambientais, consideramos que qualquer saída sobre o problema regional (ou transregional) das condições precárias existentes passa inevitavelmente pela reunião e inventariamento de algumas das pesquisas que se projetam sobre o campo de discussões de forma corajosa, soberana e debruçada sobre o todo da área. Apenas isto pode tornar possível, preliminarmente, a já emergente composição específica das Relações Internacionais como uma propriedade soberana regional. Assim, ao se considerar tal pluralidade como fundamental característica face às possibilidades de pesquisa na região, seja como desafio ou como obstáculo, vê-se impreterível o exercício da interdisciplinaridade como força motriz para o desenvolvimento de soluções teóricas, inovações metodológicas ou *crossovers* conceituais. As Relações Internacionais, como campo disciplinar coeso e delimitado, poderia repetir um exercício de rememoração e ontogênese, ao ceder espaço e enriquecer-se mutuamente de áreas de conhecimento como as Ciências Ambientais, a Geografia, a História, a Economia, a Antropologia, a Demografia e a Ciência Política, dentre tantas outras possíveis neste sentido, inclusive fora das Humanidades como espectro, experimentadas em longa data sobre os estudos regionais.

Neste diálogo, cabe questionar quais seriam os matizes determinantes deste regime de ideias. Partimos da premissa de que, nas Humanidades como generalidade, diante do problema histórico da pertença, as interpretações sobre a Amazônia se dividem, de forma mais ou menos sistemática e com variações que vão desde o senso comum até os mais diversos padrões de formação disciplinar, primariamente, em torno de três sínteses explicativas ante os Estados: a) da Amazônia como uma soma de partes por sua vez pertencentes a cada um dos Estados nacionais,

variando seu grau e percepção de interdependência, b) destas Amazônias como grande patrimônio pertencente a todos enquanto comunidade local pré- ou pós- estatal, com padrões tão variados e autônomos quanto possíveis, unidos pelos biomas e suas vivências, e ainda c) de todas as pequenas Amazônias, ou a grande Amazônia, enquanto pertencente a nenhum ator naturalizado exógena ou endogenamente, senão à humanidade como comunidade global cosmopolita. Nesta ancoragem epistemológica da Amazônia como possibilidade temática nas Relações Internacionais, essencialmente perante o campo da Política Internacional, a disputa dentre este conjunto de significados conferidos é sempre sintomático do momento de controvérsias envolvendo o papel do Estado perante suas instâncias internas ou externas, anteriores ou posteriores. Nesta direção, os problemas costumam dar a medida do quanto o olhar de natureza historicamente exógena – ou até mesmo alienada – com relação ao perfil originário das Amazônias pode ser problemático; o sempre pernicioso, ou perigoso, desentendimento sobre ecossistemas conjugados e interdependentes cuja fauna, flora, população e dinâmicas impactam sobre povos e naturezas vulneráveis. Nesta dimensão, não é supérfluo dizer de que são as Amazônias, na sua incrível diversidade, apropriadas protagonistas deste plural compêndio de reflexões, na medida em que se impõe como impossibilidade prática para a compreensão, mesmo que na simplificação totalizante, que a Amazônia é apenas uma posta quando una.

No terreno dos processos históricos, não representaria assim exagero dizer que a Amazônia, como viventes e vivências autóctones e autodeterminados, teve imprecisa margem de escolha para a determinação protagônica da sua história perante os concomitantes processos de conquista e colonização que aqui impactaram. Dados os colonialismos – na diversidade, dos grandes imperialismos aos projetos de desenvolvimento nacionais - como práticas repaginadas até hoje presentes na região, o caráter exógeno (quando não estrangeiro) da normatividade conceitual e das operações teórico-metodológicas conforma o implícito/explicito *leitmotiv* da exploração ou da proteção, do desenvolvimento ou da preservação, da conservação ou da modernidade. Não é possível imaginar as Amazônias no mundo e o mundo nas Amazônias sem a sua biodiversidade, próprias línguas e povos, os processos e as suas derrotas e conquistas, afortunadas ou arrasadoras. A recíproca aderência subsidiária ao diálogo entre estes fenômenos perante a área depende deste sentido de coesão e tolerância. Por isso, reservamos – como desde o princípio deste texto de apresentação, cioso e conciso – a clareza de que a diversidade de temas, olhares e possibilidades regionais, pois apenas assim entendemos que qualquer obra impactará de forma construtiva perante a área das Relações Internacionais. Se o objetivo é esta construção

com a óbvia assunção de responsabilidade das construtoras e construtores, estes precisam permear-se e reconhecer – sem qualquer adesão forçosa - a decolonialidade pré e pós cientificista, o caminho noturno da etnicidade reflexiva pelo qual o rigor do método passará e a mais alargada universalidade, complexa e heterogênea dos fenômenos. Este é desembocar de uma foz de novas percepções afluentes sobre o que pode compor a área das Relações Internacionais; o cosmopolitismo em verdadeira prática e marcha.

Buscar novas abordagens como uma possibilidade de mudança no tempo presente é uma abordagem crível e ao alcance das mãos para subsidiar narrativas em aclave. Com algum arrojo e autonomia, esta reunião de temas também pretende contribuir para a superação deste *status quo ante*, para que a Amazônia não seja nem um tema da memória, tampouco uma especulação abstrata de futuro, mas um retrato panorâmico das suas formas de vida e valor, provida pela produção rejuvenescida que brota na região e suas adjacências.

Este projeto pretende constituir uma coletânea representativa da diversidade, voltada para produções pós-graduadas recentes de artigos, resenhas e entrevista sobre os sentidos, as percepções e as leituras críticas sobre a Amazônia neste campo de diálogo. Consideramos, decisivamente, a Amazônia não apenas como tema preciso, a ser discutido na sua totalidade, ainda que respeitemos o caráter clássico de discussões em áreas do conhecimento adjacentes, mais especificamente a Geografia e a História; as meso e microrregionalidades, o papel das fronteiras e etnicidades, as subalternidades e as grandes relações estruturais ou sistêmicas, o lugar do Estado e suas interações, e muito importante, o lugar de fala de atores próprios, instituições originais e conexões autônomas que se apresentem do interior para o exterior da grande região. Com sorte, empoderados de tais instrumentos, poderemos ofertar leituras originais e rejuvenescidas sobre as Amazônias, conceito por excelência atinente às relações internacionais e tema constante no imaginário local, regional, nacional e global. Cabe ressaltar que a oportunidade de submissão de textos esteve franca ao longo de praticamente todo o ano de 2017, para autoras e autores livres, que por sinal compõem este projeto.

Com estas palavras, convidamos à leitura de “O lugar da Amazônia nas Relações Internacionais: novas abordagens”, projeto cujo propósito é de recensear a produção pós-graduada brasileira mais recente, observando atenta e criteriosamente as Relações Internacionais e a Ciência Política como área de concentração. Convidamos leitora e leitor, especializado ou leigo, para que sintam-se em acolhimento.

Boa leitura.

I. A Amazônia na Política Internacional: abordagens contextuais

**Amazônia, fronteiras e política externa:
Elementos para pensar a integração na América do Sul, p. 13**
por Edgar Andrés Londoño Niño

**Variáveis relevantes na proteção da biodiversidade da Amazônia:
securitização, regionalismo e Defesa, p. 32**
*por Elany Almeida de Souza,
Mariana de Castro Silva Souza
e Danielle Jacon Ayres Pinto*

Amazônia no cenário das mudanças climáticas: desafios e perspectivas, p.48
Alberto Teixeira da Silva

**Amazônia ao nível da cooperação no domínio da Unasul:
descrição analítica e horizontes futuros, p.58**
*por Danillo Avellar Bragança
e Victor Tinoco de Souza*

Entre França e Brasil: o Amapá em disputa (1895-1896), p. 75
por Iuri Cavlak

II. Local e global: expressões próprias, novas escalas e pós-subalternidades

**Reflexões sobre o Desenvolvimento:
Migração e relações de Gênero na Amazônia contemporânea, p. 86**
por Chayenne Farias

**Marcos tipológicos do Comércio-Formiga
entre cidades gêmeas nas Fronteiras Internacionais, p. 94**
*por Max André de Araújo Ferreira
e Elói Martins Senhoras*

**Dinâmicas Econômicas na Fronteira:
A inserção de Comunidades Quilombolas na
Cadeia de Valor Global do Açaí no Amapá, p.118**
*por Mayara M. Vasconcelos Araújo,
Eliane Superti
e Lee Pegler*

**A migração transnacional, a diáspora e a via de acolhimento
dos haitianos em Manaus / AM, p.137**
*por Ana Paula Amorim Pedrosa
e Ricardo Lima da Silva*

III. Amazônias em si: povos e tradições originárias

**Ambientalismo e populações locais da Amazônia:
entre convergência parcial e negação total, p. 153**
por Israel Pereira Dias de Souza

Políticas indigenistas na Guyana, p. 170
por Mariana Lima da Silva

**Território multicultural e multilíngue na Fronteira entre Brasil e República Cooperativa
da Guiana: o caso dos Wapichana, p. 189**
por Ananda Machado

Subindo o rio: o Maruanum e sua trajetória de resistência negra, p.197
por Tayra Fonseca Rezende

**Linguas em contato: português brasileiro, espanhol e língua tikuna no cotidiano da Feira
Municipal em Benjamin Constant / AM, p. 216**
*por Jorge Luís de Freitas Lima
e Rosemara Staub de Barros Zago*

Amazônia, fronteiras e política externa: Elementos para pensar a integração na América do Sul.

Edgar Andrés Londoño Niño³

Os processos de integração na América do Sul apresentam diferentes desafios, encarando as transformações sociais, políticas e econômicas do cenário mundial e as condições internas dos países da região. Para pensar nesses desafios, faz-se necessária a reflexão de quais cenários propiciam ou consolidam os processos de integração regional. Aqui se faz referência a dois cenários: por um lado à região amazônica, muito importante geopolítica e ambientalmente e, por outro lado, às regiões de fronteira, como espaços de interação local que demandam processos de diálogo e consulta entre os Estados. Assim, este trabalho tem por objetivo analisar qual é a importância das fronteiras amazônicas na integração regional sul-americana e justificar a relevância do fator amazônico nas políticas externas dos países da Amazônia. Para isso, serão analisados os principais elementos que vinculam a integração regional e a integração fronteiriça ao redor de alguns elementos das políticas externas dos países nos quais a Amazônia tem um maior peso, como no caso do Brasil.

Integração regional, América do Sul, Fronteiras amazônicas, Política Externa.

Introdução

A Amazônia constitui uma região geográfica na qual está subdividida América do Sul, mas é também uma região política, social e ambiental de enorme importância geopolítica, principalmente para os países que a ela fazem parte. Isto se evidencia nas políticas domésticas de cada Estado para seus territórios amazônicos, mas também nas políticas externas para as regiões de fronteira, assim como para os vizinhos da região compartilhada e a inserção em processos de integração regional aos quais esses países se aderem. Desse modo, pensar nos processos de integração regional na América Latina, mais especificamente na América do Sul, passa por considerar o peso do fator amazônico nas políticas externas dos países que pertencem à região.

A Grande Amazônia, a Panamazônia ou a Amazônia Internacional, faz referência ao conjunto de países que fazem parte da bacia amazônica, da floresta amazônica ou da região do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA).

A Bacia Amazônica abrange 7,3 milhões de Km² (Gutiérrez, et.al, 2004), enquanto a grande amazônia representa quase a metade do território da América do Sul e é compartilhada

³ Doutorando em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É pesquisador do Observatório Político Sul-americano (OPSA), do Núcleo de Estudos de Atores e Agendas de Política Externa (NEAAPE) do IESP-UERJ e do Grupo de Pesquisa em Relações Internacionais do Instituto de Estudos Políticos e Relações Internacionais (IEPRI) da Universidade Nacional da Colômbia.

por oito Estados: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, e uma colônia, a Guiana francesa. Assim, dado o processo histórico de configuração territorial da época colonial e dos estados independentes, a Amazônia sul-americana se constituiu como uma região compartilhada, justamente pelo fato destes países terem fronteiras comuns.

A Amazônia tem um peso diferenciado para cada país, nem sempre coincidente com a importância dada na política doméstica e externa. Assim, mais da metade do território brasileiro é constituído pela floresta amazônica. Por sua vez, Peru é por extensão o segundo país amazônico depois do Brasil e Bolívia o país com maior extensão na região amazônica. Do mesmo modo, os países andino-amazônicos como Bolívia, Colômbia, Equador e Peru (principalmente), tem domínio de 70% das nascentes dos rios do sistema hídrico amazônico (Amayo, 2009). Nessas condições, pensar na importância da região amazônica para a integração sul-americana, assim como nas políticas externas dos países amazônicos não é um tema secundário na reflexão acadêmica sobre integração regional e na análise da agenda interna e externa dos países da região.

Nesse sentido e como pode ser visto na tabela seguinte, a Amazônia é uma região que interessa ao conjunto dos países que a ela fazem parte, especialmente aos países que têm uma porcentagem maior da bacia amazônica ou de selva.

Tabela 1. Porcentagem de bacia amazônica, floresta amazônica e do território nacional dos países amazônicos.

País	% Bacia amazônica	% floresta amazônica	% do território nacional	Estados/departamentos/províncias
Bolívia	11,2	7,0	75	Beni*, Pando*, Santa Cruz*, La Paz*, Cochabamba
Brasil	67,8	64,4	58,5	Acre*, Amapá*, Amazonas*, Mato Grosso*, Pará*, Rondônia*, Roraima*, Tocantins, Maranhão e Goiás
Colômbia	5,5	6,6	36	Amazonas*, Caquetá, Guainía*, Guaviare, Putumayo*, Vaupés*

Equador	1,7	1,6	45	Sucumbíos*, Orellana*, Napo, Pastaza*, Morona*, Zamora*
Guiana	0,1	2,1	2,73	-
Suriname		1,9	-	-
Guaiana Francesa		0,8	-	-
Peru	13	9,7	74,44	Loreto*, Amazonas*, San Martín, Ucayali*, Madre de Dios*
Venezuela	0,7	5,9	5,78	Amazonas*, Bolívar*

*Unidades territoriais que fazem fronteira com países amazônicos vizinhos.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Tratado de Cooperação Amazônica e Gutiérrez, et. al (2004).

Além do anterior, cinco dos oito países amazônicos do Tratado de Cooperação Amazônica, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, fazem parte da lista elaborada por Conservação Internacional e difundida pela imprensa e a academia dos dezessete países mais megadiversos do mundo, denominados assim porque juntos possuem 70% da diversidade mundial de espécies. Isto, sem dúvida alguma, representa um desafio, tanto da política doméstica para dar conta do cuidado dessa diversidade de flora e fauna, quanto na política externa desses países, que podem utilizar sua inclusão nessa lista para ter uma voz maior em eventos internacionais sobre o clima e o meio ambiente. De fato, existem algumas tentativas de aproximação desses países em cenários multilaterais como a reunião de Cancún em 2002.

Neste texto, além da importância da Amazônia como região, sublinha-se a necessidade de considerar a suas fronteiras, como espaços centrais da integração amazônica e sul-americana. Sobre esse assunto Pinto Coelho (Coelho, 1992, 72) assinala que “com cerca de 12.000 Km de limites internacionais e uma área total (das amazônias de todos os países da região) de cerca de 7.900.000 Km², a indagação sobre os processos fronteiriços na Amazônia se justifica inteiramente dentro da perspectiva dos estudos contemporâneos de fronteira”. Além dos estudos fronteiriços, um campo com crescente produção acadêmica em países como Brasil, aqui se acrescenta que estudar a Amazônia adquire relevância nos estudos da integração regional na América do Sul.

A integração regional e a integração fronteiriça

Pensar na integração sul-americana desde as fronteiras amazônicas é possível na medida em que a região amazônica conforma grande parte do território subcontinental e tem uma grande importância pela biodiversidade e os recursos naturais.

Os estudos da integração regional, dentro da disciplina da Ciência Política e das Relações Internacionais, fazem referência, geralmente, aos processos de cooperação e integração bilateral ou multilateral, especialmente em matéria econômica e comercial. Assim por exemplo, referem-se organismos criados pelos Estados, sendo o caso paradigmático a União Europeia. Na América do Sul, destacam-se atualmente a Comunidade Andina, o Mercado Comum do Sul e, mais recentemente, a Aliança para o Pacífico.

Mas a importância da integração regional nas fronteiras amazônicas está, de um lado, no compartilhamento de políticas entre Estados vizinhos devido à proximidade dos territórios que são geopoliticamente estratégicos, além da biodiversidade existente nos países sul-americanos, e de outro, porque as regiões fronteiriças na Amazônia são espaços com fortes interações e dinâmicas locais entre as populações e os governos subnacionais que demandam processos de cooperação no nível bilateral e multilateral.

Segundo Maria Regina Soares de Lima, a geografia impõe uma determinação física, a permanência e impossibilidade de saída, mas são as interações entre agentes históricos as que definem se essa permanência será conflitiva, indiferente ou cooperativa (Soares, 2006, 12). Assim sendo, as interações dadas pelos Estados e seus dirigentes, assim como de outros atores das Relações Internacionais, são importante objeto de estudo para determinar as possibilidades de uma permanência cooperativa na região.

Desta forma, refletindo sobre os modelos de integração na região, é importante o estudo da integração nas fronteiras amazônicas não somente pela importância que representa para os Estados, mas também porque esses processos beneficiam às populações locais, que também exigem o diálogo entre governos locais, regionais e nacionais para a resolução dos problemas locais que adquirem o caráter de transfronteiriço, como o narcotráfico ou o tráfego ilegal de recursos naturais, comuns a muitas fronteiras amazônicas, e que precisam de uma coordenação política no nível internacional. Além disso, é necessário que as fronteiras amazônicas tenham um papel importante nos processos de integração física e que também sejam determinantes na definição dos processos de integração entre os países vizinhos.

Contudo, existe um potencial integrador da Amazônia, justamente pelo fato de compartilhar regiões fronteiriças e por ser uma região rica em biodiversidade e geopoliticamente estratégica, promovendo a criação e consolidação de mecanismos de cooperação para a gestão dos recursos e para a sua preservação e sustentabilidade em longo prazo. Estes elementos, fazem com que seja importante avaliar a política externa dos países amazônicos a partir das fronteiras, analisando se os países criam mecanismos para a integração fronteiriça com os países vizinhos, ou se, pelo contrário, estabelecem programas para o desenvolvimento de suas próprias regiões fronteiriças.

Nesse mesmo sentido, o mito da Amazônia como uma região despovoada se vê questionado pela existência de centros povoados nas regiões de fronteira, tais como cidades gêmeas ou conurbadas e espaços binacionais povoados. As fronteiras vivas reúnem fortes intercâmbios de pessoas, bens e serviços que adquirem cada vez mais importância. Esses intercâmbios representam a integração informal ou de fato, dada pela cotidianidade da vida na fronteira, que pode se contrapor ou viabilizar a integração formal ou por tratado, dirigida pelos Estados.

O Brasil, pelo fato de ter desenvolvido uma estratégia de povoamento da Amazônia, especialmente desde a década de 1970, e por ser o país com maior porcentagem territorial nessa região, é o país que mais centros povoados tem na Amazônia legal e na faixa de fronteira, pelo qual as cidades gêmeas amazônicas entre os países amazônicos se concentram nas fronteiras desse país, como pode ser visto no quadro seguinte.

Tabela 2. Principais cidades gêmeas ou centros povoados conurbados

Fronteira	Cidades gêmeas ou conurbadas
Brasil-Bolívia-Peru	Assis-Bolpebra-Iñapari
Brasil-Bolívia	Brasiléia, Epitaciolândia-Cobija
Brasil-Venezuela	Pacaraima-Santa Elena de Uairén
Brasil-Guiana	Bomfim-Lethem
Brasil-Guaiana Francesa	Oiapoque-Saint-Georges-de-l'Oyapock
Brasil-Bolívia	Guarajá-Mirim-Guayaramerín
Brasil-Colômbia	Tabatinga-Leticia

Fonte: Elaboração própria

Esta lista só inclui cidades gêmeas ou conurbadas, mas existem muitos outros centros povoados amazônicos que concentram fluxos populacionais e econômicos ao redor de regiões fronteiriças.

O processo de urbanização e povoamento da amazônia, nesse sentido, traz implicações não somente sociodemográficas ou nas economias locais e regionais, mas também no processo de integração amazônico, dado que um elemento central e que impulsiona iniciativas de cooperação e integração é a população.

Os antecedentes da integração regional na Amazônia

Na década de 1970 o tema ambiental começou a tomar mais força no cenário internacional. Nesse período houve diferentes propostas para a internacionalização da região amazônica, como consequência das críticas sobre o uso dos recursos naturais da região. Em termos de defesa “atenção menor foi dedicada historicamente à proteção da Amazônia, porque perigos reais se davam de forma reduzida, ao contrário do que ocorria no Cone Sul” (Miyamoto, 2008, 70), por isso a partir desse momento, o Brasil começou a formular políticas de ocupação e defesa do território amazônico (Miyamoto, 2008, 75). A Amazônia começou a se tornar importante sobre todo para o Brasil, pois para seus estrategistas essa região se convertia no foco das atenções (Miyamoto, 2009). Assim, políticos, militares e geopolíticos brasileiros deram uma atenção central à Amazônia, propondo o povoamento de suas fronteiras e uma maior presença institucional na região.

A maior presença brasileira na região amazônica, “levou a uma forte reativação das fronteiras políticas da Amazônia, consideradas anteriormente como fronteiras mortas, e basta ir a Tabatinga e a Letícia para constatar a vivificação das mesmas, o que vem a constituir uma preocupação para todos os países” (Becker, 2005, 79).

Em alguns casos, os países vizinhos ao Brasil, responderam com uma maior presença das instituições públicas e com estímulos para um maior povoamento das suas regiões amazônicas. Assim, vários municípios ao longo das fronteiras, especialmente com o Brasil, foram fundados ou elevados a uma maior categoria desde a década de 1970.

Cabe lembrar que tem existido historicamente por parte dos países vizinhos, uma preocupação sobre o interesse hegemônico do Brasil e sua expansão territorial, derivada do avanço territorial do Brasil colonial, imperial e posteriormente da República Velha,

especialmente por parte de países como Bolívia, que perdeu o atual território do Acre ainda no início do século XX.

De igual modo, prevalecia a hipótese de conflito na América Latina e nas suas fronteiras, com a concepção de fronteira armada e fronteira de defesa (Rhi-Sausi e Conato, 2009, 12), o que dificultava os processos de integração regional. Para Rhi-Sausi e Conato (2009), na década dos oitenta, retorna a democracia à região, pelo qual muitos governos latino-americanos começaram a explorar o “caminho da integração” em resposta à crise social e econômica. Na década dos noventa, criam-se mecanismos de integração como o MERCOSUL, assim como alguns mecanismos de integração fronteiriça⁴.

No ano de 1978, se dá a criação do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), assinado pelos oito países amazônicos (excetuando França), como uma primeira tentativa dos países amazônicos para cooperarem e defenderem juntos o território comum e sua soberania perante ameaças externas, principalmente por propostas de países europeus de internacionalizar a região. Porém, o Tratado teve problemas de institucionalização que não permitiram efetuar mecanismos de coordenação e concertação política eficazes entre os países membros. Assim sendo, a ação institucional desse mecanismo era muito limitada na medida em que respondia a um processo de diálogo entre os países em um contexto de ditaduras militares e de predominância da defesa da soberania nacional, pelo qual havia um ambiente desfavorável à integração. Do mesmo modo, não se evidencia que o TCA considerasse as regiões de fronteira no processo de cooperação amazônica. Mesmo assim, desde a assinatura do TCA, foram vários os espaços de encontro entre autoridades dos países amazônicos desde a década de 1980 como reuniões dos presidentes dos países amazônicos, dos ministros, do Conselho de Cooperação e as Comissões Especiais.

Precisamente, uma região integrada tem mais peso na política mundial do que teriam os países que a integra isoladamente (Soares, 2006, 25), o que seria essencialmente importante no caso da Amazônia, na medida em que o TCA foi uma primeira tentativa nesse sentido para a defesa conjunta da região. Também se destaca que em vários eventos internacionais como as conferências sobre meio ambiente, os países amazônicos têm tentado levar uma posição conjunta, como por exemplo com o documento assinado em 1992 pelos países amazônicos sobre os temas da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.⁵

⁴ Por exemplo, na década de 1990 é quando a política externa colombiana cria as Comissões de Vizinhança e Integração com os países fronteiriços, entre eles Brasil e Peru.

⁵ Por exemplo, no segundo governo Lula tentou levar uma posição em comum dos países amazônicos para a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas no ano 2009 em Copenhague.

Mesmo que uma posição conjunta dos países amazônicos daria um maior peso da região tanto nas conferências mundiais sobre meio ambiente, quanto em outros cenários multilaterais e globais de conservação do meio ambiente e gestão de recursos, dita coordenação tem sido intermitente e pouco ativa nos últimos anos, especialmente por modelos políticos e econômicos divergentes entre os países da região.

Os processos de integração regional na América Latina na década dos 60 e 70, pouco mencionavam as fronteiras e foi com o tempo que a integração fronteiriça passou a fazer parte das preocupações relativas da integração regional. (SELA, 2011).

Justamente junto a esse desconhecimento da importância das fronteiras na integração regional pelos governos dos países amazônicos, existia, e ainda existe em alguns campos, o desafio de estudar e compreender a região amazônica e suas fronteiras e integrá-las nas agendas internas e externas. Pinto Coelho dizia na década de 1990 que “Sabemos pouco sobre a Amazônia, menos ainda acerca dos confins da Amazônia, exceto possivelmente por seus aspectos puramente geográficos.” (Pinto Coelho, 1992, 14). Para esse autor, no caso das fronteiras amazônicas, continuaram existindo conceitos de fronteira envelhecidos, o que faz com que seja vista como uma periferia que precisa da existência de alguns atores que garantam a “integridade nacional”. De fato até hoje a maioria de países amazônicos têm limitado suas políticas para a Amazônia na área da defesa, desenvolvendo poucos projetos para a inserção econômica e social das regiões de fronteira.

Do mesmo modo, ainda existe um enfoque hegemônico de fronteira violenta nos estudos amazônicos na medida em que se privilegia a análise de zonas recentemente abertas à colonização ou zonas reabertas como consequência de novas rodovias. Esse enfoque reforça a crença de que o processo de ocupação e integração da bacia amazônica só pode criar economias de fronteira instáveis, subdesenvolvidas e conflitivas (Santos e Barclay, 2002), o que limita os processos de integração e cooperação.

Assim, pode se evidenciar que existiu pouca atenção por parte das elites nacionais e os tomadores de decisão dos países amazônicos para a região, limitando qualquer processo de integração, pelo qual “os limites impostos ao desenvolvimento regional pelos modos predominantes de ocupação, e o uso (e concepção) da região como sistema fechado e espaço vazio pelos centros dos respectivos estados nacionais permitiu que os circuitos ilegais fossem os primeiros a alcançarem algum êxito na integração amazônica sul-americana.” (Machado, 2003, 697). Perante uma presença insuficiente de instituições estatais, os circuitos ilegais de tráfico de

drogas, armas e recursos naturais foi intensificando-se, sendo um elemento presente na maioria das fronteiras amazônicas.

Todos esses fatores históricos são determinantes para pensar nos processos de integração sul-americana a partir da Amazônia e suas fronteiras e os desafios para se consolidar, pois prevalecem ainda ideias e concepções negativas e fechadas das fronteiras, o desconhecimento e falta de integração de suas populações nas realidades nacionais e a desconfiança dos países vizinhos.

Regionalização, globalização e fronteiras

Especialmente, a partir da década de 1990 os Estados amazônicos começaram a criar mecanismos de diálogo e coordenação, especialmente para o tratamento bilateral de assuntos fronteiriços como, por exemplo, os comitês de fronteira ou as comissões de vizinhança. Igualmente, foi revitalizado o TCA por meio da criação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) em 1995, sendo assinada a emenda ao TCA em 1998 e criada a secretaria permanente na cidade de Brasília desde o ano 2002.

A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana (IIRSA), criada no ano 2000 durante a primeira Cúpula Sul-Americana promovida pelo ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, propõe a integração física na região por meio de ações conjuntas que permitam modernizar a infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações. Precisamente, dos nove eixos da IIRSA, pelo menos cinco atravessam a região amazônica: Amazonas; Andino; Guianas; Paraguai, Bolívia, Brasil; e Interoceânico.

As fronteiras amazônicas começaram a adquirir relevância doméstica e externa pelo crescimento demográfico das cidades e os centros povoados fronteiriços e pela existência de problemas que adquiriram dimensões transnacionais, como o caso do narcotráfico e o tráfico ilegal de recursos naturais. Além disso, a exploração de recursos naturais e as novas *commodities* como a mineração, tem gerado um maior interesse econômico na Amazônia e nas suas fronteiras, como espaços de inserção em cadeias de valor globais.

Assim, a Amazônia não foi alheia às mudanças produzidas pela liberalização econômica e a globalização. Desse modo, como assinala Bertha Becker:

há uma valorização da natureza e da Amazônia, há também a relativização do poder da virtualidade dos fluxos e redes do mundo contemporâneo, com a globalização, que acaba com as fronteiras e com os Estados. Na verdade, os

fluxos e redes não eliminam o valor estratégico da riqueza localizada, *in situ*; eles sustentam a riqueza circulante do sistema financeiro, da informação, mas a riqueza localizada no território também tem seu papel e seu valor (Becker, 2005, 74).

Nesse sentido, a valorização da Amazônia e seus recursos pela política interna e externa se relaciona com a maior inserção dessa região nas redes globais, o que responde também a interesses econômicos nacionais e estrangeiros de exploração de recursos naturais, gerando, ao mesmo tempo, tensões e disputas territoriais entre colonos, multinacionais, agricultores, trabalhadores, a sociedade civil e os movimentos sociais. As regiões fronteiriças são fundamentais nesse processo na medida em que constituem não somente um ponto de passo, mas territórios centrais para a integração física da região e para mobilizar produtos e serviços nela gerados no nível intrarregional e extrarregional.

Mas é importante mencionar que a regionalização, promovida pelos Estados, nem sempre contribui ao desenvolvimento nas áreas de fronteira. Eduardo Gudynas (2007) critica, por exemplo, alguns dos processos de integração física dados na Amazônia, porque não são produto das necessidades das populações e as condições locais, mas sim da pressão exportadora que tem a região para a comercialização de algumas das matérias primas que são demandadas pelo comércio global. Por isso, Machado e Steiman assinalam, sobre as regiões e cidades de fronteira, que é preciso que deixem de ser simples intermediárias, quer dizer:

idades que não são mais que nódulos intermediários nas rotas de passagem que ligam os centros maiores entre si. Uma questão crucial para as cidades e regiões de fronteira é, portanto, a de como se inserir nas diversas redes transnacionais que as atravessam. (Machado e Steiman, 2002, 11).

Além do anterior, Fernando Franco (2013) anota que no nível local, a maioria das vezes, não chegam planos, políticas, agendas, etc. e que não se traduzem em ações concretas ou o fazem de forma parcial ou insatisfatória. Isto no caso da Amazônia é evidente, pois se se compara a qualidade de vida das populações amazônicas com as de outras regiões, as assimetrias são evidentes. Por exemplo, isto se evidencia na fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, onde a presença institucional e as políticas públicas apresentam ainda grandes limitações.

Do mesmo modo, como já apontava Becker na década de 1990, a integração regional deve considerar que a Amazônia não é um espaço homogêneo, nem está sendo destruída em todos os aspectos (Becker, 1991), pelo qual as consequências da globalização para cada Amazônia nacional é diferente. Mas essa ideia de heterogeneidade da Amazônia, muito

importante para a compreensão da região e de suas fronteiras, reflete-se também no fato de que nem todos os países da região dão a mesma importância ao fator amazônico na política externa e às regiões fronteiriças que compartilham.

A ideia de heterogeneidade da Amazônia se encontra também no vínculo estabelecido entre a Amazônia e a globalização, na atual etapa de integração regional. Segundo Eduardo Gudynas (2007), a pressão exportadora sob a região amazônica é muito grande e se apresenta uma forte vinculação com condições externas, especialmente pela exploração de recursos naturais demandados pelo mercado internacional. Isto gera fragmentações na Amazônia de regiões com relações locais e outras globais, dependendo das ligações primárias nas cadeias de produção locais que propiciam iniciativas de integração física.

Também é importante levar em conta as problemáticas da região amazônica para que a integração regional possa contribuir efetivamente no desenvolvimento das regiões fronteiriças. Diz Grisales (Grisales, 2000, 258) que a Amazônia como região é uma terra que se encontra na metade de diversos conflitos que se evidenciam em suas fronteiras (narcotráfico, economias ilegais, migração, etc.). Nesse sentido, a integração da região amazônica continua apresentado o desafio de encarar essas problemáticas que deixam de ser locais e passam ao plano transfronteiriço, pelo qual políticas nacionais pouco podem resolver esses problemas comuns.

Neste ponto, é importante assinalar a importância da população fronteiriça e dos governos locais nos processos de integração amazônica e sul-americana. Quando se faz referência às regiões fronteiriças, é importante lembrar que nelas existem diferentes níveis de interação, cooperação e integração. Deve-se, então, considerar o papel de outros atores na definição da política externa para as fronteiras amazônicas e para a integração regional além dos Estados centrais, pois como assinala Maria Regina Soares de Lima, no contexto da ampliação da agenda internacional, “Além de mobilizar atores domésticos, outro aspecto que resulta de uma política externa mais ativista é o a participação de outras unidades dentro da burocracia governamental.” (Soares, 2010, 16).

Nesse sentido, governos locais que estabelecem acordos com seus pares vizinhos, passam a ser uma instância fundamental na integração regional, na medida em que essa paradiplomacia de atores locais e governos subnacionais nas fronteiras mobiliza recursos institucionais e interpela aos governos centrais a estabelecer um diálogo para a solução de problemas comuns.

Do mesmo modo, a globalização abre espaços de participação de atores não estatais, como Organizações Não Governamentais, sendo a maioria ONG ambientais no caso da região

amazônica, assim como organizações da sociedade civil e movimentos sociais que cada vez mais têm uma ação internacional. No caso da Amazônia, é importante analisar o papel da Coordenadora das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA) que nasceu, em parte, pelo TCA ter excluído inicialmente às populações indígenas. Assim, em março de 1984 na cidade de Lima, foi feito o I Congresso das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica, na qual participaram, organizações indígenas do Brasil (UNI), da Bolívia (CIDOB), da Colômbia (ONIC), do Equador (CONFENIAE) e do Peru (AIDSESEP). Nos seguintes congressos, foram se aderindo novas organizações indígenas com o objetivo de gerar propostas e ações locais, nacionais e internacionais que permitam fomentar o desenvolvimento das nacionalidades e povos indígenas amazônicos.

Ganster assinala que se deixou de lado o contexto de transformação de um mundo baseado nos Estados-nação e sua competição para formar blocos militares, passando a dar maior importância às regiões de fronteira. Desse modo, com a menor importância da segurança como componente estratégico das relações internacionais, "it appears that regions are emerging from the paternalistic control of the state, defining their own policy interests and, more and more, engaging in their own form of foreign policy by establishing trans-boundary problem-solving dialogues." (Ganster, 1997, 7).

Contudo, o cidadão fronteiriço tem um espaço maior para incidir na política interna, mas também na política externa, exigindo, por exemplo, a cooperação de um Estado com seus vizinhos para tratar uma questão ou um problema comum. Isto tem aberto possibilidades de mobilizar a integração fronteiriça na região amazônica e constitui um cenário que abre maiores oportunidades de consolidar a integração e cooperação amazônica.

Desse modo, como assinala Fernando Franco (2013), as relações indissolúveis entre os moradores das regiões de fronteira, as relações econômicas e o intercâmbio resultam muito mais aprofundadas e enraizadas que as iniciativas de integração entre os Estados, que seguem os princípios de soberania e segurança nacional. Segundo o autor, no caso das fronteiras vivas internacionais amazônicas, ainda existe uma concepção de necessidade de fortes militares e polos de soberania, mas com um precário apoio do Estado e suas instituições nas necessidades locais. O anterior leva a pensar os desafios que apresentam as regiões fronteiriças para se inserir em processos regionais, ainda porque deve se levar em conta que:

Nem sempre a integração fronteiriça está vinculada a uma iniciativa de integração regional. A integração fronteiriça pode ser apoiada pelo Estado central ou ser apenas uma iniciativa informal dos governos subnacionais, às vezes com objetivos nem sempre contemplados na integração regional, por serem muito pontuais. (Sant'anna, 2013, 107).

Mas o anterior não quer dizer que a integração regional não possa responder às necessidades das fronteiras. Muito pelo contrário, faz-se necessária uma maior discussão sobre como beneficiam ou afetam às regiões fronteiriças e às realidades locais ditos processos de integração no nível bilateral e multilateral. Nesse contexto, as fronteiras e suas populações, como atores das relações internacionais, muito importantes na definição da política externa e da integração regional, adquirem relevância, pois, como diz Lia Machado,

o modelo tradicional de relações hierárquicas entre a região (inferior) e o centro de decisão nacional (superior) está sendo solapado desde dentro e desde fora do estado nacional, num processo que pouco tem a ver com doutrinas e mais com a abertura de espaços de oportunidades. (Machado, 2003, 696).

As fronteiras amazônicas se inserem nessa discussão do modelo de integração regional e da participação de atores das regiões fronteiriças para o desenvolvimento local com o peso que adquirem grupos organizados da sociedade civil, como por exemplo, os grupos indígenas que defendem os territórios da exploração de matérias primas ou as ONG que têm tido um papel cada vez mais importante na Amazônia e entram como atores na disputa pelo uso dos recursos naturais da região.

Os governos nacionais na Amazônia

Com a emergência de governos progressistas na região na primeira década do século XXI, como nos casos da Bolívia, do Brasil, do Equador e da Venezuela, houve um entendimento político maior que favoreceu a integração regional entre vários países sul-americanos, assim como uma referência maior do fator amazônico nas agendas externas. Mas ao mesmo tempo em que existiam tentativas de coordenação entre os países amazônicos, continuavam projetos de exploração de matérias primas e minerais e de construção de hidroelétricas, mesmo com governos progressistas, como foi no caso do Equador ou do Brasil, o que gerou a oposição de povos indígenas amazônicos e organizações sociais e ambientais.

No caso do Brasil, como já foi assinalado, Cardoso iniciou medidas importantes para a integração da América do Sul e a cooperação amazônica. Mas foi particularmente desde o

governo de Luiz Inácio Lula da Silva que a política externa brasileira procurou um maior multilateralismo e uma ênfase na América do Sul, estabelecida como uma região estratégica para o Brasil (Soares, 2006; Vigevani e Cepaluni, 2007). Além disso, contrário a seus vizinhos amazônicos, o Brasil tem dado importância maior ao fator amazônico na sua política externa.

Destacam-se nesse período iniciativas como Sistema de Vigilância da Amazônia/ Sistema de Proteção da Amazônia (Sivam/Sipam) para monitorar o espaço aéreo da Amazônia e defendê-la de possíveis ameaças, sistema que foi inaugurado por Cardoso em 2002 e continuado pela gestão de Lula. Países vizinhos como Colômbia e Peru se mostraram interessados nesse projeto e em intercambiar informações que permitissem combater os crimes transfronteiriços. Do mesmo modo, foi retomado o Projeto Calha Norte (PCN) para o desenvolvimento e defesa da região e relançado o projeto Rondon, de cunho educativo.

Equador, durante a presidência de Rafael Correa, teve uma maior preocupação por sua região amazônica, propondo políticas diferenciadas em termos de infraestrutura, acesso a créditos, desenvolvimento econômico das sociedades, entre outros componentes. Porém, Correa recebeu críticas pela pouca participação dos indígenas nas decisões sobre os territórios amazônicos, pelo aumento do desmatamento e por continuar com projetos de exploração mineira. Assim, mesmo que em um início Correa tinha prometido não permitir a exploração da reserva Yasuní se a comunidade internacional pagasse o que o Equador receberia se permitisse a exploração, perante a inviabilidade da proposta e com uma grande oposição interna, o Equador iniciou essa exploração. Pode se ver, então, como a estratégia de proteção no nível nacional, foi vinculada a uma posição de política externa que demandava aos países desenvolvidos um pagamento pela proteção da Amazônia, como patrimônio da humanidade, proposta não apoiada por outros países amazônicos.

Por sua vez, o presidente colombiano Juan Manuel Santos, anunciou no marco de Rio+20 que ampliaria a extensão do Parque Nacional Natural Chiribiquete na região amazônica, protegendo-o dos interesses econômicos e industriais, passando a ser o maior parque protegido do país. Mas mesmo com essa iniciativa, o governo de Santos tem sido criticado por organizações sociais e ambientalistas pelo fato de promover e facilitar a exploração petrolífera em regiões de grande importância natural, inclusive a amazônica.

No Peru, Ollanta Humala prometeu desde o começo de seu governo dar uma importância maior à Amazônia e promover seu desenvolvimento. Mas, assim como na Colômbia, o governo recebeu críticas sobre as poucas ações para uma proteção efetiva dessa região e a continuidade

de explorações na região amazônica, algumas delas iniciadas e defendidas pelo presidente anterior Alan García.

Situação semelhante acontece na Bolívia, onde, mesmo com uma política indigenista, o governo de Evo Morales tem aberto territórios de sua parte amazônica para exploração, o que tem sido fonte de conflitos com os grupos indígenas. Mesmo assim, em alguns foros mundiais a Bolívia tem defendido a importância do desenvolvimento sustentável e o cuidado da Amazônia.

Desse modo, evidencia-se que as tentativas de ter um posicionamento conjunto por parte dos países amazônicos perante a comunidade internacional apresentam vários obstáculos. O primeiro deles é a intermitência de ações orientadas à região amazônica e as assimetrias na política externa dos países da região na valorização e inclusão do fator amazônico nas suas ações externas.

Assim, para Enrique Amayo enquanto o Peru não tem uma política que proteja internacionalmente a Amazônia, o Brasil tem desenvolvido ações nesse sentido e ele tem essa política porque isso faz parte de sua estratégia de busca de liderança sul-americana, para o qual conta com a atitude passiva dos países andino-amazônicos (Amayo, 2009, 281). Nesse sentido, países como Colômbia e Peru, têm se aderido apenas em algumas ocasiões às iniciativas brasileiras, mas não projetam internacionalmente sua região amazônica. Existe, então, uma relação direta entre a projeção internacional da Amazônia com os processos de integração sul-americana.

Considerações finais

Como tem se evidenciado, existem fatores domésticos como interesses divergentes entre conservação e exploração das amazônias nacionais que divergem nos países amazônicos, assim como condicionantes externos, dados principalmente por distintos níveis de projeção internacional da Amazônia nas políticas externas dos países da região, o que inclui a participação desses países em processos de integração como o OTCA. A integração das fronteiras amazônicas está condicionada tanto nas políticas internas para as regiões de fronteira, quanto nas políticas externas, por meio de relações bilaterais ou multilaterais.

Para Fernanda Mello Sant'Anna, existe um potencial nas regiões fronteiriças para intensificar a cooperação entre países vizinhos, mas também existe influência sobre elas do contexto internacional, como as relações bilaterais e multilaterais entre os países fronteiriços, coexistindo nelas elementos de integração e de desintegração. (Sant'anna, 2013, 105; Machado e

Steiman, 2002). Nesse sentido, o peso da política doméstica e internacional é um fator que condiciona a relação entre as regiões de fronteira e a integração regional, pelo qual resulta fundamental considerar a forma em que um Estado dá resposta aos problemas e realidades próprias de sua parte amazônica e como insere o fator amazônico na sua política externa.

Por sua vez, nas fronteiras amazônicas resulta importante a integração fronteiriça porque, em muitos casos, não existem muitos serviços duplicados que inibam fluxos fronteiriços, apresentando-se uma alta complementaridade de serviços, mesmo não intencional (Machado e Steiman, 2002, 13). Quando não é considerada esta vantagem, ante a ausência de diálogo e concertação entre países vizinhos,

A duplicidade de infraestruturas como as rodovias paralelas, aeroportos, usinas de geração de energia, entre outras, é prova [de] concorrência e fonte de desperdício de muitos recursos. É também reflexo de uma concepção de zonas de fronteira como regiões defensivas, fechadas e orientadas para dentro. (Machado e Steiman, 2002, 9).

Aqui é necessário apontar que nos últimos anos tem existido um contexto favorável da integração regional (Sant'anna, 2013; Lima, 2006) e que propicia aos países reforçarem o diálogo para o desenvolvimento fronteiriço.

Para Bertha Becker (2005), o projeto de integração da Amazônia transnacional, da Amazônia sul-americana, é pertinente no contexto regional pelas seguintes razões:

1. Porque a união dos países amazônicos pode fortalecer o Mercosul e construir um contraponto nas relações com Estados Unidos e a União Européia.
2. Para ter uma presença coletiva e uma estratégia comum no cenário internacional, o que fortaleceria a voz da América do Sul.
3. Porque é fundamental para estabelecer projetos conjuntos de aproveitamento da biodiversidade e da água, inclusive nas áreas que já possuem equipamento territorial e intercâmbio, como é o caso das cidades gêmeas localizadas em pontos das fronteiras políticas.

Mesmo que existam maiores tensões e dificuldades políticas para consolidar um processo de integração na América do Sul que se apoie na integração amazônica, os três elementos assinalados por Becker continuam vigentes e fazem referência a ação externa dos países amazônicos no âmbito global, regional e fronteiriço.

Os países da região têm inserido suas regiões amazônicas nas cadeias de produção globais de modo diferenciado, coexistindo políticas de exploração de recursos naturais, especialmente de mineração, com políticas de conservação de algumas áreas das amazônias nacionais. Do mesmo modo, o fator amazônico tem estado presente de forma diferenciada nas

políticas domésticas e externas dos países da região o que evidencia grandes assimetrias no que se refere à projeção internacional da Amazônia e como ela se insere na estratégia externa, sendo o Brasil o país que tem liderado a cooperação amazônica e no qual a importância dada à região tem sido mais constante.

Pode se pensar que a Amazônia importa só ao Brasil por esse país ter maior extensão territorial na região, mas como se mostrou no início deste texto, essa região tem uma importância estratégica para os outros países. Nesse sentido, e como as fronteiras o evidenciam, não pode ser esquecido que a Amazônia é uma região compartilhada e, portanto, não cabe somente ao Brasil tomar ações sobre a região.

De qualquer forma, a liderança na integração sul-americana e amazônica, tem sido feita historicamente pelo Brasil, especialmente desde a proposta do TCA em 1978. A OTCA tem revitalizado de maneira importante a integração amazônica, porém esse mecanismo poderia incluir de forma mais clara às fronteiras nos seus projetos, pois somente o projeto de saúde indígena e de gestão de recursos hídricos abrange de maneira específica às regiões fronteiriças.

A política externa do governo de Lula no Brasil deu uma importância central à América do Sul que não teve uma ruptura durante o governo da presidenta Dilma Rousseff, mas se desenvolveu com uma menor projeção internacional e uma menor intensidade dessa liderança. A crise econômica e política do Brasil que terminou com o impeachment de Rousseff, mudou o papel desse país no processo de integração amazônica e sul-americana.

A mudança foi evidente quando o presidente interino Michel Temer tentou abrir em 2017 uma grande porção da Amazônia brasileira para mineração, liberando a região para exploração privada de mineiros. Porém, a pressão de grupos ambientalistas e da comunidade internacional fez com que Temer revogasse o polêmico decreto que viabilizava esse projeto.

A continuidade do desmatamento e de projetos de exploração de recursos naturais na região amazônica em países como Bolívia e Equador, mas mais fortemente na Colômbia e Peru, evidenciam a tensão entre desenvolvimento e preservação na política doméstica, mesmo que em alguns discursos no âmbito internacional sejam defendidos princípios do cuidado do meio ambiente e seja valorizada a região amazônica.

Do mesmo modo, evidenciam-se ainda tentativas e ações de ingerência estrangeira nas fronteiras amazônicas, como o treinamento e as operações militares conjuntas com os Estados Unidos, especialmente no caso da tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru no ano 2017, fato que foi criticado pelo presidente boliviano Evo Morales. Isto demonstra a dificuldade que

historicamente têm tido os países amazônicos para criar mecanismos de diálogo e coordenação política e institucional e à maior orientação das políticas externas com os Estados Unidos que com os vizinhos amazônicos, dado o pouco peso do fator amazônico nas políticas externas.

Referências

- AMAYO Zevallos, Enrique. ¿Existe una política internacional para la Amazonía? Los casos del Perú y Brasil, In: **Perú Hoy**, no. 15. Lima, 2009.
- BECKER, Bertha. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.19, n. 53, 2005, p.71-86.
- _____. **Fronteira. Amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília:UNB; Rio de Janeiro: UFRJ, 1990,
- FRANCO, Fernando. El reto de la contribución de la Organización del Tratado de Cooperación Amazónica –OTCA- para el bienestar de las poblaciones locales y fronteras. **Mundo Amazónico**, No. 4, 2019, p. 175-182.
- GANSTER, P. et alli.(Eds). **Border and Border Regions in Europe and North America**. San Diego, California: 1997.
- GRISALES, Germán. **Nada queda, todo es desafío**. Bogotá: Convenio Andrés Bello, 2000.
- GUDYNAS, Eduardo. Nueva geografía amazónica, globalización y regionalismo - **Observatorio del Desarrollo, CLAES**, Montevideo, 2007.
- GUTIÉRREZ, F., ACOSTA, L., SALAZAR, C. **Perfiles urbanos en la Amazonia Colombiana**:un enfoque para el desarrollo sostenible. Bogotá, Colombia. Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas Sinchi, 2004.
- LAFER, Celso. Novas dimensões da política externa brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ANPOCS, n.3, p.73-82, 1987.
- MACHADO, Lia Osorio. **Região, cidades e redes ilegais**: geografias alternativas na Amazônia sul-americana. In: Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional, organizado por Maria Flora Gonçalves, Carlos Brandão e Antonio Galvão, São Paulo: UNESP, 2003, p.695-707.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. **Amazônia política e defesa**. In: Durbens Martins Nascimento. (Org.). **Relações internacionais e defesa na Amazônia**. 1 ed. Belém - Para: NAEA/UFPa, 2008, v., p. 65-97.
- _____, O Brasil e a fronteira norte: política e estratégia. **Estudios Avanzados**, n.12, 2009, p.75-103.
- PINTO COELHO, Pedro. **Fronteiras na Amazônia**: Um espaço integrado. Brasília. Fundação Alexandre Gusmão, 1992.
- RAMÍREZ, Socorro. A Colômbia e o Brasil, separados (e unidos) pelo comércio e pela segurança. **Nueva Sociedad especial em português**, p.90-107, dezembro de 2009.
- RHI-SAUSI José Luis & CONATO, Darío (coordenadores). **Fronteras y cooperación transfronteriza en América Latina**: introducción al Proyecto Fronteras Abiertas. RHI-SAUSI José Luis & CONATO, Darío (coordenadores). **Cooperación transfronteriza e integración en América Latina**. Roma: CeSPI, 2009, p. 11-31.
- _____, **Fronteras e integración transfronteriza en el Mercosur**. In: RHI-SAUSI José Luis & CONATO, Darío (coordenadores). **Cooperación transfronteriza e integración en América Latina**. Roma: CeSPI, 2009, p. 59-102.

SANT'ANNA, Fernanda Mello. **Governança multi-escalar dos recursos hídricos transfronteiriços na Amazônia.** Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SANTOS GRANERO, Fernando; BARCLAY, Federica. **La frontera domesticada. Historia económica y social de Loreto, 1851-2000.** Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 2002.

SELA, Secretaría Permanente del SELA. **La Integración Fronteriza en el Marco del Proceso de Convergencia de América Latina y El Caribe.** Caracas, Venezuela. Febrero de 2011.

SOARES DE LIMA, Maria Regina. **El lugar de América del Sur en la política externa brasileña,** In: Obras de integración física de América del Sur, 2006.

_____, Tradição e inovação na política externa brasileira. **Plataforma Democrática,** Working Paper n. 3, jul. 2010.

STEIMAN, Rebeca.; MACHADO, Lia. **Limites e Fronteiras Internacionais:** uma discussão histórico-geográfica. Terra Limitanea: Atlas da Fronteira Continental do Brasil. Rio de Janeiro: Grupo RETIS / CNPq / UFRJ, 2002.

VIGEVANI, Tulio e CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Revista Contexto Internacional,** vol. 29, no 2, julho/dezembro, Rio de Janeiro, p. 273-335. 2007

Variáveis relevantes na proteção da biodiversidade da Amazônia: securitização, regionalismo e Defesa

Elany Almeida de Souza⁶
Mariana de Castro Silva Souza⁷
Danielle Jacon Ayres Pinto⁸

A proteção da biodiversidade da Amazônia pressupõe estratégias que compreendam os processos de securitização, bem como os interesses nacionais e regionais que permeiam o cenário internacional. A análise estratégica perpassa os documentos de defesa brasileiros e reclama tratamento no âmbito da política externa. Nesse sentido, demonstra-se a importância da construção de um complexo de segurança baseado em acordos regionais na defesa e preservação da biodiversidade da Amazônia, em especial nas regiões de fronteira. Valendo-se do método método dedutivo, pesquisa bibliográfica e documental, demonstrou-se ao final que o Brasil pode ser considerado *pay master* na liderança regional em defesa da biodiversidade.

Amazônia; Securitização; Regionalismo; Complexo de Segurança; Estratégia de Defesa.

Introdução

A Amazônia conhecida por sua grande biodiversidade, ocupa lugar de destaque nas discussões globais em matéria ambiental. Pensar a preservação e proteção dessa biodiversidade pressupõe discutir os processos de securitização da questão ambiental, bem como abordar a importância do regionalismo nesse esforço, em especial entre países que têm elementos em comum: a biodiversidade e a necessidade de sua preservação e defesa. Trazer à essa discussão a possibilidade de construção de um complexo de segurança regional é propor uma cooperação em regiões de fronteira com fundamento em uma Política Externa que vise a integração do continente e projeção internacional a partir da proteção da biodiversidade da Amazônia.

Nesse sentido, ao tratar em específico do papel do Brasil nesse cenário, há que se verificar a relevância que os documentos de defesa brasileiros conferem a essas variáveis, bem como a importância da análise estratégica desses elementos, a fim de que preocupações com o

⁶Advogada e Internacionalista. Doutoranda em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado Maior do Exército – ECEME. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria –UFSM. Integrante e pesquisadora do Grupo de Estudos, Extensão e Pesquisa em Política Internacional Contemporânea – GEPPIC/UFSM. Correio eletrônico: elanyalmeidas@gmail.com

⁷ Mestranda em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado Maior do Exército. Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário La Salle RJ. Membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional do Programa de Pós Graduação San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUC/SP). E-mail: castro_m@hotmail.com

⁸ Doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Professora Adjunta do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM. Pesquisadora dos grupos GEPPIC e GECAP. Email: danielleayres@gmail.com

aquecimento global, perda da cobertura florestal e biodiversidade associada entre outras emergências não sirvam de justificativa para ingerências ecológicas. A importância da região amazônica e a gestão da biodiversidade que a compõe é o principal objeto de estudo e esse o enfoque que se pretende dar aos aspectos de segurança e defesa de modo que se atribua um papel estratégico à região de fronteira na Amazônia.

Por meio do método dedutivo, pesquisa bibliográfica e documental, o presente trabalho se apresenta em três momentos distintos. Inicialmente tratar-se-á acerca de como as dinâmicas globais tem sido mapeadas estrategicamente a partir dos processos de securitização, e como a mesma ocorre no tocante à agenda ambiental. Em seguida, verificar-se-á a importância do regionalismo como estratégia de proteção e defesa da biodiversidade da Amazônia, bem como a permeabilidade da temática nos documentos de defesa brasileiros, para em um terceiro momento, apontar a necessidade de construção de um complexo de segurança baseado em acordos regionais que auxiliem na defesa e preservação da biodiversidade da Amazônia, em especial nas regiões de fronteira. Restando demonstrado ao final, que o Brasil ocupa posição de liderança regional na proteção e defesa da biodiversidade.

A Securitização da Agenda Ambiental

As perspectivas da Escola de Copenhague são importantes para compreender como a questão ambiental é securitizada no cenário internacional e como medidas tangenciais ao arcabouço normativo são instrumentalizadas. Os estudos de segurança, no âmbito dessa vertente teórica, emergem da necessidade e dificuldade das teorias clássicas de Estado em analisar as constantes transformações no contexto internacional.

As críticas à academia versavam sobre uma possível limitação em explicar questões de embates regionais oriundas da esfera nacional ou conflitos intra-estatais, uma vez que esta “havia reforçado a leitura de uma realidade internacional em que a insegurança e a competição impediam iniciativas de cooperação” (TANNO, 2003, p. 49).

Em 1990, as pesquisas de Barry Buzan inclinavam-se à conceituar segurança como uma ideia inclusiva e, que portanto, a análise isolada de atores ou setores produziriam um estudo restrito e parcial sobre a segurança internacional. Já em 1998 suas premissas sofreriam uma mudança ao considerar que:

Segurança é o movimento que trata a política para além das regras do jogo estabelecidas e enquadra a questão, ou como um tipo particular de política, ou como algo que a transcende. [...] Segurança é, assim, uma prática auto-referida porque é no contexto desta prática que se torna uma questão de segurança – não necessariamente porque haja uma ameaça existencial real mas porque é apresentada como ameaça (WAEVER *et al*, 1998, pp. 59-60).

A abordagem proposta no bojo teórico da Escola de Copenhague permeia os setores: militar, político, societal, econômico e ambiental. No entanto, os que mais se aproximam do objeto de estudo deste artigo e, com isso, terão mais enfoque são os: político, econômico e ambiental. No setor político, a Escola de Copenhague defende que os atores governamentais, em grande medida, são os agentes securitizadores. De modo geral, “as ameaças políticas têm por objetivo destruir ou abalar a estabilidade organizacional do Estado” (TANNO, 2003, p. 64).

No contexto da securitização da questão ambiental, em específico da Amazônia, Urt e Pinho (2010) salientam que pós 2ª Guerra Mundial (1939-1945), a Amazônia perdeu seu protagonismo, já que o caráter estratégico da borracha para a indústria bélica da época não ocupava mais a mesma relevância. Foi somente em 1972, com a emergência que os temas ambientais passaram a ter, na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em Estocolmo, que a Amazônia voltou a ter lugar cativo na agenda global (URT e PINHO, 2010).

A temática ambiental passou a transitar e influenciar diversos foros de discussão, o que ao longo do período recebeu um caráter cada vez mais emergencial e esse “foco da opinião pública mundial tem despertado diferentes formas de discursos securitizadores, levando o debate sobre a Amazônia do campo da política para o campo da segurança.” (URT e PINHO, 2010, p. 34).

Buzan, Waever e de Wilde (1998) nesse sentido, revelam a securitização é o resultado de um ato de fala, de uma prática auto-referencial, que não necessariamente corresponde a uma realidade dada, mas sim a uma ameaça socialmente construída, onde atores com intuito de projeção e maximização de poder, se utilizam da doutrina do choque (KLEIN, 2008) para gerar espaços de legitimação para medidas de emergência, uso da força, dentre outros recursos políticos extraordinários.

Urt e Pinho (2010) ressaltam que no tocante à securitização da Amazônia, esta se deu de formas distintas e opostas que se retroalimentam:

De um lado, ambientalistas partem do pressuposto (nem sempre verdadeiro) de que os Estados sul-americanos são ineptos para lidar com os problemas

atinentes à floresta. Por isso, produzem discursos no sentido de intensificar a atuação de atores extra-amazônicos para assegurar a preservação dos valores ambientais relacionados com a preservação da floresta. De outro lado, setores nacionalistas das sociedades amazônicas, em reação aos discursos descritos acima, securitizam fortemente a integridade de seus territórios, destacando de várias formas a legitimidade de suas soberanias (URT e PINHO, 2010, p. 34-35).

Ao desvendar esses movimentos de securitização e dessecuritização, Urt e Pinho (2010), alertam que esses processos remontam aos dilemas de segurança interestatais, e no caso em específico da Amazônia, estar-se-ia diante de um dilema de securitização ambiental gere uma sensação de insegurança pelos setores político e militar. Essa interpretação pode resultar na falsa ideia de que há uma falha ou má gestão do objeto securitizado, ensejando assim medidas excepcionais como abertura ingerências ecológicas e relativização de soberania como advoga Bachelet (1995).

Contudo, há que se observar, consoante alerta Bertha Becker (2007), que as ameaças de ingerências ocorrem não por expressão de *hard power*, mas sim pela influência exercida pelas grandes potências, ou seja, “não mais visa a apropriação direta dos territórios, mas sim o poder de influir na decisão dos Estados sobre seu uso” (BECKER, 2007, p. 34).

Como lembram Buzan e Waever (2003) as estratégia são a de penetração econômica. Mas os mecanismos que ativam os processos de securitização são disparados conforme a percepção de ameaça se mostra latente. Exemplo é o que apontam Boeno, Boeno e Marques (2015) ao demonstrar que em 2015 as alterações climáticas foram elevadas ao mesmo nível de ameaça que armas de destruição em massa e ataques terroristas, passando a compor a agenda da National Security Strategy of United States of America, trazendo para o campo da segurança a temática ambiental, inclusive como objeto de deliberação pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Trata-se portanto, de um processo de securitização em construção.

Boeno, Boeno e Marques (2015) apontam para o fato de que os resultados desse processo de securitização apontam para: 1) recente inserção das alterações climáticas no rol das ameaças nas principais estratégias de segurança ocidentais; 2) possibilidade das alterações climáticas tornarem-se “potencial geradora de déficit de soberania”, legitimando futuras ações; 3) e alterações climáticas (como ameaça “militar” ou “não militar”) terão reflexos para as forças armadas (exigindo novas capacidades) (BOENO, BOENO, MARQUES, 2015, p. 602).

Assim, a capacidade de vulnerabilizar a soberania de um determinado Estado pode influenciar na adoção de certas medidas que pressionem e, acima de tudo, visem a substituição

de governos, políticas e gestão de seus recursos (WILLIAMS, 2003). Além disso, as posições ideológicas de cada Estado exercem influências distintas no tocante à “definição do objeto de referência no campo de segurança” (TANNO, 2003, p. 67).

Assim, os processos de securitização, tem o discurso como ferramenta viável na tentativa de convencimento por parte do público alvo do caráter ameaçador e emergencial da temática em pauta. Quando a demanda do agente securitizador é considerada legítima e a ameaça é admitida como suficiente para quebrar o arcabouço normativo de política, é que a securitização foi efetivada (DUQUE, 2008).

Resta evidente, que as novas formas de exercício do poder tem na securitização seu meio de legitimação. Nesse sentido, Bobbio lembra que o Poder e suas formas sofrem influências diretas de fatores que não cabem em uma dicotomia de bem ou mal, bom ou ruim, legítimo ou não, pois cada uma dessas categorias podem ou não ser resultado de uma complexidade sistêmica que à luz de Niklas Luhmann “nas sociedade complexas que concluíram o processo de positivação do direito, a legitimidade é o efeito não da referência a valores mas da aplicação e certos procedimentos instituídos para produzir decisões vinculatórias”(BOBBIO, 2007, p. 93).

Assim a legitimidade de determinados processos de securitização pode ser mera expressão do cumprimento das regras do próprio sistema. Da mesma forma que a Lei, ainda que seja classicamente e restritivamente vista como a voz da razão, é em verdade fruto de um sistema de Poder que é envolvido, influenciado e determinado por uma complexidade de fatores externos e internos. A Lei pode ser também resultado de processos históricos de composição, decomposição ou recomposição de sociedades que passaram por processos de colonização ou descolonização (com ou sem identidade) que restarão por configurar posteriormente ordenamentos domésticos aptos a exercer poder interno ou internacionalmente.

Duque (2008, p. 98) ainda destaca que “a posição social do ator securitizador e as características da ameaça por ele identificadas”, somando-se ao impacto das questões de domínio político e econômico, necessariamente exercem influência na eficácia e eficiência da iniciativa de securitização. Watson (2011, pp. 7-8) discorre que se determinada ameaça é recorrente, o senso de urgência torna-se institucionalizado, resultando na criação de instâncias burocráticas e militares para lidar com a mesma. Assim, as práticas de segurança são contemporizadas inicialmente no nível de exceção e, com a latente insurgência da ameaça, tornam-se rotinas operacionais do Estado.

As narrativas da Escola de Copenhague atentam para o fato de que ainda que as ameaças ambientais não sejam propositais, as mesmas podem refletir, em certa medida, insegurança nas estruturas políticas. (TANNO, 2003, p. 68). Diante desse cenário, verifica-se de extremamente plausível, valorizar e promover a integração regional e respectiva cooperação no que se refere à conservação da biodiversidade da Amazônia, tendo o Brasil o papel de protagonista nesse cenário, com implementação de políticas internas e externas que devem estimular ações correspondentes por parte dos vizinhos fronteiriços.

A integração regional na conservação da biodiversidade e sua permeabilidade nos documentos de Defesa

A reconfiguração do modelo mundial e fim da Guerra Fria, despertou a atenção para outras regiões do mundo e desenvolvimento de estudos relativos ao regionalismo. Nesse cenário, surgem atores-chave que passam a desenvolver papéis fundamentais no sistema regional. São eles, ora considerados líderes ora interpretados como *hegemons* regionais, a depender do modelo de política externa, convergência de interesses entre seus vizinhos, a existência ou não de identidade, bem como semelhanças nos seus processos de colonização e descolonização. O regionalismo desponta portanto, como uma tentativa de equilíbrio na balança de poder global e na maximização de interesses específicos.

A ideia de cooperação ganha escopo e processos de integração regional são levados à cabo, uns com menos ou mais sucesso, menor ou maior tempo de durabilidade. Hurrel (2007) nesse sentido, esclarece que um sistema de Estados preconiza uma cultura comum, o que exige certo grau de unidade.

Prys (2010) por sua vez, demonstra que a hegemonia regional pressupõe que o Estado possua recursos de poder militares e econômicos, superiores aos de seus vizinhos, bem como uma estratégia de política externa que reflitam dominação ou isolamento. Será a dimensão de escolhas, comportamentos e zonas de influências que irão indicar a existência ou não de uma potência regional. Nesse sentido, a referida autora elenca os seguintes fatores: autopercepção da potência regional; percepção desta potência por outros Estados; a provisão de bens públicos; e projeção de valores e interesses da potência sobre Estados secundários. (PRYS, 2010).

Essas dimensões elencadas, endógenas ou exógenas e os efeitos por elas causados, irão refletir como as pressões sistêmicas, resultantes da distribuição internacional de poder, irão ser enfrentadas e como esses fatores irão afetar ou contribuir para as relações entre os vizinhos. No

bojo desse arcabouço teórico acerca do regionalismo, importante refletir como a integração regional tem papel estratégico na conservação da biodiversidade, bem como os documentos de defesa brasileiros versam sobre a temática ambiental. Nesse aspecto autores como Menezes (2015) propõem o manejo integrado de um mesmo ecossistema que engloba mais de um território nacional, como no caso das regiões fronteiriças. Não se trata de questão pacífica no âmbito teórico, muito menos dos seguimentos institucionais dos Estados. Mas o que cabe refletir é: será que esse caminho fragilizaria a soberania ou fortaleceria a ideia da construção de um complexo de segurança regional na proteção da biodiversidade?

Nesse sentido, Menezes (2015) ressalta que a relevância estratégica da Amazônia brasileira, centra-se no debate de duas questões: a integração da América do Sul e o ordenamento territorial. A primeira faz parte de uma perspectiva dinâmica, com possibilidade de projeção do Brasil por meio da integração e cooperação, com geração de benefícios para o país e demais vizinhos fronteiriços. “Tranforma-se, assim, uma linha de fissura em cimento que liga duas nacionalidades e proporciona o desenvolvimento integrado” (CUNHA E MENEZES, 2015, p. 202- 203).

Assim a maximização dos objetivos, isto é, da proteção da biodiversidade, deve ser conduzida por meio de estratégias que considerem os interesses comuns. Nesse sentido, Ayoob (1999) lembra que o compartilhamento de interesses, identidade entre outros elementos de convergência, são variáveis determinantes para uma posição de liderança. Trata-se de um regionalismo cognitivo, calcado em instituições de cooperação regional para fins de segurança e bem-estar. Essa identidade pode se dar através da interação mútua, semelhanças geográficas e interesses políticos e econômicos coincidentes. (AYOOB,1999).

Nesse ponto, o ordenamento territorial torna-se a pedra de toque. Assim, denota-se que os acordos regionais relativos à proteção da biodiversidade são estabelecidos no âmbito da política externa com seus vizinhos, os quais devem guardar certa correlação de agenda. Ou seja, as regiões de fronteira não podem estar fora do âmbito das políticas públicas internas de cada país. Políticas essas que amoldam os contornos das ações externas e apontam os caminhos para evitar a ocupação desordenada do território, a grilagem, desmatamento, incremento de ilícitos transnacionais etc.

Resultado de uma visão da Amazônia como uma “fronteira natural entre o Brasil e os seus vizinhos”, como um “vazio antrópico” apto a demarcar os limites de uso e usufruto da terra. Assim, “as políticas públicas e o planejamento econômico e infraestrutural dos países sul-

americanos tenderam a esquecer a região, exceto por episódicos projetos pontuais, raramente com características integradoras ou estruturantes”(CUNHA E MENEZES, 2015, p. 204-205).

Se no passado, para a maioria dos brasileiros, a Amazônia era apenas uma expressão cartográfica, hoje a pujança territorial e as consequentes oportunidades de projeção econômica e política conferível ao Brasil por colindar com nove países só poderão ser efetivamente exploradas se a Amazônia deixar de se configurar em espaço de separação para se transformar em um elemento de ligação com o norte do continente sul-americano e, por meio dele, com os países caribenhos. Enquanto isso não ocorrer, o país não se beneficiará plenamente de suas múltiplas fronteiras e continuará limitado a uma integração apenas à porção meridional da América (CUNHA E MENEZES, 2015, p. 205).

Menezes (2015) ressalta que, no tocante as políticas públicas internas brasileiras, tem-se observado que a preocupação com o desenvolvimento amazônico tem sido uma das pautas mais recorrentes nos documentos de defesa. E esse processo, é traçado a partir de três vezes: 1) a fiscalização e adensamento da presença do Estado; 2) planejamento e construção de infraestruturas capazes de integrar a região ao resto do país, bem como aos países andinos e caribenhos; 3) e o ordenamento do território.

Os projetos Sivam e Calha Norte, bem como a instalação de postos da Polícia Federal, são expressões do primeiro viés, tendo como grande destaque o aumento expressivo da Força Singular Terrestre nas regiões de fronteira e na Amazônia geral. Atualmente com 28 mil soldados e com perspectivas de expansão desse efetivo para 30 mil até 2018, ampliando-se de 23 para 51 os postos militares e com espaçamento nunca superior a 200 km (CUNHA E MENEZES, 2015, p. 206).

Na segunda vertente, traz-se o planejamento e construção de infraestrutura capaz de integrar a região amazônica ao resto do país, bem como através dela encurtar as distâncias e acessos aos países andinos e caribenhos, tem-se a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Sul- Americana – IRSA. Essa iniciativa, originada no governo Fernando Henrique Cardoso, ganhou força no governo Lula, que no exercício de seus dois mandatos “conferiu às Américas ao sul do Rio Grande um tratamento especial, simbolizado pelo estabelecimento da Comunidade Sul-Americana de Nações e pelas reuniões de Cúpula da América Latina e Caribe, realizada em Salvador em 2009, e Brasil-Caricom, que teve lugar em Brasília 2010.” (CUNHA E MENEZES, 2015, p. 206-207).

Menezes (2015) lembra que foi exatamente essa foi a tônica dada pelo embaixador Antônio Patriota, quando em seu discurso de posse como Ministro das Relações Exteriores proferido em 1º de janeiro de 2010, onde apontou como prioridade do Itamaraty a necessidade de “completar a transformação da América do Sul em espaço de integração”. Foi também o entendimento do ex-chanceler Celso Amorim, quando afirmou que “O Governo Lula definiu a América do Sul como ponto de partida para uma nova inserção do Brasil no sistema internacional”. E nessa vertente, reafirma Menezes: “A integração física é indispensável para a concretização do discurso político e a integração física para além do Mercosul não é possível sem que se atribua à região fronteira na Amazônia um papel estratégico.”(CUNHA E MENEZES, 2015, p. 207).

Esse o escopo da Política Nacional de Defesa que traz em seus itens 3 e 5 a preocupação com a proteção e preservação da biodiversidade. Em específico no seu item 5.4 ao discorrer que

5.4 A Amazônia brasileira, com seu grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade, é foco da atenção internacional. A garantia da presença do Estado e a vivificação da faixa de fronteira são dificultadas, entre outros fatores, pela baixa densidade demográfica e pelas longas distâncias. (BRASIL, PND, 2012)

O processo de integração portanto, não pode passar ao largo da questão estratégica da conservação da biodiversidade da Amazônia. Esse o cerne da Estratégia Nacional de Defesa quando em seu item 10 preconiza a priorização da região amazônica e assim dispõe: “A Amazônia representa um dos focos de maior interesse para a defesa. A defesa da Amazônia exige avanço de projeto de desenvolvimento sustentável e passa pelo trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença.”(BRASIL, END, 2012).

De igual modo, versa o Livro Branco de defesa, o qual a relevância da Amazônia e da proteção e preservação da biodiversidade permeia todo o documento, como é possível observar na seguinte passagem:

O Brasil afirma sua incondicional soberania sobre a Amazônia brasileira, que possui mais de 4 milhões de km², abriga reservas minerais de toda ordem e a maior biodiversidade do planeta. A cooperação do Brasil com os demais países que possuem território na Pan-Amazônia é essencial para a preservação dessas riquezas naturais (BRASIL, LBDN, 2012, p.19).

Na mesma linha foi lançado pelo Ministério da Defesa no dia 02/06/2017, o Livro Verde, intitulado “Defesa e Meio Ambiente – Preparo com Sustentabilidade”⁹, visando divulgar as boas práticas de gestão ambiental realizadas pela Marinha, Exército e Força Aérea Brasileira, elencando as medidas de proteção, preservação, sustentabilidade e recuperação, bem como as operações em apoio ao meio ambiente.

Conforme verifica-se, os documentos de defesa brasileiros não só conferem alta relevância e prioridade à proteção da biodiversidade da Amazônia, como também conferem à mesma o devido caráter estratégico. Nesse sentido, vale lembrar as lições de Coutau-Bégarie (2010) quando alude que o pensamento estratégico decorre de determinantes sociais que reclamam uma via de ação para responder às necessidades. Dentre essas determinantes, encontram-se as diferenças culturais, fatores históricos, necessidades endógenas e exógenas que dão origem a uma teoria e pensamento militar. A ciência estratégica é fertilizada em tempos de inação, mas é evidente que é a existência de um inimigo que irá fazer nascer o pensamento estratégico. E no caso da biodiversidade amazônica, o maior inimigo é a má gestão, e o pensamento estratégico por seu turno preconiza uma governança eficaz.

No tocante ao terceiro viés, o ordenamento do território, há que se conciliar e “incorporar as peculiaridades do meio ambiente amazônico no planejamento de infraestruturas na região. Não é possível pensar em integração regional com foco exclusivo em obras de engenharia.”(CUNHA E MENEZES, 2015, p. 208).

Menezes (2015), embora reconheça que existem opiniões conflitantes, aduz que “a criação de áreas protegidas como instrumentos de ordenamento do território como estratégia de ocupação e desenvolvimento do espaço amazônico” coadunam os objetivos resultantes das políticas de integração regional e de defesa, criando assim um incentivo para “unidades de espelho do outro lado da fronteira”(CUNHA E MENEZES, 2015, p. 209-210).

O que importa observar nesse aspecto é que a instituição de áreas protegidas/unidades de conservação sem a devida vivificação das fronteiras e adensamento da presença do Estado comprometem a conservação da biodiversidade. A ausência institucional, sobretudo em regiões vizinhas em que características conflitivas são latentes, fragiliza a possibilidade de uma gestão integrada eficiente e eficaz da biodiversidade amazônica, abrindo espaço para o desenvolvimento de redes e corredores de ilícitos transnacionais.

⁹Livro Verde. Disponível em <http://www.defesa.gov.br/estado-e-defesa-editoria/artigo-de-teste/estado-e-defesa/defesa-e-meio-ambiente> acesso em 28.06.2017.

Complexo de Segurança Regional para a proteção da Biodiversidade da Amazônia: o protagonismo do Brasil na liderança regional

A fim de responder as questões que tem se colocado como emergências e, portanto objetos de securitização, faz-se necessário discorrer acerca da importância da formação de um complexo de segurança regional para a proteção da biodiversidade da Amazônia e como o Brasil tem papel de líder regional nesse cenário.

O conceito de vetor de segurança, de caráter regional, potencializou a elaboração de uma teoria por Buzan que agregou grande relevância à análise das relações internacionais. No que concerne à esta teoria, tornaram-se “necessárias investigações sobre a relação entre as variáveis domésticas e regionais e sobre a relação entre as variáveis regionais e internacionais” (TANNO, 2003, p. 69).

Complexos de segurança resultam da estrutura anárquica do sistema internacional moderno e consistem em estruturas anárquicas em miniatura ou subsistemas. Fazem parte, portanto, de um nível intermediário de análise, localizado entre as dinâmicas interestatais e sistêmicas de segurança (TANNO, 2003, p. 69).

Segundo esta teoria, elencar a distribuição de poder e os padrões de interação entre os Estados de determinada região era fundamental para se entender o grau interdependência entre suas relações, bem como classificar os Estados como fortes ou fracos de acordo com sua projeção de poder nas dinâmicas de segurança.

É importante notar que o conceito de complexo de segurança aqui postulado é o que sofreu um processo de redefinição em 1998 por Buzan, ao considerar que os Estados não seriam os únicos atores capazes de gerar complexos, mas também as nações, os grupos ambientalistas e comunidades epistêmicas (STRITZEL, 2007).

Sendo assim, o pressuposto que visa afirmar a pauta acima apresentada se faz presente no trecho abaixo:

Um complexo de segurança é definido como um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização e desecuritização, ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos de maneira separada (WÆVER et alli, 1998 apud TANNO, 2003, p. 70).

O território amazônico é de suma relevância para entender a dinâmica política e econômica desenvolvida no âmbito dos principais blocos da América do Sul, bem como para o robustecimento da integração nesta região. Somados a isso, é um espectro que possibilita a projeção internacional do país além de fortalecer a política de defesa e segurança nacional, sobretudo face ao grande interesse dos principais atores do cenário internacional em exercer influência nessa região (SANTOS, 2014).

A articulação brasileira face ao processo de cooperação regional exerce, em grande medida, um papel de destaque devido a questões: geográfica, demográfica, econômica e tecnológica. Havia a preocupação nacional em estabelecer relações físicas e materiais que rumassem à consolidação de medidas de infraestrutura sobretudo nos setores de transporte, energia e telecomunicações e, com isso, evidencia a disposição brasileira em exercer a liderança na região (SANTOS, 2014).

O que tem sido observado, como aludido anteriormente, em iniciativas como a IIRSA. Uma maior aproximação entre os países do entorno regional pode viabilizar a construção de uma perspectiva estratégica comum a fim de mitigar possíveis dissensões na esfera da cooperação e, isso, conduziria estes Estados ao melhor entendimento e enfrentamento dos interesses externos que perpassam esse território (SANTOS, 2014).

A agenda diplomática brasileira corrobora em suas narrativas com a ideia de uma atuação efetiva alicerçada nas arenas multilaterais. Lima (2005) argumenta que a ambição por exercer destaque e poder de influência junto às grandes potências sempre permearam a história e o pensamento da política externa brasileira.

Pecequilo (2008) nesse sentido, chama atenção para o fato de que no século XXI, o cenário passa a exigir uma nova percepção da política externa a partir de uma tradição global-multilateral, levando a uma convergência dos níveis bi e multilateral, sendo as Relações Internacionais do Brasil uma função tanto do potencial externo quanto do interno e, por essa razão, encontra grandes desafios advindos de dentro.

As tradições da atuação do Brasil no cenário internacional demonstram: 1) vocação pacífica e multilateral; 2) juridicismo, adota soluções negociadas e calcadas na lei e no direito internacional; 3) o pragmatismo, almejando o interesse nacional e, por fim; 4) a correlação entre desenvolvimento e relações internacionais, onde o setor externo é apontado como mola propulsora do progresso e sustentabilidade nacional (PECEQUILO, 2004).

Saraiva (2011) considera que o Brasil vem cumprindo bem essa liderança, tanto é que tem exercido o papel de *paymaster*, absorvendo os custos da integração e provendo o coletivo de bens públicos necessário para o êxito dos processos de integração dos quais faz parte. O reforço ao multilateralismo foi baseado na liderança exercida pela política externa, característica do governo Lula, que primou pela liderança da América do Sul em uma articulação entre os autonomistas desenvolvimentistas e os progressistas. Adotou de forma atualizada os princípios da não intervenção como “não-indiferença”, acrescentou na agenda a articulação da liderança regional com os processos de cooperação e integração regional e com incentivos ao desenvolvimento do governo brasileiro. (SARAIVA, 2011).

Vale lembrar, que a atratividade da Amazônia engendrou novos contornos quando exposto seu potencial mineral, agrícola e energético a partir da década de 1960. Nessa conjuntura, Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela despenderam esforços ao propor o estabelecimento de mecanismos de cooperação, através do Tratado de Cooperação Amazônica, que tinha como base a reafirmação da soberania estatal (SANTOS, 2014).

Santos (2014) relata que o Brasil tentou sustentar esse Tratado de Cooperação como uma ferramenta de diálogo entre os países amazônicos, de modo a difundir a concepção de desenvolvimento sustentável e sobretudo com o intuito de criar uma ideário coletivo entre os membros participantes acerca de seu status e posicionamento na região e externamente.

A Amazônia como fator de integração sul-americana e a liderança brasileira a procura de novos significados nas relações com os países amazônicos impôs um redirecionamento da política externa brasileira com reflexos na geopolítica do subcontinente nos anos 1990. Esse redirecionamento procurou romper com o caráter de subordinação que a política externa tinha em relação aos Estados Unidos durante o governo Collor. O governo de Itamar Franco (1992-1994) passou a priorizar os foros multilaterais, os quais o Brasil teve grande destaque permitindo uma maior presença do país no cenário internacional, e a integração regional, esta por sua vez, enfatizou o Mercosul e se esforçou para articular os demais países sul-americanos para o projeto de integração. Em dezembro de 1992, no primeiro ano do governo de Itamar Franco, foi lançada a Iniciativa Amazônica – cuja proposta era a “negociação de acordos de complementação econômica com os países-membros do Tratado de Cooperação Amazônica” – que impulsionou a estratégia regionalista da diplomacia brasileira em contraposição ao regionalismo norte-americano e passou a priorizar não só o Mercosul, mas também as relações com os países amazônicos (MELLO, 2002, p. 38).

Denota-se que o Brasil vem promovendo a integração regional, com maiores expressões nos governos Lula, lastreado no multilateralismo e conferindo a devida importância estratégica à região. Contudo, a timidez com que essas iniciativas passaram a serem tratadas pela política externa brasileira nos últimos anos, evidencia que essa liderança precisa ser aprimorada e priorizada, convergindo com o que preconizam os documentos de defesa brasileiros, de modo que haja uma inclinação em assumir o papel de protagonista no processo de construção de um complexo de segurança regional na defesa da biodiversidade da Amazônia.

Considerações finais

O presente texto propôs apresentar a complexidade que envolve os processos de securitização e dessecuritização da questão ambiental e como a proteção da biodiversidade da Amazônia pressupõe estratégias que possam convergir os interesses nacionais e regionais.

Verificou-se que a atuação do Brasil no âmbito de suas políticas públicas internas e ações regionais ao longo dos anos guardam sintonia com os documentos de defesa brasileiros e seus objetivos. Esse cenário de fato cria para o Brasil uma percepção de *pay master* quando o assunto é defesa da biodiversidade da região. Essa posição empodera as ambições brasileiras de liderança regional e mais protagonismo internacional, porém desde do início da crise política em 2015 é possível perceber um claro declínio nessa postura e uma dificuldade considerável para manter padrões de política externa que reflitam ambições pretéritas recentes.

Contudo, apesar do esforço cooperativo Brasileiro, ainda não existem grandes expressões de acordos regionais que possam representar a construção de um complexo de segurança consolidado na preservação da biodiversidade da Amazônia. Isso se deve em partes pela própria dinâmica estratégico-econômica da região, o que faz com os atores estatais envolvidos nesse cenário em muitas situações privilegiem suas demandas nacionais ao invés da construção de alianças regionais.

Por fim, pensar a Amazônia, sua biodiversidade e como os Estados devem entender sua securitização é essencial para a própria preservação da soberania desses atores. Entender suas demandas como algo comum pode empoderar processos cooperativos de proteção que elevem a capacidade desses entes em promover segurança ao mesmo tempo em que consigam explorar tais recursos de forma sustentáveis e responsáveis.

Referências

- AYOOB, MOHAMMED. **From Regional System to Regional Society: Exploring Key Variables in the Construction of Regional Order** - Australian Journal of International Affairs, Vol.53, No.3, 1999.
- BACHELET, Michel. **Ingerência Ecológica: Direito Ambiental em questão**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília: MD, 2012. (<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/pnd.pdf>)
- _____. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: MD, 2012. (<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf>)
- _____. **Livro Branco da Defesa Nacional**. Brasília: MD, 2012. (<http://www.defesa.gov.br/projetosweb/livrobranco/lbdndigital/>)
- BECKER, Bertha K. **Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio**, Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BUZAN et alli, **Security: a new framework for analysis**. London: Lynne Rienner publishers, 1998.
- _____ & WAEVER. **Regions and powers: the structure of international security**. Cambridge: University Press, 2003.
- BUZAN, Barry. **People, States and Fear: an Agenda for International Security studies in the Post-Cold War Era**. Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1991.
- _____. **The London School of Economics and Political Science**. Disponível em: <<http://www.lse.ac.uk/researchandexpertise/experts/b.g.buzan@lse.ac.uk>> Acesso em: 05/09/2013.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BOENO, Raul Kleber de Souza. BOENO, Renate Kottel. MARQUES, Viriato Soromenho. **Alterações Climáticas e Securitização: a construção da dissuasão climática**. Coleção Meira Mattos, Rio de Janeiro, v. 9, n. 36, p. 595-605, set./dez. 2015. Editora ECEME. Escola de Comando e Estado Maior do Exército. Disponível em http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/22441/1/ICS_Boeno_Alteracoes_ARL.pdf Acesso em 28.06.2017.
- COUTAU-BÉGARIE, Hervé. **Tratado de Estratégia**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010.
- CUNHA E MENEZES, Pedro de Castro da. **Áreas de preservação ambiental em zona de fronteira: sugestões para uma cooperação internacional no contexto da Amazônia**. Brasília. FUNAG, 2015.
- DUQUE, Marina Guedes. **A teoria de securitização e o processo decisório da estratégia militar dos Estados Unidos na Guerra do Iraque**. Brasília: Universidade de Brasília - Instituto de Relações Internacionais, 2008.
- HURRELL, Andrew. **One worl? Many worlds? The place of regions in the study of international society**. International affairs 83: 2007.
- KLEIN, Naomi. **A Doutrina do Choque a Ascensão do Capitalismo de Desastre**. Editora Nova Fronteira, 2008.
- LIMA, M. R. S. de. **A Aspiração internacional e política externa**. Revista Brasileira de Comércio Exterior, Rio de Janeiro, ano XIX, n.82, p.4-19, jan./mar. 2005
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às Relações Internacionais: Temas, atores e visões**. Petrópolis, RJ, Ed. Vozes. 2004.

- PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical.** *Revista Brasileira de Política Internacional.* 51(2): 136-156, 2008.
- PRYS, Miriam. **Hegemony, Domination, Detachment: Differences in Regional Powerhood.** *International Studies Review.* 2010. p. 479–504.
- SARAIVA, Miriam Gomes. **Integração regional na América do Sul: processos em aberto.** In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, 3. 2011, São Paulo.
- SANTOS, Leandro Fernandes Sampaio. **A Amazônia como Instrumento da Política Externa Brasileira.** *Aurora, Marília,* v. 7 n. 2, p. 109-122, Jan-Jun, 2014.
- STRITZEL, Holger. **Towards a Theory of Securitization: Copenhagen and Beyond.** *European Journal of International Relations.* Vol. 13, nº 3, September 2007, pp. 357-383.
- TANNO, Grace. **A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional.** Rio de Janeiro: Contexto Internacional. Vol. 25, nº 1, janeiro/junho 2003, pp.47-80.
- WÆVER, Ole; BUZAN, Barry; KELSTRUP, Morten e LEMAITRE, Pierre. **Identity, Migration and the New Security Order in Europe.** Londres: Printer, 1993.
- _____; _____; e WILDE, Japp de. **Security: a New Framework for Analysis.** Londres: Lynne Rienner Publishers, 1998.
- WATSON, Scott. **The ‘human’ as referent object?: Humanitarianism as securitization.** *Security Dialogue,* 2011.
- WILLIAMS, Michael C. **Words, Images, Enemies: Securitization and International Politics.** *International Studies Quarterly.* Vol. 47, 2003, pp. 511-531.

Amazônia no cenário das mudanças climáticas: desafios e perspectivas¹⁰

Alberto Teixeira da Silva¹¹

Este artigo discute a questão da Amazônia na problemática do aquecimento global e mudanças do clima decorrentes, que tem se acentuado de forma dramática nos últimos anos. Interessa aqui apreender o significado deste bioma na transversalidade da crise ambiental e climática em escala planetária. Considera que pelas riquezas naturais e dimensões superlativas que detém, e pelos problemas históricos que acumula, é inquestionável o protagonismo desta região nas mudanças ambientais globais. A tese central é de que a Amazônia tem ligações importantes com o aquecimento global, contribui com a mitigação das mudanças do clima e encontra-se frágil e vulnerável aos eventos climáticos extremos.

Amazônia; Mudanças Climáticas; Geopolítica; Eventos Extremos; Sustentabilidade.

Introdução

A presente reflexão tem o propósito de discutir a Amazônia no contexto dos grandes desafios geopolíticos e transformações da sociedade contemporânea, notadamente no que se refere ao fenômeno do aquecimento global e mudanças do clima decorrentes, que tem se acentuado de forma dramática nos últimos anos. Busca apreender, de forma provisória, o real significado deste bioma com os processos sistêmicos e transversais da crise ambiental e climática em escala planetária, na medida em que, pelas riquezas (bens ecológicos, culturais e econômicos) e dimensões superlativas que detém (áreas de florestas úmidas, megabiodiversidade) e pelos problemas históricos que acumula (degradação socioambiental, ocupação predatória), é inquestionável o protagonismo desta região nas mudanças ambientais globais.

A Amazônia ainda precisa ser decifrada no contexto da política climática global. Nossa tese é de que a Amazônia tem ligações importantes com o aquecimento global, contribui com a mitigação das mudanças do clima e encontra-se frágil e vulnerável aos eventos climáticos extremos. Além da introdução e da conclusão, importa num primeiro plano destacar o recorte geopolítico das mudanças climáticas e projetar os fatores de mitigação provenientes dos benefícios diretos da conservação e proteção das florestas e serviços ecológicos que a Amazônia

¹⁰ Este artigo se beneficia de versões preliminares intituladas "percepções e consciência de eventos climáticos extremos, (2017)" e "Amazônia e mudanças climáticas globais, (2018)", que foram publicadas na *Revista Mundorama* (www.mundorama.net).

¹¹ Professor Associado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (IFCH/UFPa). Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Pós-Doutorado pela Universidad Carlos III de Madrid (UC3M). E-mail: alberts@superig.com.br

canaliza para regiões próximas e longínquas. No momento subsequente, considerar as vulnerabilidades da América Latina na crise climática e os impactos dos eventos extremos na Amazônia. Finalmente, pontuar que a Amazônia no século XXI, se insere como ator estratégico na construção de uma economia global de baixo carbono, contribuindo diretamente para um paradigma civilizacional que promova a inclusão e a sustentabilidade.

Geopolítica e Mudanças climáticas

A geopolítica do século XXI não está mais acorrentada ao conflito mundial bipolar que vigorou por boa parte do século XX. Deixou também de ser discussão focada unicamente no aspecto bélico e militar. No turbilhão dos problemas expostos pela globalização multidimensional, a agenda geopolítica está sendo incrementada com novos debates e reflexões, tornando-se um campo abrangente de estudos (VESENTINI, 2005). As transformações do sistema internacional no pós guerra fria, retiraram da camisa de força (no contexto das tensões capitalismo (EUA) versus comunismo (ex-URSS), questões que se tornariam globais como meio ambiente, migrações e direitos humanos (CERVO, 2006).

Dentre os grandes temas internacionais emergentes nas últimas décadas, os problemas relacionados ao aquecimento global e mudanças climáticas, já se projetam com um dos maiores desafios do século XXI (STERN, 2015; GIDDENS, 2010). Mudanças climáticas constitui uma questão crucial na governança global (LEIS; VIOLA, 2001), e vem ganhando de forma crescente visibilidade e centralidade nas agendas dos governos nacionais, iniciativas subnacionais e instituições multilaterais. Não se trata apenas de ameaça, pois já estamos experimentando turbulências severas e desastres devastadores na era de mudanças climáticas incontrolláveis, como conseqüências do atual modelo de desenvolvimento insustentável e desequilibrado que comanda nossa contemporaneidade.

Não existe nenhum espaço geográfico fora do alcance do aquecimento global e seus efeitos nocivos sobre diversos setores das sociedades humanas. Sucessivos Relatórios do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (*Intergovernmental Panel on Climate Change* ou IPCC em inglês), tem endossado que os fatores determinantes no aumento das temperaturas médias do planeta são derivados das ações humanas, provenientes da industrialização e destruição das florestas e que as mudanças climáticas intensificarão eventos extremos, deixando rastros de perdas humanas, prejuízos econômicos e devastação ambiental (IPCC, 2007).

Nesta quadra histórica de agendas globais complexas, ou seja, além das conseqüências danosas do aquecimento global que colocam em marcha mudanças climáticas, outros temas como fluxos migratórios derivados de guerras, pobreza e terrorismo, tensão nuclear, escassez de recursos hídricos, violação de direitos humanos e perda de biodiversidade, conformam uma época de riscos e inseguranças planetárias sem precedentes.

Considera-se que a crise climática no cenário da crise multidimensional contemporânea é um dos sinais dos dilemas e contradições do processo civilizatório que impôs a dominação do homem sobre a natureza, fragmentando o conhecimento e comprometendo a capacidade de compreender o sentido da vida na sua organicidade e interconexão. Como diz o filósofo Edgar Morin, estamos todos presos à uma *comunidade de destino* num contexto de enraizamento planetário, que é a “nossa casa, *home, heimat*, é nossa mátria e, mais ainda, nossa Terra-Pátria” (MORIN, 2003: pag. 177).

A aprovação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (*United Nations Framework Convention on Climate Change* ou UNFCCC em inglês) em 1992, no contexto da emblemática Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ocorrida no Rio de Janeiro (informalmente conhecida como “Cúpula da Terra” ou “Rio 92”), foi sem dúvida, marco político-institucional basilar da governança mundial para o combate de mudanças climáticas derivadas do aquecimento global.

Contudo, ao longo da década de 1990 e períodos sucessivos, o simbolismo não se traduziu num consenso em termos de políticas visando a redução drástica de gases do efeito estufa (GEE). Nem mesmo o Protocolo de Quioto (1997), que estabeleceu metas de redução exclusivamente aos países desenvolvidos (anexo A), conseguiu conter o ímpeto desenvolvimentista do padrão capitalista desregulado.

Embora a ratificação do Acordo de Paris em 2016, com base em compromissos voluntários de 192 países dos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), tenha trazido uma brisa de esperança para um combate efetivo ao avanço das mudanças climáticas antropogênicas (depois do fracasso de Copenhague em 2009), os efeitos da monumental carga de gases poluentes lançadas na atmosfera desde a revolução industrial, especialmente na esteira da grande aceleração do capitalismo fossilista e produtivista no pós segunda guerra mundial – estão transbordando em dolorosos custos materiais e humanos.

O impasse contemporâneo que impede o avanço de mudanças efetivas da cooperação internacional em torno do sistema da ONU, mostra o paralisia do sistema de governança

ambiental, que está dominada por forças conservadoras e soberanistas. Esse sistema internacional de hegemonia conservadora (VIOLA; FRANCHINI, 2012) torna-se incapaz de dar resposta aos problemas derivados da profunda interdependência das sociedades contemporâneas, que demandam como nunca de arranjos cooperativos para serem solucionados.

Neste sentido, coloca-se a reflexão do papel da Amazônia diante do aumento das temperaturas médias do planeta e da intensificação de mudanças climáticas globais. Espaço geográfico de dimensões continentais, compartilhado por oito países (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela) e o Departamento ultramarino da França (Guiana Francesa), a Amazônia Sul-Americana ou Internacional, é considerada a maior fronteira de recursos naturais do planeta (províncias minerais, rede de bacias hidrográficas, mega diversidade biológica e social) além de base natural em termos de prestação de serviços ambientais (equilíbrio ecossistêmico, sumidouro de carbono, provedor de corredores de umidade, etc.).

A Amazônia brasileira encontra-se seriamente ameaçada pelos problemas ambientais e vulnerabilidades socioeconômicas, sobretudo pelos efeitos nocivos das mudanças climáticas (WEISSENBARGER; SILVA, 2010). Embora com profundas marcas do capitalismo mercantil e surtos de internacionalização, a Amazônia continua ignorada pela política internacional, dado que o ciclo da borracha na Amazônia permitiu a revolução do automóvel, que segue alimentando a crise climática (PICQ, 2016). Em contrapartida, a imensidão e densidade das florestas – funcionando como sumidouro de carbono – já vem de forma secular retardando a elevação das temperaturas médias no cenário mundial.

É importante ressaltar que este debate é recente e desafiador nas instituições científicas e acadêmicas, sobretudo nas universidades periféricas, embora já se registre um acúmulo considerável de informações e experimentos na literatura internacional nacional e internacional. Em verdade, a agenda das mudanças climáticas, ainda que de forma gradual, está saindo do gueto da diplomacia e de especialistas ligados à burocracia pública e instituições não governamentais, e começando a ter visibilidade nas esferas política e social, notadamente pela divulgação de relevantes relatórios ligados ao Painel Intergovernamental de Mudanças do Clima (IPCC, em inglês).

A América do Sul é um dos continentes mais atingidos por eventos climáticos e figura como uma das porções territoriais com algo grau de vulnerabilidade social e ambiental. Segundo Viola (2009), é a região do mundo mais vulnerável depois da Polinésia, África, Sul da Ásia e costa Pacífica da Ásia e contribui com 7% das emissões globais de carbono.

Os sinais emergentes da Era do Antropoceno (ainda que não esteja oficializada pela comunidade científica – o que só poderá ocorrer em 2020, no próximo congresso mundial de geologia, muitos cientistas já começam a disseminar este termo em razão da grande interferência das ações e dos modelos desenvolvimento), apontam a aceleração de processos destrutivos implacáveis sobre as sociedades, sobretudo aquelas dependentes de patrimônio natural.

A inserção da Amazônia é complexa e paradoxal no contexto da crise climática atual. Não por acaso, “o aquecimento global tem impactos potencialmente catastróficos na Amazônia, e, ao mesmo tempo, a manutenção da floresta amazônica oferece uma das opções mais valiosas e baratas para mitigar as mudanças climáticas” (FEARNSIDE, 2009). De fato, embora tenha uma importante contribuição na mitigação (conservação florestal), processos de regulação climática e serviços ecológicos (ciclos bioquímicos, evaporação), é uma das regiões mais vulneráveis aos processos de turbulências que as mudanças climáticas estão desencadeando no Brasil (MARENGO, 2008), sendo fortemente vitimada por eventos climáticos extremos e ameaçada pelos riscos de savanização (NOBRE, 2007).

Outro aspecto a ser destacado é o papel estratégico da região como provedora de serviços ecológicos. Estes processos beneficiam diretamente não somente a Amazônia, mas outras regiões do Brasil, da América do Sul e de outras partes do planeta. Conforme se observa, “a engrenagem ecossistêmica da Amazônia funciona como uma poderosa máquina de regulação ambiental, ou seja, as florestas mantêm úmido o ar em movimento, o que leva chuvas para áreas continentais adentro. Isso pela capacidade das árvores de transferir grandes volumes de água do solo para a atmosfera através da transpiração. A floresta não somente mantém o ar úmido para si mesma, mas exporta rios aéreos de vapor que transportam a água para as chuvas fartas que irrigam regiões distantes (NOBRE, 2014). Como diz o pesquisador Paulo Moutinho do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), “a Amazônia funciona como regador, levando umidade e chuvas para outras regiões e também funciona com um grande ar condicionado, estocando carbono e ajudando na diminuição de emissões de gases de efeito estufa” (MOUTINHO, 2011).

A era de eventos climáticos extremos

No período mais recente, um conjunto de eventos extremos de grande repercussão internacional atesta a extensão da crise climática e o futuro de incertezas daqui por diante. Incêndios florestais descontrolados nos Estados Unidos (Califórnia), Canadá e Portugal; ondas

de calor na Europa, tufões no sudeste asiático, queimadas e enchentes na Amazônia, além da terrível seqüência de furacões (Harvey, Irma, Katia, José, Maria) que arrasaram as ilhas do Caribe e regiões costeiras do México e Estados Unidos, são prova contundente de tragédias naturais amplificadas pelo modelo de desenvolvimento baseado nas energias fósseis.

Vale recordar os estragos do famoso furacão Katrina em 2005, que arrasou a cidade de New Orleans, causando mortes e levas de desabrigados num dos centros urbanos de reconhecimento artístico-musical mais emblemáticos do planeta. As mudanças na atmosfera do nosso planeta não causaram os furacões, mas o consenso entre os cientistas é que os efeitos das mudanças climáticas, como o aumento do nível do mar e os oceanos mais quentes, tornaram essas tempestades muito mais destrutivas do que as décadas anteriores (DRASH, 2017).

A Amazônia vem sendo castigada por eventos climáticos extremos como secas, queimadas, enchentes, inundações e ondas de calor, na esteira da ocupação desenfreada e do desmatamento crônico. Já neste século ocorreram duas grandes secas na Amazônia (2005 e 2010), e enchentes prolongadas como a de 2009. Com as secas, aumenta a probabilidade de queimadas, em consequência muita fumaça e doenças derivadas pela intoxicação. As enchentes forjam ambientes igualmente de caos e desorientação.

Muitas inundações chegam a alcançar grande parte de áreas urbanas, deflagrando um quadro de calamidade pública em muitos municípios na Amazônia. Os extremos climáticos estão comprometendo a segurança alimentar de famílias ribeirinhas, que ficam em situações de vulnerabilidade pela falta de alimentos básicos, afetando mais diretamente crianças e idosos.

Na Amazônia, os desastres naturais são cada vez mais frequentes, sobretudo nas últimas décadas, ganhando destaque pelos prejuízos econômicos, degradação dos ecossistemas e impactos sociais brutais, cujas conseqüências são desafiadoras do ponto de vista da capacidade de processamento e respostas dos diversos níveis de governança. A fragilidade institucional combinada a um volume considerável de pontos críticos de vulnerabilidade social e ambiental torna a Amazônia emblemática na perspectiva do gerenciamento de riscos e ameaças nos dias de hoje.

O enfrentamento das vulnerabilidades que a Amazônia apresenta face à intensificação das mudanças climáticas e de desastres naturais e ambientais passa por uma política agressiva de investimentos públicos e financeiros para mitigar os impactos provenientes de grandes projetos (hidrelétricas, enclaves de mineração, plantas industriais) e, sobretudo, a proposição de políticas públicas com efetiva participação da sociedade, no sentido de construir mecanismos de

adaptação aos eventos climáticos e desastres naturais que estão se intensificando de forma dramática nesta região.

Em consequência das enchentes e secas, inúmeros desastres econômicos e pessoais podem comprometer cidades inteiras, como exemplo, o abastecimento de água e energia elétrica. No caso da seca, o impacto pode-se dar quando um usina hidrelétrica fica impossibilitada de funcionar devido à escassez de água. Em relação as enchentes, pode-se observar quando o fornecimento de eletricidade pode ser suspenso dependendo das condições da localidade (MARENGO *et. al*, 2010).

É importante ressaltar que este debate é recente e desafiador nas instituições científicas e acadêmicas, sobretudo nas universidades periféricas, embora já se registre um acúmulo considerável de informações e experimentos na literatura internacional nacional e internacional. Em verdade, a agenda das mudanças climáticas, ainda que de forma gradual, está saindo do gueto da diplomacia e de especialistas ligados à burocracia pública e instituições não governamentais, e começando a ter visibilidade nas esferas política e social, notadamente pela divulgação de relevantes relatórios ligados ao Painel Intergovernamental de Mudanças do Clima (IPCC, em inglês).

Cabe chamar atenção para a ligação dos problemas climáticos com o espaço urbano, notadamente numa região de fronteira, que tem sofrido um vigoroso processo de urbanização. A Amazônia se tornou uma “floresta urbanizada” (BECKER, 2005), e as cidades cada vez mais adensadas e poluídas, sofrendo com problemas de infra-estrutural, saúde pública e mobilidade. Grandes cidades da Amazônia, como exemplos Belém e Manaus, amargam o convívio com temperaturas acima das médias históricas, o que gera desconforto com ondas de calor que amplificam a sensação térmica, elevando o consumo de energia elétrica, mas sobretudo trazendo sérios problemas sanitários e enfermidades. Isso tem afetado a Amazônia de diversas formas, sobretudo pelo fato de que o “equilíbrio climático da Amazônia é perturbado por uma série de fatores, como mudanças de uso da terra, aquecimento global, incêndios florestais, elevadas concentrações de CO₂ na atmosfera e aumentos na frequência e intensidade das secas” (MATOZINHOS, 2017).

Conclusão

Vai ficando mais cristalino o fato que mudanças do clima nesta era estonteante de riscos globais, estão se metaforseando em eventos extremos perversos e indomáveis, cujos impactos

arruinam bases econômicas, contaminam sistemas produtivos e sanitários, além de provocar diretamente doenças e mortes de milhares de pessoas em todo o mundo. Enquanto esperarmos que as conseqüências do aquecimento global fiquem ainda mais nítidas, será tarde demais para uma ação coletiva concertada. Eis o grande paradoxo dos tempos hodiernos, o “paradoxo de Giddens” (GIDDENS, 2010: 20).

A Amazônia é um dos principais epicentros nas agendas de segurança energética, climática, hídrica, alimentar e, por conseguinte, espaço por excelência da segurança humana e da sustentabilidade na sociedade global contemporânea. Todavia, amarga a infeliz condição histórica de periferia no sistema de poder nacional e internacional, subjugada como colônia (guardião e almoxarifado de recursos naturais na divisão internacional do trabalho) e reproduzida como fronteira de *commodities* para atender os mercados domésticos e globais.

Neste sentido, tendo por base um modelo de crescimento predatório e concentrador de riquezas por grandes grupos econômicos, processos céleres e articulados de destruição da Amazônia estão em curso. Eventos extremos estão alterando safras agrícolas, influenciado regime de chuvas, trazendo desconforto ambiental e custos econômicos para as cidades. Além disso, recursos hídricos e biodiversidade são diretamente atingidos, além de problemas relacionados à infra-estrutura, saúde pública e mobilidade. Vale acrescentar que estes problemas tendem a piorar com a baixa capacidade de governança das instituições públicas, pouco resilientes aos desafios em favor dos direitos de cidadania.

A Amazônia ainda não é reconhecida e remunerada de forma adequada por suas funções vitais na governança mundial, embora esteja sendo fortemente impactada pela crise climática e eventos extremos decorrentes. No âmbito da política doméstica, um conjunto de medidas políticas e atos governamentais recentes, tem subtraído direitos sociais de minorias étnicas e promovido retrocessos na agenda ambiental, comprometendo as metas assumidas pelo Brasil no Acordo de Paris, aprovado na COP-21 em 2015.

A contribuição da Amazônia no âmbito da mitigação da mudanças climáticas (redução do desmatamento, conservação florestal, resiliência de cidades), está inexoravelmente ligada a transição para um modelo de desenvolvimento sustentável. É necessário encontrar o prumo que coloque a Amazônia, como território local, nacional, regional (sul-americano) e global, no caminho de uma efetiva revolução científica e tecnológica para um novo patamar de desenvolvimento inclusivo e responsável, como tem sido vocalizada por amplos segmentos

ligados à pesquisa científica e gestão pública (ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS, 2008).

Referências

- ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. **Amazônia**: desafio brasileiro do século XXI. São Paulo: Fundação Conrado Wessel, 2008.
- BECKER, Bertha K.. **Geopolítica da Amazônia**. *Estud. av.*, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, Apr. 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142005000100005&lng=en&nrm=iso>. access on 11 Apr. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000100005>.
- CERVO, Amado. **Inserção internacional**: formação dos conceitos brasileiros. 1. Ed. Brasília: Saraiva, 2007.
- FEARNSIDE, Philip Martin. Global warming in Amazonia: impacts and mitigation. **Revista Acta Amazônia**. Vol. 39 (4). 2009.
- GIDDENS, Anthony. **A política da mudança climática**. Tradução Vera Ribeiro. Revisão técnica André Piani; apresentação à edição brasileira Sérgio Besserman. Rio de Janeiro: Zahar. 2010.
- LEIS, H., VIOLA, E. **Brazil and Global Governance: the Case of Climate Change**. In: HOGAN, D., TOLMASQUIM, M. (Editores). *Human Dimensions of Global Environmental Change*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2001.
- MARENGO, J. A.. Water and climate change. *Estud. av.*, São Paulo, v. 22, n. 63, p. 83-96, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000200006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 03 jan. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142008000200006>.
- MARENGO, J. A.; SCHAEFFER, R.; PINTO, H. S.; ZEE, D. M. W. **Mudanças Climáticas e Eventos Extremos no Brasil**. Fundação Brasileira de Desenvolvimento Sustentável – FBDS. 2010.
- MATOZINHOS, Karinna. Emissões de carbono podem aumentar até 90% na Amazônia em 50 anos. **Revista ECORIO**, Edição 250, Setembro, 2017.
- MOUTINHO, Paulo. **Desmatamento, redução das emissões de gases de efeito estufa e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Entrevista para TV Senado. Brasília. 2011. <https://www.youtube.com/watch?v=kue13SyqyTQ>. Acesso em: 03/01/2018.
- NOBRE, Carlos et. Al.. Mudanças climáticas e Amazônia. **Ciência & Cultura**, São Paulo, v. 59, n. 3, 2007. Acesso em: 10 Feb 2008.
- NOBRE, Antônio Donato. **O futuro climático da Amazônia**: relatório de avaliação científica / Antônio Donato Nobre. –São José dos Campos, SP: ARA: CCST-INPE: INPA, 2014.
- PICQ, Manuela. Rethinking IR from the Amazon. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 59, n. 2, e003, 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292016000200202&lng=en&nrm=iso>. access on 10 Dec. 2017. Epub Sep 05, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201600203>.
- STERN REVIEW **The Economics of Climate Change**. http://www.wwf.se/source.php/1169157/Stern%20Report_Exec%20Summary.pdf. Acesso em outubro 2015.
- WEISSENBERGER, S.; SILVA, D. S. L'Amazonie – victimes des changements climatiques ?, **Confins** [Enligne], 10 | mis en ligne le 17 novembre 2010, consulté le 12 mars 2017. URL : <http://confins.revues.org/6597> ; DOI : 10.4000/confins.6597. 2010.

VESENTINI, José William. **Novas geopolíticas**. São Paulo: Contexto, 2008.

VIOLA, Eduardo. **O Brasil na arena internacional da mitigação da mudança climática**. Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (CINDES). 2009.

VIOLA, Eduardo & FRANCHINI, Matías. Sistema internacional de hegemonia conservadora: o fracasso da Rio + 20 na governança dos limites planetários. **Ambient. soc.**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 01-18, Dec. 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2012000300002&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Aug. 2017. 2012.

MORIN, Edgar. **Terra-Pátria**. Traduzido por Paulo Azevedo da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2003. 181 p.

IPCC. **Cambio climático. Informe de síntesis**. http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar4/syr/ar4_syr_sp.pdf. 2007.

DRASH, Wayne. **Yes, climate change made Harvey and Irma worse**. CNN, 2017. <http://edition.cnn.com/2017/09/15/us/climate-change-hurricanes-harvey-and-irma/index.html>. acesso em 20.09.2017

Amazônia ao nível da cooperação no domínio da Unasul: descrição analítica e horizontes futuros

Danillo Avellar Bragança
Victor Tinoco

O presente texto tem como objetivo descrever criticamente a Amazônia a partir dos prismas da política pública de defesa e da política pública de relações externas. O argumento principal aqui é que a Amazônia é preterido em relação a outras macrorregiões do país e o seu desenvolvimento poderia ser de outra natureza se outros elementos de política externa de defesa fossem integrados ao seu projeto geral como no caso que descrevemos aqui do papel possível da União das Nações Sul-Americanas (Unasul). Nesse sentido o texto progride analisando alguns cenários possíveis para o desenvolvimento da região articuladamente com as iniciativas de integração na América do Sul demonstrando as potencialidades da região e as críticas ao modelo vigente de exploração e desenvolvimento econômico.

Amazônia; defesa; integração; políticas públicas; segurança.

Introdução

A Amazônia é o hinterland do continente sul-americano. De fato, esta parece uma afirmação fácil de ser comprovada em termos geográficos e geoestratégicos. Em termos políticos, entretanto, a importância da Amazônia é relativizada quando comparada com outras regiões do continente, historicamente preterida aos litorais, porta de entrada e de saída de nossa economia e nossa relação com o resto do mundo.

O Brasil é definitivamente um país que não faz política com a sua geografia. A geografia extremamente favorável, o extenso litoral, o enorme espaço físico, a população numerosa, tornam o Brasil um país único entre todas as nações do planeta, pois reúne em seu território condições que outros países não têm, recursos que outros países não têm, potencialidades a serem exploradas.

Isto fica muito evidente quando se estuda o papel geopolítico da Amazônia. Em muitos, termos em desenvolvimento da região e a sua importância estratégica são insuficientes ou desarticuladas com o resto do interesse nacional. Quando a Amazônia surge no horizonte de nossas políticas públicas normalmente se pensa numa relação predatória, extrativista, retrógrada ou um protecionismo exacerbado de natureza intocada. Transformar a Amazônia em pasto ou em campos de produção soja -- a partir da colonização que vem do sul e do centro oeste do país -- parece inacreditável diante do enorme potencial socioecológico que a Amazônia tem.

A diversidade socioecológica amazônica é a dimensão do debate que gira no em torno da defesa nacional quando falamos do desenvolvimento sustentável. Há uma imagem dos vazios demográficos da região que obscurece os povos, etnias e nações indígenas que ali habitam há séculos. Onde desenvolvem diferentes formas de organizações sociais e convívio simbiótico com o meio natural. Ao mesmo tempo vivendo em conflito com um modelo hegemônico de desenvolvimento que se passa pelo controle das formas de uso da terra, dos rios e da biodiversidade. Constituem um embate entre percepções de apropriação do espaço amazônico de forma conflituosa entre projetos de desenvolvimento econômico e social colonial e dos territórios das populações, etnias indígenas da região.

No entanto, toda essa diversidade sociológica da região amazônica é fonte de interesse interno e fundamentalmente externo que trazem consigo um fogo entre as discussões das políticas ambientais, em termos de usos e preservação quanto de questões geopolíticas desenvolvimento nacional e de discursos de internacionalização.

Nesse sentido, pouco consideradas como políticas públicas, a política externa e a política de defesa são invariavelmente eixos que deveriam orientar a ocupação correta da Amazônia e a sua exploração e em outros termos que não os da destruição. Para além disso, a proteção de nossa soberania em nosso território é uma das funções primordiais do Estado constituído, e permanentemente desafiada quando se fala na macrorregião amazônica. Se avaliarmos pela política externa e pela política de defesa invariavelmente chegaremos a forte sugestão de que essas políticas não ocupam a Amazônia como deveriam. Há muitos motivos para isso e aqui neste texto tentaremos investigar alguns pontos relacionados tanto a política de defesa contra política pública externa que é a insuficiência dos mecanismos de integração autônomos da América do Sul sobretudo a União de Nações Sul-americanas (Unasul).

O foco desse texto é descrever analiticamente o papel da Amazônia dentro do contexto das políticas públicas de defesa e de política externa do Brasil sob a perspectiva da Unasul. A Unasul poderia ser uma plataforma de maior cooperação e de maior sucesso das políticas públicas integradas das nações latino-americanas e analisaremos os horizontes possíveis para este êxito.

Diante disso algumas questões aparecerão dentro dessa temática. A primeira dessas grandes questões está exatamente na articulação das políticas externas e de defesa dos países sul-americanos para o desenvolvimento autônomo e sustentável de todos. Nisso está o cerne dos

objetivos principais dos mecanismos de integração da região e o impacto das crises políticas e econômicas na região tem sido fulcral para desviar os países deste caminho.

Por fim, estão os elementos de política de defesa dos países sul-americanos que são definidas nos órgãos regionais. Alguns problemas centralizam a agenda, como é o caso da desmilitarização das Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (FARC). Este é um problema histórico na Colômbia e que, de alguma forma, afetou todos os países da região. A Unasul tem em sua estrutura mecanismos possíveis, se desenvolvidos, que dariam soluções razoáveis, dentro da política regional compartilhada.

Este texto, então, está dividido da seguinte forma. As primeiras páginas apresentarão uma visão sobre a Amazônia a partir de algumas fontes selecionadas especificamente para isso. O objetivo é orientar o argumento de que a Amazônia está numa posição menor do que poderia estar dentro do elenco de temas que cabe a estas duas políticas públicas, além de prover uma visão direcionada sobre o papel que a macrorregião têm em nosso elenco de metas e objetivos de desenvolvimento e proteção.

As próximas páginas discutirão o que é mais aceito em termos de teoria de integração e como a liderança brasileira é fundamental para o desenvolvimento desta estrutura. A Unasul já aparece neste momento como elemento condensador das iniciativas de integração, e o debate sobre seus problemas atuais e prováveis cenários para o futuro justificam este esforço e o argumento de que a estrutura que a Unasul já possui pode ser melhorada e servir como plataforma para melhores práticas em política externa e de defesa para a Amazônia. Há muitos entraves hoje para a Unasul e que precisam ser resolvidos para a efetiva evolução de uma integração autônoma da América do Sul.

Em seguida, serão discutidas estas aproximações da política externa e da política de defesa como políticas públicas e que, por esta natureza, devem ser elementos da preocupação da sociedade civil e, dada a relevância da Amazônia, estarem no rol máximo de seus objetivos. A soberania do país, a proteção do território e dos recursos que ali estão, a defesa da variedade biológica, das populações autóctones e das cidades urbanizadas, são pontos-chave para estas aproximações. Ainda neste esforço está a Unasul, novamente compreendida como o adensamento destas políticas em torno de um único e eficiente espaço de integração, mesmo com o intervalo político que hoje está em tela. Por fim, e a efeito de conclusão, o papel que a crise brasileira tem em todo a região e como ela afeta o futuro da integração. A Unasul é o eixo que

percorre todo este texto, fundamento central de seu argumento e horizonte mais próspero para a América do Sul e, dessa forma, está como pano de fundo em todos os temas aqui apresentados.

Amazônia como objeto das políticas públicas de defesa e externa

A Amazônia pré-colombiana era um vasto espaço ocupado por indígenas cercado pelos dois lados por limites geográficos difíceis de ser transpostos, até os dias de hoje. Era grande a presença de tupis, aruaques e aimaras na região. Historicamente, é sabido que a concentração colonial no Brasil se deu às margens do Oceano Atlântico sobretudo na faixa do nordeste do país, nos primeiros anos da ocupação portuguesa no Brasil. A fundação de Belém, no ano de 1616, teve como objetivo defender a principal entrada da Amazônia de invasões estrangeiras, numa parte do território pouco explorado e legalmente fora dos limites portugueses estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas.

As primeiras missões que chegaram aquilo que podemos dizer hoje que é Amazônia só chegaram à região a partir de 1630 com as missões de Fernão Dias Paes e de Antônio Raposo Tavares, está só concluída em 1652. Desde a presença francesa na França Antártica e a presença holandesa no Nordeste brasileiro a preocupação com enorme território florestal localizado ao Norte do Brasil era premente e passou a constar nos objetivos gerais do desenvolvimento do país, ainda que submetido aos interesses coloniais e comerciais de Portugal.

Durante o período imperial foram diversas as ameaças de fragmentação do território brasileiro. Grosso modo, os focos de rebeldia se concentravam na parte litorânea mais habitada e mais desenvolvida do que ao norte. De qualquer forma, eventos como a Cabanagem tiveram ressonâncias em destacamentos brasileiros na floresta, além de parca presença de quilombos na região. Era definitivamente uma região a ser integrada, mas os poucos recursos impediam sua realização. Ciclos econômicos trouxeram alguma riqueza, mas de forma pontual e escassa.

A definição das fronteiras brasileiras era algo Central na definição dos parâmetros de nossa política externa. A “fronteira conquistada” (Góes Filho 1999) após um longo período de descaso, teria mais relevância no cenário nacional. O fim do Império, em 1889, marca um momento em que as fronteiras ao Norte do Brasil são mais delimitadas, a saber pela atuação do Barão do Rio Branco (Ricupero 2000). O Tratado de Madrid de 1750 já garantira boa parte das terras amazônicas para o Brasil. Os acordos de 1851 com Peru, 1859 com a Venezuela de 1867 a 1903 com a Bolívia de 1904 com a região da Guiana com a Inglaterra e por fim os acordos com o departamento francês em 1900 e com a Colômbia em 1907 fecharam definitivamente o mapa

brasileiro na região complementado posteriormente com a chegada do (Goes Filho 1999). Estava garantida a legitimidade jurídica da presença brasileira na Amazônia ocupando a maior parte do seu território. Não estavam garantidos, no entanto, o seu desenvolvimento econômico e sua integração política com as preocupações de política externa e de defesa.

Desde então o Brasil se tornou a maior potência do continente sul-americano. As assimetrias de poder em relação aos seus vizinhos são observáveis em termos econômicos, em termos militares, de defesa, mas dificilmente consegue se manifestar de forma constante em termos políticos e da liderança regional. A contradição aqui é o do exercício da liderança com o da posição incontestada do Brasil como líder (Saraiva 2013), sempre à margem de outros mecanismos de integração, como a Organização dos Estados Americanos (OEA) ou do enfraquecimento dos seus próprios mecanismos.

Os termos de fronteiras são fundamentais para a compreensão do papel da Amazônia na geopolítica brasileira. São de cerca de 16mil km de fronteira no total, sendo que 12 mil estão diretamente ligados a Amazônia Legal. O desenvolvimento econômico não chegou da mesma forma à região Amazônica como em outros locais. A instalação da Zona Franca de Manaus na década de 80 garantiu a ocupação de indústrias de equipamentos e de informática, com o forte assédio do agronegócio invadindo cada vez mais nas áreas florestais.

As rodovias na região são escassas, mas ainda assim são os principais meios de transporte na região, ao lado das pouco desenvolvidas hidrovias. Não há ferrovias na região e os aeroportos também são escassos. Os portos fluviais garantem algum tipo de infraestrutura de escoamento da produção da região para o Brasil, para os parceiros na América do Sul e para o resto do mundo, mas são insuficientes. A escassez de recursos logísticos é diametralmente oposta a riqueza infindável da região. Grandes bacias hidrográficas na Amazônia estão em fronteira com a Bolívia, com o Peru, Colômbia e Venezuela. Os depósitos de água subterrânea também existem em grande número, também compartilhadas com nossos vizinhos.

Novos incentivos para indústria extrativa têm chegado com o governo de Michel Temer (2015-), mas são questionáveis em muitos aspectos. Ciclos do ferro, da borracha e do ouro já se ocuparam da região em outros momentos sem, no entanto, trazer o desenvolvimento que se esperava. Ali também estão reservas muito grandes de alumínio e estanho, de níquel e de diamante -- numa região em litígio político e de ampla disputa econômica no Amapá.

Mesmo com todo este potencial, a importância da Amazônia em geral ainda é diminuída em relação às outras regiões. Por exemplo, a Copa do Mundo que foi sediada no Brasil em 2014

construiu uma arena em Manaus, mas o número de eventos internacionais que ocorrem na região é bem menor em relação a outras cidades do país.

A maior concentração de municípios brasileiros de Fronteira está naquilo que o Ministério da Integração Nacional chama de Arco Norte, na área precisamente onde está a Amazônia. Há pelo menos 10 cidades gêmeas¹² e uma concentração muito grande de municípios fronteiriços entre Brasil e vizinhos, o que fortalece a integração e traz problemas importantes, desde a migração até ameaças transnacionais.

Visão metodológica

Após a Guerra Fria, todo o sistema internacional passou a se fragmentar em blocos de integração regional que, ao longo dos anos, foram modificando a paisagem e as interações entre os Estados. Grosso modo, o objetivo era afinar políticas externas antes destacadas, mas que, a partir de um determinado momento, passaram a se alinhar em termos como economia, tarifa externa comum e, também ao passar dos anos, elementos de natureza militar e política. A rede de segurança hoje é muito mais fragmentada e complexa do que na Guerra Fria e envolve a construção de toda uma outra arquitetura, de geração posterior, em que podem ser inseridas experiências como a Unasul, por exemplo.

Os teóricos de Relações Internacionais se debruçam na definição da natureza destas formas de aglutinação de países e de interesses. Fala-se na criação de sistemas de alianças bilaterais ou multilaterais como elemento-chave da inserção internacional de países mais fracos dentro de sistema internacional (Wohlforth 1999). Fala-se também na criação de regimes de segurança numa linha de pensamento ligado ao Realismo tradicional, mas com atualizações importantes dentro daquilo que se chama neo-realismo (Krasner 1988). Também aparecem conceitos mais distantes do pensamento positivista que ainda é majoritário dentro das relações internacionais e que envolvem termos como comunidades de segurança (Adler 1997) e complexo de segurança regional (Buzan 1988).

Nesse sentido, é possível que vários sistemas se sobreponham dentro do elenco de possibilidades de integração que estão colocados. No caso da Unasul e da formação do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS), o que se demonstra é a existência de uma comunidade de segurança que não é exclusiva e está articulada de outras formas com parceiros externos e forma

¹²Cidades-gêmeas são cidades com mais de 2 mil habitantes e que ficam uma ao lado da outra em região de fronteira, em países diferentes. Fonte: Ministério da Integração Nacional.

bilateral de forma multilateral (Comini 2015). Essa cooperação multilevel (Flemes e Radseck 2009) é uma característica importante da América do Sul mas não quer dizer que aqui seja a única região que isso acontece.

Flemes e Radseck (2009) propõem a existência de estruturas de autoridade que podem ser inclusive marcadas como existentes aqui na América do Sul. As primeiras desse tipo são as estruturas unilaterais, tendo um país como líder regional e que por conta de seu peso e da sua disponibilidade de recursos acaba por garantir e promover a estabilidade regional, o desenvolvimento econômico e o alinhamento de políticas de defesa. O segundo tipo são as relações bilaterais, construídas em estruturas mistas, que juntam dois países na formação de alianças estratégicas de defesa. Essas comissões mistas existem em grande número na América do Sul e são elemento basilar na criação da complexa estrutura de integração em vários níveis que se dá neste continente.

Por fim, Flemes e Radseck (2009) apresentam um terceiro tipo que é precisamente o das estruturas multilaterais onde estão o Mercosul, o Grupo do Rio --- que é o mecanismo permanente de consulta e concertação política na América Latina e Caribe --- e, naturalmente, a Unasul. Argumentamos aqui que a principal dessas iniciativas ainda é a Unasul e que a estrutura que existe dentro da Unasul é capaz de alinhar as demandas dos países sul-americanos e que se constituirá, assim, no mecanismo não só de consultas mas de resolução de conflitos. No caso da utilização da Amazônia tem assim, dentro da Unasul, espaço institucional para ser desenvolvido, mesmo que em condição sobreposta a outras estruturas de integração, como no caso da Organização do Tratado de Cooperação da Amazônia (OTCA).

A questão também é entender de forma geral como que o esforço de integração vários desses níveis pode se projetar para o futuro. O objetivo não é fazer aqui uma futurologia mas ao contrário a criação de cenários possíveis para que se possam tomar caminhos conjuntos e que progressivamente a unasul aprofunde seu nível de integração (Darnton).

Maria Regina Soares de Lima (2005) fala sobre o papel das potências médias e como a partir de um exercício hegemônico *soft*, é possível tocar a Unasul e aprofundar a integração. O caso é que a crise brasileira em toda a sua profundidade política, econômica, social e ideológica causa. Em nosso entendimento, alguns efeitos gerais. O primeiro é o realinhamento geopolítico e estratégico às potências do Norte, como que numa tentativa de deslegitimar os avanços das gestões anteriores, que promoveram uma cooperação sul-sul muito mais aguda e que desenvolveram os fóruns de integração de forma muito eficiente (Saraiva, 2014). Não parece

agora o Brasil disposto e nem capaz de fazer esse tipo de avanço, ainda que temas delicados, como é o caso do problema político na Venezuela, pudessem ser resolvidos dentro dos acordos regionais, com a participação de todos os países membros, inclusive e muito importante, da própria Venezuela.

Inevitavelmente, o desenvolvimento da Unasul está associado ao papel que o Brasil assumirá nesses cenários futuros e, dada a profundidade de sua crise, é preciso levar em conta uma série de fatores internos para que se consigam compreender os horizontes compartilhados dentro dessas experiências de integração. Fala-se por exemplo no esforço de reconhecer na hierarquia internacional o papel do Brasil e a sua posição. Isto também encontra as dificuldades internas as quais o Brasil passa hoje, inclusive de uma chancelaria extremamente politizada pelo governo de Michel Temer e que transformou o Ministério das Relações Exteriores num feudo político de um de seus principais partidos de apoio, o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), envolvido até o pescoço nos escândalos de corrupção que assolam o país¹³. É possível pensar também o desenvolvimento da hegemonia regional, que mesmo em condições de crise, não parece ter retrocedido em muitos casos --- mesmo naqueles em que se envolveu empresas brasileiras no esforço na integração.

Dentro daquilo que parece mais razoável nessa condição de crise é possível dizer que a emergência do Brasil enquanto potência regional se manterá ainda que não a sua ascensão no que envolveria o sistema internacional de forma geral. Se essa vocação tem natureza predominantemente econômica, isso causaria certa diminuição nos temas de segurança e de defesa conjunta. Esse parece ser o quadro mais provável, algo que já está se desenrolando. Há um claro desalinhamento das políticas internas dos países sul-americanos, sobretudo após 2014, ou seja, após o golpe parlamentar no Brasil e da mudança radical de cenário na Argentina com a eleição de Mauricio Macri. É possível que algumas pontes já construídas entre os países sobrevivam mesmo sem a Unasul, dado o nível de institucionalização da integração e sua relativa tradição.

Um país em crise econômica pode demonstrar comportamentos bastante variáveis no que se refere a abertura dos mercados, dependendo dos interesses de sua sociedade. Neste entendimento, outros espaços de integração comercial e econômica como o Mercosul podem dar saída a outros interesses de natureza política. Além disso, os acordos com a União Europeia e o

¹³ Para uma visão desatualizada destes escândalos, ver, entre outros, https://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/19/politica/1455891750_478342.html

incremento das relações comerciais com países como o México certamente são salutares, mas não demonstraram avanço. Como em outros casos, o Brasil parece ter colocado também este objetivo de política externa em estado de latência.

Sendo assim, pode se falar por exemplo na expansão do soft power brasileiro, o que também não parece uma estratégia deliberada do país. Além disso, o Brasil pode se apresentar como líder em outros espaços de cooperação inclusive no sistema internacional mais como forma de economizar nos custos e de compartilhar essa liderança promover a liderança de outros países da região que possam eventualmente também exercer esse papel como é o caso da Colômbia, do Peru e da Argentina. Aliás no que se refere ao tema da crise política na Venezuela, o Peru tem feito um trabalho de liderança muito mais eficiente do que o Brasil, ainda que interrompido pela crise política envolvendo a presidência.

O presidente Macri da Argentina é reconhecido como um líder mais próximo aos Estados Unidos do que seus colegas sul-americanos. O Chile tem um exemplo de liderança bastante forte e em espaços comuns, como no Acordo Transpacífico e na Aliança do Pacífico, o país tem se mostrado bastante eficiente, ainda que os efeitos regionais para isso possam ser bastante questionados. A Colômbia resolveu nos últimos anos um problema que assolava o país, o que garantiu o Nobel da Paz para o presidente Juan Manuel Santos e seus esforços de conciliação, e este pode ser um elemento de liderança bastante fortalecido. Países menores, como a Bolívia, por exemplo, têm experimentado crescimento econômico e podem fazer papéis secundários com muita propriedade. Por sua vez e por fim, o Uruguai tem experimentado período de forte solidez democrática avanços sociais inegáveis e também o crescimento econômico, o que pode garantir também uma liderança notável dentro do contexto sul-americano.

A Unasul e seu potencial de integração para a Amazônia

Desde a redemocratização, o ex-presidente Sarney fez 4 viagens para países com fronteira na Amazônia, o que não foi ampliado por seus sucessores. O número de viagens aumentou sensivelmente com Fernando Henrique Cardoso (Milani et al 2015). O governo Lula foi muito mais produtivo do que todos os seus antecessores no que tange a cooperação com os países da região Amazônica. Dados do próprio Palácio do Planalto e do Itamaraty, mostram que a curva de atenção para países com Colômbia e Venezuela subiu exponencialmente. Além disso, viagens de representantes de países Amazônicos também tiveram acentuado aumento, ainda por dados oficiais do governo (Milani et al 2015).

Ainda no governo Lula instalou a chamada Universidade da Integração Amazônica, parte de uma política externa brasileira replicada em outros lugares, como no caso da Universidade da Fronteira Sul e Universidade da Integração Latino-Americana, no sul do Brasil, e a Universidade da Integração da Lusofonia afro-brasileira, instalada na região Nordeste. Todas estas instituições são universidades de perfil internacional e contam com o elemento da integração em seus fundamentos básicos.

Em termos de diplomacia das cidades, já a partir de 2011, muitas cidades brasileiras passaram a atuar de forma direta no cenário internacional. Há alguns casos de sucesso, por exemplo, em cidades paulistas, que tem funcionários da administração direta trabalhando em temas de relações internacionais, para além somente dos temas econômicos. Em relação a Amazônia, somente São Luís do Maranhão possui funcionários designados para tratar de temas internacionais. Na região, também são poucos dos países que possuem este nível de diplomacia descentralizada. Na própria América do Sul, o Uruguai é disparado o país com mais cidades e atuação internacional, seguido de muito longe pelo Chile, Equador, Paraguai, Argentina e Bolívia. A Colômbia é a sétima colocada no ranking geral de cidades com atuação internacional, o Peru, o oitavo, o Brasil, o nono e a Venezuela, a décima nação. Não há acordos de irmandade de municípios brasileiros com países da Amazônia (Milani et al 2015).

Motor bastante presente na região são as igrejas missionárias brasileiras. A presença de instituições, como a Igreja Universal do Reino de Deus, entre outras, é grande já em países como Uruguai e Argentina, além de África do Sul, Angola Moçambique e Nigéria. No Equador, é grande o número de jornais e revistas de médio porte associadas a Igreja Universal do Reino de Deus. No Peru, Colômbia, Venezuela e Guianas, também é forte a presença da Universal, com uma quantidade grande de templos por milhão de habitantes em cada um desses países fronteiriços na Amazônia (Milani et al 2015).

Em relação à segurança na Amazônia, esta preocupação é parte do pensamento estratégico do Brasil desde sua formação e definição de fronteiras. A escola geopolítica brasileira sempre se preocupou com a Amazônia e sua integração e isso se reflete fortemente nas políticas adotadas hoje.

Num corte temporal, a partir de 1985, só em 1996 se observam ações específicas do Brasil em se definir a necessidade de novas políticas de segurança e defesa para região, visto que a Amazônia no pós-guerra fria seria um foco de crescente atenção do planeta. Já se falava em narcotráfico, de tráfico de pessoas, imigração ilegal, biopirataria e exploração ilegal de recursos

naturais e o seu resultado na degeneração geral da floresta e das populações que ali vivem. Em 1994, surge o sistema de vigilância Amazônica (SIVAM), ainda em vigência e um dos programas de maior importância sobre o controle da Amazônia. O sistema serviria de base para o chamado sistema de proteção da Amazônia (SIPAM), criado mais a frente.

Os resultados práticos são bastante visíveis. A presença de militares, policiais federais e agentes de inteligência cresceu desde os anos 2000, quando se iniciou por exemplo, o Cobra, o plano conjunto entre Colômbia e Brasil, que foi a resposta brasileira para o plano Colômbia, que significava a presença maciça de agentes estadunidenses na região. O Brasil também passou a compartilhar o sistema de vigilância da Amazônia, coordenando o espaço aéreo da fronteira com os vizinhos (Milani et al 2015).

A chegada de Luiz Inácio Lula da Silva ao poder em 2002 aumentou ainda mais a intensidade as ações conjuntas entre Brasil e os países da calha Norte, sobretudo no que se refere a ameaças transnacionais, especialmente do narcotráfico. A operação conjunta entre Colômbia, Peru e Brasil -- Colper Amazônia 2010 - tem aumentado o nível de integração em termos de vigilância, patrulhamento e inteligência, além de outras operações conjuntas com Bolívia e Paraguai, mobilizando cerca de 6.500 homens da Marinha, do Exército e da Força Aérea.

As Forças Armadas instituíram ainda nessa década a chamada operação Ágata, parte fundamental do plano estratégico de fronteiras do Governo Federal. O objetivo é combater delitos de tipo transfronteiriço como terrorismo, contrabando e narcotráfico. Durante os grandes eventos que o Brasil sediou em 2014 e 2016, além da Copa das Confederações, em 2013, a Operação Ágata contou com um número bastante relevante de militares. Há também o Programa Nacional de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira que toca direto na fronteira, desta vez conceitual, que existe entre questões de defesa e de segurança e questões socioeconômicas. A Operação Ágata, que teve início em agosto de 2011, cresceu de forma importante nos anos seguintes, tanto no que se refere o efetivo militar quanto a participação de órgãos civis.

A cooperação com os países da América do Sul tem sido bastante proveitosa, mas, ainda limitada em números gerais. É possível, por esses exercícios militares conjunto,s criar oportunidades de aproximação e de troca de experiência, de treinamento e estratégias de defesa. Aprimora-se o nível de operabilidade entre as forças dos países envolvidos, aumentando o nível de relacionamento e conhecimento profissional entre os militares dos países vizinhos, entre outros.

Outras iniciativas importantes da Defesa brasileira estão no Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, que também é conhecido pela sigla CENSIPAM. Sua responsabilidade é a apresentação de informações mais técnicas para proteção e desenvolvimento da Amazônia Verde. Além disso está ali o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras, o SISFRON, que opera por satélite e radares.

Há também o programa Amazônia protegida, com a transferência progressiva de pelotões militares de outras áreas do Brasil para a região. Instalado ali também está o Programa Calha Norte, o PCN, em operação desde 1985 e que monitora a cerca de 30% do território nacional, sendo instrumento poderoso no desenvolvimento da infraestrutura da região, algo muito caro para integração dos países vizinhos (Milani et al 2015).

A presença das Forças Armadas na Amazônia Verde é algo que naturalmente gera algum tipo de contestação. Na relação com os outros países a tendência é que, por menores que nós, a estrutura que criamos possa ser aproveitada por eles. Os conflitos transfronteiriços entre os países da região não são comuns, apesar de terem acontecido algumas vezes no passado, e aumentam o nível de confiança que existe e que constrói a integração. Nesse sentido, a modernização das Forças Armadas é fundamental porque se trata de grande região em termos territoriais e sobretudo em termos de potencial econômico. É o nosso principal vácuo de soberania, apesar da intensa presença do exército em cidades de Fronteira. (Ortiz Garcia, 2012).

Na Estratégia de Defesa Nacional de 2008 está enfatizado o papel da modernização militar nas Forças Armadas Brasileiras, com intuito de prover segurança e paz para região. Estão aí colocados os três eixos principais: a reorganização das Forças Armadas, reestruturação da indústria brasileira de material de defesa e a política de composição dos efetivos das Forças Armadas. Esse é um espaço estratégico primordial de forma que seu desenvolvimento é ainda mais prioritário. No governo Lula, por exemplo, o Comando Militar da Amazônia se expandiu para 150 quartéis (Chacón, 2013), aumentando de forma sensível a presença do país no complexo amazônico.

O segundo espaço de desenvolvimento institucional dessa integração amazônica é também estabelecido por Lula, já no final de seu mandato. A Unasul é a estrutura principal desse esforço, que se articula ainda a partir da criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). A intenção principal aqui é a integração das estratégias de segurança e defesa regional, levando em conta a autonomia sul-americana na tomada de decisões. O CDS hoje é um órgão bastante povoado por militares apesar de sua natureza interministerial. Decerto isto trouxe mais

transparência, mais previsibilidade entre as nações e maior confiança ao interpretar de forma regional as ameaças que outrora eram tidas como elementos nacionais ou locais. Um dos objetivos da Unasul é precisamente unificar os comportamentos dos Estados da região. O projeto é bastante grande, e envolve áreas da saúde, passando pela Educação, Cultura e Ciência, em articulação com a indústria de defesa, até maior planejamento de infraestrutura comum entre os países. O Brasil jogou como financiador deste feixe de desenvolvimento. Dentro da Unasul este financiamento coaduna-se indissociavelmente com um espaço compartilhado para colaboração. Pela Unasul criou-se um canal privilegiado de integração multilateral. O objetivo é construir um consenso nesses hábitos descritos acima com especial atenção para projetos de desenvolvimento de infra-estrutura de caráter regional.

Ao mesmo tempo, a partir desta linha multilevel de integração, existe a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, a OTCA. Grupo datado de 1989, deu início ao processo de fortalecimento político da região com declarações importantes sobre o meio ambiente e desenvolvimento, típicas do final das duas últimas décadas do século passado, que inclusive fundamentaram os termos do debate no diálogo equitativo com países desenvolvidos do mundo. Existe uma secretaria permanente, desde 1995, além da sua sede, que fica em Brasília, sede esta que é fixa e que garante assim uma nova fase do desenvolvimento da cooperação regional.

Pela Unasul e pela OTCA formou-se ótimas possibilidades de diálogo e articulação, ampliando a liderança regional brasileira, visando sobretudo a distensão política e a integração econômica. Um desses elementos é exatamente a Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), que tem o objetivo de dar avanço nos acordos criados na OTCA e desenvolver a infraestrutura regional. O IIRSA é sobretudo um fórum ministerial, e suas iniciativas estão concentradas num grande plano de ação com mais de 500 projetos de infraestrutura. Esses projetos se dividem em dois níveis, o do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) e o da Agenda Prioritária de Projetos de Integração (API). Os projetos do primeiro nível se desenvolveram em 10 eixos de integração e desenvolvimento, afim de produzir investimentos em infraestrutura que ajudarão a criar novas formas de desenvolvimento responsável para os habitantes dessas regiões carentes. Muitos desses eixos passam pelo território amazônico, mais especificamente no Eixo andino, o Eixo andino do Sul, o Eixo do Amazonas, o Eixo do escudo das guianas e o Eixo Peru-Brasil-Bolívia, conforme descrito no mapa abaixo.



Fonte: Ministério do Planejamento - Brasil

Para Porto-Gonçalves (2017), os 10 EID da IIRSA representam uma dinâmica voltada para circulação de mercadorias que promovem uma integração física com os mercados globais, sendo corredores para produção, que não visam somente as escalas do desenvolvimento local ou regional. Para o referido geógrafo, dada integração em escala local somente amplia o conflito entre as dinâmicas de exploração dos recursos e os territórios das populações tradicionais que ali habitam, pois se tornam espaços de disputa para exploração dos recursos naturais- como o acesso à terra, água, ao subsolo -de forma desigual, transformando assim a dinâmica territorial em grandes aglomerados de exclusão.

Com isso, pode-se ver um processo de integração voltada para uma subordinação à ordem de desenvolvimento global, onde a floresta perde seu caráter socioecológico em termos de desenvolvimento local e também de desenvolvimento nacional, que se tornam perspectivas coloniais das grandes corporações e suas empreitadas em ampliação dos seus lucros já exorbitantes.

Os EIDS possuem importância estratégica que devem ser agregadas a um plano muito além da ideia de fluxo ou de uma mera integração física, mas de possibilitar o desenvolvimento territorial das populações em escala local. De maneira efetiva, possam ser construídas através dessa infraestrutura comum, projetos não somente que girem no em torno do crescimento econômico, mas que possam dar base ao desenvolvimento sustentável, na plenitude do termo, em um equilíbrio entre o social e o ambiental; para preservando as dinâmicas territoriais dos povos tradicionais dos agregados com um movimento de defesa da região em seu sentido continental.

Conclusão

Talvez as soluções para os temas regionais estejam no conhecimento já acumulado na própria região. Há que se propor somente o caminho para isso. No livro “O Labirinto da Solidão”, o mexicano Octavio Paz faz alusão a uma alegoria que pode interessar muito na construção deste caminho autônomo da integração regional sul-americana. Não somente para isso mas para toda a relação entre o saber e a prática nesta parte do mundo.

Paz (2006) descreve uma história antiga que se conta na América Central sobre o monge Espanhol preso por um destacamento maia nas florestas na região. Ao ser aprisionado o monge espanhol tentou de todas as maneiras de convencer seus oponentes maias a não o matarem e apelou para uma suposta superioridade intelectual do mundo ocidental sobre as civilizações grandiosas que ali estavam. Já preso e utilizando seus conhecimentos de astronomia, tentou ludibriar a guarnição maia com um eclipse que num dia se passou, já por ele antes previsto, como se controle tivesse sobre ele. O emissário maia resolveu a querela trazendo-lhe então a informação de todos os eclipses ocorridos nos últimos 1000 anos, previstos pelo calendário maia, provando o conhecimento enorme daquele povo e desmontando a suposta superioridade do espanhol.

Por muitas vezes se tentou produzir estruturas regionais de integração a partir de referenciais externos, sobretudo em relação, por exemplo, a Organização dos Estados Americanos, vigente até hoje e que ainda possui muita influencia no jogo político hemisférico. Como se outras experiências de integração tivessem mais valor e mais chance de sucesso do que iniciativas puramente sul-americanas ou centro-americanas.

O caminho, entretanto, pode ser outro e talvez eles já estejam no horizonte do processo decisório dos homens de Estado da região, articulando os interesses da sociedade. Veja o caso dos novos documentos de defesa em gestação no Brasil. Existe ali uma política de Estado, um pensamento que se sobrepõe com dificuldade ao deserto que se instaurou com o golpe. Sem o Brasil, de fato, não há integração, ou o que há não tem condições de evoluir.

O impacto do golpe parlamentar sobre Dilma Rousseff e sobre a democracia brasileira não é de forma nenhuma pontual, mas ao contrário, afeta radicalmente a política externa brasileira e os mecanismos de concertação. O ocaso relativo do Partido dos Trabalhadores nesse momento significa uma redução importante dos vetores que aprofundavam os processos políticos progressistas na região. Os governos que agora estão tem se mostrado bastante claudicantes no

que se refere a proteção da Amazônia Isso já é possível ver nas medidas tomadas por Temer no trato com a demarcação de terras indígenas e da abertura de grandes espaços para exploração mineral. Os projetos políticos na América do Sul envolvem diferentes matizes políticas, e é natural que assim seja, mas passam a não ter um financiador e um propulsor importante como o Brasil, em clara retração nos assuntos internacionais.

A Amazônia não deve ser uma preocupação de governo, mas uma preocupação de estado, como uma cláusula pétrea firmada nos estatutos dos mecanismos de integração e da arquitetura de defesa e segurança. A instabilidade pode de fato abrir novas oportunidades e negócios e de arranjos políticos, mas não se pode envolver o enorme potencial que a Amazônia possui em cálculos concessionários, privatistas, ou a partir de pontos de vista que não sejam o do desenvolvimento sustentável e o da proteção desse hinterland sul-americano.

O impasse político e as turbulências de natureza complexa que ainda assolam a região estão longe de serem resolvidos, apesar dos discursos de Temer e Macri. A insatisfação é geral e muito associada aos cortes duríssimos que foram feitos em setores estratégicos como Educação, Pesquisa, Ciência e Tecnologia, inovação e também nos orçamentos militares, fundamentais pilares da proteção dos recursos da Amazônia Verde.

Acreditamos, no entanto, que não é preciso reinventar a roda. Este é um problema de continuidade e rupturas muito graves, mas não incontornáveis. Parece que a cada ciclo eleitoral é preciso reconstruir o país em bases inteiramente novas e o esforço que disso depende é enorme. Aí surgem os defensores de modelos externos, que pouco se comunicam com as demandas dos povos que habitam e coabitam a Amazonia. A Unasul tem estrutura suficiente, ainda que não tenha recursos, para ser o principal dos bastiões de proteção amazônica dentro de uma intrincada correlação de forças entre os vários níveis de cooperação que existem e que já foram citados aqui. A sociedade sul-americana, quer dizer, o status de parceria indelével entre os países da América do Sul, não deve estar sujeito a trocas de governo. A Amazônia é o principal dos ativos da América do Sul e, portanto, deve ser protegida, assim, como a sua cultura e a sua autonomia de decisão.

Referências

- ADLER, Emanuel. Imagined (security) communities: cognitive regions in international relations. *Millennium*, v. 26, n. 2, p. 249-277, 1997.
- BERNAL-MEZA, R.. A política exterior do Brasil: 1990-2002. *Revista Brasileira de Política Internacional*, (1), 36-71, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v45n1/a02v45n1.pdf>

- BUZAN, Barry. The Southeast Asian Security Complex. **Contemporary Southeast Asia**, p. 1-16, 1988.
- CABRAL, Severino. **Brasil megaestado: nova ordem mundial multipolar**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- CHACÓN, C. La política de Brasil para la integración suramericana. **Ánfora**, 20 (35), 141-171. Universidad Autónoma de Manizales, 2013. Disponível em: <http://repositorio.autonoma.edu.co/jspui/bitstream/11182/637/1/Anfora-35-06-Camilo-Andr%C3%A9s-Chac%C3%B3n-Medina.pdf>
- COMINI, N. Políticas públicas regionales. Un estudio sobre las disputas hegemónicas en torno a ocho proyectos en Unasur. In **XI Jornadas de Sociología**. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, 2015.
- FLEMES, D., & RADSECK, M. **Creating multilevel security governance in South America**. GIGA: Hamburg, 2009.
- GOES FILHO, Synesio Sampaio. **Navegantes, bandeiras e diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- Krasner, Stephen D. Sovereignty: An institutional perspective. **Comparative Political Studies**, v. 21, n. 1, p. 66-94, 1988.
- MILANI, Carlos, et al. **Atlas da política externa brasileira**. EdUERJ, 2015.
- ORTIZ Garcia, LINA Marcela. **La Amazonia como elemento geopolítico determinante en la consolidación de Brasil como potencia regional (1988-2011)**. Universidad de Rosario, 2015.
- PAZ, Octavio. **O Labirinto da solidão e post scriptum**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2006.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia: encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso**. 1 ed. Rio de Janeiro. Consequência Editora, 2017.
- RICUPERO, Rubens. **Rio Branco: o Brasil no mundo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- SARAIVA, Miriam Gomes. Balanço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras?. **Relações Internacionais (RI)**, n. 44, p. 25-35, 2014.
- SOARES DE LIMA, Maria Regina. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, n. 1, 2005.
- VAZQUEZ, Federico. Brasil: la crisis de un proyecto nacional y regional. **Nueva Sociedad**, n. 264, p. 15-24, 2016.
- WOHLFORTH, William C. The stability of a unipolar world. **International security**, v. 24, n. 1, p. 5-41, 1999.

Entre França e Brasil: o Amapá em disputa (1895-1896)

Iuri Cavlak¹⁴

Este texto visa reconstituir os primeiros passos dos entendimentos diplomáticos referentes a disputa pelo território contestado entre Brasil e França, uma faixa de cerca de 200 mil km quadrados na divisa entre a Guiana Brasileira (Amapá) e a Guiana Francesa. Embora tenha se arrastado ao longo de séculos, o incidente na vila de Amapá, em maio de 1895, desencadeou uma série de discussões e acordos, desembocando no arbitramento suíço e na expedição de um laudo final em 1900. Trabalhamos com a documentação diplomática francesa produzida em janeiro de 1896, de modo a reconstituir aquele momento e perceber nuances e possibilidades do contexto.

História, Relações Internacionais, Diplomacia, Disputa Territorial, Contestado.

Introdução

Em 1895 a então jovem República brasileira contava apenas seis anos de existência, acumulando não obstante problemas e tensões de imensa magnitude.

A começar pelo primeiro presidente, Marechal Deodoro da Fonseca, que governou de forma provisória entre outubro de 1889 até fevereiro de 1891, sendo eleito então de forma indireta. Meses depois, ao não concordar com os constituintes reunidos em Assembleia, e efetivamente fechar o parlamento, Deodoro sofreu um *ultimatum* da armada, resultando em sua renúncia e na assunção de seu vice, também militar Floriano Peixoto (BUENO, 2003, p. 244).

Pela lei, ao não completar metade do mandato, nova eleição seria necessária, fato posto de lado por Floriano Peixoto, que governou até 1894 ao arripio do que rezava a Constituição. Na economia, a chamada crise do encilhamento deu o tom desses anos, programa lançado pelo então Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, para expandir o crédito e os meios de circulação, visando uma dinamização do comércio e da indústria. A face real dessa diretriz foi a especulação, com a abertura de centenas de empresas de fachadas visando acesso ao crédito, desabando numa bolha especulativa que endividou o Estado, faliu vários empresários e endividou do cidadão comum, ao mesmo tempo que enriqueceu muitos dos que estiveram em posições privilegiadas na administração (SCHWARCZ, Lilia e STARLING, Heloísa, 2015, p. 318-330).

¹⁴ Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Professor do Colegiado de História e do Programa de Mestrado em Ensino de História, Programa de Mestrado em Estudos de Fronteira e Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

Os conflitos internos, articulados a economia e a política, igualmente se fizeram marcantes. Logo em 1893 eclodiu no Rio de Janeiro a Revolta da Armada (segunda revolta, se considerarmos o imbróglio com Deodoro da Fonseca em 1891), que demandava maior atenção e investimentos para a Marinha brasileira, onde o prestígio da monarquia derrubada quatro anos antes se fazia presente. No mesmo período, entre 1893 e 1895, uma guerra civil veio à tona no Rio Grande do Sul, chamada de Revolução Federalista, trazendo no seu bojo o espectro da secessão territorial, tão temido pelo poder central ao longo dos séculos.

No distante sertão nordestino, já a partir de 1896, tomou forma uma comunidade sertaneja que desafiou os poderes locais, produzindo uma forma de sociabilidade e referências culturais avessas ao estabelecido. Não faltaram acusações de tratar-se de uma sedição monarquista visando prejudicar a República, conhecido na história como movimento de Canudos.

No plano externo, as relações diplomáticas não deixaram de ser tensas, com a luta pelo reconhecimento do novo regime e o problema causado pela suspensão das relações com Portugal. Contexto marcado pela necessidade de acertos de velhas demandas lindeiras não equacionadas no Império, como a Questão de Palmas ou Missiones, disputa pela região de Foz do Iguaçu com a Argentina, vencida pela diplomacia brasileira através do laudo expedido pelo presidente norte-americano Grover Cleveland no início de 1895.

Assim, foi com grande repercussão que a imprensa nacional relatou um fato ocorrido no distante Amapá, região pertencente ao Estado do Pará, em 15 de maio de 1895. Numa faixa de quase 300 mil quilômetros quadrados se configurava o contestado franco-brasileiro, uma região disputada desde o século XVII e que naquele momento se encontrava neutralizada. Nesse dia, na vila de Amapá (Mapá para os franceses), sede do território contestado, também conhecido como Cunani, uma esquadra francesa tentou desalojar a administração brasileira, composta então pelo “Triunvirato” (Cônego Domingo Maltez, Desidério Antônio Coelho e Francisco Xavier da Veiga Cabral). Pela manhã, o capitão francês advindo de Caiena, capital da Guiana Francesa, teria dado voz de prisão a Veiga Cabral, que respondeu incitando a resistência dos brasileiros daquele povoado. Um tiroteio se seguiu onde caiu morto 4 oficiais franceses, inclusive o militar mais graduado, e talvez três dezenas de brasileiros, a sua maioria civis (SARNEY, José e COSTA, Pedro, 1999).

A necessidade de resolução diplomática se fez premente, dentre a obrigatoriedade de apuração do acontecido, punição dos culpados e eventuais indenizações. Iniciou-se efetivamente

a “Questão do Amapá”, com a nomeação do Barão do Rio Branco para lidar com essa disputa, que se arrastaria até 1900, com desfecho favorável aos interesses nacionais.

Neste texto, pretendo refletir sobre o andamento desse imbróglio através da documentação da diplomacia francesa, com destaque para o início do ano de 1896, quando as peças do tabuleiro foram ganhando contornos mais nítidos e articulando com o contexto mais amplo do país que, como descrito acima, estava saturado de outras tantas contendas e indefinições.

O principal corpo documental se encontra na coletânea publicada em 2017 pelo Embaixador Affonso Santos, com milhares de documentos primários que nos ajuda a elucidar esse importante capítulo da história do Brasil e do Norte da América do Sul. Todos os documentos trabalhados neste artigo foram escritos ao longo do mês de janeiro de 1896. Optei por selecionar os papéis franceses, de sorte a inserir registros que não foram tão trabalhados pela historiografia até o momento.

Os interesses em jogo

O primeiro ofício diplomático francês enviado do Rio de Janeiro em direção à Paris, em 1896, foi escrito pelo encarregado de negócios Bonnardet, endereçado ao Ministro Berthelot, no *Quai d'Orsay*. Datado de 8 de janeiro, o documento efetivamente entrou no gabinete do Ministro em 27 de janeiro. Informava sobre acontecimentos vitais em relação ao assunto em tela:

J'ai l'honneur d'adresser ci-joint à Votre Excellence le texte définitif de la réponse du Gouvernement Brésilien. Le Ministre des Relations Extérieures a supprimé la phrase, insérée dans la rédaction première au sujet du retour sur le Territoire Contesté pendant l'arbitrage des prisonniers ramenés de Cayenne. Il a maintenu ses propositions relatives à la Commission mixte, mais il m'a de nouveau affirmé qu'elles n'étaient pas considérées par son Gouvernement comme définitives et qu'elles restaient sujettes à discussion et à modification. En ce qui concerne la question des 'lamentables événements de Mapa' 'qui n'ont rien perdu de leur gravité et qui ont tant ému l'opinion publique en France et au Brésil', j'ai toujours évité avec soin tout entretien sur ce sujet (SANTOS, 2017, p. 380).

Tratava-se das negociações para a formação de uma comissão mista, e a reafirmação do entrevero armado de 15 de maio do ano anterior. Seguiu o ofício:

J'ai au contraire fait remarquer à M. Carlos de Carvalho que l'établissement d'une police mixte me paraissait dépendre de l'accord sur l'arbitrage: la signature d'un traité d'arbitrage stipulant des délais pour la remise des mémoires et le prononcé de la sentence arbitrale nous fournirait (sic) en effet le vrai moyen d'établir d'une façon indiscutable le caractère provisoire des mesures d'occupation et de police qui seraient prises sur le territoire contesté. J'ai de nouveau insisté sur la situation à Mapa qui imposait aux deux Gouvernements l'obligation d'intervenir d'urgence et d'agir de concert en vue de rétablir l'ordre et de faire régner la sécurité dans ces régions. De plus, ayant appris que Cabral était de nouveau revenu à Para, j'ai réclamé du Ministre l'exécution ponctuelle de l'ordre antérieurement donné d'empêcher le retour de cet aventurier à Mapá (SANTOS, 2017, p. 380-381).

Para diminuir as tensões na região Contestada, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Carlos Augusto de Carvalho, propunha desde então a formação de uma força policial com jurisdição no local, o que estava até então truncado por conta da condição neutralizada. Vigorava uma dupla jurisdição, ou seja, cidadãos franceses só poderiam responder por crimes na justiça francesa e conseqüentemente os brasileiros na justiça do Pará. O diplomata francês parece insistir num acordo antes dessa força sugerida ser efetivada. Também a afirmação da necessidade, por parte da França, de Veiga Cabral, o Cabralzinho, não retornar ao local. Interessante porque Cabralzinho teria sido o autor do disparo que vitimou o Capitão Lunier. Responsável pela defesa brasileira, essa figura foi logo alçada à condição de herói, ressaltado nas publicações de Belém como o grande baluarte nacional contra o imperialismo francês.

Cabralzinho chegou a ir ao Rio de Janeiro, recebendo condecoração do presidente Prudente de Moraes e tendo sido agraciado com versos de Olavo Bilac. Nesse início de regime republicano, como tão bem destacou o historiador José Murilo de Carvalho, um herói era necessário para o imaginário de consolidação, e talvez Cabralzinho não vingara, como Tiradentes, por conta da ausência de um apelo nacional, já que sua região de atuação estava muito longe do centro do país (CARVALHO, 1990).

Se por um lado os franceses não o queriam perto, por outro os brasileiros reclamavam quatro prisioneiros levados para Caiena, bem como o julgamento dos autores do “massacre do Amapá”, como rapidamente ficou conhecido na grande imprensa brasileira. Na Guiana Francesa, ao invés de serem punidos, os soldados que invadiram a vila de Amapá foram condecorados, o que gerou um imenso constrangimento diplomático entre Paris e o Rio de Janeiro.

Na bolsa de valores de Paris passara a ocorrer certo boicote aos títulos brasileiros, forma de pressão por uma melhor posição francesa. Ocorria que, naquele período, a França estava com

sua política internacional amarrada ao campo de força na África e na Ásia, no que tangia a corrida colonial. Na Europa, o ângulo era a Alemanha e a disputa pelos territórios perdidos na guerra franco-prussiana de 1870 - 1871. A Guiana Francesa estava longe de ser uma estratégia prioritária, até porque no Caribe as ilhas de Martinica e Guadalupe se mostravam mais povoadas e de posse de maior dinamismo econômico.

Esses fatores colocavam a disputa do ponto de vista dos franceses que habitavam a Guiana, os maiores interessados, e também a administração metropolitana em terreno complicado. Mesmo contra o Brasil, um adversário de menor força, se desenhou uma batalha difícil. Era um território longínquo, pouco conhecido, pouco explorado e com uma dominação estatal francesa um tanto limitada. Daí que os mesmos se colocavam na defensiva:

Je crois de mon devoir d'appeler Votre attention sur le fait suivant qui intéressera au plus haut degré notre Gouvernement. Ainsi que vous le voyez par le journal que je Vous adresse conjointement à la présente, la Chambre des Députés de Rio-de-Janeiro s'occupe actuellement du projet de la création d'une voie ferrée destinée à relier Manaus aux plaines du Rio Branco, aboutissant sur le territoire contesté Franco-Brésilien. Ce projet sera certainement accepté, et peut-être, même, est-il déjà ouvert à la concurrence pour l'adjudication. Cette nouvelle m'est parvenue par la voie des journaux, Manaus étant pour ainsi dire le point le plus distant de la Capitale de la République Brésilienne, si notre Gouvernement a intérêt [sic] à s'occuper de la question, comme je le pense, il est bon d'agir vite, dans le cas où Votre excellence n'aurait pas encore été instruite de ce qui se passe (SANTOS, 2017, p. 383-384).

Tratava-se de um ofício enviado pelo agente consular francês em Manaus, Jacquoté Antonhay, ao Diretor dos Consulados em Paris, Ministro Bompart, sobre a notícia de que o governo brasileiro intentava a construção de uma estrada de ferro que cortaria a região Norte diretamente na região Contestada. Assinalava pressa em resolver o problema, já que uma intervenção econômica desse porte poderia gerar um *fait accompli* e o ganho total da causa para o Brasil.

Talvez uma intervenção econômica semelhante praticamente impossível para a França a época, pelos motivos arrolados, e que sabidamente não se concretizou do lado brasileiro.

Em Paris, num documento produzido pela Direção Política do Ministério das Relações Exteriores da França, endereçada a seu próprio ministro no intuito de fornecer maiores detalhes sobre os acontecimentos no norte amazônico, assim se analisava a situação:

Les dernières informations communiquées par le Ministère des Colonies au Département permettent de le rendre compte que l'action des Brésiliens s'étend actuellement sur tout le territoire formant l'objet de notre litige avec le Gouvernement de Rio. Les Agents de Cabral qui ont pénétré jusqu'à Counani et à Cachipour s'arrogent même le droit de donner l'investiture aux chefs des tribus cantonnées sur les bords de l'Oyapock. Cabral lui-même est revenu au Contesté et y déploie la plus grande activité, ce qui rend notre situation chaque jour plus difficile dans ces régions. D'autre part les atermoiements apportés par le Gouvernement fédéral à la constitution de la commission mixte de police et à l'ouverture de la procédure d'arbitrage constituent une preuve du mauvais vouloir et des dispositions peu conciliantes du Cabinet de Rio (SANTOS, 2017, p. 385).

Ou seja, Cabralzinho retornara à região e liderava uma espécie de hegemonia brasileira, como uma reação em sentido contrário à projeção francesa concretizada em 15 de maio do ano anterior. A interpretação era de que o governo brasileiro atrasava a constituição de uma comissão mista, de sorte a ir sedimentando espécie de *uti possidetis*, para quando chegasse o tempo de uma mediação internacional o território todo já estivesse assertivamente povoado por brasileiros.

Em despacho enviado pelo Ministro Berthelot para o encarregado diplomático no Brasil, Bonnardet, podemos vislumbrar qual era o posicionamento de então do Estado francês, após as informações juntadas pelos seus órgãos de análise:

Le principe de l'arbitrage en ce qui concerne les limites des territoires en litige, a été considéré par mon Département comme devant faire l'objet de négociations distinctes et nous n'avons pas admis que cette question peut être rattachée à celles que viendrait à soulever l'examen de l'incident survenu à Mapa. Nous ne vous refuserons pas toutefois à examiner avec le Gouvernement fédéral les responsabilités qui pourraient être engagées dans l'incident susmentionné; mais il importe avant tout d'établir un accord pour régler par voie d'arbitrage les limites territoriales des régions contestée (SANTOS, 2017, p. 387).

Considera-se a importância da discussão relativa ao acontecimento de 15 de maio, fato requerido pelo governo brasileiro, porém com a ressalva de negociar enquanto assunto separado da disputa fronteira ela mesma.

Segue o Ministro chamando atenção, conforme havia recebido informação de sua Direção Política, do aumento da presença de brasileiros no Contestado, sua articulação com os nativos e a percepção de que estava a ocorrer um desequilíbrio em detrimento da França, prejudicando o status quo estabelecido diplomaticamente antes do episódio:

L'action des Brésiliens s'étend maintenant sur tout le territoire qui forme l'objet de notre litige avec le Gouvernement de Rio, les Agents de Cabral qui ont pénétré jusqu'à Counani et à Cachepour s'arrogent même le droit de donner l'investiture aux chefs des tribus cantonnés sur les bords de l'Oyapock. J'ai pensé que le Gouvernement Brésilien ne pouvait ignorer cette situation et je vous ai invité à appeler sa plus sérieuse attention sur la nécessité de prendre des mesures pour assurer l'observation du status quo que nous respectons scrupuleusement (SANTOS, 2017, p. 388).

Em represaria, falava-se do bloqueio ao acesso do governo brasileiro em relação de alguns ativos na bolsa de valores de Paris, enquanto a questão do Amapá não fosse equacionada. Um momento de dificuldade para a jovem República brasileira, que passava por um período de profundo endividamento externo, que seria a razão para o famigerado “funding loan”, concretizado no governo de Campos Sales dois anos depois. Trata-se de correspondência do Ministério das Finanças com o Quai D'Orsay.

M. de Beaucaire a eu, le 22 janvier, un entretien avec le Directeur Général du mouvement des fonds au sujet de l'admission à la cote de la Bourse de Paris demandée pour certaines obligations brésiliennes. Il a fait savoir que le Ministère des Affaires Etrangères est d'avis de ne pas accorder l'admission à la cote tant que la question du Contesté, tout au moins quant à l'arbitrage, n'est pas réglée. M. Delatour a pris bonne note de cette indication tant il sera tenu compte (SANTOS, 2017, p. 389).

Em 23 de janeiro, foi expedido um ofício da legação diplomática francesa no Rio de Janeiro para o Ministério das Relações Exteriores em Paris. Nele, o encarregado de negócios, Bonnardet, explica a seu Ministro de Estado, Berthelot, ter conversado por duas ocasiões com o Chanceler brasileiro, Carlos de Carvalho. Claramente se avançava na questão, conforme o relato transcrito abaixo:

M. Carlos de Carvalho est toujours désireux de s'entendre avec nous. Il m'a répété qu'il était, comme nous, d'avis de régler tout d'abord la question de limites par la signature d'un traité d'arbitrage et en même temps les questions relatives à l'établissement sur le territoire contesté, de la commission de police mixte ... De sa conversation, il résulte que le Gouvernement Brésilien admettrait le principe d'une commission mixte en ce sens que toutes les décisions de la commission devraient être prises d'un commun accord après entente entre les deux commissaires. Mais il demanderait que dans la pratique l'exécution des mesures adoptées fût confiée aux Brésiliens là où la population est presque

exclusivement brésilienne, et aux Français là où dominant nos compatriotes. Le Ministre m'a de nouveau répété à ce sujet que la présence des soldats français à Mapa susciterait de nouveaux troubles et exciterait l'opinion publique brésilienne contre nous. Em ce qui concerne la rédaction du traité d'arbitrage, Votre Excellence se souvient que M. de Carvalho m'avait prié d'examiner le protocole signé à Lisbonne le 20 septembre 1872 entre la Grande Bretagne et le Portugal, à l'occasion d'une contestation soumise à la décision du Président de la République Française (SANTOS, 2017, p. 392).

Havia, pois, ao menos na fala do Ministro brasileiro, a vontade de se chegar mais rapidamente possível ao entendimento, inclusive aceitando a força policial mista, desde que delimitada como brasileiros sujeitos a justiça brasileira e franceses a justiça francesa, não obstante habitarem o mesmo espaço. Carvalho assinalava o inconveniente de soldados franceses no Contestado, péssima repercussão que teria na imprensa já bastante ressabiada com o caso. Afirmava ainda a vontade brasileira de utilizar de uma antiga contestação como modelo para resolução dessa. Posteriormente, no mesmo documento, uma delimitação importante:

Mais il a apporté une modification à la définition du territoire contesté. Or si nous déclarons, conformément à nos droits historiques que nous contestons un territoire délimité au sud par l'Araguary et par une ligne suivant la rive gauche de l'Amazone à une distance de 15 kilomètres jusqu'au Rio Negro, l'étendue de cette revendication sur des territoires que l'opinion s'est habituée à considérer comme brésiliens pourra être un obstacle à l'acceptation par les Chambres du traité d'arbitrage. D'autre part, l'arbitre n'étant pas tenu d'accepter l'une ou l'autre des solutions qui lui sont proposées, cette définition du territoire contesté me paraît inutile et peut être établie postérieurement par les mémoires qui seront remis à l'arbitre (SANTOS, 2017, p. 392).

O Estado brasileiro externava então a posição de que, entre o Araguari e o Oiapoque, poderia haver uma solução intermediária para o arbitramento, abrindo possibilidade de que, caso não fosse aceito o Oiapoque, como queria o Brasil, pudesse ser um rio não tão ao sul como o Araguari, mantendo assim os franceses ainda afastados da bacia amazônica, já que esse último rio facultava essa entrada.

No mesmo documento, apareceu a primeira versão do tratado de arbitramento, escrito pela chancelaria brasileira:

Projet de Traite d'Arbitrage

Article I – Le Gouvernement de la République Française et le Gouvernement des États-Unis du Brésil, désireux de fixer d’une façon définitive les frontières de la Guyane française et de la République des États-Unis du Brésil, sont convenus de s’em remettre à la décision arbitrale de ...

Article II – L’arbitre réglera définitivement la question soit qu’il adopte entièrement dans sa sentence la ligne frontière qui lui sera proposée par l’une ou l’autre des deux parties, soit qu’il choisisse tout autre solution intermédiaire qui lui paraîtrait plus conforme au sens précis de l’article VIII du traité d’Utrecht ... (modifications inserées par M. Carlos de Carvalho: ... et aux principes du droit international moderne. Le Gouvernement du Brésil prétend que la frontière doit être établie comme il suit: la rivière Oyapok et une ligne tracée de la source de l’Oyapok à la source du Maroni suivant la ligne de partage des eaux de la rivière de l’Amazone. La France prétend que la frontière doit être établie ainsi: ... (à remplir par le Gouvernement français).

Article III – Un exposé écrit ou imprimé des réclamations des deux parties avec les preuves à l’appui sera soumis à dans les mois a partir de la date du présent protocole et une copie de cet exposé avec les preuves à l’appui, sera communiqué par chacune des parties à l’autre par l’entremise de leurs Ministres à. Dès que ces communications auront eu lieu, chacune des parties aura la faculté de rédiger et de placer sous les yeux de l’arbitre un second et définitif exposé, si elle le juge convenable, en réponse à l’exposé de l’autre, présenté comme il a été dit ci-dessus. Cet exposé définitif sera soumis à l’arbitre et communiqué aux parties entre elles de la manière qu’il a été dit plus haut pour chaque partie, dans les mois qui suivront la remise du premier exposé de l’affaire entre les mains

de l’arbitre. [Protocole dressé à Lisbonne le 25 septembre 1872 entre la Grande Bretagne et le Portugal au sujet de l’arbitrage déféré au Président de la République Française, dans le différend relatif à la possession de certains territoires sur la côte orientale d’Afrique. Pradier Fodéré. p. 479](SANTOS, 2017, p. 394.

Embora levasse ainda mais quatro anos para a definição da questão, nesse esboço já continha os pontos principais da arbitragem. A insistência na delimitação precisa do “artigo VIII” de Utrecht repousava na estratégia brasileira de prender a discussão tão somente no rio que faria fronteira, impedindo assim que outros aspectos pudessem ser problematizados, como povoamento e demais tratados de limites que foram firmados posteriormente.

Sobre o rio, já havia um sentimento de que provar ser o Oiapoque o legítimo marco não seria uma tarefa tão difícil, pela toponímica e a presença sempre maior de portugueses e brasileiros, além da articulação com a fronteira com o Suriname. Considerar o Araguari como limite, com todas as suas implicações, significaria incomodar a Holanda, porque exigiria reconsiderar alguns marcos fronteiriços de sua colônia, o que certamente levaria essa última a se posicionar em favor o Brasil contra a França.

A participação cada vez mais acurada do Barão do Rio Branco no problema, com a escrita da “Memória Brasileira”, calhamaço de cinco volumes de argumentos históricos, documentos primários e mapas, foi inflacionando as razões brasileiras, e, por outro lado, esvaziando a argumentação adversária.

Considerações Finais

A chamada “Questão do Amapá” pode ser rastreada desde o século XVIII. Em 1700, assinou-se o Tratado Provisional, de modo a neutralizar pela primeira vez a região, por conta do avanço francês para além do rio Oiapoque. Em 1713, na cidade de Utecht, nas Províncias Unidas (atual Holanda), se assinou um tratado que estabeleceu a fronteira entre o Estado do Maranhão e Grão-Pará com a Guiana Francesa, ao longo do rio Oiapoque. A França, naquele momento, havia perdido a guerra na Europa, se encontrando na situação de recuo diplomático e retirada de sua gente e soldados do Cabo Norte, outra nomenclatura utilizada para nomear as terras que hoje compõe o Estado do Amapá.

Em 1750, com o Tratado de Madri, Portugal se viu na obrigação de uma projeção mais afirmativa no extremo Norte de seus domínios. Foi nomeado para liderar a administração paraense o meio irmão do Marquês de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que transferiu a capital do Estado de São Luís para Belém e inverteu os nomes, passando a ser Estado do Grão-Pará e Maranhão, demonstrando assim as novas prioridades lusas. A Vila de Macapá se efetivou em 1758, sugerindo que a região ter-se-ia um povoamento e uma atividade econômica significativa.

Os franceses, envoltos nas guerras napoleônicas, novamente desceram ao Sul e ocuparam uma faixa de terra para além do Oiapoque, chegando ao rio Araguari e a alguns quilômetros de Macapá, no início do século XIX. A invasão portuguesa da Guiana Francesa, levada a cabo em dezembro / janeiro de 1809, inverteu essa situação, novamente estabelecendo o Oiapoque como limite. Com a independência do Brasil, em 1822, a movimentação dos *bush negroes* surinameses e sobretudo a Cabanagem, em 1835, alguns políticos e militares na Guiana Francesa projetaram novo avanço ao Cabo Norte brasileiro, resultando num impasse que se resolveu com a neutralização de 200 mil quilômetros quadrados, em 1840. Segunda neutralização que só foi resolvida a partir dos conflitos ocorridos em 1895, e a construção de uma série de mediações entre as Chancelarias do Brasil e da França anos depois.

Neste artigo, o objetivo foi acompanhar o início dessa realidade, recortando um mês de documentação diplomática de língua francesa, buscando assim reconstituir os primeiros passos que deram mais uma importante vitória diplomática para o Brasil, levando o prestígio do Barão do Rio Branco a níveis estratosféricos.

Referências

BUENO, Eduardo. **Brasil: Uma História**. São Paulo: Editora Ática, 2003.
CARVALHO, José Murilo. **A Formação das Almas**. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
CAVLAK, Iuri. **Introdução a História da Guiana Francesa**. Macapá / Rio de Janeiro, Editora da UNIFAP / Autografia, 2017.
COSTA, Pedro e SARNEY, José. **Amapá: A terra onde o Brasil começa**. Brasília, Editora do Senado Federal, 1999.
SCHWARCZ, Lília e STARLING, Heloisa. **Brasil: Uma Biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

Fontes

SANTOS, Affonso José. **Barão do Rio Branco: Caderno de Notas. A Questão entre o Brasil e a França (maio de 1895 a abril de 1901)**. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2017.

Reflexões sobre o Desenvolvimento: Migração e relações de Gênero na Amazônia contemporânea

Chayenne Farias ¹⁵

Compreendendo a migração como uma variável que nos permite mensurar o nível de contentamento de uma população com as condições de vida em sua região, este artigo parte do debate sobre as relações de gênero presentes nos movimentos migratórios, especificamente, reflexões acerca das mulheres que migram nas fronteiras amazônicas, para discutir o conceito de desenvolvimento a partir das variadas concepções teóricas que o mesmo adquire, ora se identificando, ora se distanciando do crescimento econômico como um fim em si mesmo.

Fronteira; desenvolvimento; migração; gênero; Amazônia.

As migrações são consideradas uma forma de ajustamento das desigualdades regionais e nacionais. A intensidade e direção dos movimentos migratórios sofrem influência de variáveis e condicionantes que envolvem fatores econômicos, sociais e familiares.¹⁶ Via de regra, são as expectativas de melhores condições de vida no lugar de destino que impulsionam a migração, fomentado pelas diferenças relativas à renda, oportunidades de trabalho, melhores serviços e qualidade de vida.¹⁷

Enquanto alguns autores consideram que a decisão de migrar não seria completamente racional e envolveria fatores subjetivos, como as variáveis pessoais, por exemplo, a maioria das teorias indica a preponderância dos fatores econômicos e de mercado. Autores como Singer e Ravenstein consideram que o emprego, a renda, as formas de apropriação do capital, são muito significativos para a decisão do deslocamento.¹⁸

Na Amazônia, a categoria de análise que mais se aproxima da explicação do fator migratório é a mobilidade do trabalho¹⁹, além dessa busca por condições garantidoras de sua

¹⁵ Licenciada em História pela Universidade Federal do Amapá - Unifap (2016); especialista em Gestão e Docência do Ensino Superior pela Faculdade de Teologia e Ciências Humanas - FATECH (2016).

¹⁶ COLLA, Crislaine et al. Migrações e Desenvolvimento: uma análise espacial do Paraná a partir das informações de trabalho e renda da RAIS – de 2000 a 2010. In: Anais [do] VIII Encontro Nacional sobre Migração [recurso eletrônico] / Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Grupo de Trabalho Migração; organização de Ricardo Rippel, Jonas da Silva Henrique. -- Belo Horizonte, MG. : ABEP, 2013. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/download/2027/1985>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

¹⁷ CELADE. Dinâmica demográfica y desarrollo em América Latina y El Caribe. *Série Población e Desarrollo* n° 58. Santiago de Chile: Celade, 2005.

¹⁸ COLLA, Crislaine et al. Op. Cit.

¹⁹ OLIVEIRA, M. SILVA, J. Paradoxos das migrações nas fronteiras da Amazônia contemporânea. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 39., 2015, Caxambu. In: Anais... GT23: Migrações internacionais: legislações, estados e atores sociais. Disponível em:

existência material, pesam sobre essa região outros fatores como a extensão de suas fronteiras, a densidade demográfica relativamente baixa que elas apresentam, e a distância dos centros dirigentes, o que faz com que a população fronteiriça estabeleça novos centros, a partir da aproximação entre regiões de entes soberanos diferentes. Algumas das tensões provenientes desse trânsito entre fronteiras, especificamente dos que adentram o lado brasileiro – o fluxo mais intenso, embora haja algumas exceções como na fronteira entre as cidades de Oiapoque (Amapá) e Saint Georges (Guiana Francesa), dada a melhor qualidade de vida neste departamento francês – dizem respeito à disputa pelos serviços públicos oferecidos pelo Estado, além do medo da população desinformada, que teme a drenagem de recursos públicos e a chegada de doenças, discurso que tensionado pode gerar xenofobia.

De acordo com Oliveira e Silva²⁰, nas fronteiras da região amazônica, esse movimento se de variadas formas: desde o migrante regular, que entra no país com a documentação exigida, geralmente um visto concedido na embaixada brasileira no país de origem, e reserva própria de dinheiro – este tipo constituiria uma espécie de “elite migratória”, que Koifman²¹ chama de imigrante ideal, aquele traria recursos próprios e não faria uso, em tese, dos serviços prestados pelo Estado -; até os que fazem usos de coiotes que realizam a travessia das fronteiras. Embora os migrantes regulares não tenham como garantidos o sucesso em sua empreitada – muitas vezes são enganados pelas agências contratadas para a viagem, e chegando no local de destino têm de lidar com o preconceito e a estigmatização em torno de si enquanto imigrante, para os migrantes em condições de irregularidade as condições são ainda piores, a eles são negados direitos de participação política, trabalhista, de propriedade, e principalmente de programas sociais. Em decorrência da ausência de documentos, têm sua existência precarizada e marcada pela provisoriade, “impedindo que indivíduos pagadores de impostos, produtores, importantes no contexto fronteiriço em que vivem, obtenham sua representação política capaz de assegurar uma efetiva proteção a seus direitos.”²², contrariando os próprios objetivos que justificam a criação dos Estados Nacionais. Em ambos os casos, existe uma parcela dessas pessoas que sentirá de forma mais contundente os efeitos de ser migrante, essas são as mulheres.

<https://www.academia.edu/32080047/Paradoxos_das_Migra%C3%A7%C3%B5es_nas_Fronteiras_da_Amaz%C3%B4nia_Contempor%C3%A2nea>. Acesso em 05 dez. 2017.

²⁰ OLIVEIRA, M. SILVA, J. Migrações, Fronteiras e Direitos na Amazônia. In: *REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.* vol.23 no.44 Brasília Jan./June 2015. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-85852015000100157>. Acesso em 03 dez. 2017.

²¹ KOIFMAN, Fábio. *Imigrante ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. P.224.

²² OLIVEIRA, M. SILVA, J. Op. Cit. P.14.

Embora não haja um consenso sobre como compreender definitivamente o gênero – uma performance, uma função, um papel? -, parece pacificado que este se afasta cada dia mais do domínio do biológico, num movimento contrário, de aproximação do social. E enquanto fruto de uma construção social que organiza as relações entre homens e mulheres, o gênero configura – embora nunca sozinho, é preciso que não se perca de vista a perspectiva interseccional que indissocia as categorias de gênero, classe, geração, raça e/ou etnia – todos os aspectos da vida social, configurando de maneira diferente as experiências migratórias de cada sexo.²³

Além da busca por melhores condições de trabalho e estudo, as mulheres também migram para fugir da violência doméstica e do feminicídio. Na Amazônia os conflitos socioambientais e a criminalização de movimentos sociais têm contribuído como um fator de expulsão dessas mulheres.

Até pouco tempo atrás, as mulheres sequer eram consideradas como uma variável ao se falar sobre migração. Elas eram compreendidas como acompanhantes dos cônjuges, esses sim detentores do papel produtivo, embebidos em motivação e estratégias para a adequação ao novo lugar. A partir de meados dos anos 1970/1980, o gênero passa a ser percebido enquanto uma variável que incide sobre a multiplicidade de fatores envolvidos no fenômeno das migrações. Segundo Boyd e Grieco²⁴: “Gender is deeply embedded in determining who moves, how those moves take place, and the result futures of migrant women and families.”

No geral, quem migra o faz pela falta de perspectivas no seu local de permanência, o que o impulsiona a buscar em outro lugar as condições que não encontra em seu próprio. Segundo Vainer: “Em se tratando de deslocamentos compulsórios, a guerra do desenvolvimento tem sido tão implacável quanto as guerras propriamente ditas. E suas vítimas, sem dúvida alguma, bem mais numerosas”²⁵. É preciso que se reflita sobre que modelo de desenvolvimento têm sido pensado e aplicado, pois como podemos observar com os apontamentos sobre as migrações nas fronteiras amazônicas, e mais especificamente, as marcas de gênero que permeiam essa

²³ FARIA, G. J. A.; FERREIRA, M. L. A.; PAULA, A. M. N. R. *Desinibilizando as mulheres em contexto migratório interno: interfaces entre migração, trabalho e gênero*. Disponível em: << [²⁴ BOYD, M & GRIECO, E. *Women and Migration: Incorporating gender into international migration theory*. Migration Policy Institute. Washington, 2003. P.61.](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiCwZvK5vHXAhUIE5AKHQymDPIQFgppMAA&url=http%3A%2F%2Fdiamantina.cedeplar.ufmg.br%2F2016%2Fanaais%2Fdemografia%2F201-330-1-RV_2016_10_09_00_33_59_204.pdf&usg=AOvVaw3WQOexdWOsh0QIYRF14Bu>>. Acesso em: 05 dez. 2017.</p></div><div data-bbox=)

²⁵ VAINER, C. B. Deslocados, reassentados, clandestinos, exilados, refugiados, indocumentados... as novas categorias de uma sociologia dos deslocamentos compulsórios e das restrições migratórias. In: CASTRO, M. G. (Org.) *Migrações internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: CNPD, 2001. P.182.

experiência, a qualidade de vida e bem-estar da população têm sido sistematicamente negligenciados, mas em troca de quê?

Estratégias para o desenvolvimento

O fim da década de 1980 marca uma mudança fundamental na orientação das políticas externas dos países, com o fim da estrutura bipolar de poder, o capitalismo se mundializa e se inicia a tendência de formação de blocos regionais, especificamente liderados por Estados Unidos, Europa e Japão:

Como la lógica de negociación a nivel internacional continúa estando en manos del Estado, las capacidades de un Estado pasan a tener un valor agregado en la medida que puede «representar» una región y a su vez manejar recursos de poder en los distintos escenarios en que se negocian los temas energéticos, ecológicos y vinculados a los límites del desarrollo.²⁶

Ou seja, o regionalismo se configura como uma estratégia dos Estados para agregarem valor a si mesmos, na estrutura de poder internacional, à medida que passam a representar não só a si mesmos, mas a sua região. Enquanto alguns países da América Latina buscaram fazer parte de iniciativas dos Estados Unidos – como o México que compõe o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), outros buscam se ajudar e fortalecerem suas democracias. Assim, o MERCOSUL é fundado em 1991, ambicionando garantir uma maior margem de manobra no sistema internacional, fortalecendo as capacidades de cada um dos Estados partes e aprofundando o processo de integração regional.

Vejam os que esses esforços vislumbram um desenvolvimento que está diretamente atrelado à ideia de crescimento econômico, identificando este como meio e fim do desenvolvimento. Para os economistas o “desenvolvimento é, basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade”²⁷. Essa visão é compartilhada entre autores e gestores, a identificação do desenvolvimento com o incremento crescente no nível de renda, sem se preocupar em como essa renda está sendo distribuída, em outras palavras, sem considerar quem se beneficia do crescimento econômico alardeado.

²⁶ BIZZOZERO, Lincoln. América Latina a inícios de la segunda década del siglo XXI: entre el regionalismo estratégico y la regionalización fragmentada. Rev. bras. polít. int. [online]. 2011, vol. 54, n.1 [cited 2017-09-018], pp.29-43. Available from: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v54n1/v54n1a03.pdf>>. Acesso em 30 nov. 2017.

²⁷ FURTADO, C. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. P.115-116.

Esses debates sobre o desenvolvimento econômico se aprofundam após a Segunda Guerra Mundial, com a canalização dos anseios dos países por progresso e melhoria da qualidade de vida. A Organização das Nações Unidas (ONU) nasce nesse contexto, visando a utilização das instituições internacionais para a promoção do avanço econômico e social, dentre elas podemos citar o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) – para além das críticas feitas ao impacto da atuação destes nos países subdesenvolvidos em que agem, aqui o que se discute são seus objetivos-, o Programa das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, a Organização Mundial da Saúde (OMS) dentre outros programas com objetivos específicos mas que partilham a busca comum pela melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Embora um conceito de difícil apreensão, pois que seu significado varia com os tempos, culturas, classes sociais e indivíduos, a qualidade de vida pode ser definida como “um conjunto de recursos (sociais, individuais e físicos) necessários ao indivíduo para realização de seus objetivos e aspirações e para a satisfação das suas necessidades aos diferentes níveis”²⁸.

Quanto ao desenvolvimento, de acordo com Bresser-Pereira:

O desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que passa a ocorrer nos países ou estados-nação que realizam sua revolução capitalista, e se caracteriza pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, acompanhado por sistemático processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico.²⁹

Segundo ele, os dois principais fatores a determinarem o ritmo de crescimento do desenvolvimento seriam a taxa de acumulação de capital em relação ao produto nacional, e a capacidade de incorporação de progresso técnico à produção. Ambos estariam condicionados à inserção a uma estratégia nacional de desenvolvimento, que por sua vez dependeriam da conformação de instituições formais (políticas e leis) e informais (práticas sociais, usos e costumes) para a composição do grande projeto nacional de desenvolvimento.³⁰

²⁸ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE apud COUTINHO, M.; FRANKEN, I.; RAMOS, N. *Mulheres migrantes: representação social da qualidade de vida de mulheres brasileiras migrantes*. In: Fazendo gênero – Corpo, Violência e Poder, 8., Florianópolis, 2008. ST 29: Relações de poder e gênero. P.2. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rc=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEWjk9ZOavPPXAhUHDpAKHWaFAN8QFgguMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.fazendogenero.ufsc.br%2F8%2Fsts%2FST29%2FCoutinho-Ramos-Franken_29.pdf&usg=AOvVaw2FMORVy2hodchiGrOmmsxj>. Acesso em 05 dez. 2017.

²⁹ BRESSER-PEREIRA, L. C. O conceito histórico de desenvolvimento econômico – TD 157. São Paulo: FGV-EESP, 2006. P.1.

³⁰ Idem, p.2.

Na visão deste autor, a identificação do desenvolvimento com o desenvolvimento econômico é tão grande que ora é utilizado um verbete, ora outro, sem distinções conceituais que nos permitam diferenciar um desenvolvimento que não esteja atrelado, ou ainda, que corresponda ao desenvolvimento econômico.

Souza³¹ aponta duas correntes de pensamento econômico sobre o tema: uma que identifica crescimento e desenvolvimento como sinônimos, cujos modelos de crescimento da tradição clássica e neoclássica como os de Harrod e Domar, e nos parece, os escritos de Bresser-Pereira já mencionados são exemplares; e outra de orientação crítica, herdeiros da tradição marxista ou cepalina, que diferenciam a simples variação quantitativa de produto, representada pelo crescimento econômico, das mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, instituições e estruturas produtivas, essas identificadas com o desenvolvimento. Celso Furtado é um exemplo de economista filiado a essa corrente de pensamento.

Embora alguns autores defendam que as variadas concepções de desenvolvimento não são excludentes, e que até mesmo se completam em alguns pontos³², nos parece que uma concepção que combine o crescimento econômico a uma melhoria da qualidade de vida é socialmente mais justa e definitivamente mais necessária. Como apontado por Oliveira:

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda- transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras.³³

De acordo com Vasconcellos e Garcia, este deve incluir:

“[...] as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)”³⁴

Portanto, para sabermos como os frutos do crescimento econômico estão sendo distribuídos entre as pessoas, é preciso que se leve em conta também a população analisada. Para

³¹ SOUZA, N. *Desenvolvimento econômico*. São Paulo: Atlas, 1993.

³² SCATOLIN, F. *Indicadores de desenvolvimento: um sistema para o Estado do Paraná*. Porto Alegre, 1989. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. P.24.

³³ OLIVEIRA, G. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. In: *Rev FAE*, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002. P.40.

³⁴ GARCIA, M.; VASCONCELLOS, M.; *Fundamentos de economia*. São Paulo: Saraiva, 1998. p.205.

além das mudanças estruturais e melhoria nos índices de qualidade de vida, o crescimento populacional deve ter um ritmo inferior ao crescimento econômico. Nos países subdesenvolvidos o que se observa frequentemente é a situação contrária, um crescimento econômico que não acompanha o ritmo de crescimento populacional, além de estruturas econômicas inadequadas, elevada concentração de renda e níveis de condição de vida precários.³⁵

O crescimento econômico é condição para que se alcance o desenvolvimento, pela superação da pobreza, porém não é suficiente para garanti-lo por si só, à medida que precisa trazer a melhoria da qualidade de vida para todos: “Nesses termos, o crescimento econômico precisa acontecer em ritmo capaz de atender às solicitações das distintas classes sociais, regiões e países.”³⁶ E, acrescento, fazer isso em ritmo maior quanto maiores forem as condições de vulnerabilidade social. De forma mais pontual, é preciso que se garantam políticas públicas que corrijam as assimetrias causadas pelo modelo de desenvolvimento que tem sido pensado e aplicado, mas, principalmente, é preciso que esse mesmo modelo de desenvolvimento seja problematizado e que se busque um desenvolvimento menos identificado com o crescimento econômico como um fim em si mesmo e mais próximo de uma busca pela melhoria da qualidade de vida em todos os aspectos..

Referências

- BIZZOZERO, Lincoln. America Latina a inicios de la segunda década del siglo XXI: entre el regionalismo estratégico y la regionalización fragmentada. **Rev. bras. polít. int.** [online]. 2011, vol. 54, n.1 [cited 2017-09-018], pp.29-43. Available from: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v54n1/v54n1a03.pdf>>. Acesso em 30 nov. 2017.
- BOYD, M & GRIECO, E. **Women and Migration: Incorporating gender into international migration theory.** Migration Policy Institute. Washington, 2003.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico – TD 157.** São Paulo: FGV-EESP, 2006.
- CELADE. Dinâmica demográfica y desarrollo em América Latina y El Caribe. **Série Población e Desarrollo n° 58.** Santiago de Chile: Celade, 2005.
- COLLA, Crislaine et al. **Migrações e Desenvolvimento: uma análise espacial do Paraná a partir das informações de trabalho e renda da RAIS – de 2000 a 2010.** In: Anais [do] VIII Encontro Nacional sobre Migração [recurso eletrônico] / Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Grupo de Trabalho Migração; organização de Ricardo Rippel, Jonas da Silva Henrique. -- Belo Horizonte, MG. : ABEP, 2013. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/download/2027/1985>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

³⁵ OLIVEIRA, P. Op. Cit., p.41.

³⁶ Idem, Ibidem.

COUTINHO, M.; FRANKEN, I.; RAMOS, N. **Mulheres migrantes**: representação social da qualidade de vida de mulheres brasileiras migrantes. In: *Fazendo gênero – Corpo, Violência e Poder*, 8., Florianópolis, 2008. ST 29: Relações de poder e gênero. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEWjk9ZOavPPXAhUHDpAKHWaFAN8QFgggMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.fazendogenero.ufsc.br%2F8%2Fsts%2FST29%2FCoutinho-Ramos-Franken_29.pdf&usq=AOvVaw2FMORVy2hodchiGrOmmsxj>. Acesso em 05 dez. 2017.

FARIA, G. J. A.; FERREIRA, M. L. A.; PAULA, A. M. N. R. **Desinibilizando as mulheres em contexto migratório interno**: interfaces entre migração, trabalho e gênero. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiCwZvK5vHXAhUIE5AKHQymDPIQFggpMAA&url=http%3A%2F%2Fdiamantina.cedeplar.ufmg.br%2F2016%2Fanais%2Fdemografia%2F201-330-1-RV_2016_10_09_00_33_59_204.pdf&usq=AOvVaw3WQQexdWOsh0QIYRFI4Bu>. Acesso em: 05 dez. 2017.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

KOIFMAN, Fábio. **Imigrante ideal**: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. P.224.

GARCIA, M.; VASCONCELLOS, M.; **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

OLIVEIRA, G. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Rev FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.

OLIVEIRA, M. SILVA, J. Migrações, Fronteiras e Direitos na Amazônia. **REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.** vol.23 no.44 Brasília Jan./June 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-85852015000100157>. Acesso em 03 dez. 2017.

_____. **Paradoxos das migrações nas fronteiras da Amazônia contemporânea**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 39. 2015, Caxambu. In: *Anais... GT23: Migrações internacionais: legislações, estados e atores sociais*. Disponível em: <https://www.academia.edu/32080047/Paradoxos_das_Migra%C3%A7%C3%B5es_nas_Fronteiras_da_Amaz%C3%B4nia_Contempor%C3%A2nea>. Acesso em 05 dez. 2017.

SCATOLIN, F. **Indicadores de desenvolvimento**: um sistema para o Estado do Paraná. Porto Alegre, 1989. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SOUZA, N. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1993

VAINER, C. B. **Deslocados, reassentados, clandestinos, exilados, refugiados, indocumentados... as novas categorias de uma sociologia dos deslocamentos compulsórios e das restrições migratórias**. In: CASTRO, M. G. (Org.) *Migrações internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: CNPD, 2001.

Marcos tipológicos do Comércio-Formiga entre cidades gêmeas nas Fronteiras Internacionais

Max André de Araújo Ferreira³⁷
Elói Martins Senhoras³⁸

O presente trabalho parte da necessidade de investigar a dinâmica de comércio formiga fronteiriço em uma análise sobre os marcos tipológicos entre as cidades-gêmeas nas fronteiras internacionais. Assenta-se a pesquisa a análise das modalidades do comércio formiga nas fronteiras internacionais, bem como os marcos tipológicos qualitativos e quantitativos do comércio formiga fronteiriço. O estudo tem como objetivo investigar se os tipos de comércio formiga existentes nas fronteiras internacionais são influenciados pelos fluxos de difusores e contentores, sendo esses os principais atores sociais responsáveis por apresentar as características para compor os marcos tipológicos do comércio formiga. A pesquisa estrutura-se metodologicamente, por meio de um método dedutivo que objetivou realizar um estudo caracterizado, quanto aos fins, como exploratório e descritivo e quanto aos meios como qualitativo, tendo por objetivo apreender a complexidade do fenômeno a partir de três seções, introdução, desenvolvimento e as considerações finais, as quais ilustram recortes de simplificação analítica por meio da caracterização das modalidades e tipologias qualitativas e quantitativas de comércio formiga materializado nas fronteiras internacionais.

Comércio Formiga Fronteiriço, Atores Sociais, Padrões Tipológicos.

O presente artigo discute o fenômeno identificado como comércio formiga nas fronteiras internacionais tomando como referência a relevância da presença de atores sociais que funcionalmente dinamizam cidades-gêmeas existentes nas linhas de fronteira internacional por meio da comercialização de produtos.

Comércio formiga, comércio incipiente, contrabando formiga, sacoleiros ou ainda formigas da mundialização, são conceitos inovadores nos trabalhos acadêmicos, pois abordam um complexo fenômeno de mobilidade internacional na busca de determinados bens ou serviços em razão das diferenças de regimes cambiais, monetários, fiscais, trabalhistas e tributários entre os países.

Segundo Senhoras e Ferreira (2015), o comércio formiga é característico de materialização em regiões de fronteira internacional e em pequenas quantidades, com o objetivo

³⁷ Professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Especialista e mestre do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPG-SOF/UFRR). E-mail para contato: max.andre@ufr.br.

³⁸ Professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Atua em diversos Programas de Pós-Graduação na Universidade Federal de Roraima. Especialista, Mestre em Relações Internacionais. Mestre em Geografia - Geoeconomia e Geopolítica. Doutor em Ciências. Pos-Doutorando em Ciências Jurídicas.

de atender, tanto, a uma lógica de demanda para a subsistência familiar, quanto, a uma lógica de oferta para revenda por parte de vendedores ambulantes ou sacoleiros.

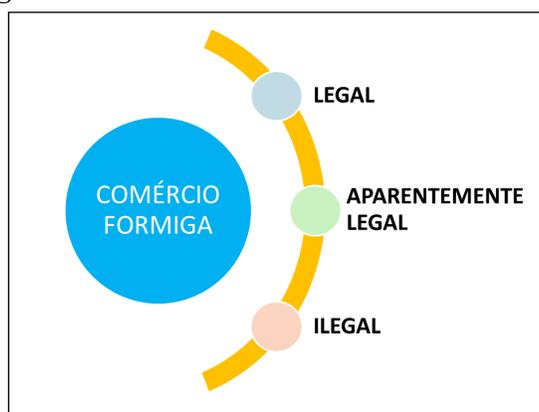
Partindo da discussão do comércio formiga fronteiriço, a presente pesquisa foi estruturada por meio de um método dedutivo que objetivou realizar um estudo caracterizado quanto aos fins como exploratório e descritivo e quanto aos meios como qualitativo, tendo por objetivo apreender a complexidade do fenômeno a partir de três seções, incluída a presente introdução e as considerações finais, as quais ilustram recortes de simplificação analítica por meio da caracterização das modalidades e tipologias qualitativas e quantitativas de comércio formiga materializado nas fronteiras internacionais.

Modalidades do comércio formiga nas fronteiras internacionais

Como o comércio formiga não possui uma definição monolítica, este pode também ser compreendido não só por comercialização de produtos, mas também, a venda de serviços em países vizinhos. É comum pessoas saírem de um local para o outro para usarem diversos serviços como, por exemplo, cirurgias plásticas, tratamento odontológico, serviços de manicure entre outros.

Sem definição única do seu conceito, o termo em questão aparece em algumas pesquisas com o enfoque voltado para explicar as relações e o transito de pessoas nas fronteiras. Neste sentido torna-se importante discutir a incidência do comércio formiga em três vieses: o comércio formiga legal, o comércio formiga ilegal e o comércio formiga aparentemente legal.

Figura 1 - Modalidades do Comércio Formiga



Fonte: Elaboração própria. Baseada em Simões e Senhoras (2014).

Como o fenômeno do comércio formiga é complexo, para compreendê-lo dentro de uma perspectiva racional se faz necessário determinados recortes de simplificação analítica do fenômeno, razão pela qual se adotou no presente estudo uma classificação tripartite proposta por Simões e Senhoras (2014) por meio dos conceitos de comércio formiga legal, aparentemente legal e ilegal.

Comércio Formiga Legal

O comércio formiga legal entende-se por aquele que sua prática está voltada para o cidadão que atravessa a fronteira em busca de obter mercadoria para consumo próprio. Esta definição é bastante complexa e com o objetivo de criar uma discussão em torno do tema faz-se oportuno aqui trazer alguns aspectos relevantes abordados em outras pesquisas.

Iniciando a discussão é importante citar Magalhães (2007) que em seu ensaio trata “O Estado de Roraima e as Fronteiras com a Venezuela e a Guiana” na relação comercial entre Roraima e Venezuela, essa relação, segundo a autora, tem início no século XX não se restringindo ao comércio formiga.

Neste ponto a autora orienta que o comércio formiga funciona como uma forma cotidiana de intercâmbio comercial, quando os atores sociais abastecem-se de produtos da dieta básica, este fenômeno ocorre entre as localidades limítrofes. Neste sentido é importante salientar que este tipo de movimentação é caracterizado por ser um comércio incipiente.

Dentro da perspectiva de Magalhães (2007), e da revisão integrativa pode-se entender que as palavras Regiões Fronteiriças, Intercâmbio Comercial e Comércio de Subsistência foram citados por ela, como também foram citadas por outros autores. Neste sentido o comércio formiga legal se utiliza dessas três características para ser reconhecido.

A palavra informal também é citada para explicar este tipo de comércio. Seguindo o mesmo entendimento pode-se citar Gomes Filho (2011) que nos orienta que nas regiões fronteiriças, esta modalidade se caracteriza, por um intercâmbio comercial, de forma incipiente e informal.

A palavra informal entra no conceito que até então não tinha sido citado por nenhum outro autor. O sentido da palavra então ganha o contorno de ser um comércio sem formalidade, deixando a entender que seria um comércio de idas e vindas, sem a obrigatoriedade de apresentação de documentação na entrada ou saída dessas regiões fronteiriças.

Outro ponto que começa a ser discutido aqui é a entrada e saída de produtos de um lado para o outro da fronteira. Este trânsito de pessoas foi percebido por diversos autores que em suas inquietações perceberam que essa também seria uma característica a ser adicionada ao conceito de comércio formiga. Para isso destacam-se dois trabalhos como fora de justificativa dessa ideia.

A movimentação desses atores sociais nas fronteiras indo e vindo é a característica primordial para Catta (2005) que indica essa movimentação e se propõem indo mais adiante ao classificar o comércio formiga como “gente que busca e leva os produtos de um lado para o outro da fronteira”.

Ainda segundo o autor o trânsito de pessoas em Foz do Iguaçu, cidade esta localizada na região Oeste do Paraná entre os anos de 1970 a 1990 foi intensificado pela instalação de algumas políticas públicas implementadas pelo governo federal. Foi devido a desordem social, que proporcionou ao governo a implementação de projetos de modernidade, a criação de um agitado comércio de importação-exportação na fronteira e ainda o acréscimo da atividade turística.

Segundo Catta (2005) as autoridades locais e os órgãos de repressão no cotidiano da fronteira, não conseguiram dar conta da tarefa de controlar àquela multidão, composta de trabalhadores informais, sem carteira assinada, desempregados em busca de ocupação que pudesse render o mínimo para sua sobrevivência.

Para Oliveira e Campos (2011) os autores classificam este tipo de comércio como uma forma de fomentar a fronteira, aumentando com isso o fluxo de pessoas nestas localidades, com diferentes tipos de situações, entre eles, por exemplo, uma massa de desempregados que utilizam esta modalidade como forma de sobrevivência, construindo processos de povoamento e de construção de fronteiras.

Neste sentido se faz necessário introduzir o viés do comércio formiga aparentemente legal, modalidade esta, que se configura como pessoas que atravessam a fronteira em busca de produtos e revendem em seus locais de origem sem o pagamento dos impostos alfandegários, acarretando com isso, uma série de problemas de ordem econômica e social para o Estado.

Comércio Formiga Aparentemente Legal

Em diversas cidades brasileiras que fazem divisa com outros países é bastante comum ver este tipo de comércio, pessoas carregando bagagens com produtos oriundos dessas localidades. Na fronteira do Rio Grande do Sul mais precisamente na cidade de Santana do Livramento com a

cidade de Rivera no Uruguai surge o termo *bagayo* que segundo Dorfman (2009) o termo é usado para definir o contrabando formiga sendo esse surgindo como um entendimento local.

Para explicar melhor a origem do termo, Vilela e Mires (2012) afirmam que a tradução para o português da palavra *bagayo* significa pacote, bagagem, fardo, conjunto de objetos roubados ou ainda contrabando de pequena escala. Podendo surgir daí a origem do termo para denominar aquelas pessoas que atravessam a fronteira destas cidades-gêmeas em busca de produtos.

Segundo a mesma linha de interpretação temos Mota (2011) que afirmar que o comércio formiga é “realizado por aqueles que adquirem uma quantidade média de produtos para comercializá-los em uma área próxima à linha de fronteira, atividade que, na maioria das vezes, é desempenhada como forma de sobrevivência”.

Segundo afirma Catta (2005) o ator social praticante do comércio formiga é o mesmo que busca ou leva produtos de um lado para o outro da fronteira diariamente e que leva seus produtos para serem comercializados nos grandes centros.

É possível notar que os autores em questão divergem dessa prática. A primeira não comenta sobre a ilegalidade deste comércio, o segundo então enfatiza que este ator social busca e leva os produtos para serem comercializados nos grandes centros, dando a ideia da prática do contrabando ou descaminho.

O comércio formiga aparentemente legal pode se apresentar em uma visão negativa para o Estado, neste sentido, os produtos comprados de um lado com preços mais baixos que o praticado no outro lado pode ser a causa de problemas como alta na inflação, vazamento de renda e diminuição no recolhimento de tributos.

A inflação é o fenômeno econômico que está ligado diretamente ao aumento constante no valor dos preços dos produtos comercializados. Com isso, a inflação pode ser entendida como a perda monetária do dinheiro ao longo do tempo, ou ainda, a diminuição do poder de compra com o enfraquecimento da moeda.

Para um melhor entendimento deste fenômeno econômico é necessário entender de forma rápida, mas sem prejuízo de conhecimento, pois este tópico será abordado outrora quando se discutirá a economia subterrânea.

Com isso pode-se entender de uma maneira geral que para o aumento da inflação entende-se que existem fatores aceleradores ou desaceleradores. Para efeito da discussão abordar-se-á apenas os efeitos aceleradores como Inflação de Demanda ou inflação de custos.

Segundo Luque e Vasconcelos (2004) A inflação de demanda é considerada o tipo mais “clássico” e se dá quando há excesso de demanda agregada em relação à produção disponível, ou seja, quando mais consumidores procuram os produtos ou serviços que ficam escassos no mercado maior será a elevação de seu preço. Os autores então classificam como dinheiro demais no mercado à procura de poucos bens e serviços.

O segundo fator acelerador da inflação se dá quando o nível de demanda permanece o mesmo e os custos dos produtos sofrem aumento. Este aumento dos custos diminui o ritmo da produção aumentando automaticamente os preços dos produtos no mercado. Segundo Luque e Vasconcelos (2004) este fato pode ser considerado como uma inflação tipicamente de oferta.

Ainda conforme os autores o preço de um bem ou serviço tende a relacionar-se com seus custos de produção. Se estes aumentam, mais cedo ou mais tarde o preço do bem provavelmente aumentará. Uma razão frequente para o aumento de custos são os aumentos salariais. Nesta relação o aumento das taxas de salários, não necessariamente, significa que os custos unitários de produção de um bem aumentaram. Se a produtividade da mão-de-obra empregada aumenta na mesma proporção dos salários, os custos unitários podem não ser afetados.

Outro fator que compromete a economia e está diretamente ligado ao comércio formiga aparentemente legal é o vazamento de renda. O vazamento de renda pode ser encarado quando as famílias recebem seus recursos financeiros e os mesmos não são gastos no país de origem, sendo esses gastos em outras localidades causando com isso a escassez monetária no país de origem. Esse problema tem causado crises mundiais e na região amazônica não é diferente.

Outro fator que afeta negativamente o aparelho estatal é a queda na arrecadação fiscal sendo esse um dos principais impactos socioeconômicos gerados pelo comércio formiga aparentemente legal. A queda na arrecadação fiscal de acordo com Medeiros (2005) reflete na menor aplicabilidade de investimento na sociedade, como na educação e saúde, contribuindo ainda mais para um déficit maior nas contas públicas.

A diminuição da receita para o estado atinge diretamente os investimentos à sociedade como políticas públicas para a geração de empregos, investimentos na educação e na saúde, desenvolvimento industrial e comercial, etc.

O comércio formiga aparentemente legal pode causar ainda o que Naím (2006), revela ao existir a fuga de investidores nacionais e internacionais em empresas fabricantes de produtos. Essa prática provoca uma concorrência desleal entre o produto fabricado no país, que atende toda

a legislação própria, e o produto que entra ilegalmente no país, que não segue a mesma norma imposta pelo mercado nacional, entrando com o preço muito inferior ao produto nacional.

Estas empresas não se sentem atraídas e estimuladas a investir nestes mercados sob estas condições, sendo então pertinente a fuga por outros mercados mais atrativos e sólidos que lhes forneçam maiores garantias quanto a sua produção.

O aquecimento do comércio fronteiriço na figura do comércio formiga aparentemente legal quando não combatido poderá refletir em várias outras camadas da sociedade, podendo surtir efeito, inclusive, no aumento da criminalidade nas fronteiras nacionais. De acordo com Carvalho e Jesus (2004) é comum nascer nos locais de fronteiras, atividades que sobrevivem do comércio ilegal de produtos oriundo de outros países.

Comércio Formiga Ilegal

Com toda esta discussão sendo feita, não pode ser esquecido o viés do comércio formiga ilegal. Esta modalidade é praticada por aqueles atores sociais que sobrevivem deste tipo de comércio indo e vindo de um lado para o outro em regiões fronteiriças trazendo ou levando mercadorias ou produtos ou até praticando serviços não regulamentados pela legislação, sendo produto oriundo do descaminho, contrabando ou contrafação ou até mesmo drogas.

Ao discutir o comércio formiga fronteiriço é importante mencionar que o termo sacoleiro é comumente conhecido na linguagem cotidiana, onde se titulam aquelas pessoas que vendem produtos de “porta em porta” em repartições públicas, casas ou até mesmo parados na rua com suas mercadorias sendo expostas ao chão em cima de lonas.

Seguindo este mesmo raciocínio o termo também é utilizado para aquelas pessoas que se deslocam de seu domicílio com o objetivo de comprar produtos em outras localidades para revenderem em seus locais de origem. De difícil conceituação o termo sacoleiro vem sendo empregado em artigos científicos de diversas formas onde autores divergem dos conceitos.

Para conceituar estes atores sociais que transitam nas localidades fronteiriças, popularmente chamado de sacoleiro é preciso levar em conta o que diz Ferreira (2005) que afirma que sacoleiro é o “vendedor ambulante que leva sua mercadoria ao local de trabalho ou à casa do cliente”.

Já Houaiss (2004) explica que este termo é mencionado como “pequeno comerciante que traz objeto do exterior, de outro estado ou cidade para revender e porta em porta ou em locais de trabalho”.

Podemos entender que um conceito complementa o outro, mas não se igualam em definição. Comerciante ambulante, pequeno comerciante podem ser comparados com comerciante formiga fronteiriços. O termo sacoleiro aparece em pesquisas científicas relacionadas à tríplice fronteira Brasil-Paraguai-Argentina destacando os indivíduos que atravessam essas fronteiras em busca de comprar produtos para revender no Brasil em sacolas.

Seguindo essa linha temos Sandroni (1999) que explica o termo sacoleiro, como sendo “pessoas que realizam o contrabando em pequena escala nas fronteiras do Brasil com os países limítrofes”. É possível identificar aqui que não existe um consenso acadêmico sobre o termo sacoleiro. Em outra oportunidade discutimos, sendo este, pessoas que atravessam fronteiras com produtos oriundos de outros países ou então pessoas que vendem produtos dessas localidades de porta em porta.

Sobre a ilegalidade do comércio formiga nas regiões fronteiriças aparece outro personagem que vive desta modalidade. Os atravessadores que recebem a mercadoria com o intuito de repassar para outros mercados. Neste sentido Ferreira (2009) explica que “existe a economia ilegal de fronteira, com os atravessadores, que promovem o chamado contrabando formiga”.

Outro conceito que aparece de forma bastante inusitada é o que Telles (2009) que define como “formigas da mundialização” ou “novos nômades da economia subterrânea” definindo esses como homens e mulheres que circulam entre países e regiões conforme as circunstâncias e oportunidades de trocas e comércio de mercadorias.

O Tráfico formiga também ganha destaque quando o assunto é drogas ilícitas. Os traficantes então utilizam pessoas para atravessar as fronteiras com drogas armazenadas em seus corpos. Esta forma de forma de transporte bastante utilizada pelos atravessadores foi citada por Gemelli (2013) afirmando que indivíduos levando pequenas quantidades de drogas escondidas no corpo, num movimento de ida e vinda entre as fronteiras. Daí a expressão formiga classifica a autora.

A autora cita ainda que “em alguns casos, os “formigas” chegam a engolir em capsulas as drogas para dificultar sua apreensão”. (GEMELLI, p.106). A autora afirma que também se enquadram nesta categoria, os atravessadores que utilizam motos para esconderem as drogas dentro dos capacetes para fazer a travessia nas fronteiras.

Procópio (1999) faz um relato minucioso dos ilícitos ocorrido na fronteira Brasil e Paraguai. O assunto em questão não se trata de tema novo no cenário fronteiriço. Segundo o

autor a “tradição de contravenção neste cenário está completando quase meio século de existência”.

Segundo ele nas épocas de grandes feriados nacionais, festa Natalina, Semana Santa, ou ainda, quando o valor da moeda local está maior que a do outro país, o volume de pessoais que costumam transitar por essas áreas fronteiriças se torna intenso, levando a impossibilidade de haver uma fiscalização mais eficiente dos órgãos.

Segundo ainda Procópio (1999) as fronteiras internacionais atraem pessoas com o interesse de comercializar ou atravessar drogas e tudo isso começou segundo ele, de forma "inocente" com a travessia de substâncias como álcool e nicotina vinda dos Estados Unidos. Nos dias atuais, é de lá que saem e entram grandes quantidades de produtos químicos que são utilizados para refinar drogas, que são contrabandeadas, saindo do Brasil para a Europa.

Em seu texto o autor indica que esta inocente prática trouxe uma mudança no cenário das fronteiras, onde os “Turistas” pouco a pouco foram envolvidos em contrabando formiga de bebidas alcoólicas, cigarros e roupas, transformando-se anos depois como verdadeiras ondas humanas conhecidas como popularmente como "sacoleiros".

Essas ondas foram se especializando e aumentando o seu nicho de produto a serem contrabandeados, os eletrodomésticos, produtos eletrônicos, armas, químicos controlados, sintéticos e finalmente a chegada das drogas mais fortes. Toda essa transformação, segundo o autor, trouxe prejuízos incalculáveis com perdas humanas e grandes colapsos financeiros para as indústrias e ainda para o comércio como já discutido.

Diante do que foi exposto nesta seção, pode se entender que a prática do Comércio Formiga Legal, Aparentemente Legal e o Illegal podem ter características muito próximas uma da outra, apenas concorrendo entre elas o tipo de produto a ser comercializado ou ainda o propósito a ser praticado pelo difusor do comércio formiga.

Tipologias qualitativas do comércio formiga nas fronteiras internacionais

Os cinco tipos de integração transfronteiriça que são utilizados para as cidades gêmeas são: Margem, Zona tampão, frentes, capilar e sinapse. Após utilizar uma análise weberiana de tipos ideais, podemos entender que esses mesmos modelos tipológicos serão utilizados para orientar o estudo das tipologias qualitativas do comércio formiga fronteira.

Comércio Formiga Fronteiriço de Margem

O comércio formiga fronteiriço de margem é caracterizado por uma movimentação de fluxo pendular, onde o indivíduo passa de um lado para o outro da fronteira com pouca dinâmica comercial, sem a presença dos atores contentores que fiscalizam esses locais.

Os atores difusores do comércio formiga fronteiriço nestas localidades se mantêm livres para comercializarem seus produtos, apesar da baixa dinâmica comercial do local. Nestas localidades os atores difusores são conhecidos entre si, geralmente são familiares ou pertencentes de um mesmo grupo social.

Seguindo essas características entende-se que o tipo ideal que mais se assemelha a este modelo é a ação afetiva. Sem a presença dos Contentores no sentido de barrar este fluxo, o Difusor consegue traçar um roteiro de atividades e, sem a intervenção do Estado, consegue obter êxito em seus propósitos no comércio fronteiriço. O comércio formiga fronteiriço de margem seria para Weber o tipo ideal menos importante para a sociedade.

Geralmente os atores sociais difusores desta tipologia mantêm pouca dinâmica comercial por serem conhecidos entre si, familiares ou de um mesmo grupo social, justificando o fluxo pendular, ou seja, indo e vindo de um lado para outro nessas cidades.

Para exemplificar o funcionamento do comércio formiga fronteiriço de margem, imaginamos que o Difusor reside na região A, onde existe a predominância do comércio formiga fronteiriço de margem, e precisa seguir até a Região B para adquirir produtos que após serem adquiridos serão consumidos nesta mesma cidade ou na cidade de sua origem.

Comércio Formiga Fronteiriço de Zona Tampão

O comércio formiga fronteiriço de zona tampão pode ser praticado em locais que existe uma forte influência dos atores contentores para coibir este tipo de comércio. Os atores sociais difusores do comércio formiga fronteiriço que transitam nestas localidades tem a sua proibição devido a comercialização de produtos ilegais, como por exemplo, ouro, diamante, ou ainda, utilizando essas localidades como corredor para escoamento dos produtos ilegais.

Para tipificar de forma qualitativa de acordo com os tipos ideais proposto por Weber, entende-se que o difusor do comércio formiga fronteiriço ao utilizar esta área para transporte e mercadoria, assume o risco, sendo esse, o tipo ideal de ação racional com relação a valores. Sendo este determinado pela crença, por valores que o difusor julga ser importante, independentemente do êxito desse valor na realidade.

Neste sentido a proibição no acesso dessas áreas tem o sentido de proteger as populações indígenas que vivem nelas. Conforme PRPDF (2005, p. 146) pode-se afirmar que “estas localidades são protegidas no sentido de coibir movimentos migratórios não indígenas e dar cobertura institucional às áreas culturais indígenas, cuja mobilidade transfronteiriça espontânea é antiga e bastante intensa”.

Como exemplo do comércio formiga fronteiroço de zona tampão é preciso entender que os atores sociais que circulam nessas áreas, se utilizam destas com o interesse de extrair do solo ou transportar produtos ilegais de um lado para o outro. A falta de fiscalização e a pouca eficiência do Estado em monitorar essas áreas, são elementos que contribuem para a circulação destes Difusores.

Esse difusor então para alcançar seus objetivos, despreza os fatores de risco de ser encontrado nessas áreas de preservação. Essas áreas são geralmente compreendidas como reservas ambientais e indígenas, parques ambientais e zonas de proteção ambientais.

Comércio Formiga Fronteiroço de Frente

O comércio formiga fronteiroço praticado nestas áreas conhecidas como frente se caracteriza por ser o comércio formiga fronteiroço ilegal. Nestas áreas é notória a presença de atores sociais difusores como garimpeiros, que exploram a terra em busca de ouro e outros metais. A entrada desses difusores é fortemente combatida pelos contentores.

Outra característica deste tipo de comércio nestes locais é o baixo dinamismo, porém este tipo de comércio torna-se mais dinâmico que o comércio formiga fronteiroço de margem, uma vez que não se restringe nas cidades gêmeas sendo que as mercadorias ali que são comercializadas se espalham para fora dessas cidades, chegando com isso a outras cidades e capitais.

Para classificar o comércio formiga fronteiroço de frente de acordo com os tipos ideais de Weber é preciso entender que o Difusor pratica ações assumindo os riscos e, com isso, entende de forma racional o prejuízo que pode vir a sofrer no caso de ser preso pelos contentores ao entrar em uma área protegida por lei como reservas indígenas, parques nacionais e outros com o interesse de exercer a atividade de garimpagem.

Portando o tipo ideal sugerido por Weber que mais se assemelha a este tipo de comércio formiga fronteiroço de frente é a ação racional com relação a valores. Sendo este então

classificado de forma igual ao comércio formiga fronteiroço de forma tampão, uma vez que, os atores sociais Difusores utilizam de práticas similares nestes dos tipos de comércio fronteiroço.

Comércio Formiga Fronteiroço Capilar

O comércio formiga fronteiroço capilar se caracteriza por não haver a presença do Estado com seus atores sociais contentores, sendo este espontâneo, uma vez que os difusores se movimentam de um lado para o outro da fronteira levando e trazendo mercadorias para serem comercializadas nestes locais. Neste sentido o comércio formiga fronteiroço capilar mantém um dinamismo local passando para o internacional, isto por que a movimentação dos difusores é o principal elemento para este dinamismo.

Muito parecido com o modelo de comércio formiga fronteiroço de margem este tipo de modelo se diferencia apenas pelo fato de existir uma maior movimentação dos Difusores como forma de manter um padrão dinâmico para suas transações. No comércio formiga fronteiroço capilar o tipo ideal sugerido por Weber que mais se assemelha pode ser entendido como ação racional com relação a fins.

O comércio formiga fronteiroço de margem, onde o Difusor consegue ter liberdade pra adquirir os produtos e passar de um lado para outro da fronteira em posse destes, reflete um padrão pouco dinâmico de comércio, sendo essa a principal diferença entre o tipo de comércio formiga fronteiroço capilar que mantem seu padrão bastante dinâmico.

Nestes locais o Difusor desta tipologia, organiza e planeja como deve fazer para alcançar seus objetivos, uma vez que os Contentores não mantêm uma rígida fiscalização, facilitando com isso a ação deste tipo de comércio nestes locais de fronteira.

Como exemplo supõem-se que uma pessoa física residente em uma cidade gêmea A, tem o interesse em adquirir produtos para consumo próprio em outra cidade gêmea B. Neste sentido essa pessoa compra mercadorias para consumo próprio dentro da cota estabelecida pela Receita Federal do Brasil.

O Difusor então segue em direção até outra cidade gêmea e adquire os produtos que tem interesse. Este então planeja quais os produtos quer comprar, quantidade, tempo e forma de deslocamento do trajeto, a incidência do câmbio do outro país em relação ao seu. Após toda essa análise o Difuso segue com o interesse de adquirir este produto, retornando ao país sem problema para consumir a mercadoria.

Verifica-se então que todos os passos foram efetuados e a concretização da compra foi o meio final para que essa pessoa pudesse consolidar a funcionalidade do tipo comércio formiga fronteiro capilar mantendo os padrões weberianos de ação racional com relação a fins.

Comércio Formiga Fronteiro de Sinapse

O comércio formiga fronteiro no tipo sinapse mantém as características de haver a presença do Estado nestes locais, mas ao contrário do modelo de frente, onde os atores sociais contentores fiscalizam a ação dos difusores, no modelo sinapse o Estado participa de forma ostensiva.

A participação do Estado neste tipo de comércio vem no sentido de organizar estas cidades, investido em construção de pontes, estradas, melhorando as cidades que mantém essas particularidades. O comércio formiga fronteiro nestas cidades transformam a paisagem urbana, interferindo na criação de sindicatos, associações e entidades que auxiliam os difusores nestes locais.

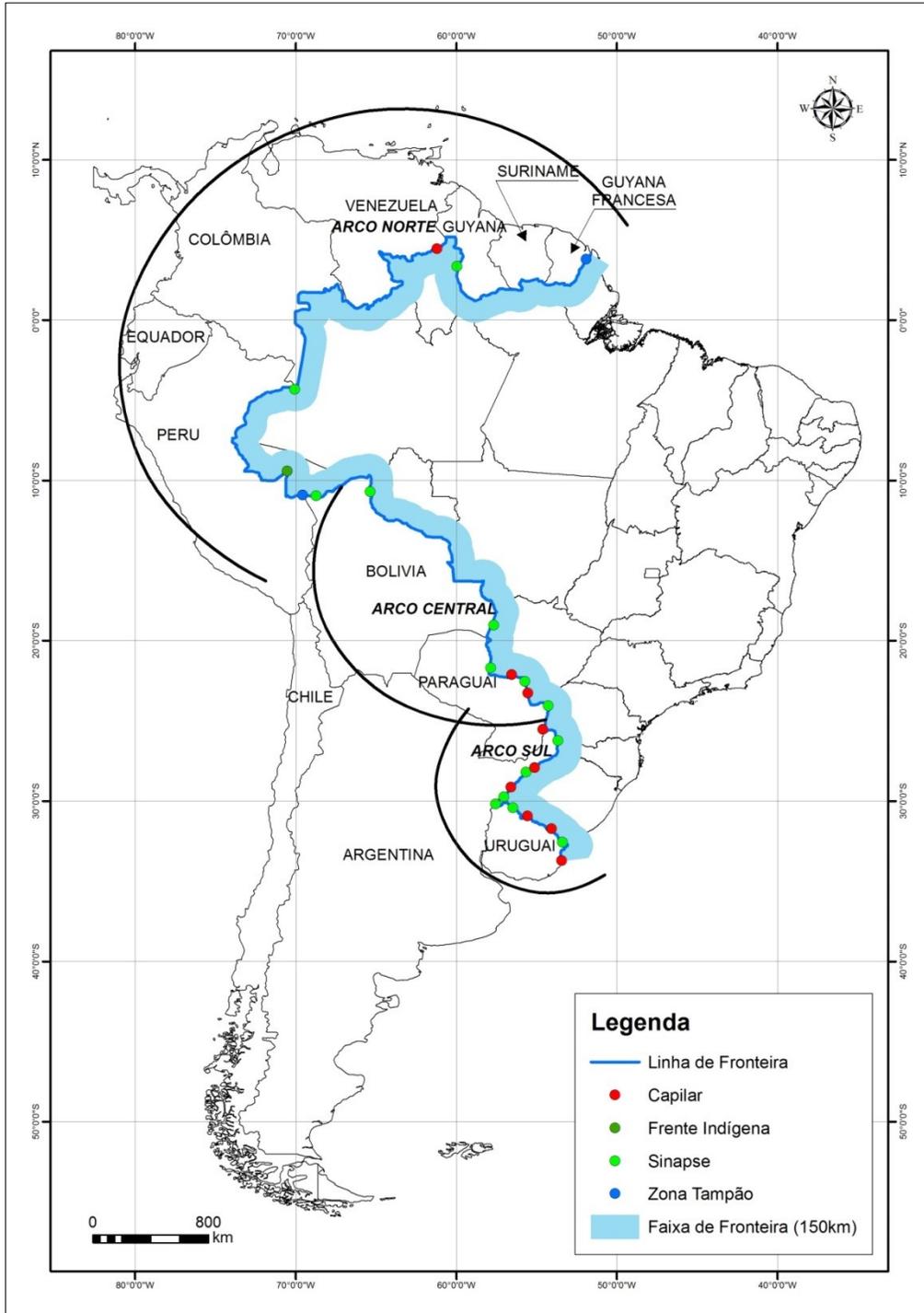
É o caso de sindicatos de taxistas, moto-taxistas, hoteleiros, redes de lojas especializadas entre outros. Nestes locais os difusores encontram certa facilidade em propagar suas ações, uma vez que conseguem ter o apoio não só do estado, mas também de entidades privadas que oferecem serviços a estes.

Neste tipo de comércio formiga fronteiro sinapse nota-se que existe uma liberdade dos elementos Difusores do comércio formiga fronteiro em transitar por estes locais, com a ajuda do Estado, uma vez que, nessas regiões existe uma cultura de adquirir esses produtos.

Para explicar melhor o funcionamento deste tipo de comércio formiga fronteiro dentro dos tipos ideais propostos por Weber é preciso classifica-lo como sendo uma ação tradicional, onde indivíduo utiliza-se deste tipo de comércio seguindo os padrões culturais e familiares do local que está inserido.

A classificação tipológica qualitativa para o comércio formiga fronteiro nas cidades-gêmeas brasileiras presentes na linha internacional de fronteira permite mapear uma maior incidência de comércio formiga fronteiro sinapse, seguido pelo comércio formiga fronteiro capilar, enquanto que as tipologias qualitativas de comércio formiga fronteiro de zona tampão, frente e margem ocorrem com menor incidência.

Mapa 1 – Tipologia qualitativa do comércio formiga de fronteira



Fonte: Elaboração própria (FERREIRA; SENHORAS; VALLE; 2015). Arquivo de Mapas.

O mapa demonstra o comportamento do comércio formiga fronteiriço seguindo as tipologias qualitativas nas vinte e nove cidades gêmeas distribuídas pelo Brasil. Através de

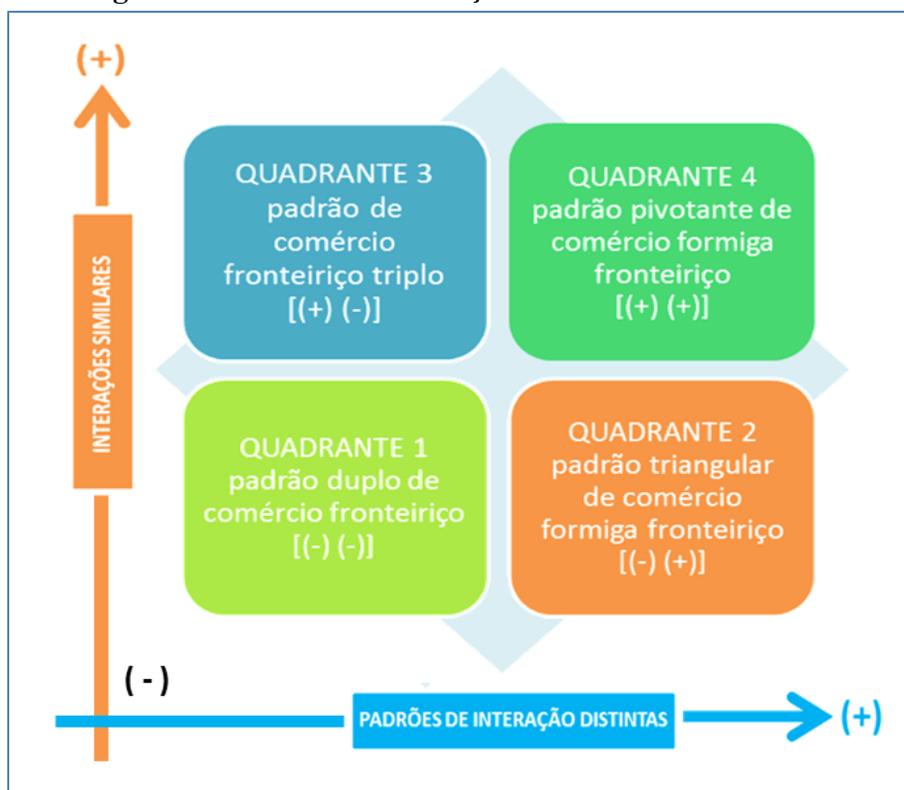
estudo detalhado das características dessas cidades e, seguindo o modelo de tipos ideais weberiano, foi possível tipificar de forma qualitativa o comércio formiga fronteiriço.

Tipologias quantitativas do comércio formiga nas fronteiras internacionais

A presente pesquisa aponta distintas interações de comércio formiga que são identificados por um quadrante fundamentado no padrão duplo de comércio formiga fronteiriço entre cidades gêmeas, o padrão triplo de comércio formiga fronteiriço, o padrão de comércio formiga fronteiriço triangular, e, por último, o padrão pivotante de comércio formiga fronteiriço.

A identificação destes padrões de comércio formiga fundamenta-se na identificação de vetores similares de interação e de vetores distintos de interação nas fronteiras internacionais, o que repercute na conformação de uma matriz 2 x 2 com especificidades em cada um dos quadrantes.

Figura 2 - Padrões de Interações entre Cidades-Gêmeas



Fonte: Elaboração própria (FERREIRA; SENHORAS; SILVA, 2015).

Na figura 2, o termo interações similares, aparece no lado esquerdo, caracterizando que nos quadrantes 1 (Padrão Duplo de Comércio Formiga em Cidades Gêmeas) e 2 (Padrão Triplo de Comércio formiga fronteiro em Cidades gêmeas) as cidades estarão classificadas com baixa interações similares entre elas.

Pode-se entender que quanto menor as interações comerciais entre as cidades gêmeas, menor também será o seu padrão de interação similar, ou seja, são cidades que mantém um padrão baixo de interações distintas e similares.

As cidades classificadas nos quadrantes 3 (Padrão de Comércio formiga fronteiro Triangular) e 4 (Padrão Pivotante de Comércio formiga fronteiro em Cidades Gêmeas) terão como características uma alta interação de similaridade, isso devido essas cidades estarem classificadas nos quadrantes mais altos da figura.

O padrão de interações distintas foi apresentado no âmbito desta pesquisa com o intuito de demonstrar que essas cidades gêmeas possuem formas distintas de interações entre si, mas são distintas quanto às suas interações com outros centros.

Neste sentido as cidades com altas interações distintas são aquelas que os difusores do comércio formiga fronteiro conseguem escoar os seus produtos para outras cidades, ou seja, os produtos comercializados nas cidades gêmeas ultrapassam suas dimensões, sendo comercializados em outros centros urbanos.

Na figura 2 os quadrantes 1 (Padrão Duplo de Comércio formiga fronteiro) e 3 (Padrão de Comércio formiga fronteiro Triangular) mantém baixo padrão de interações distintas. O quadrante 2 (Padrão Triplo de Comércio formiga fronteiro em Cidades Gêmeas) e 4 (Padrão Pivotante de Comércio formiga fronteiro em Cidades Gêmeas) mantém um alto padrão de interações distintas.

Padrão duplo de Comércio Formiga Fronteiro em Cidades Gêmeas

Para iniciar os estudos dos padrões que serão discutidos nessa seção, parte-se de uma discussão com o padrão duplo de comércio formiga fronteiro em cidades gêmeas. Do ponto de vista quantitativo, este tipo de padrão tem o tipo de interação quantitativo mais simples, isto é, as cidades que estão localizadas neste modelo são cidades que interagem apenas entre si.

Devido às suas características com pouca dinâmica comercial e com a forte presença do Estado no controle dessas áreas, este tipo de padrão torna-se simples, pois existe pouca interação

similar, ou seja, a interação existe apenas entre suas cidades gêmeas, não havendo, com isso, interação distinta entre outros centros.

Neste tipo de padrão existem poucas interações similares, uma vez que essas cidades estão localizadas em reservas indígenas, reservas ambientais e áreas de preservação, não possuindo grande influência do meio externo. Desse modo os atores sociais que vivem nesses locais pouco interagem com outro meio, fazendo desses locais ambientes isolados.

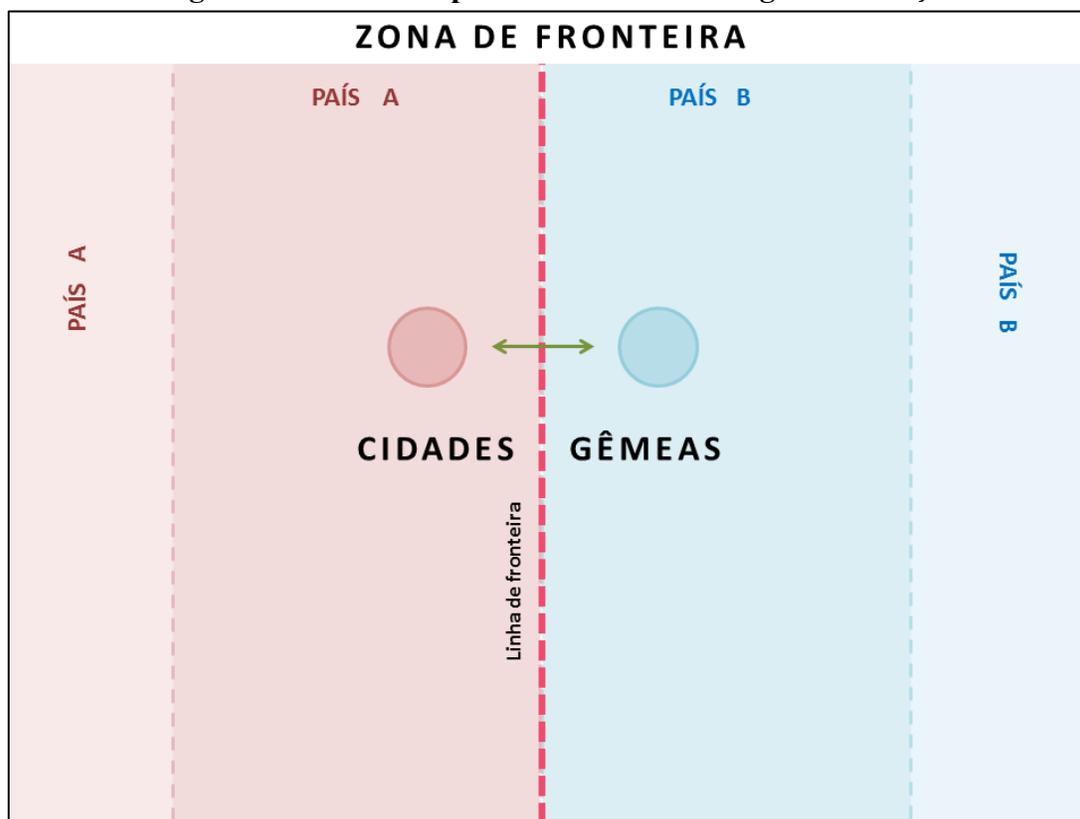
Os difusores do comércio formiga fronteiroço se utilizam desses locais para transporte de suas mercadorias, com o intuito de fugir das fiscalizações dos contentores. Nesses locais geralmente o único contentor do comércio formiga fronteiroço que age de forma tímida é o Exército que se utiliza de seu dever constitucional para salvaguardar essas localidades.

O comércio formiga fronteiroço de zona tampão tem como característica a pouca dinâmica comercial e o não controle do Estado nessas áreas, facilitando com isso o escoamento de produtos ilícitos oriundos desse tipo de comércio. Armas, drogas, biopirataria e recursos minerais estão na lista de produtos que circulam por essas zonas tampão.

As interações distintas são aquelas ocorridas apenas quando os difusores do comércio formiga fronteiroço conseguem escoar os seus produtos para os outros centros urbanos, neste sentido, não há que se falar em padrão duplo de comércio formiga fronteiroço, uma vez que, neste tipo de tipologia, não há possibilidade de escoar a produção, por ser esta a tipologia mais simples diante das demais que serão estudadas.

O padrão duplo de comércio formiga fronteiroço em cidades gêmeas é sem dúvida a tipologia qualitativa mais simples de ser entendida, uma vez que, seus atores sociais não mantêm uma interação com outras cidades. A figura 3 mostra como é o funcionamento do padrão duplo de comércio formiga fronteiroço.

Figura 3 - Padrão Duplo do Comércio formiga fronteiriço



Fonte: Elaboração própria (FERREIRA; SENHORAS; SILVA, 2015).

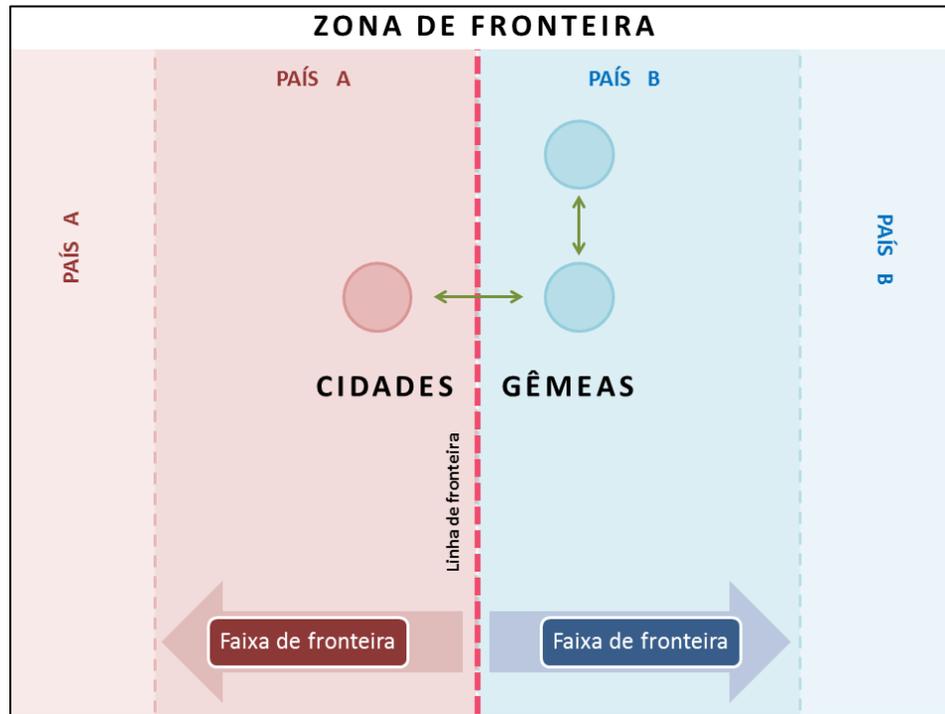
Dessa forma é possível entender que ao existir a interação com outro centro este padrão deixa de existir, passando então para outro estágio de evolução tipológica conhecido como padrão triplo do comércio formiga fronteiriço em cidades gêmeas.

Padrão Triplo de Comércio Formiga Fronteiriço em Cidades Gêmeas

Para o padrão de comércio formiga fronteiriço triplo em cidade gêmea é preciso salientar que esta tipologia surge após o avanço tipológico do padrão duplo, ou seja, este tipo de padrão surge quando existem três cidades-gêmeas próximas à linha da fronteira e que mantêm os mesmos tipos de interações entre si.

Essas cidades possuem muitas interações similares e poucas interações distintas, uma vez que, estas recebem produtos delas mesmas e são responsáveis por dar vazão aos produtos para as outras localidades. Possui pouca dinâmica comercial, acarretando com isso, precário controle dos contentores. A figura 4 mostra o comportamento dessas cidades-gêmeas.

Figura 4 - Padrão Triplo de Comércio formiga fronteiriço



Fonte: Elaboração própria (FERREIRA; SENHORAS; SILVA, 2015).

Devido a essas interações similares, existe a predominância de familiares e pessoas de um mesmo grupo social, acarretando uma pequena troca de interação com pessoas de outras localidades. Seguindo a mesma lógica de raciocínio do padrão duplo, estes padrões se mantêm como sendo os menos complexos dos padrões tipológicos.

Padrão de Comércio Formiga Fronteiriço Triangular em Cidades Gêmeas

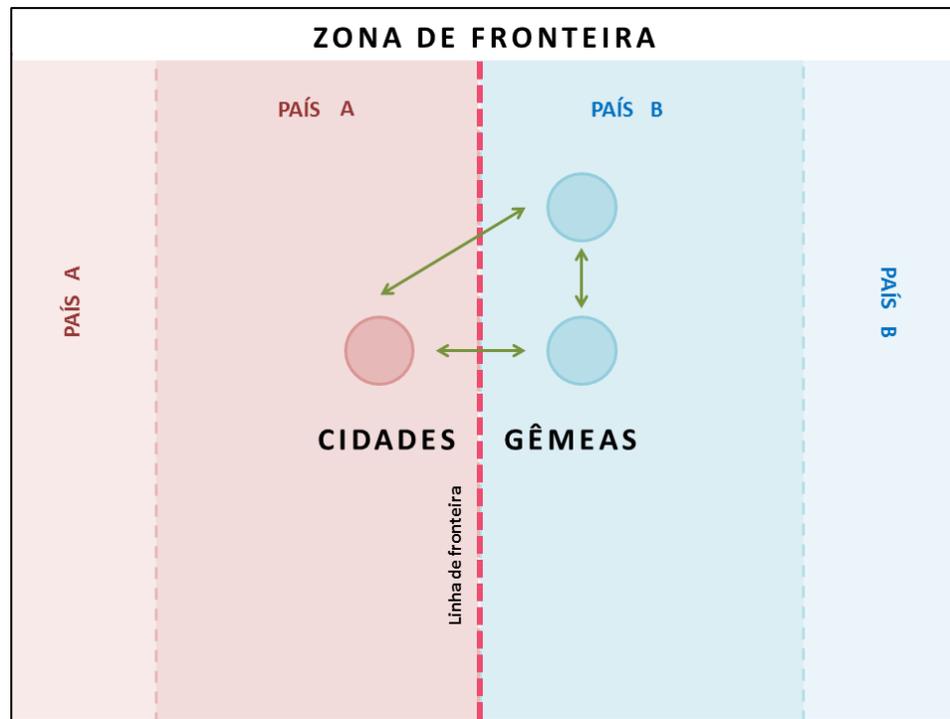
O padrão de comércio formiga fronteiriço triangular em cidades gêmeas tem como característica modelos de interações do ponto de vista quantitativo intermediários ou híbridos, ou seja, são modelos distintos que interagem entre si, pois fazem parte de um *continuum* entre os padrões mais simples para o mais complexo.

Nesta tipologia existe uma intensa dinâmica comercial com um forte controle dos contentores, inclinando de uma interação similar para interações distintas. Isso se deve por haver duas cidades gêmeas envolvidas nesse processo e uma terceira cidade dentro da faixa de fronteira, formando assim um triângulo nas suas interações.

A participação dos contentores em barrar a ação dos difusores se torna mais difícil, uma vez que esses se moldam de acordo com a situação. Neste modelo a fronteira se torna mais

complexa com o surgimento de uma terceira cidade envolvida nesse processo. A figura abaixo mostra o comportamento dessas cidades.

Figura 5 - Padrão Triangular de Comércio formiga fronteiriço



Fonte: Elaboração própria (FERREIRA; SENHORAS; SILVA, 2015).

O comércio formiga fronteiriço nessa localidade é bastante intenso e transforma o espaço geográfico em cenário ideal para a troca de interações similares entre elas, uma vez que esses locais se interagem de forma intensa com idas e vindas de difusores transportando mercadorias e abastecendo essas fronteiras com os diversos tipos de produtos.

Padrão Pivotante de Comércio Formiga Fronteiriço em Cidades Gêmeas

Para o padrão pivotante de comércio formiga em cidades gêmeas é possível entender que existe uma cidade fora, ou pivô, das cidades gêmeas que dá vazamento à saída dos produtos. Este é o tipo de padrão mais complexo que pode ser discutido, uma vez que reúne diferentes variáveis para a ocorrência desse modelo.

Neste tipo de padrão é preciso compreender que esta tipologia se mantém com características distintas do que foi discutido até aqui. Com isso, o ponto principal para esta

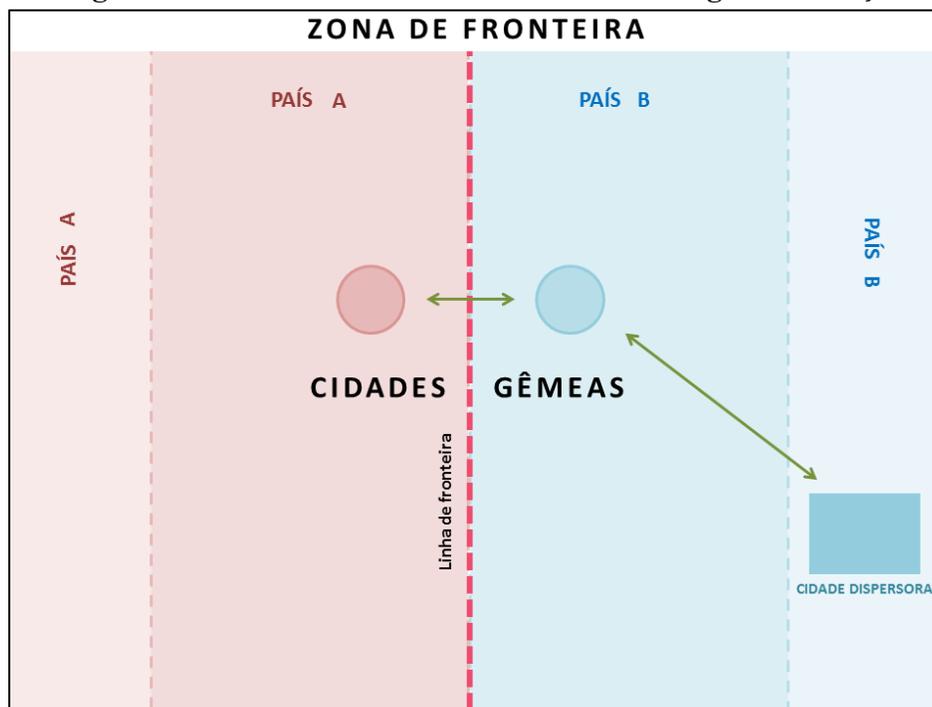
tipologia acontecer é a ocorrência de uma cidade fora da faixa de fronteira, sendo esta, receptora dos produtos comercializados, denominada como polo dispersor desses produtos.

Neste padrão existe ocorrência de grande dinâmica comercial, com pouca participação dos contentores nessas áreas de fronteira. Com uma intensa circulação de produtos de um lado para o outro da fronteira, os difusores conseguem promover um comércio bastante desenvolvimentista forçando as autoridades competentes a transformar a paisagem dessas localidades.

Nessa tipologia tem-se duas cidades gêmeas envolvidas e uma terceira cidade fora da faixa de fronteira, no Brasil essa faixa de fronteira foi designada pela Lei nº 6.634/79 que limita em 150 km de largura paralela à linha divisória terrestre do território nacional. Com isso, essa terceira cidade está fora da faixa de fronteira, mas mantendo uma aproximação com as cidades-gêmeas, garantindo as interações entre elas.

Com a criação de estradas, pontes e infraestrutura organizada para receber esse fluxo de difusores, a população em geral ganha com esse tipo de comércio, com o incentivo ao turismo de compras e ajudando no fomento da economia local, esse tipo de padrão traz benefícios como geração de renda e uma melhora na qualidade de vida da população fronteiriça.

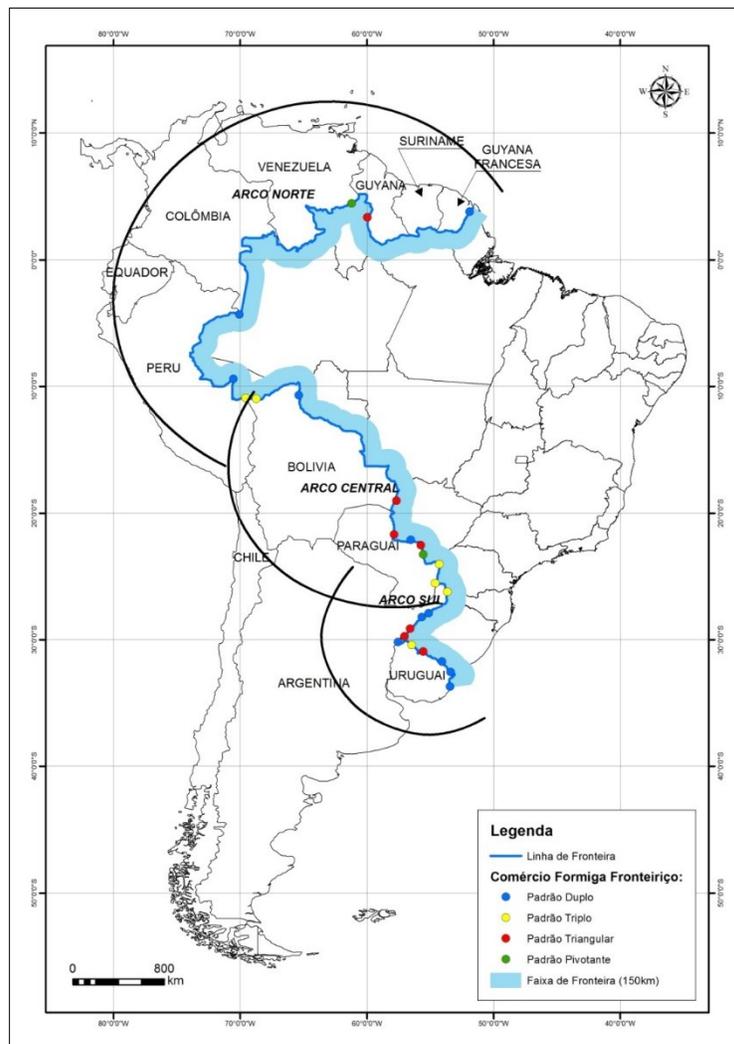
Figura 6 - Padrão Pivotante de Comércio formiga fronteiriço



Fonte: Elaboração própria (FERREIRA; SENHORAS; SILVA, 2015).

A pesquisa classificou as 29 cidades-gêmeas brasileiras existentes na linha de fronteira internacional de acordo com as tipologias quantitativas, o que permitiu um mapeamento de onze cidades-gêmeas com o padrão de comércio formiga fronteiraço duplo, nove cidades-gêmeas com o padrão de comércio formiga fronteiraço triplo, oito cidades-gêmeas com o padrão de comércio formiga triangular e apenas uma cidade-gêmea com o padrão pivotante de comércio formiga fronteiraço pivotante.

Mapa 2 - Tipologia Quantitativa do Comércio Formiga de Fronteira



Fonte: Elaboração própria (FERREIRA; SENHORAS; VALE, 2015). Arquivo de Mapas.

O mapa 2 demonstra o comportamento do comércio formiga fronteiraço seguindo as tipologias quantitativas nas vinte e nove cidades gêmeas distribuídas pelo Brasil. Através de

estudo detalhado das interações dessas cidades foi possível tipificar de forma qualitativa o comércio formiga fronteiriço.

Considerações finais

O presente estudo abordou o comércio formiga fronteiriço como tema, sendo este complexo, com conceitos ainda não discutidos pela academia, modalidades sendo sugeridas neste trabalho e os atores sociais deste tipo de comércio sendo marcados nesta pesquisa, as fronteiras tornam-se locais de intenso campo de estudo. Um verdadeiro laboratório a céu aberto para discutir experiências concretas e que mudam a paisagem destes locais.

Por meio de uma ótica sistêmica que identifica fixos e fluxos, o fenômeno fronteiriço foi apresentado em suas características qualitativas e quantitativas por meio da identificação tripartite de padrões de comércio formiga legal, ilegal e aparentemente legal com base nas ações dos atores difusores.

As modalidades do comércio formiga foram discutidas em outros trabalhos de pesquisa, mas especificamente neste artigo, tentou-se avançar nos estudos teórico-conceituais como forma de conhecer melhor o fenômeno a partir da identificação de modalidades e tipologias, bem como dos atores sociais que participam como difusores e contentores do comércio formiga fronteiriço.

Com base nestas discussões, a pesquisa demonstrou a relevância do fenômeno do comércio formiga fronteiriço existente entre países vizinhos que compartilham diferenças de regimes cambiais, de tributação, aduaneiros e do trabalho, de maneira a demonstrar os macrocondicionantes entre os países e os microefeitos na dinamização de uma economia subterrânea, ou, eventualmente, de uma economia bandida.

O comércio formiga por ser dinamizado com alto grau de descentralização dos atores, sob a perspectiva dos negócios empreendidos por pessoas físicas ou jurídicas, ele acaba impactando nos locais de origem desses atores em atividades da economia informal, também conhecida como economia submersa ou subterrânea.

Conclui-se com base na pesquisa que nas dinâmicas fronteiriças entre países vizinhos os fenômenos paradiploáticos conhecidos como comércio formiga impactam paradoxalmente com vetores de integração e fragmentação não apenas em cidades gêmeas nas linhas de fronteira, mas também, em espaços além das zonas de fronteira, exigindo assim melhor compreensão analítica para auxiliar o próprio *policymaking*.

Referências

- CATTA, L. E. “Sobreviver é preciso: pobre a e estratégia de sobrevivência em uma cidade de fronteira”. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz**. Londrina: ANPUH, 2005.
- DORFMAN, A. **Contrabandistas na Fronteira Gaúcha: Escalas Geográficas e Representações Textuais**. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC, 2009.
- FERREIRA, M. A. A.; SENHORAS, E. E. M; SILVA, J. P. S. **Arquivo iconográfico sobre comércio formiga em Boa Vista**. Boa Vista: PPGSOF-UFRR, 2015b (CD- ROM).
- FERREIRA, M. A. A.; SENHORAS, E. E. M; VALE, F. **Arquivo de mapas sobre comércio formiga na fronteira Venezuela – Brasil**. Boa Vista: PPGSOF-UFRR, 2015 (CD- ROM).
- GEMELLI, V. **As Redes do Tráfico: Drogas Ilícitas na Fronteira Brasil e Paraguai**. Dissertação de mestrado. Foz do Iguaçu: UNIOESTE. 2013.
- GOMES FILHO, F. **A paradiplomacia subnacional no Brasil: uma análise da política de atuação internacional dos governos estaduais fronteiriços da Amazônia**. Tese de doutorado. Brasília: UnB, 2011.
- LUQUE, C. A.; VASCONCELLOS, M. A. S. “Considerações sobre o problema da inflação”. *In*: PINHO, D. V.; VASCONCELLOS, M. A. S. (Org.). **Manual de Economia**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- MAGALHÃES, M. G. S. D. “O Estado de Roraima e as Fronteiras com a Venezuela e a Guiana”. **Revista Textos e Debates**, vol. 1. n. 12, 2007.
- MEDEIROS, L. A. **CPI da Pirataria: os segredos do contrabando e da falsificação no Brasil**. São Paulo: Geração Editorial, 2005.
- MOTA, S. S. “Portuñol, Sujeito e Sentido: Efeitos de uma Política Educacional em Noite nu Norte”. **Revista da Associação Brasileira de Hispanitas**. vol. 1, n. 1., 2011.
- NAÍM, M. **Ilícito: o ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico a economia global**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- OLIVEIRA, M. A. M; CAMPOS, D. L. “Instituições, Populações e Comércio na Fronteira Brasil – Bolívia”. **Anais da VII Expedição Geográfica da Unioeste: Espaços de Fronteira – Território e Ambiente**. Paraná: Unioeste, 2011.
- SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.
- SIMÕES, O. S; SENHORAS, E. M. “Comércio Formiga e os Campos de Poder na Dinâmica Fronteiriça: Um Estudo de Caso na Fronteira Gyana-Brasil”. **Anais do XIII Seminário Internacional RII**. Salvador: SEI, 2014.
- TELLES, V. S. “Illegalismos Urbanos e a Cidade”. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 84, 2009.
- VILELA, A. C; MIRES, D. **Michaelis Tour Português**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2012.

Dinâmicas Econômicas na Fronteira: A inserção de Comunidades Quilombolas na Cadeia de Valor Global do Açaí no Amapá ³⁹.

Mayara M Vasconcelos Araújo ⁴⁰

Eliane Superti ⁴¹

Lee Pegler ⁴²

A produção do açaí está entre as principais atividades socioeconômicas na região norte do Brasil e compõe uma importante cadeia global de valor. No Amapá, fronteira setentrional da Amazônia brasileira, a dinâmica econômica engendrada pela cadeia produtiva do açaí é majoritariamente extrativista e realizada por comunidades tradicionais, dentre elas comunidades quilombolas. Este artigo discutiu a participação de quatro comunidades quilombolas do estado do Amapá, cuja principal atividade econômica é a extração do açaí, na cadeia produtiva de valor global. Os objetivos foram caracterizar os agentes, compreender a inserção das comunidades quilombolas e discutir a forma de governança no extrato da cadeia analisada

Cadeia Produtiva do Açaí, Governança, Comunidades Quilombolas.

Introdução

Na fronteira setentrional da Amazônia brasileira estão presentes importantes cadeias globais de valor. As de minério e soja são as mais expressivas no volume de recursos movimentados (IBGE, 2016), mas é a cadeia do açaí que tem maior potencial de dinamização socioeconômica. Isso porque, as comunidades tradicionais são as principais produtoras do fruto e conjuntamente com outros agentes locais da cadeia – atravessadores e intermediários – compõem arranjos comerciais que ramificam a circulação dos recursos a setores sociais historicamente excluídos.

O Pará é o estado que lidera a produção do fruto no país seguido pelos Estados do Amazonas, Maranhão e Acre. Atualmente o Estado do Amapá aparece como 5º produtor do fruto (IBGE, 2016), mas sua produção é estratégica, pois, acontece na entre safra do principal produtor, o estado do Pará.

³⁹Este artigo foi originalmente publicado na Revista Colombia Internacional sob o título; La gobernanza de las cadenas de valor emergentes y sus impactos en las comunidades tradicionales. A pesquisa foi realizada no contexto do projeto GOLLS - Governance of Labour and Logistics for Sustainability, financiado pela Capes/NUFFIC por meio do edital 063/2014 e também do projeto Transfronterização na América do Sul, financiado pela Capes/Pró-Defesa por meio do edital 031/2013.

⁴⁰Mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas. E-mail: mayara-araujo@hotmail.com.br

⁴¹Doutora em Ciências Sociais, professora pesquisadora do Programa de Pós Graduação em Estudos Fronterícios da Universidade Federal do Amapá. E-mail: esupert@unifap.br.

⁴² Doctor pela London School of Economics. Professor e Pesquisador do International Institute of Social Studies, da Erasmus University Rotterdam (Rotterdam/Holanda). E- mail: pegler@iss.nl.

A atividade produtiva do açaí no Amapá, área da triplíce fronteira Brasil/Suriname/Guiana Francesa, é majoritariamente extrativista e realizada por comunidades tradicionais (CARVALHO, 2010). Dentre elas estão comunidades quilombolas que ao integrar a cadeia global, redefiniram dinâmicas, relações de poder e interações socioeconômicas vinculadas ao processo de trabalho, uso do território e participação no mercado.

No Brasil são consideradas comunidades quilombolas, grupos sociais tradicionais que se auto atribuem essa identidade, autoreconhecendo-se por meio das noções de pertencas, memórias de seu processo histórico de formação e no movimento das forças sociais e instâncias organizativas que os compõe (LEITE, 2010). A Fundação Palmares, instituição pública vinculada ao Ministério da Cultura, emite certificação para as comunidades quilombolas garantindo a elas acesso a programas sociais específicos do governo federal.

Em levantamento de pesquisa realizado em 2013, identificamos dentre os produtores de açaí no Amapá, quatro comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares cuja principal forma de atividade econômica era a venda do açaí. Ou seja, a sobrevivência e manutenção dessas comunidades estão atreladas a extração e comercialização do fruto do açaizeiro. São elas; a comunidade de Cunani, localizada no município de Calçoene, Porto do Abacate, localizada em Macapá, Nossa Senhora do Desterro e Engenho do Matapí, ambas situadas em Santana.

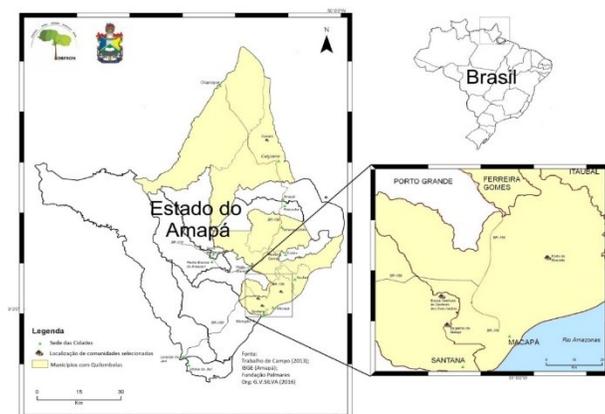


Figura 1 – Localização das comunidades estudadas

Fonte: Superti e Silva (2015)

Este artigo discutiu a participação dessas quatro comunidades na cadeia produtiva do açaí que produz valor global. O objetivo foi discutir a especificidade dessa cadeia que engendra a

inserção de comunidades quilombolas, caracterizar os agentes e discutir a forma de governança considerando as intersecções entre o local e o global.

Uma cadeia de valor consiste em atividades que devem ser realizadas para produzir, vender ou distribuir um produto ou serviço. Cada atividade, pode ser feita individualmente ou por vários agentes, tem que ser realizada para adicionar valor ao produto ou serviço afim de que seja oferecido no mercado consumidor. As cadeias globais de valor são cadeias produtivas cuja produção não se concentra em um único lugar, ou país, mas sim em vários países, ultrapassam fronteiras. Assim, as atividades ao longo da cadeia são fragmentadas e executadas em diversos lugares, caracterizando o que o autor Scherer (2014) aponta como uma dispersão geográfica, porém ordenada da produção.

Segundo Pegler (2009), a análise das cadeias globais de valor é importante para compreender qual o nível de inserção de um agente nessa cadeia. E, através da governança, é possível refletir sobre as relações sócio-económicas e de poder engendradas ao longo de seu funcionamento.

A investigação que alicerça as argumentações deste ensaio tem por base as pesquisas de campo realizadas entre os anos de 2013 a 2016, entrevistas semi-estruturadas, análise documental e pesquisa bibliográfica. O percurso seguido para estruturar a reflexão apresentada neste artigo foi discussão e apresentação das comunidades quilombolas, a caracterização da cadeia produtiva e a análise da governança presente no recorte da cadeia pesquisado.

A análise da cadeia produtiva do açaí, será feita a jusante da cadeia. Portanto, na produção primária, onde ocorre a extração do fruto (local) até a fase em que o insumo chega para a empresa processadora e exportadora de polpa (global) e no mercado interno, passando pelos atravessadores e intermediários que são responsáveis por boa parte dessa comercialização. Não será analisada toda a cadeia produtiva. Isso, porque, no caso de exportação, essa cadeia produtiva termina em outros países e dentro do mercado local ela é pulverizada em um número significativo de pequenos estabelecimentos, o que demandaria outro esforço de pesquisa e fugiria aos objetivos estabelecidos nessa investigação.

Comunidades Quilombolas e a produção de açaí.

A formação de quilombos no Brasil foi uma das formas de resistência ao trabalho escravo, utilizado como mão-de-obra no Brasil até 1888. As comunidades remanescentes de

quilombos que conhecemos hoje derivam dessa resistência, mas também da luta pela sobrevivência de comunidades negras em seus territórios ocupados e preservação de costumes e tradições, que resultam em um grande patrimônio cultural.

Para Malcher (2009) a construção da identidade quilombola e a preservação de sua cultura está diretamente ligada ao seu território. Isso porque, a vinculação das comunidades quilombolas com a área que ocupam não é apenas uma questão econômica de cultivo da terra para sobrevivência, mas, de garantia de continuidade de seus hábitos cotidianos, de seus ritos, da existência da comunidade. Mesmo em comunidades onde a ocupação profissional se diversificou e a agricultura não é mais a única ou a principal forma de garantir a vida, o espaço do vivido, ou seja o território que ocupa, é o espaço de sua cultura e, dessa forma, fundamental para sua manutenção.

Logo, a sobrevivência dessas comunidades depende da proteção de seu território, assim como a preservação do meio ambiente e da biodiversidade. A luta pelo direito à terra levou essas comunidades a se organizarem, somarem forças com outros movimentos negros e exigirem do Estado o reconhecimento de seu direito a terra.

O Estado brasileiro, pressionado pelo enfrentamento de forças políticas e sociais, teve que prever direitos das comunidades quilombolas. O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal obrigou o Estado brasileiro a garantir a propriedade das terras quilombolas⁴³.

O reconhecimento dos territórios quilombolas foi muito mais do que a concretização de uma política fundiária, pois significou um elemento de resgate da cultura afro-brasileira. Permitiu a formação de uma nova cartografia social de matriz étnica, baseada na ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica.(TRECCANI, 2006)

A proteção estatal das comunidades quilombolas não consiste em uma proteção de um indivíduo, ou núcleo familiar. Existe nesse contexto um fundamento de proteção de uma comunidade étnica, ou seja, um fundamento cultural. A proteção vai além da terra, vai proteger o modo de vida, tradições e costumes ligados a um determinado território. E, se estende também a proteção do meio ambiente.

Contudo, a efetivação desse direito está longe de ser uma realidade. Apenas em 2007, o governo federal, por meio do Decreto 6040, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento

⁴³ A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 em seu Art. 68 dispõe que; “ Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Neste decreto, tais grupos são definidos como "culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição". Mesmo com implantação da política pública, o processo para regularização da propriedade da terra a favor das comunidades é muito lento. Para exemplificar, no Amapá, das 28 comunidades já certificadas pela Fundação Cultural Palmares no levantamento feito em 2013 apenas 4 comunidades tinham a propriedade de seu território. Nenhuma das comunidades aqui estudadas possuem propriedade do seu território. Passados mais de 27 anos da Constituição Federal e 09 anos do lançamento da PNPCT, o Estado brasileiro ainda não conseguiu dar resposta efetiva a essa importante demanda social.

O uso que as comunidades tradicionais fazem de seu território, para além de manter a coesão e a cultura do próprio grupo, também a vincula com a sociedade no seu entorno e lhes permitem participar das dinâmicas do mercado produtivo, no caso aqui estudado, do mercado global. A produção das roças, o artesanato, o extrativismo dentre outros tem seu excedente destinado ao mercado como forma de gerar recursos para a manutenção da vida e não de acumulação de capital.

Dentre as comunidades quilombolas rurais no Amapá, a principal produção para geração de renda é a da farinha mandioca, outras produções ou extrativismo são complementares. Contudo, as quatro comunidades objeto desse estudo são exceções. Para elas, a principal forma de obtenção de renda é o extrativismo do açaí.

Das quatro comunidades estudadas, três se formaram a partir da fuga de grupos negros da escravidão e apenas uma, Nossa Senhora do Desterro, tem origem na migração em busca de áreas para agricultura de subsistência. Em todas as quatro comunidades as condições de vida são muito próximas, são ribeirinhas e estão localizadas em áreas de difícil acesso, e uma, Cunani, está na faixa de fronteira. A subsistência é garantida pelo extrativismo e pequenas produções agrícolas. As casas nas comunidades são majoritariamente de madeira e não dispõem de água tratada e saneamento básico. Três tem energia elétrica regularmente e Cunani, apenas no período noturno por meio de um gerador. Escola de ensino fundamental e posto de saúde estão presentes somente no Cunani, as outras comunidades não contam com esses equipamentos sociais (Pesquisa de Campo, 2015).

Com base nos dados levantados na pesquisa de campo, podemos afirmar que as comunidades são constituídas por uma população rural de baixa renda e pouca escolaridade. As famílias não se caracterizam pela tradicional família nuclear – pai, mãe e filhos – mas pelo que denominamos de família extensa, ou seja, uma parentela que mora em uma mesma casa e que se estende dos pais até seus netos e/ou bisnetos, genros e/ou noras. A média da renda mensal familiar varia de 1 a 2 salários mínimos⁴⁴ e se concentra nos meses de safra do açaí. No período de entressafra as famílias se mantêm das economias feitas, do excedente de outras pequenas produções e dos auxílios financeiros pagos pelo governo federal. A escolaridade dos adultos na grande maioria se limita ao ensino fundamental e as crianças ou saem da comunidade para estudar ou não frequentam a escola, com exceção do Cunani, onde as crianças são atendidas pela escola, mas, mesmo assim, só até o 4o ano do ensino fundamental.

As condições de infraestrutura das comunidades denotam a carência de serviços públicos básico, como água tratada, saneamento, saúde e educação. Não existe transporte público que as atenda e em todas elas a precariedade do acesso fluvial ou terrestre é um grave problema para escoar a produção.

Nas quatro comunidades, a produção do açaí ocorre no inverno amazônico ou período das chuvas e se concentram de março a julho. A extração em açáizais nativos é a principal forma de obtenção do fruto, apenas na comunidade Engenho do Matapi foi feita a experiência de plantio. Cerca de 7 mil pés de açaí foram cultivados, mas, segundo o relato dos agricultores, os açazeiros plantados não cresceram tanto quanto os nativos. Inicialmente, os cachos eram pequenos e deram frutos depois de dois anos da plantação. Somente após quatro anos nasceram cachos grandes (Pesquisa de campo, 2016).

O manejo dos açáizais nativos que poderia facilitar a extração e aumentar a produção também não é usual. Na comunidade do Cunani foi feito em uma pequena área para experimento e também no Engenho do Matapi, ambos com apoio de órgão público estadual. Segundo os moradores das duas comunidades, a extração é facilitada quando se faz o manejo, pois, as palmeiras não são tão altas e a qualidade dos frutos também melhora.

Na divisão social para execução dos trabalhos que mantém a vida das famílias no contexto das comunidades quilombolas estudadas chama atenção a organização do trabalho de forma coletiva, diferenciando, no entanto, as atividades femininas das masculinas.

⁴⁴ No Brasil, o salário mínimo é o menor pagamento monetário, definido por lei, que um trabalhador deve receber em uma empresa por seus serviços.

Em todas as comunidades na época da safra, as famílias trabalham em conjunto e parentes e amigos, mesmo que não morem mais na comunidade, mas mantenham laços de proximidade, vão ajudar na extração. Em Nossa Senhora do Desterro e Engenho do Matapi moradores de comunidades próximas também vão ajudar na extração. As pessoas que não vivem na comunidade recebem um valor em dinheiro depois da venda. Os acordos são informais e estabelecidos a partir da confiança entre as partes com relação ao trabalho realizado e do valor alcançado na venda. Os laços de confiança são elementos fundamentais no estabelecimento das relações econômicas no âmbito das comunidades. Eles são instituídos por relações de amizade, reciprocidade e vantagens mútuas. Se esses laços forem rompidos, dificilmente voltam a ser reestabelecidos. Os comunitários não recebem, mas contam o apoio para quando forem realizar suas colheitas.

Trabalhar em conjunto para realizar a colheita e convidar parentes e amigos tem um significado que ultrapassa a ampliação da mão de obra. O trabalho em conjunto reforça a sociabilidade do grupo e fortalece os laços de reciprocidade internas e externas. Além disso, faz com que todos os parceiros, principalmente os externos, reconheçam qual é a área que a comunidade considera como sua propriedade e as subdivisões familiares. A forma coletiva de organizar o trabalho alimenta a coesão interna do grupo ao vinculá-los em processos de cooperação e reciprocidade. Ela também estabelece laços de confiança e integração com outras comunidades e traz o reconhecimento social da propriedade da comunidade e de cada grupo familiar.

Na divisão sexual das atividades, a retirada dos cachos de açaí das palmeiras é uma atividade dos homens. Apenas em Porto Abacate as mulheres também a executam, mas somente na ausência da figura masculina. Subir na palmeira de açaí para extração dos cachos não é uma atividade simples. É necessário o conhecimento dos mais antigos para saber onde se concentram os açais na mata e que produzem melhores cachos considerando o período da extração. Como as palmeiras são muito altas e finas um descuido pode ser fatal e frequentemente acontecem acidentes. É preciso saber, também, como fazer uma peconha - instrumento utilizado nos pés para subir na palmeira - e se equilibrar para cortar o cacho e descer com ele.



Fonte: Comunidade de Porto Abacate, Pesquisa de Campo, 2013.

Esses conhecimentos são tradicionais e repassados de uma geração a outra. Os meninos, ainda na infância acompanham os pais, aprendem a fazer a peconha, sobem nas palmeiras menores aprendem a reconhecer o território e as melhores árvores e são iniciados nos labores adultos. O mesmo acontece com as meninas que acompanham as mães, tias e irmãs mais velhas para debulha e catação. Processa-se, dessa forma, a socialização das crianças no trabalho para a vida, sua e da comunidade.

De acordo com os peconheiros – homens que sobem na palmeira de açai com a peconha – o trabalho exige mais técnica do que força. Mas, é considerado por todos como a parte mais penosa. Cada peconheiro colhe por volta de 8 a 10 sacas de 15 quilos de açai por jornada. Mas, o trabalho não cessa com a retirada dos cachos. Uma vez no chão, os cachos são debulhados e catados e esses são trabalhos das mulheres e meninas. Uma vez selecionados, o açai é colocado em cestos, latas ou sacas para serem transportados por todos no final da jornada.

Como a extração acontece principalmente em açazais nativos, todo o processo é feito mata adentro nos territórios das comunidades. O mapeamento de seu território para identificar os açazais e marcos que delimitam qual pedaço do território pertence a cada família e os que são de uso comum tem como referência as memórias dos mais antigos que apontam acordos feitos entre as famílias, fatos da vida em comunidade como aberturas de áreas para a lavoura ou limpeza para o trabalho extrativista ou preparo para a caça. Os marcos que definem as áreas de cada família são simbólicos e estabelecidos a partir do convívio social do grupo.

A propriedade da terra pelas famílias se relaciona diretamente com a organização socio-política do grupo e não é entendido como mercadoria para compra, venda ou produção capitalista de riqueza. Ainda assim, o uso que fazem do território é a principal forma que possuem para aferir renda e participar do mercado produtivo. Cardoso e Cardoso (2015, p 80) chamam a atenção que, para famílias quilombolas, “land is, above all, conceived as a source of resources to guarantee life”. Dentre os elementos que definem a divisão do território entre as famílias atribuindo-lhes a propriedade da área, o trabalho é o principal.

A compreensão que as comunidades têm sobre a propriedade coletiva de seu território e das áreas que dentro dele que são de uso exclusivo de cada família se diferenciam. A propriedade do território está vinculada a primeira ou antiga ocupação do espaço geográfico usado na constituição dos elementos que compõe a cultura da comunidade. Já a definição de propriedade de parte do território para cada família é feita pelo trabalho. Quando uma família, em acordo com o grupo, modifica a natureza, preparando o terreno para fazer a roca, manejando o açaí, plantando árvores frutíferas ou construindo espaços para animais, essa área passa a ser de uso exclusivo. O trabalho delimita dentro do território qual espaço é de uso comum e o que é de uso privado (ALIZONI E RIBEIRO, 2011). Essas duas interpretações sobre a propriedade não se excluem ou se contradizem, de fato, a primeira é mais ampla e envolve também o trabalho, mas não apenas. A segunda estabelece o direito de usar privadamente a área que já era de propriedade coletiva e que foi transformada pelo trabalho.

Na extração do açaí, cada família organiza a colheita na sua área de acordo com o período de amadurecimento do fruto e dos acordos internos e externos para execução dos trabalhos. Um comunitário não pode trabalhar na área do outro sem permissão. Porém, é comum, principalmente na comunidade do Cunani, que uma família permita outra extrair em sua propriedade. Isso normalmente acontece quando alguma família está em dificuldade financeira ou a quantidade de frutos madurecidos extrapola a capacidade de extração. Nos espaços de uso comum, ou seja, que nas áreas que não são prioridade de uma única família, mas de toda a comunidade, a coleta é livre para todos os comunitários. Nessas áreas, mais uma vez a lógica do trabalho é o definidor da propriedade. Ou seja, a quantidade de frutos que a família colher junto com aqueles que por acordo informal fazem parte de sua mão de obra, a ela pertence.

São nas áreas de uso comum que as comunidades enfrentam o maior número de conflitos de terras. Invasões, desmatamento e colheita por peconheiros contratados por terceiros são os problemas mais comuns. Os conflitos de terras são agudizados pela incapacidade do Estado,

apesar de toda legislação existente, em promover a demarcação e titulação das terras em favor das comunidades.

Nas quatro comunidades estudadas, o medo em relação a diminuição da produção do açaí é constante. Isso porque, a renda conseguida com a extração do fruto mantém durante todo ano a vida das famílias. Elas fazem estoque dos mantimentos que precisam para o ano todo e as compras de bens de consumo imediato como roupas, calçados e eletrodomésticos. Durante o restante do ano compram pouca coisa e garantem as necessidades cotidianas com pequenas roças ou criação de animais, além da caça e pesca.

A reflexão sobre as comunidades quilombolas e a produção do açaí exprimem a singularidade desses agentes presentes na cadeia global de valor. O uso que fazem do território lhes permite participar da cadeia produtiva do açaí, mas não sob a perspectiva da acumulação capitalista. A produção do açaí faz parte dos mecanismos econômicos utilizados pela comunidade para manter sua existência. Uma vez que a lógica da acumulação de capital não prepondera, a propriedade da terra não tem um valor em si mesmo. Seu valor é definido na medida em que é fonte de recursos para garantir a vida. Por isso, a propriedade do território pode ser coletiva e o trabalho definir áreas de uso exclusivo tendo como referência a necessidade de subsistência e a capacidade de produção de cada família. As estratégias de organização do trabalho compõem esse quadro de singularidades que definem elementos locais importantes na caracterização da cadeia. A organização coletiva e os acordos informais baseados nos laços de confiança reforçam a solidariedade, reciprocidade e reconhecimento do grupo mais do que primar pela eficiência do processo produtivo ainda fortemente desempenhado de maneira artesanal e com técnicas tradicionais.

As especificidades das comunidades quilombolas enquanto agentes da cadeia produtiva, refletem na estruturação dessa cadeia. Elas produzem também efeitos na atuação dos outros agentes.

A Cadeia do Açaí extraído pelas comunidades quilombolas.

Uma vez colhido e envasado o açaí, tem que ser rapidamente destinado à venda. Isso porque o fruto oxida rapidamente e perde qualidade. É quando entra no processo de funcionamento da cadeia um importante agente, o atravessador. Esse agente da cadeia produtiva é quem realiza a compra do açaí nas comunidades e o revende nos pontos conhecidos como

“feiras do açaí” onde outros comerciantes vão comprar o fruto para bateadeiras⁴⁵, empresas e revenda.

O atravessador normalmente mantém uma relação próxima com as famílias da comunidade. Faz visitas e presta pequenos serviços de enviar recados, trazer coisas da cidade encomendadas ou pessoas que precisam se deslocar. Não são raras as vezes que ele antecipa valores a ser descontado quando correr a venda da produção. O atravessador, também, é quem, via de regra, traz o saco para envasar o açaí e o distribui para as famílias.

Segundo entrevista com Ronaldo Silva, o atravessador mais frequente na comunidade do Cunani, a intenção é manter a confiança com os moradores que sempre lhe vendem a sua produção (Ronaldo da Silva, entrevista de campo, 2015). Não existe um contrato ou qualquer documento que os vincule, mas normalmente o atravessador faz informalmente um acordo de compra com as famílias produtoras. São através dos acordos de confiança que os comunitários estabelecem suas relações econômicas internas e essa lógica se mantém no arranjo comercial pelo qual se desenrola a cadeia de produção do açaí.

O maior volume do açaí extraído na comunidade do Cunani é revendido na cidade de Macapá (capital do estado) na feira do açaí conhecida pelo nome do lugar onde acontece - Pedra do Santa Inês - e no município de Santana, na feira da área portuária.

Em Macapá, na Pedra do Santa Inês, a venda do fruto ocorre todo dia tanto para as bateadeiras como para as fábricas⁴⁶. O atravessador explica que nessa comercialização não tem como saber quem são os principais compradores porque são muitas bateadeiras. O foco da venda é para elas, que por comprarem primeiro e pagarem mais levam os melhores frutos. Apenas o açaí que sobra é vendido para as fábricas. Os atravessadores não negociam diretamente com as fábricas. A negociação é feita diretamente com os barqueiros⁴⁷ (contratados pelas fábricas para comprar o fruto) que segundo o atravessador é o que mais ganha dinheiro; “Esse é o que mais ganha dinheiro ele só faz a negociação”. (Ronaldo da Silva, entrevista de campo, 2015).

Em Nossa senhora do Desterro, os moradores levam de barco o açaí até o pequeno porto rústico de madeira que dá acesso a comunidade. No porto os atravessadores ficam esperando para comercializar. O principal atravessador que compra o açaí da comunidade Nossa Senhora

⁴⁵Bateadeiras é como são conhecidas os comércio locais que batem o açaí com água em máquinas próprias, embalam e colocam à venda para o produtor final.

⁴⁶Fábrica é como os atravessadores designam as empresas que fazem o processamento da polpa do açaí.

⁴⁷Barqueiros são os responsáveis por comprar o açaí para as empresas processadoras e também para a empresa exportadora, são os agentes entre a empresa e os atravessadores ou produtores. Eles recebem esse nome porque chegam de barco para fazer a compra com os atravessadores e em comunidades ribeirinhas.

do Desterro também comercializa com os extrativistas da comunidade Engenho do Matapí, ele é conhecido como “Seu Raimundo”.

O atravessador Raimundo é morador da comunidade Engenho do Matapí e também é extrativista de açaí. Todo ano, no período da safra, além de fazer a colheita do fruto, ele compra o açaí das duas comunidades e revende para um intermediário em Santana. O intermediário é sempre o mesmo – Lindoval Santana. A comercialização feita entre os dois ocorre há dez anos. O atravessador é quem define o preço que vai ser vendido para o intermediário.

Os compradores (batedeiras e as fábricas) do intermediário em Santana são fixos e avisados por telefone quando o açaí está pronto para ser vendido. Sobre a comercialização com a empresa exportadora, Lindoval explicou que eles compram o fruto por peso, a cada 13 kgs de açaí, que equivalem à mesma medida de um paneiro ou lata. O intermediário afirmou trabalhar para a empresa exportadora desde o começo de suas atividades na região, mas que não tem nenhum contrato com ela. Segundo ele é um trabalho informal e que funciona por telefone. Ele avisa quando tem o fruto para vender e o barqueiro da empresa vai buscar a produção. No momento da venda do fruto quem determina o preço é o barqueiro da empresa não havendo negociação.

Na comunidade de Porto abacate o principal atravessador compra açaí de todas as comunidades que ficam nas margens no rio Pedreira. Ele trabalha há seis anos com a atividade e vai buscar de barco o açaí produzido para revendê-lo na Pedra de Santa Inês.



Figura 29: Pedra de Santa Inês – paneiros a frente e as sacas de 30 kilos ao fundo.

Fonte: Mayara Araujo. Pesquisa de campo 2015.

O fruto é comercializado com as pessoas que compram para as bateadeiras da cidade de Macapá e o açaí que sobra dessa venda é comprado pelas fábricas. Assim explica o atravessador

“o que sobra vai pra fábricas. (...) É só eles que compram. (...) O que sobra eles levam tudo”. (Manoel Soares, entrevista de campo, 2015).

Na hora da venda, segundo os produtores de todas as comunidades estudadas são os atravessadores que determinam o preço do açaí. Não há negociação com os moradores. As comunidades também não tem contato direto com as fábricas que compram parte de sua produção. Na prática os atravessadores são os agentes presentes na cadeia produtiva, responsáveis pelas transações comerciais e são eles que realizam toda a negociação com as comunidades.

Na relação comercial com as empresas processadoras, o barqueiro é um agente central, é ele quem faz a intersecção entre o local e o capital global. Sua função é comprar, transportar e revender o açaí dos atravessadores e produtores para as empresas. Para fins dessa análise vamos considerar o levantamento feito com a empresa⁴⁸ processadora e exportadora presente no Amapá.

Os barqueiros da empresa exportadora compram parte da produção das comunidades estudadas através do atravessadores. A empresa não compra diretamente o açaí produzido pelas comunidades quilombolas que foram estudadas na pesquisa porque elas têm o maior preço de mercado, segundo os três barqueiros entrevistados. A afirmação de que os barqueiros apenas compram o que sobra da venda para as batedeiras foi confirmada na entrevista: “A empresa só autoriza comprar o que estiver sobrando, não pode comprar e deixar os batedores sem”, (Barqueiro 1, entrevista de campo, 2015). Há também contrato com alguns produtores que fornecem diretamente o açaí, mas essa relação não é estabelecida com as comunidades aqui analisadas.

A compra de açaí ocorre todo dia e o preço da comercialização do açaí, conforme os barqueiros, é estabelecido de acordo com a safra e com a quantidade de fruto disponível. São eles quem define o preço a ser pago. Para a empresa exportadora, não importa se o barqueiro traz o açaí na saca ou paneiro, porque a empresa compra por quilo.

Durante a pesquisa de campo (2015 – 2016) na empresa de processamento e exportação de açaí presente no estado do Amapá, foram identificados 20 barqueiros cadastrados. Segundo representante da empresa (entrevista de campo, 2016), os barqueiros têm contrato com a empresa de responsabilidade de transporte.

⁴⁸A pedido do representante, o seu nome, o da empresa e dos 3 barqueiros autorizados a conceder entrevistas, não serão citados.

A empresa foi criada há 10 anos e está 9 anos em atividade. Ela exporta sua produção – estimada em 15 mil toneladas ano - para os Estados Unidos. A produção é em polpa processada do fruto e em produtos finais de consumo – sucos, sorvete, cápsulas de açaí em pó.

Caracterização dos agentes e a governança presentes na cadeia produtiva.

De acordo com Carvalho (2010) a cadeia produtiva do açaí no estado do Amapá é formada por nove setores econômicos. São eles; I - produção extrativista, II - varejo rural, III - atacado estadual, IV - varejo urbano, V - beneficiamento estadual, VI - indústria de transformação estadual, VII - consumo estadual, VIII – consumo nacional e IX - consumo internacional. As comunidades quilombolas estudadas estão inseridas nessa cadeia e muitos dos agentes estão envolvidos em mais de um setor identificado pelo autor.

A produção é realizada pelos agentes da cadeia produtiva que fazem a coleta do fruto, e são conhecidos como agroextrativistas. No caso específico da pesquisa, a produção é feita pelos moradores das comunidades quilombolas.

Segundo o autor, o varejo rural se refere aos agentes da cadeia que compram a produção de açaí direto com os produtores e transportam o fruto para as áreas (feiras) onde ocorre a comercialização. Esses agentes são conhecidos como atravessadores e podem transportar o fruto por via terrestre ou fluvial.

O atacado estadual é representado pelos agentes que comercializam o fruto nas “feiras” (pontos de venda) as principais estão localizadas em Macapá e Santana. Estes agentes são os próprios atravessadores e também os intermediários que revendem a produção para os varejistas urbanos que são os compradores das batedeiras de açaí e os barqueiros das fábricas quando compram nas feiras para revender para a fábricas, momento em que a produção das comunidades estudadas entram para a cadeia global.

De acordo com o autor, o beneficiamento estadual são os agentes da cadeia conhecidos como batedeiras ou amassadeiras. Elas processam o fruto e revendem o açaí batido direto para os consumidores nos centros urbanos dentro do estado.

A indústria de transformação estadual são as indústrias que realizam o processamento e transformação do fruto e destinam para os mercados nacional e a empresa processadora e exportadora que destina para também o consumo internacional.

Conforme Humphrey e Schmitz, (2001) as cadeia globais de valor são, via de regra, organizadas por compradores globais. Esses compradores globais, ditam as regras, controlando e

influenciando a produção, mesmo que não realizem todas as suas etapas. Contudo, no extrato analisado da cadeia essa afirmação, não é confirmada. Não são os compradores globais (empresa exportadora) os agentes que determinam as regras do processo produtivo e comercialização. Os atravessadores são agentes muito mais presentes e decisivos no equilíbrio de poder presente na cadeia.

São os atravessadores que no contexto da comunidade estabelecem acordos informais criando laços de confiança, compromisso e até dependência com os extrativistas. Além disso, a definição de preços, segundo os extrativistas entrevistados em todas as comunidades é feita pelos atravessadores do varejo rural. Eles definem o preço da produção. Exercem, dessa forma, forte poder no processo de governança em relação aos demais agentes.

Tendo por base os estudos de Humphrey e Schmitz, (2001) e as análises produzidas no âmbito do projeto GOLLS - Governance of Labour and Logistics for Sustainability – do qual esta pesquisa é signataria, a forma de governança que incide nas comunidades quilombolas não é estabelecida pelas empresas. Existe um espaço de autonomia das comunidades para definir o momento da coleta, o ritmo, a organização e o processo do trabalho para a extração. Mas o poder de definição do preço e comercialização do fruto é ditado pelos atravessadores e intermediários. A governança da cadeia direcionada pelo comprador é uma característica comum em cadeias de alimentos.

Para compreender as especificidades da cadeia do açaí tomamos como referência os pressupostos de Barney (2002). Importante destacar, no entanto, que as análises do autor se aplicam para a governança de cadeia agroindustriais, mas no presente caso a cadeia é extrativista. Desse modo, os pressupostos de Barney sobre as formas de governança foram utilizados de forma análoga e aproximada dadas as especificidades do objeto investigado.

Segundo Barney (2002) em toda troca econômica que seja potencialmente valiosa, o ideal é que todas as partes envolvidas consigam obter vantagens equivalentes ao trabalho realizado, porém há ameaça de que uma parte possa tentar adquirir mais vantagens explorando vulnerabilidades das outras partes. Isso significa a ameaça do oportunismo, algo que pode ser prejudicial à cadeia produtiva.

A ameaça do oportunismo pode aparecer em qualquer troca comercial. Nesse caso uma parte acaba lucrando mais do que deveria havendo mais chances da outra parte ser explorada. Se na cadeia não houver os mecanismos adequados de governança para minimizar o oportunismo ele pode acabar comprometendo toda a cadeia de valor.

A governança é um mecanismo capaz de identificar essas ameaças, minimizá-las e sancionar a parte que quer se beneficiar explorando a vulnerabilidade da outra. Uma das formas de sanções da governança são multas contratuais definidas pelas empresas ou, ainda, taxas e outros custos atribuídos ao oportunista ou rompimento de laços de confiança e fidelidade comercial de modo que a prática não seja interessante economicamente.

A governança presente na cadeia produtiva do açaí, no recorte aqui analisado, é a governança intermediária chamada por Barney (2002) de contrato relacional que ocorre entre os próprios agentes locais que fazem parte da cadeia.

Segundo Barney (2002), o contrato relacional é uma forma de governança que é baseada no relacionamento, na confiança, na amizade, na boa-fé, no comprometimento com questões éticas e nas relações interpessoais existentes entre os agentes da cadeia de valor. É uma forma de governança de baixo custo e capaz de evitar oportunismos, pois se uma parte quiser tirar vantagens excessivas sobre outras essa relação de confiança é quebrada. Essa forma de governança reduz os custos das transações, porque não há necessidade de relações contratuais entre as partes que tem confiança entre si. As partes da cadeia trabalham muito tempo juntas, mantendo relações com vínculos sólidos e duradouros.

Por isso Barney (2002) destaca que esse mecanismo de governança é muito comum em trocas econômicas que são informais. Nesse tipo de troca não há relações contratuais estabelecidas entre as partes e mesmo assim, há uma redução de práticas de oportunismo porque precisam manter a confiança para dar continuidade nas trocas comerciais.

Essa forma de governança de contratos relacionais é visível na cadeia produtiva do açaí do estado do Amapá, onde há participação das comunidades quilombolas. Isso ficou evidente nas entrevistas feitas com extrativistas, atravessadores e intermediários.

As relações realizadas entre as comunidades (produtores), os atravessadores (varejo rural) e os intermediários (atacado estadual) no momento da comercialização ocorrem de maneira informal, não há documentos com regras escritas, são as relações interpessoais e os laços de confiança e interdependência que engendram a governança.

Embora a ruptura dessas relações informais possam reordenar a cadeia, excluindo ou incluindo agentes, não se pode imaginar que apenas a governança gerada a partir dos contratos relacionais seja a única responsável pela sua manutenção. Os agroextrativistas, em todas as comunidades estudadas, reclamam que a determinação do preço pelos atravessadores beneficia excessivamente os agentes da comercialização o que pode ser interpretado como oportunismo. As

comunidades não tem oportunidade de escolha entre comercializar ou não com o atravessador. Localizadas em áreas de difícil acesso e sem estrutura ou apoio logístico para escoar a produção, as comunidades são reféns da lógica comercial que lhes é imposta pelo varejo rural.

Os atravessadores alegam que os custos para acessar as comunidades são altos e que os preços seguem as regras de oferta e demanda. Reconhecem que são os únicos a “se aventurar” em vias fluviais e terrestre precárias e perigosas, principalmente durante o período das chuvas amazônicas, para escoar a produção, o que lhes permite impor o preço. Todavia, para eles, o maior beneficiário do funcionamento da cadeia são os barqueiros que determinam o preço da compra do produto na feira sem arcar com os custos do escoamento até os dois principais centros urbanos do Amapá. Vale ressaltar, entretanto, que pela declaração dos próprios atravessadores, os barqueiros compram as sobras da venda para as bateadeiras.

As alegações dos agroextrativistas e atravessadores revelam que os oportunismos presentes na cadeia estão fortemente vinculados às deficiências estruturais do setor. O que nos leva a refletir sobre a atuação de outro sujeito que provoca impacto na cadeia que não aparece se a análise se limitar a seu funcionamento, sem discutir as condicionantes que geram sua forma de governança. Esse sujeito é o Estado.

No Brasil, tradicionalmente as condições infraestruturais para o desenvolvimento do mercado se realizam a partir dos investimentos estatais. Construção de estradas, estruturação de portos e mecanismos logísticos de escoamento da produção estão entre as políticas públicas de maior envergadura realizadas pelo estado. No Amapá de forma específica e na região norte de modo geral, a cadeia do açaí, mesmo inserida em uma cadeia global de valor e com demanda crescente, não conseguiu atrair esse investimento. Existem muitas limitações para o avanço do mercado extrativista, tais como os altos custos de escoamento e, principalmente, a falta de infraestrutura para a produção e armazenamento. Essas limitações formam condicionantes que modelam a cadeia produtiva e influenciam em sua forma de governança.

Considerações finais

É através da governança de contrato relacional presente na cadeia do açaí que ocorrerem às coordenadas para que as etapas do processo produtivo sejam organizadas e bem sucedidas. Nessa lógica, na cadeia produtiva do açaí no Amapá, as comunidades quilombolas são partes integrantes da cadeia, mas ela é liderada pelos compradores – atravessadores e barqueiros - que se beneficiam das condições precárias infraestruturais para garantir seu poder de líder. Entre os

compradores é possível perceber a hierarquia da liderança e, portanto, uma divisão do poder sobre a cadeia. Os atravessadores impõem o preço para as comunidades, mas estão submetidos ao valor definido pelos barqueiros para conseguir vender toda a produção. A intersecção entre local e o global se limita aos aspectos comerciais da cadeia.

Os impactos da inserção das comunidades quilombolas estudadas na cadeia produtiva do açaí se refletem em vários aspectos que vão desde a escolha da produção, com tendência para a monocultura, até a geração de renda e a aquisição de bens de consumo e manutenção dos custos de vida, mas não é possível indicar que o aumento da renda apontado pelos agroextrativistas signifique desenvolvimento social. As comunidades continuam em uma situação vulnerável e sem acesso a serviços básicos como educação, saúde, água tratada e transporte.

Referências

- ALIZONI, Flavia Maria; RIBEIRO, Eduardo Magalhaes. Bem comum e normas costumeiras: a ética das águas em comunidades rurais de Minas Gerais. **Revista Ambiente & Sociedade**, v.14 n.1, pp 77 – 94, 2011.
- BARNEY, Jay B. **Gaining and Sustaining Competitive Advantage**. New Jersey. Prentice Hall. 2nd ed. 2002.
- CARDOSO E CARDOSO, Luis Fernando. The sweat that marks the land: Work, Quilombolas Rights and Territory in the Island of Marajo – Para. **Revista Ambiente & Sociedade**, v.18 n.2, pp 75 – 92, 2015.
- CARVALHO, Antônio Claudio A. **Economia dos produtos florestais não-madeireiros no Estado do Amapá: sustentabilidade e desenvolvimento endógeno**. 2010. Tese (Doutorado) – Programa de Pós – Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Estado do Pará, Pará, 2010.
- GEREFFI, Gary; STARK, Karina F. **Global value chain analysis: A primer**. Durham, North Carolina. Duke University, 2011.
- GONÇALVES, Alcindo. **O conceito de governança**. CONPEDI, Manaus, Anais, 2006. Disponível em: <<http://www.conpedi.org/manaus/arquivos/Anais/Alcindo%20Goncalves.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2012
- HUMPHREY e SCHMITZ, J e H. **A Governança em Cadeias Globais de Valor**. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:G7CjVWwS8RIJ:www.nead.gov.br/portal/nead/arquivos/download/arquivo_223.doc%3Ffile_id%3D4301615+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em 03 mai. 2014.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. 2016**. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/. Acesso: 02/08/2016.
- LEITE, Ilka Boaventura. **Humanidades insurgentes: conflitos e criminalização dos quilombos**. In ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.). Cadernos de debates Nova

Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010.

MALCHER, **Maria Albenize Farias**. Identidade Quilombola e Território.

2009.

Disponível

em:

<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografia_cultural/120.pdf>. Acesso em 23 mar. 2014.

PEGLER, Lee. **Cadeia Produtivas**. In: Dicionário Internacional da outra Economia. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SCHERER, André Luís Forti. **Cadeias de valor e cadeias globais de valor**. 2014. Disponível em:

<http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/11/10141125cadeias-de-valor-e-cadeias-globais-de-valor.pdf>.> Acesso em: 14 out. 2015

Santana AC de & Costa FA. **Mudanças recentes na oferta e demanda do açaí no Estado do Pará**. In: Santana AC de, Carvalho DF & Mendes AFT (Eds.) Análise sistêmica da fruticultura paraense: organização, mercado e competitividade empresarial. Belém, Banco da Amazônia, 2008. p.205-226.

SUPERTI, Eliane; SILVA, Gutemberg. **Patrimônio Cultural Quilombola**: “Mapeamento e Publicação do Patrimônio Cultural das 28 Comunidades Quilombolas no Estado do Amapá, certificadas e/ou tituladas pela Fundação Cultural Palmares”. Disponível em: <<http://lides.unifap.br/comunidades/>>. Acesso em 02 jun. 2014.

SUPERTI, Eliane; SILVA, Gutemberg. **Comunidades Quilombolas na Amazônia**: construção histórico-geográfica, características socioeconômicas e patrimônio cultural no Estado do Amapá. Confins. Revista Franco-Brasileira de Geografia, 2015. n 23. Disponível em: <<http://confins.revues.org/10021#article-10021>>. Acesso em 07 ago. 2015.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Terras de Quilombo**: caminhos e entraves do processo de titulação. Belém: Secretaria Executiva de Justiça. Programa Raízes, 2006.

A migração transnacional, a diáspora e a via de acolhimento dos haitianos em Manaus / AM

Ana Paula Amorim Pedrosa⁴⁹
Ricardo Lima da Silva

Este trabalho tem como objetivo o estudo da migração haitiana para Manaus, a partir da teoria do transnacionalismo. Parte-se da diáspora na perspectiva da experiência haitiana para ilustrar a composição do espaço migratório haitiano marcado pela diversidade dos locais/países de instalação dos migrantes, e a constituição de circuitos migratórios e sua diversificação que constituem a base de organização de um complexo espaço migratório haitiano que perpassa por diferentes escalas, do local ao transnacional. Deste modo, a experiência da diáspora haitiana em Manaus nos evidencia a importância das redes de acolhimento na cidade.

Imigração, Transnacionalismo, Diáspora, Haitianos, Manaus.

Introdução

Os fluxos migratórios internacionais para o Brasil vêm ganhando centralidade no debate público acerca dos novos contornos, da diversidade, dos significados e implicações para as sociedades de origem e de fixação, fato que se deve, principalmente, ao país ter se tornado, nas últimas décadas, um importante destino de chegada e de partida de migrantes (FERNANDES; RIBEIRO, 2014). Em outras palavras, o país está inserido no sistema de migração internacional como país de origem, destino e trânsito, na qual a emigração, a imigração e o retorno ocorrem de forma concomitante. Assim, as migrações para e do país evidenciam a complexidade e heterogeneidade da imigração internacional, bem como demonstram a diversidade de situações migratórias a nível local, regional, internacional.

Sobretudo entre 2010 e o primeiro semestre de 2015, com a intensificação da entrada de haitianos no Brasil (estima-se que aproximadamente 50 mil adentraram o país pelas fronteiras da Amazônia, pelos estados do Acre e Amazonas), a migração internacional ganhou maior notoriedade, devido à dinâmica da mobilidade haitiana delineada em face a um espaço social transnacional e que se estende ao Brasil, passando por Equador e Peru, apesar desse fenômeno se verificar em várias partes do mundo.

⁴⁹ Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade Estadual da Paraíba-(UEPB) e Tecnologia em Gestão Pública pela Universidade Metodista de São Paulo. É especialista em Gestão Pública pela UEPB. Ainda possui especialização em Autogestão e Economia Solidária pela Universidade Federal de Campina Grande-(UFCG). É mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local pela Universidade Federal Rural de Pernambuco-(UFRPE), e atualmente é doutoranda do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Permitindo visualizar a complexidade do fluxo que envolve o Haiti e o Brasil, ou seja, as duas sociedades de referência, uma de origem e a outra de destino, e também as especificidades que compõem esse fluxo migratório, bem como as variáveis que podem ser apontadas para definir o fluxo migratório haitiano, vamos destacar os principais fatores desse fenômeno.

Em primeiro lugar, em 2004, o estabelecimento da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), liderada pelo Brasil e justificada para a comunidade internacional em função da ajuda na reconstrução e na estabilização do Haiti, onde o auxílio seria realizado por meio da reestruturação e reforma da polícia haitiana, visando ao restabelecimento da segurança pública. A missão também estava incumbida de proteger a sociedade civil e garantir o efetivo cumprimento dos direitos humanos no país. Em outras palavras, a Missão deveria auxiliar o Estado no restabelecimento da segurança do Haiti. Entretanto, em sua tese de doutorado, Seguy (2014) argumenta que, diferente do discurso oficial, a MINUSTAH visava ao projeto de “recolonização do país”, e que a ajuda humanitária era uma farsa, que tinha por objetivo administrar a ordem colonial vigente no país. Sem entrar no debate sobre a recolonização do país, durante a MINUSTAH, o esporte também foi utilizado pela diplomacia brasileira para fomentar uma imagem positiva do país.

Desse modo, o jogo amistoso da seleção brasileira de futebol contra a seleção haitiana ajudou a construir uma imagem positiva do Brasil no exterior – onde o chamado “Jogo da Paz”, realizado em agosto de 2004 na capital haitiana, Port-au-Prince, foi utilizado como instrumento da política externa. A partida teve o intuito de propagar a mensagem de que o governo brasileiro iria auxiliar na reorganização da situação política do Haiti. Mediante a evidência da crise haitiana nos meios de comunicação internacionais, o jogo repercutiu no mundo inteiro, mostrando a postura diplomática do Brasil. Somada a isso, a crise mundial de 2008, que afetou países desenvolvidos como os Estados Unidos – que concentra o maior percentual de migrantes haitianos, seguido da República Dominicana, Cuba, Canadá e França, fez com que muitos haitianos não seguissem as convencionais e históricas rotas migratórias para os EUA e países europeus. Além dos condicionantes já mencionados, Handerson (2016), aponta outros.

O Brasil representava (e continua representando para alguns) uma porta de entrada para chegar à Guiana Francesa, e também, um “corredor” ou uma etapa para conseguir vistos para outros países como Estados Unidos, Canadá ou França [...], a difusão entre os haitianos (no Haiti e exterior) de o Governo Brasileiro estar incentivando a migração haitiana no país, tendo interesse na

mão de obra haitiana nas construções das obras da Copa do Mundo (mesmo não sendo verídico), a propaganda de a imagem do Brasil sem um “paraíso racial”, sem discriminações, particularmente no imaginário daqueles que sofriam tal discriminação na República Dominicana e no Equador; circular a informação de, no Brasil, o migrante ganhar moradia e alimentação (o que não é fato), além da remuneração do trabalho sem bem significativa, variando entre U\$ 2.000 a U\$3.000 mensais. (HANDERSON, 2016, p.12)

Em 2010, o terremoto que atingiu o Haiti provocou uma crise generalizada no país, que, historicamente, já sofria com a pobreza, as catástrofes naturais, crises e sanções econômicas, além de conflitos políticos que geraram contradições internas e violação dos direitos humanos (NIETO, 2015). No decorrer da história, as crises generalizadas ocasionaram a saída de milhares de haitianos para outros países, permitindo-nos entender que o contexto da migração haitiana é um processo permeado por diferentes contextos históricos ao longo dos séculos. Por isso, uma das consequências do terremoto de 2010 foi incrementar a migração haitiana com destino ao Brasil.

Transnacionalismo migrante

Existe um entendimento entre pesquisadores de que alguns migrantes e suas famílias são influenciados por vínculos contínuos com seu país de origem ou por redes sociais que sobrepõem as fronteiras nacionais. Nesse sentido, a perspectiva transnacional é uma proposta analítica, que surge recentemente no campo das ciências sociais com habilidade singular de compreender os vínculos sociais, as práticas socioeconômicas, culturais e políticas que instauram os migrantes e suas famílias em seu país de origem (PARELLA, CAVALCANTI, 2010).

São práticas contemporâneas envoltas por vínculos, interações, intercâmbios e mobilidades, por intermédio dos quais os migrantes constroem e reconstróem espaços sociais em mais de um Estado-Nação, ou seja, desenvolvem suas vidas concomitantemente em mais de uma sociedade. Nas palavras de Guarnizo (2004), “o viver transnacional” se reporta a um dinâmico campo de intercâmbio social, em outras palavras, a uma vasta gama de relações sociais através das fronteiras que interligam e afetam os atores (indivíduos, grupos, instituições), localizados em diversos países. Portanto, esse modo de vida também inclui as relações tanto de atores individuais quanto de instituições que mantêm relações sociais transfronteiriças de ajuda aos migrantes.

Nas últimas décadas, as relações sociais e interconexões transfronteiriças foram intensificadas por meio dos avanços tecnológicos, dos transportes e das tecnologias da informação e comunicação que permitem aos migrantes manterem vínculos contínuos entre os países de origem e de destino. Esse fato, por si só, não explica a emergência do enfoque transnacional. A categoria justifica-se pelo fato de oferecer um novo ponto de vista sobre o fenômeno migratório, pois supera algumas limitações teóricas dos estudos anteriores. A primazia dos estudos migratórios tradicionalmente tem se construído a partir de uma perspectiva unilateral, na maior parte das vezes, limitando o olhar do pesquisador às implicações da chegada dos migrantes nas sociedades receptoras. Com efeito, a análise simultânea dos contextos dos países de origem e recepção possibilita revelar aspectos ocultos da migração (SINATTI, 2010), pois, conforme destacam Schiller, Basch e Szanton (2005, p. 1), “Hoje em dia, emerge um novo tipo de migrante, composto por aqueles cujas redes, atividades e padrões de vida compreendem tanto a sociedade receptora como a de origem. Suas vidas transpassam as fronteiras nacionais e congregam as sociedades em um mesmo campo social”. Por esse motivo, as autoras defendem que a teoria das migrações internacionais necessita de novas explicações que se adequem às experiências dessa nova população migrante.

O conceito de transnacionalismo foi cunhado inicialmente por Nina Glick Schiller, Basch e Szanton-Blanc (1992), que identificaram um conjunto de atividades que permitem aos migrantes manter constantes interconexões através das fronteiras nacionais. Nas palavras das autoras:

Temos definido o transnacionalismo como o processo por qual os imigrantes constroem campos sociais que articulam seu país de origem com o país de destino. Os imigrantes desenvolvem e mantêm múltiplas relações familiares, econômicas, sociais, organizacionais, religiosas e políticas que atravessam as fronteiras. Os imigrantes tomam medidas, decisões tem interesse e desenvolvem identidades dentro das redes sociais que os conectam com duas ou mais sociedades simultaneamente (SCHILLER, BASCH, SZANTON, 2005, p.1)

O tema do transnacionalismo também é extensamente debatido por Portes (1999), quando se refere ao movimento de migrantes e as relações que estes mantêm com suas comunidades de origem, aludindo para o fato de que a diferença é que sua origem o vincula ao menos a dois estados-nacionais, conectados por intermédio de interações e instituições sociais que possuem em comum a atuação coletiva. Desta maneira, o debate sobre o transnacionalismo

não apresenta só uma novidade nas teorias migratórias; este forma um campo teórico em construção, dotado de relevância singular, por tratar das pessoas que estão abaixo – precisamente, aqueles que estão envolvidos nos processos da globalização. Em suma, o transnacionalismo diz respeito a “ocupações e atividades que requerem contatos sociais habituais através de fronteiras nacionais” (LOZANO, p. 2003, p.19).

Para Guarnizo; Portes; Landolf, (2003) o fenômeno transnacional é formado por um crescente número de pessoas que vivem uma vida dupla, falam pelo menos dois idiomas, possuem residência nos países de origem e de destino, e desenvolvem corriqueiramente contatos através das fronteiras. Já atividades arquitetadas dentro do campo transnacional abrangem uma vasta gama de iniciativas econômicas, sociais e políticas: comportam desde transações econômicas informais de importação e exportação até o engajamento dos migrantes em campanhas políticas em seu país de origem (GUARNIZO; PORTES; LANDOLF, 2003). Além disso, Guarnizo, Portes e Landolf (2003) chamam atenção de que, com a intensificação das conexões e intercâmbios entre pessoas em diversos países e a consequente diversidade e fluidez dessas interligações, tem levado alguns pesquisadores a conceber justificativas contraditórias sobre o tema. Para alguns, o transnacionalismo é interpretado como fenômeno novo e emergente; já em outros casos, é compreendido como fenômeno tão antigo quanto a migração; outras interpretações afirmam que todos os migrantes são parte da comunidade transnacional. Também existe quem atribua o fenômeno como sendo reflexo natural da globalização do capital. Diante dessa constatação, os autores advertem que as pesquisas sobre o transnacionalismo formam um campo emergente altamente fragmentado, que necessita de um marco teórico bem definido.

Em resposta a essa lacuna nas pesquisas sobre o transnacionalismo, Portes, Guarnizo e Landolf (2003) organizaram o livro *La globalización desde abajo: transnacionalismo inmigrante y desarrollo*, no intuito de fornecer um panorama significativo sobre o tema. Advertem que, para o estudo do transnacionalismo, é necessário que se estabeleçam pelo menos três condições:

O processo envolve uma proporção significativa de pessoas em um universo relevante (neste caso, os imigrantes e seus conterrâneos no país de origem), as atividades de interesse não são transitórias nem excepcionais, estabelecem certa estabilidade e flexibilidade através do tempo, o conteúdo destas atividades não está incluído em alguns dos conceitos existentes, o que ocasionaria que a invenção de uma nova terminologia fosse redundante. (PORTES; GUARNIZO; LANDOLF, 2003, p. 17)

Por esse motivo, é necessário delimitar o fenômeno: uma vez estabelecido, é necessário marcar seu alcance. Assim, os autores definem o conceito de transnacionalismo “a ocupações e atividades que requerem contatos sociais habituais sustentáveis através das fronteiras nacionais para sua execução” (PORTES; GUARNIZO; LANDOLF, 2003, p.18). Portanto, o que estabelece a originalidade do fenômeno é a intensidade das interconexões, dos novos modos de transações e a multiplicação de ações que requerem contatos através das fronteiras nacionais de forma sustentável no tempo. Deste modo, “o transnacionalismo representa uma perspectiva nova, não um fenômeno novo” (PORTES, 2004, p. 75). Neste ponto, convém ressaltar que, no passado, existiam grandes motivações dos migrantes em manter relações socioeconômicas, políticas e culturais com seu país de origem, entretanto, os meios que dispunham eram insuficientes para fazê-lo, em comparação com os meios que dispõem atualmente. Imerso em uma teia de conexões, o transnacionalismo envolve, no dizer de Portes, Guarnizo e Landolt (2003, p. 19), “indivíduos, suas redes sociais, suas comunidades e estrutura institucionais mais amplas, como governos locais e nacionais”. Por isso, os autores defendem que, por razões metodológicas, seja utilizada como unidade de análise o indivíduo e suas redes sociais. Desta forma, outras categorias de análise, a exemplo das comunidades, empresas econômicas, partidos políticos, dentre outros, devem emergir no cenário das pesquisas sobre transnacionalismo em etapas posteriores de investigação. Os autores atentam que, dentro do arcabouço teórico sobre o tema, existe um erro comum nas pesquisas que excluem uma vasta gama de atividades por não se enquadrarem dentro da caracterização inicial sobre o tema, por isso, desenvolveram uma tipologia baseada no conceito de transnacionalismo, conforme destacam:

Esta tipologia de trabalho do transnacionalismo econômico, político e sociocultural, tem guiado nosso estudo empírico do tema e tem provado ser útil para organizar o que de outra forma seria um conjunto de atividades caóticas. Uma segunda diferença é a existente entre as atividades transnacionais iniciadas e levadas a frente por atores institucionais poderosos, tais como corporações multinacionais e estados, e aquelas atividades que são resultado das iniciativas de origem popular que realizam os imigrantes e seus conterrâneos no país de origem. A estas diferentes ações chamamos transnacionalismo “a partir de cima” e “a partir de baixo”. (PORTES; GUARNIZO; LANDOLT, 2003, p. 21)

Diversas atividades que estão imersas no conceito de transnacionalismo desde cima incluem a globalização econômica, as relações internacionais, atividades do governo e das multinacionais, incluindo instituições globais como a Igreja Católica e diversas agências das

Nações Unidas, entretanto, as pesquisas têm concentrado esforços no transnacionalismo a partir de baixo, ou seja, “as iniciativas menos institucionalizadas dos migrantes e seus conterrâneos no país de origem” (PORTES; GUARNIZO; LANDOLF, 2003, p. 23). Portes (2004) mostra que existe o reconhecimento de que o transnacionalismo é um “fenômeno popular de base”, pois dá ênfase aos estudos das iniciativas de “gente comum”, que mantém conexões duradoras além das fronteiras nacionais.

Essas ações transnacionais executadas com regularidade possuem impactos econômicos e sociais para as comunidades de origem dos migrantes. Se o simples ato individual de enviar remessas e construir uma casa no país de origem ocasiona impactos na vida pessoal, do ponto de vista geral essas ações podem ocasionar consequências macrossociais, alterando o cotidiano das pessoas que vivem nessas localidades, acarretando transformações na vida social ao largo de regiões inteiras, como a exemplo do envio de remessas. Historicamente, esses vínculos socioeconômicos têm sido fatores de conexões transnacionais entre haitianos e seus conterrâneos no país de origem, e influenciam indivíduos, famílias, instituições e comunidades, em variados contextos locais e nacionais. Assim, o “viver transnacional” (GUARNIZO, 2004) dos imigrantes haitianos nos conduz à interpretação de Levitt (1996) sobre as remessas sociais, utilizadas para destacar os intensos fluxos de ideias, comportamentos, identidades e capital social das comunidades dos países de emissão e de acolhida dos migrantes. Essas remessas sociais ocorrem com a experiência do migrante em seu país de destino, e com suas famílias no país de origem, por intermédio das tecnologias da informação e comunicação, cartas, dentre outras ferramentas de comunicação. Em perspectiva similar, a pesquisa realizada por Schiller e Fouron (2003) sobre campos sociais transnacionais, com haitianos em Nova York destaca os laços existentes entre os migrantes a partir dos “laços familiares da nação”, enfatizando que a interpretação haitiana de nação serve de base para legitimar e reconhecer as relações entre o Haiti e sua população emigrante. Esse entendimento se baseia nas crenças dos haitianos de todas as classes sociais de que os laços de sangue unem a família à nação. Portanto, “o ser haitiano” fora do país remete ao sentido de família na perspectiva do ser nação:

(...) os laços de sangue lhes proporcionam um ponto vivente que pode conectá-los com um espaço de maiores oportunidades. O mesmo Haiti se converte em uma forma de organização política transnacional que se estende além dos limites territoriais, incluindo as pessoas de ascendência haitiana em qualquer lugar que se encontram e com qualquer cidadania legal que ostentem.

Eles se expressam mais ou menos com as mesmas palavras “o sangue segue sendo haitiano” (SCHILLER, FOURON, 2003, p.219)

Resumindo, a pesquisa realizada pelas autoras nos EUA indica que um grande percentual de haitianos que residem no país, como também aqueles que emigraram rumo a diferentes locais, estão construindo um pacto comum para edificar um Haiti transnacional. Em consequência, as autoras observaram que, com o passar dos anos, os migrantes abandonaram a perspectiva de que aqueles que tinham emigrado tinham a responsabilidade de voltar ao local de origem. Agora, a obrigação da diáspora era de contribuir com melhorias para o desenvolvimento do Haiti. Entretanto, alguns haitianos diferiam nas opiniões sobre a efetiva ajuda ao país. Porventura, um grande percentual reconhecia que a diáspora ajudou sua família, porém, tinham falhado com suas responsabilidades de contribuir com a melhoria daquele Estado-Nação. Por fim, as autoras concluem que, estava subentendido nesse posicionamento crítico que contribuir com melhorias para a nação era parte dos deveres da diáspora (SCHILLER, FOURON, 2003, p.218).

Profundamente marcados pelos múltiplos sentidos que a diáspora representa para o povo Haitiano, no tópico seguinte apresentamos um breve debate sobre a diáspora haitiana e os conceitos que envolvem o referido paradigma.

A diáspora haitiana

A diáspora haitiana tem sido tema de inúmeras pesquisas, sobretudo, o maior percentual da literatura que analisa o tema discorre sobre o fenômeno da diáspora nos Estados Unidos, França, Canadá e República Dominicana. Maior parte dos imigrantes haitianos se encontram nestes países. Dados do Institut de Statistique et d'Informatique mensuram que a quantidade de haitianos fora do país chega a 5 milhões, isso representa a metade dos habitantes do país, em um total estimado de 10.413.211 em 2013 (IHSI, 2009).

Da literatura recente no Brasil sobre o tema, Handerson (2015) analisa o circuito da mobilidade haitiana para o Brasil, Suriname e para a Guiana Francesa. O autor parte da premissa de que o fluxo de haitianos no mundo rompe com a lógica de emigrantes e imigrantes, argumenta que não existe apenas um movimento de saída do Haiti para o Brasil, Suriname ou para a Guiana Francesa, e que não existe apenas um movimento linear e único de saída (Haiti) para outro de destino. Citando Neiburg (2013) o autor afirma que é a noção de mobilidade que permite

equacionar o processo de circulação dos haitianos seja na escala local, nacional e transnacional num único espaço social onde transitam pessoas, mercadorias.

Handerson (2015), na sua tese de doutoramento “Diáspora: as dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa”, mostra que a categoria diáspora torna-se central para analisar a mobilidade haitiana e compreender como esta categoria é utilizada pelos haitianos. Dessa forma, para os haitianos “ser diáspora”, não é sinônimo de deixar o Haiti, mas uma possibilidade de estar em mobilidade para conquistar uma vida melhor, evidenciando, a forma como a mobilidade se revela característica do mundo social e da possibilidade da melhoria de vida dos haitianos. O termo também é utilizado para fazer articulações políticas, pleitear direitos, representar pessoas “diáspora” nas esferas de poder no Haiti, angariar projetos sociais, mobilizar a comunidade internacional para ajudar o país, denunciar fracassos políticos. Além disso, também expressa um tipo de comportamento, forma de se posicionar diante do mundo, estilo e vida e costumes adquiridos nos territórios estrangeiros. Como também, ser diáspora ou ter relacionamento amoroso com diáspora, significa ter a oportunidade de migrar para outros países, contribuindo para que o imaginário em relação a “pessoa diáspora” esteja relacionado à prosperidade econômica, bens materiais, dinheiro.

Nesse estudo, Handerson (2015) constatou que ser diáspora é uma meta de grande parte dos haitianos, entretanto, o termo é basicamente ambivalente e possui múltiplos sentidos, alguns por vezes, podem até possuir conotação pejorativa, exemplo de alguns haitianos que saem do país e expressam superioridade em relação aos conterrâneos que ficaram no país. Esse conjunto de fatores que envolve o “ser pessoa diáspora” lhe permitiu concluir que, o termo diáspora para os haitianos, se perfaz em um modo de ser, vestir, pensar e agir, qualificar ações, está presente no conteúdo moral e cultural da perspectiva de “ser pessoa diáspora”.

Ao efetuar sua pesquisa, com haitianos em Tabatinga e Manaus, Handerson também ofereceu indicações relevantes que lançam luz sobre a relação entre o ser diáspora no contexto do trabalho. Ele mostra que existe uma heterogeneidade e diversificação social, no que diz respeito aos haitianos que entrevistou, e realiza importante ponderação sobre o fluxo de haitianos vindos para o Brasil. De acordo com o autor, se para os meios de comunicação e para o governo brasileiro, o termo coletivo de haitianos é empregado de forma homogênea, entretanto, dentre os haitianos existiam diferenciações bastante nítidas apesar de pertencerem a mesma nacionalidade, estabeleciam distinções entre eles. As categorias Kongo e Vyewo são exemplos dessa diferenciação. Trata-se de categorias empregadas pelos haitianos para designar aqueles

compatriotas que ocupam ofícios de prestígio ou ofícios desvalorizados dentro e fora do país. Nesse sentido, a categoria Kongo diz respeito ao “ser inferior”, comumente utilizada para designar os recém-chegados ao Brasil e aqueles que vieram ou são originários dos contextos rurais do Haiti, os que não usam roupas de moda, ou os que dispõem de pouca competência na utilização de tecnologias de comunicação, como celulares, computadores e outras tecnologias. Por outro lado, os Vyewo são os veteranos, aqueles que já se encontram estabelecidos na cidade. O autor, então, chega a conclusão de que em relação aos trabalhadores haitianos existe uma distinção social baseada na região de proveniência, no caso dos Kongo, uma relação de superioridade dos Vyewo que são considerados esclarecidos, espertos, aqueles que conheciam as normas sociais estabelecidas do lugar, neste caso, aqueles que já estavam a mais tempo em Tabatinga e em Manaus.

A via de proteção humanitária da Igreja e do Estado no caso do visto haitiano

A partir de 2010, milhares de haitianos chegaram à fronteira brasileira, pelos estados do Acre e Amazônia. Na Amazônia, os imigrantes adentraram pela cidade de Tabatinga, que fica localizada na tríplice fronteira entre o Brasil, Colômbia e Peru. O percurso realizado por esses trabalhadores para chegar à Tabatinga remete a rotas entre os dois países dominadas por *coyotes*. Inicialmente, os trabalhadores viajam para a República Dominicana, país vizinho ao Haiti, e de lá embarcam em voos até o Equador. Chegando ao Equador, utilizam ônibus para se deslocar até o Peru; esse percurso pode durar até uma semana. Do Peru, seguem até a fronteira do Acre ou Tabatinga, territórios fronteiriços, que por esse motivo foram escolhidos por grande parte dos imigrantes, a maioria indocumentados, para adentrar o Brasil (OLIVEIRA, 2015). Grande parte dos que chegaram à Tabatinga, depois de alguns dias, segue viagem de barco até a cidade de Manaus, onde está localizada a Paróquia São Geraldo, zona sul da cidade, que funciona como casa de acolhida e de assistência para os haitianos quando chegam à cidade, e também congrega a Pastoral do Migrante de Manaus. A pastoral é ligada à Igreja Católica e, junto com a sociedade civil, organizou um abrigo, ao passo que no local já não havia mais espaço para outros imigrantes; a instituição valeu-se da colaboração de pessoas da cidade, que doavam alimentos e itens de higiene, alguns até espaços para abrigar mais trabalhadores.

Importante salientar que, apesar dos esforços da igreja em acolher os haitianos que chegavam à Tabatinga e Manaus, os governos municipais das duas localidades e o governo estadual, de início, ignoraram as demandas acarretadas pela crescente chegada de haitianos aos

dois municípios; *a posteriori*, ofereceu pequenas contribuições (SILVA, 2013). No âmbito federal, as ações foram mais efetivas, embora ainda muito voltadas para a solução de demandas pontuais, de curto prazo, criadas para resolver as necessidades que surgiram com o incremento da imigração haitiana. Dessa situação, o depreende-se que, se de um lado o governo federal facilitou, de alguma forma, a entrada dos haitianos, do outro, não lhes concedeu condições básicas para a inserção social e laboral desses trabalhadores, ou seja, quando chegaram ao Brasil não havia uma política migratória que garantisse efetivamente os direitos elementares dos trabalhadores migrantes. A despeito disso, a situação da “política” migratória brasileira é explicada por Tadeu Oliveira, que compõe a equipe do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e também é membro do Observatório das Migrações (OBMIGRA). De acordo com o autor:

No Brasil, no momento em que se escreve este artigo, a falta de uma política clara para a migração, seja para nossos nacionais fora do país, seja para os imigrantes que por aqui aportam, faz com que a Secretaria de Assunto Estratégico (SAE) ocupe espaço na mídia, na academia e na sociedade em geral, falando em atrair 3% de imigrantes qualificados; o Conselho Nacional de Migração (CNIg/MTE) passe boa parte do tempo “apagando incêndios”, regulando o problema a partir de Resoluções Normativas e ampliando as cotas para os haitianos, até chegar ao ponto de eliminá-las, passando a aceitar a todos; e a Secretaria Nacional de Justiça (SNJ/MJ) tente emplacar uma nova lei de migração fundamentada nas garantias e direitos dos migrantes, falando até mesmo em criar uma “Agência Reguladora” que passasse a tratar das questões da migração de forma centralizada, ao contrário do que se observa nos dias de hoje. Enquanto isso, o país segue com uma norma que remonta aos tempos da ditadura militar, quando o imigrante era percebido como uma ameaça e, portanto, deveria ser tratado como uma questão de segurança nacional. Enfrentando uma disputa para ver se avança no sentido de entender as migrações na perspectiva dos direitos e garantias dos migrantes ou permanece encarando a imigração na ótica da classificação, seleção e localização (OLIVEIRA, 2015, p. 150).

Ao alcançarem a fronteira com o Brasil, os imigrantes haitianos ainda não dispunham do visto para entrar legalmente no país; em decorrência dessa situação, solicitavam refúgio à autoridade migratória nas cidades fronteiriças, tendo como lastro que o Brasil segue a convenção da ONU sobre refugiados. No transcorrer da tramitação da solicitação, a Polícia Federal emite um protocolo preliminar que os classifica como solicitantes de refúgio; durante esse processo, os trabalhadores haitianos recebem uma documentação provisória (Cadastro de Pessoa Física (CPF) e carteira de trabalho) para que possam adentrar o país e ir em busca de

trabalho, enquanto aguardam a resposta da análise de refúgio feita pelo Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), órgão para o qual as solicitações são registradas e encaminhadas (ASSIS, 2012). A Polícia Federal negou os pedidos de refúgio, tomando como base o posicionamento do CONARE de que não havia fundamentos para a outorga do *status* de refugiado aos trabalhadores haitianos, levando em consideração que para solicitação de refúgio deve existir a presunção de que o emigrante seja vítima de perseguição política em seu país; nesse sentido, à luz da interpretação brasileira, o refúgio não beneficia aqueles que sofrem de catástrofes naturais, a exemplo do terremoto que ocorreu no Haiti, ou seja, os imigrantes haitianos não atendiam aos pré-requisitos definidos em lei, por isso, o pedido de refúgio lhes foi negado (OLIVEIRA, 2015). Face à negativa do refúgio, o que levaria à permanência indocumentada dos imigrantes, em 2011, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), baseado na Resolução Normativa n. 27/1998, concebe ações para autorizar a entrada de haitianos no país. Contudo, as ações desenvolvidas não obtiveram o alcance esperado (OLIVEIRA; FERNANDES, 2014). Tendo em vista a chegada crescente de trabalhadores haitianos e considerando a demora (média de 3 meses) dos órgãos competentes da União em organizar as providências cabíveis pertinentes à análise das solicitações de refúgio; e, em virtude da situação que beirava a calamidade pública (abrigos superlotados, alimentação inadequada, falta de água potável, ausência de material de higiene pessoal, falta de assistência médica e outros serviços básicos), bem como o resultado da pressão advinda de setores da sociedade civil, Pastoral da Mobilidade e governos municipais e estaduais, o CNIG concedeu visto de permanência no Brasil por razões humanitárias aos haitianos.

Em 2012, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) publicou a Resolução Normativa (RN) n.97/2012, que tinha o intuito de regular a concessão do visto humanitário. A normativa determinou a cota de emissão de até 1200 vistos por ano pela embaixada em Porto Príncipe, onde estipula a concessão de residência permanente em caráter de visto humanitário especial, com validade de até cinco anos (OLIVEIRA, 2015). A resolução tinha o prazo de dois anos de duração. Logo após a publicação dessa Resolução, a Polícia Federal impossibilitou o ingresso de vários haitianos no país, inclusive com ameaças de deportação, sob a justificativa de que não dispunham do visto humanitário e, em decorrência, não lhes seria ofertado apoio (comida e alojamento) pelo fato de não possuírem o documento que lhes garantia a entrada no Brasil. Ocorre que, no decorrer da publicação da RN, muitos haitianos estavam em trânsito, por esse motivo, não tinham requisitado o visto, o que fez com que ficassem um período de três meses na

fronteira com o Peru e Brasil, aguardando a autorização para entrar no país. Padre Gelmino Costa, coordenador da Pastoral do Migrante em Manaus, descreve a experiência com os imigrantes a partir da adoção do governo brasileiro da normativa:

A partir desta Resolução, os vistos deveriam ser emitidos no Haiti. Por tabela, decretou-se o fechamento das fronteiras e a suspensão dos vistos que vinham, até então, sendo ali concedidos. Havia, porém, de se decidir o que fazer com os 1500 haitianos que já se encontravam em Tabatinga e aqueles que já tinham saído do Haiti e se encontravam a caminho do Brasil. Quanto aos que estavam em Tabatinga, como também na fronteira Peru/Acre, a ordem foi de fornecer o visto imediatamente [...]. Isto foi bom para os haitianos e para Tabatinga, porém, não se pensou o que aconteceria com eles chegando a Manaus em termos de acolhida, moradia, alimentação, saúde e outras tantas necessidades. Para a Pastoral do Migrante foi uma tarefa muito árdua. Vale a pena recordar os números: em janeiro, no dia 20, chegaram 50 haitianos; no dia 21, chegaram 42, no dia 24, 220; no dia 28, 170; no dia 30, 112; no dia 31, 160. Em fevereiro, no dia 3, chegaram 148; no dia 4, 299; no dia 7, 68; mais 38 nos dias seguintes. Quer dizer que em quinze dias chegaram 1300 haitianos em Manaus. Neste número estão os que foram cadastrados pela pastoral, sabendo que alguns não passaram por ela. Só em dois dias chegaram 447. Teria sido muito oportuna a presença de Castro Alves para descrever os barcos carregando até trezentos haitianos a bordo, a sua caneta para descrever a frota de táxis e lotações deslocando os imigrantes do porto e “despejando-os” na Paróquia São Geraldo. Tudo indicava que desta vez a Pastoral do Migrante não conseguiria dar conta, porém, com a presença de um número grande de voluntários vindos de todas as partes, sobretudo da paróquia, foi possível recebê-los e encaminhá-los para as diversas casas de acolhida [...] Até meados de fevereiro (2012), todos os haitianos que tinham entrado no Brasil por Tabatinga estavam em Manaus (COSTA, 2012, p. 92).

Em 2013, eliminou-se a limitação da emissão de 1200 vistos por ano, bem como a obrigação de solicitá-lo em Porto Príncipe. A interpretação era de que muitos imigrantes haitianos ou estavam em trânsito com destino ao Brasil, ou já tinham chegado ao país, portanto, a determinação de que o visto fosse emitido na capital haitiana prejudicava o processo de regularização deles.

Em resposta a essa demanda, em 2013, o Governo Federal, por intermédio do CNIg, publicou a resolução n. 102/2013, que retirava o teto de concessão da quantidade de vistos emitidos que não seriam restritos ao quantitativo de 1200, ampliando o escopo de concessão em consulados brasileiros em outros países além do Haiti (OLIVEIRA; RIBEIRO, 2014). Apesar do aumento do quantitativo da emissão de vistos, o Padre Gelmino Costa, da Pastoral do Migrante, faz importante consideração sobre a atuação governamental em Manaus, no que diz respeito aos haitianos em Manaus:

Durante esses pouco mais de dois anos de imigração haitiana em Manaus, o governo, através da Polícia Federal fez três mutirões e vistos em Tabatinga, mas nunca se perguntou o que aconteceria com os imigrantes quando chegassem a Manaus ou como os ajudaria. Simplesmente os despejou em Manaus. Questionado, dava sempre a mesma resposta: – Eles são imigrantes e não refugiados; eles tem que se virar como qualquer outra pessoa; já temos tantos necessitados -. Ou, como disse o governador do Amazonas: Eu não posso dar emprego e nem dar casa para essas pessoas, eu preciso atender uma série de demandas de pessoas que vivem no estado e aguardam há mais tempo (COSTA, 2012, p. 93).

Costa (2012) também ressalta que, ao longo dos meses, com a chegada dos primeiros imigrantes, o tema emergiu nos debates nacionais; dessa forma, em Brasília, foram organizados encontros do Comitê Nacional de Refugiados (CONARE), CNIg e Ministério da Justiça. No Congresso Nacional, ainda houve debates entre diversos senadores; em Manaus, ocorreram dois seminários da Câmara dos Deputados para discutir a situação dos haitianos em Manaus. Por sua vez, a Pastoral do Migrante recebeu visitas de agentes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Secretaria da Ação Social e dos Direitos Humanos do estado do Amazonas – também algumas reuniões com órgãos estaduais e municipais da área da saúde. Contudo, para não resumir sua atuação às reuniões, o governo federal e o estadual ofereceram ajuda aos haitianos, porém, por motivos burocráticos e outros, os recursos custaram para chegar aos imigrantes – boa parte da ajuda nem chegou. Nas palavras de Costa (2012, p. 94), “houve muito discurso e muita falação”. Porém, como explica, o trabalho de acolhida ficou por conta da Igreja Católica, do Grupo Ama Haiti, três pastores evangélicos e, ao final, Associação dos Haitianos. População e entidades, como a Associação Allan Kardec, também colaboraram na acolhida aos haitianos. Porém, conforme evidencia Costa (2012, p. 94):

[...] os principais protagonistas de acolhida foram os próprios haitianos. Eles souberam acolher a muitos em seus quatinhos paupérrimos e limitados de tudo [...].As doações por parte do povo Manauara também foram muitas proporcionando subsídios importantes para a alimentação e vestuário [...] atuaram nas equipes de alimentação, saúde, ensino da língua portuguesa, cursos profissionalizantes e emprego.

Vale reforçar, portanto, que são grandes os desafios à proteção integral dos direitos dos imigrantes, principalmente no que tange às políticas públicas de gestão dos fluxos com a de

integração dos imigrantes. Nesse sentido, a inquietação quanto aos direitos torna-se uma demanda urgente, levando em consideração o cenário político de seu país de origem e do ambiente que vem sendo formado com o fluxo de imigrantes haitianos na procura constante por trabalho no Brasil. É necessário observar que a concessão do visto humanitário pelo governo brasileiro não significa proteção legal e pode ser revogada; também não atende por completo as necessidades desses trabalhadores, que apresentam outras demandas no que diz respeito ao acesso à saúde, residência, trabalho, família, dentre outras – coloca-os em um cenário de vulnerabilidade cotidiana. Portanto, se, do ponto de vista da emergência de se atribuir um *status* legal logo da chegada dos haitianos ao Brasil, as Resoluções Normativas adotadas pelo governo brasileiro (n.97/2012 e n.102/2013) foram uma alternativa emergencial de solucionar o impasse dos pedidos de refúgio negados pelo governo brasileiro, portanto, paliativa, a negativa do refúgio remete à lacuna existente na política migratória brasileira sobre os direitos dos imigrantes, decerto que, com o incremento da chegada dos trabalhadores haitianos ao Brasil, o debate sobre os contornos da política migratória brasileira ganhou evidência; apesar das ações governamentais se restringirem a decisões paliativas, a sociedade civil e entidades lutam em busca do reconhecimento político da cidadania dos imigrantes, como o Projeto de Lei n.2516/2015, que institui a Lei de Migração.

Considerações finais

No artigo procuramos mostrar a complexidade que envolve o fluxo de haitianos vindos para Manaus, visto que, constituído em escala transnacional, esse fluxo permite evidenciar os sentidos da diáspora. Diante desse cenário, procuramos mostrar a forma como o termo diáspora dá sentido e constitui o tecido social haitiano, e ainda se constitui em um marcador importante da trajetória de vida dos haitianos (HANDERSON, 2015).

A partir desse cenário, procuramos mostrar que o transnacionalismo migrante está presente e imerso na diáspora haitiana que nos mostra os modos pelos quais os haitianos usam a categoria no cotidiano dentro e fora do Haiti demonstrando a diáspora como “uma forma social, constituindo novas relações e novo sujeitos sociais, Estados Nacionais, territórios geográficos e geografias sociais” (HANDERSON, 2015). Por isso, é necessário entender como o conceito de diáspora engendra múltiplos pertencimentos para além das fronteiras nacionais e os desafios das políticas de acolhimento para com os imigrantes.

Portanto, o quadro exposto, reforça a “questão migratória brasileira”, evidenciando o desafio do Estado na construção de uma política de proteção aos imigrantes, com destaque para o debate sobre o visto humanitário concedido aos imigrantes e as mudanças na resolução normativa que delineiam a concessão do *status* jurídico humanitário aos haitianos, ou seja, a criação de um visto humanitário excepcional, um marco regulatório que atende à demanda específica dos imigrantes haitianos.

Referências

- ASSIS, G. A. **“diáspora” Haitiana rumo ao Brasil e os desafios à política migratória brasileira**: migrantes indesejados? Universidade do Estado de Santa Catarina, 2012.
- COSTA, G. Haitianos em Manaus: dois anos de imigração – e agora? **TRAVESSIA - Revista do Migrante**. n.70, jan/jun, 2012.
- FERNANDES, D; CASTRO, M; RIBEIRO, C. **Migração Haitiana para o Brasil**: Minas Gerais como destino, a fala dos haitianos. XVI Seminário sobre Economia Mineira. CEDEPLR/UFMG, Diamantina, 2014. Disponível em: <http://www.haitiaqui.com/files/PUC%20Minas-CNIg-MTE-IOM%20-%20Relat%20C3%B3rio%20-%20Projeto%20%E2%80%9CEstudos%20sobre%20a%20Migra%20C3%A7%C3%A3o%20Haitiana%20ao%20Brasil%20e%20Di%20C3%A1logo%20Bilateral%E2%80%9D%20-%202014%20.pdf>
- GUARNIZO, E; LANDOLF, P. **La globalización desde abajo**: transnacionalismo inmigrante y desarrollo la experiencia de Estados Unidos y América Latina. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociais (FLACSO), México, 2003.
- GUARNIZO, L. Aspectos económicos del vivir transnacional. **Colombia Internacional**, n. 59, janeiro-junho, Bogotá, 2004.
- HANDERSON, J. A historicidade da e(migração) internacional haitiana. O Brasil como novo espaço migratório. **Cadernos Obmigra – Revista Migrações Internacionais**. Brasília: UNB, 2016. (no prelo).
- LEVITT, P. **Social Remittances**: A conceptual tool for understanding migration and development. Working paper series, 1996.
- OLIVEIRA, A. Os invasores: as ameaças que representam as migrações subsaariana na Espanha e haitiana no Brasil. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, n.44,p.135-144, jan/jun. 2015.
- PARELLA,C; CAVALCANTI, L. **Introdução**. In: SOLÉ, C; PARELLA, S; CAVALCANTI, L.Nuevos retos del transnacionalismo em el estudio de las migraciones. Observatório Permanente de la inmigracion. Madrid, 2010. v. 1.
- PORTES, A. Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo imigrante. **Revista Critica de Ciências Sociais**. n. 69, 2004.
- SEGUY, F. **A catástrofe de janeiro de 2010, a 'Internacional Comunitária' e a recolonização do Haiti**. Tese de doutorado em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas, 2014.
- NIETO, C. **Migración haitiana a Brasil**. Redes migratórias y espacio social transnacional. Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2015.

Ambientalismo e populações locais da Amazônia: entre convergência parcial e negação total

Israel Pereira Dias de Souza⁵⁰

As relações entre ambientalismo e populações locais da Amazônia não são unívocas. Por certo que a “proteção da floresta” interessa a ambos. Isso, porém, ainda que figure como base de um consenso, longe está de fazê-los em tudo convergentes. Em verdade, em alguns casos, essas relações podem ser de convergência, ainda que de uma convergência parcial. Todavia, em outros, podem ser de total negação. O objetivo do presente texto é problematizar tais relações, tomando por objeto de análise casos que envolvem conflitos em torno do território que é, segundo entendemos, o elemento decisivo do caráter problemático dessas relações. Em última instância, é a noção de território que faz com que “proteção da floresta”, base de um consenso entre ambientalismo e populações locais da Amazônia, possa significar coisas muito distintas para um e outras. Nesse intuito, no primeiro momento, trataremos da relação do ambientalismo com o movimento dos seringueiros do Acre. Num segundo momento e de maneira breve, trataremos do enfoque que o ambientalismo dá aos conflitos territoriais da Amazônia e para além dela. Nessa abordagem, mesclar-se-ão fatores nacionais e internacionais. Entendido em amplo sentido, o ambientalismo aqui será abordado como concepção, política, organização e movimento tocados por uma preocupação com a questão ambiental. Afim de evitar “absolutizações” e cientes de sua pluralidade, cumpre informar que aqui trataremos apenas de uma perspectiva do ambientalismo. Uma perspectiva de razoável força, mas apenas uma perspectiva.

ambientalismo, populações locais, Amazônia, conflitos territoriais.

Aproximação entre Movimento dos Trabalhadores Rurais e ambientalismo⁵¹ na Amazônia-acriana

Como foi dito alhures (Souza 2014, 101-112), durante a ditadura militar, os governos colocaram em marcha um conjunto de políticas voltadas para a “integração da Amazônia” ao novo processo de acumulação capitalista em curso no país. Sob o clima da Guerra Fria e da febre da “modernização”, três eram os eixos dessas políticas: *segurança, desenvolvimento e integração*.

⁵⁰ Cientista Social com habilitação em Ciência Política, Mestre em Desenvolvimento Regional, professor e pesquisador do IFAC/Campus Cruzeiro do Sul, onde atua à frente dos projetos de pesquisa **Miséria Política no Brasil e Trabalho, Território e Política na Amazônia**. Coordena o **Grupo de Pesquisa Trabalho, Território e Política na Amazônia (TRATEPAM)**. E-mail: israelpolitica@gmail.com e israel.souza@ifac.edu.br

⁵¹ Somos cientes de que o ambientalismo é um fenômeno social plural, com frações várias e perspectivas várias e, não raro, opostas. Com efeito, tratamos aqui de apenas uma perspectiva sua, uma perspectiva que, no entanto, reputamos considerável, representativa de seu todo. Neste sentido, dizemos que nossa abordagem foge à absolutização, mas não à generalização. Em outras palavras. Não tomamos a parte como se fosse o todo (absolutização). Entretanto, consideramos que a parte analisada diz muito sobre o todo (generalização). Para mais sobre ambientalismo e questões territoriais na Amazônia, consultar Souza 2007.

Três eram os eixos, e três também as justificativas em que se assentava o projeto: 1) evitar a inserção do “inimigo externo” (comunismo) em território brasileiro pela selva; 2) promover a valorização deste “mundo perdido”; e 3) “integrar” esta imensa e rica região ao resto do Brasil. Juntos, esses eixos formaram uma espécie de tripé em que se alicerçou ideológica e estrategicamente o projeto dos militares para a Amazônia. A crença depositada nessa estratégia pode ser verificada no lema adotado pela Escola Superior de Guerra e na celebridade do trocadilho que virou *slogan*: *Segurança e Desenvolvimento e Integrar para não entregar*, respectivamente.

Em certo sentido, pode-se mesmo dizer que a integração fez as vezes de ponte entre o desenvolvimento e a segurança (Souza 2007). Baseados na tese do “vazio demográfico”, segundo o qual a “Amazônia seria uma terra sem homens para homens sem terra”, os governos militares entendiam que atraindo pessoas para a região, através da integração e dos financiamentos, resolveriam os problemas do desenvolvimento e da segurança. Contaram também outros fatores para a consubstanciação dessa proposta “integracionista”, como a possibilidade de multinacionais automobilísticas instalarem-se em solo brasileiro. Cunha ressalta que

[...] para atender às exigências das instalações das multinacionais automobilísticas [...], os governos militares não hesitaram em priorizar a construção de várias estradas, inclusive em trechos extremamente complexos, devido às dificuldades geomorfológicas [...] (Cunha 2009, 14).

Entre essas estradas, destacam-se as BRs 230 (Rodovia Transamazônica), 163 (Cuiabá-Santarém), 364 (Cuiabá-Porto Velho) e a 317 ou, como também é conhecida, a Rodovia Interoceânica. Nesse contexto, para a construção de seus eixos viários, o Brasil contou com um generoso empréstimo da parte do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial (BM). Tal empréstimo chegou à soma de 400 milhões de dólares, configurando-se como “o maior empréstimo já feito a um país para construção de estradas” (Linhares *apud* Paula 2006, 108).

Dessa forma, os militares criaram as condições para a expansão do grande capital na Amazônia, além de certo alívio para as “tensões sociais internas decorrentes da expulsão de pequenos produtores do Nordeste e do Sudeste pela modernização da agricultura” (Becker 2007, 26).

Como era de esperar, entretanto, a adoção de tais políticas resultou em destruição ambiental, expulsão e/ou extermínio de significativas frações das populações indígenas e camponesas. Diferentemente do que se supunha a partir da tese do “vazio demográfico”, a Amazônia era habitada havia muito tempo. De outro lado, o *dúbio nacionalismo militar* não só não impediu como mesmo estimulou através de incentivos da Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) a implantação de projetos estrangeiros e ambientalmente danosos.

Aqueles financiamentos, imagem perfeita do tipo de desenvolvimento pretendido para a região, fizeram crescer em paralelo e ritmo assustador a devastação florestal, a concentração fundiária e os conflitos daí resultantes. Neste particular, o Acre, onde a substituição do extrativismo pela pecuária extensiva de corte, aliada à grande propriedade fundiária, consistiu no eixo central da modernização (Paula 2006, 109), desponta como caso emblemático.

Fiel às orientações vindas do governo federal de então, o governo Wanderley Dantas (1971-1974) clamava em retumbante tom: “O Acre, a nova Canaã. Um Nordeste sem seca, um Sul sem geada”. E ainda: “Venha produzir no Acre, investir no Acre e exportar pelo Pacífico”. O convite surtiu efeito. Com isso, já em 1978, “cerca de um terço das terras cadastradas no INCRA encontrava-se sob domínio de investidores do Centro-Sul, em sua maioria oriundos do estado de São Paulo” (Paula 2006, 108).

Não foram poucos os impactos daí advindos. Isto porque “72% da população do estado vivia no campo” e “85,3% das famílias ocupadas no setor primário não eram proprietárias das terras que cultivavam” (Paula 2006, 110). Num mesmo e único processo, cresceram pecuária, concentração fundiária, devastação... e conflitos. Isso vai marcar, sob a forma da violência, a luta pela reconfiguração territorial por que passa o estado acreano nessas décadas.

Objetivando lidar com a pecuária ou simplesmente especular no mercado fundiário, os “novos donos” teriam que fazer nestas terras uma dupla “limpeza”, cujos impactos foram enormes: 1) tinham que “livrá-las” dos sujeitos que aí habitavam, isto é, dos índios, dos seringueiros e demais “posseiros”; e, também, 2) derrubar a floresta, abrindo espaço para a plantação dos pastos necessários à criação do gado. Nesse intuito, lançavam mão de métodos expulsórios diversos que

Iam desde a compra da posse e benfeitorias por preços irrisórios ou troca por lotes, de área inferior ao módulo oficial, à destruição das plantações, invasão de posses, proibição de desmate para roçado, obstrução de caminhos e varadouros,

inclusive de rios e igarapés. Além do emprego de outras formas de violência como espancamento e assassinatos (Costa Sobrinho 2006, 16).

Nesse cenário,

[...] os moradores da floresta - os seringueiros - veem seus territórios de vivência serem ameaçados e eles prestes a serem “desterritorializados” [...]. Daí, as condições que emergem de acirramento das contradições postas pelo “chamado processo modernizante” do país, em que a luta de classes estará no centro de todo o processo de produção deste espaço. Tem-se, então, uma década (1970) em que ocorre o início da organização da luta, no despertar para a resistência, perante a violência suscitada (Silva 2006, 136).

É nesse contexto que surge o Movimento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Acre (MSTR), colocando-se como o principal protagonista da resistência ao processo de espoliação capitalista em curso. Suas estratégias de luta eram variadas. Envolviam

[...] ações organizadas e formas de luta diversificadas como o empate, acampamentos, comissões a Brasília, pressões sobre os parlamentares, denúncias aos órgãos públicos, demandas judiciais, e até mutirões com armas para impedir a violência contra a posse [...] (Costa Sobrinho 2006, 20).

Entre esses métodos de resistência, cabe dar destaque a um, por seu simbolismo: o “empate”. Referindo-se aos empates, Rodrigues faz a seguinte descrição:

Normalmente, os seringueiros que seriam atingidos pelo desmatamento comunicavam ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ao mesmo tempo em que chamavam seus vizinhos, que não seriam atingidos naquele ano. Juntavam algumas dezenas de trabalhadores que, não raro, levavam suas esposas e filhos, formando um contingente considerável de seringueiros que, ao chegarem ao local do desmatamento, conversavam com os trabalhadores que estavam fazendo a broca, convencendo-os a paralisarem os trabalhos. A ação era, sempre, pacífica, embora muitas vezes os seringueiros lavassem consigo suas espingardas, que nunca foram usadas nas ações, conseguindo, geralmente, num primeiro momento, convencer os trabalhadores das derrubadas em sua maioria ex-seringueiros gerenciados por um “gato” vindo de fora (Rodrigues 2009, 97).

A estratégia rendeu vitórias ao movimento. Considerada em seu aspecto extremado, ela pode ser também interpretada como um sinal da intensificação dos conflitos e do aumento das mortes (tanto do lado dos seringueiros quanto do lado dos fazendeiros) que marcarão a década de

1980. Pois, ainda que Rodrigues afirme que a “ação era, sempre, pacífica”, a situação era tensa, sempre.

Ao relatar o primeiro “empate”, realizado em março de 1976⁵², no Seringal Carmem, município de Brasília, Paula destaca: “Armados com suas espingardas de caça, aproximadamente sessenta homens cercaram o acampamento dos ‘peões’ contratados pelo fazendeiro para realizar a derrubada da mata” (Paula 2006, 113).

Ademais, importa destacar a dimensão ambiental dos empates. Isso foi algo extremamente importante para a aproximação entre ambientalistas e seringueiros e para que estes tivessem a atenção, favorável, da opinião pública nacional e internacional. Essa dimensão ambiental faz com que, nos empates, os interesses específicos/parciais dos seringueiros (sua sobrevivência) se encontrem e se *con-fundam* com os interesses universais da vida humana.

Desse modo, nos empates, “A operação de defesa das condições de vida do seringueiro se entrelaçava e confundia-se com a preservação da floresta. A questão ambiental estava posta. Manter a floresta era garantir o direito de existência enquanto produtor e extrativista” (Costa Sobrinho 2006, 22), ao mesmo tempo que contribuía para a manutenção da vida na terra, acrescentamos.

No ano 1982, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Xapuri, sob a liderança de Chico Mendes, lança mão de uma proposta original de reforma agrária. “Há uma necessidade grande e urgente”, dizia Chico Mendes em entrevista dada a Costa Sobrinho,

de se evitar o desmatamento da Amazônia [...] Pensamos em criar uma alternativa de preservação sem tornar a Amazônia um santuário intocável, mas garantindo a sobrevivência com dignidade dos que vivem na floresta (Mendes 2006, 44).

Nasciam aí as inquietações que levariam, no ano de 1985, à proposta de criação das Reservas Extrativistas (RESEXs), consideradas a “reforma agrária do seringueiro”, porque afirmavam a territorialidade própria do seringueiro e do homem da floresta, o domínio das populações locais sobre seus territórios e recursos, o valor e os saberes do homem da floresta contra o capital.

Como os “empates”, essa proposta revelava o intuito de impor limites ao capital e de “empatar” (barrar) a “modernização” nestas paragens e também contribuirá para a aproximação

⁵² Para Rodrigues, o primeiro empate se deu no ano de 1973. Em sua entrevista a Costa Sobrinho, por nós ora explorada, Chico Mendes também se refere ao ano de 1976 como marco de suas lutas de resistência.

entre ambientalistas e seringueiros. Criadas através do Decreto-lei Presidencial nº 98.987/90, as RESEXs destacam-se, dentre outras coisas, pela defesa: 1) de que a terra e a natureza deixassem de estar subordinadas aos interesses imediatos de capitais privados e passassem a ser bem público; 2) que sua utilização incorporasse demandas sociais das populações da região cujos saberes deveriam servir de elemento orientador de políticas públicas destinadas à elevação dos níveis sociais de vida e renda de forma compatível com a conservação da paisagem natural.

Na formulação inicial das RESEXs, somam-se aos elementos acima expostos dois outros, também eles dignos de nota: 3) o proeminente papel atribuído ao Estado, considerado a “referência central para a reversão do modelo então em curso” (Paula 2006, 119); e 4) o descarte da exploração de madeira para fins de comércio (Paula 2005, 247-48, nota 221).

Há que se dizer que, enquanto a luta dos seringueiros ficou circunscrita ao Acre, foi difícil para eles. Afinal, era grande a desvantagem que levavam nos conflitos. A justiça, o governo, a polícia e a imprensa locais estavam do lado de seus inimigos⁵³. Ao isolamento, correspondia seu enfraquecimento, desvantagem nos conflitos. Todavia, com a proposta das Reservas Extrativistas e da criação do Conselho Nacional do Seringueiro (CNS) em 1985, a luta dos trabalhadores rurais pela proteção da floresta tomou maior dimensão e atraiu o favor da opinião pública, notadamente do movimento ambientalista nacional e internacional.

Quanto a isso, Paula ressalta que foi a “face ecológica” das RESEXs, “expressa nas preocupações com a preservação das florestas, que abriu as fronteiras nacionais e internacionais para a divulgação da luta daqueles seringueiros”. Isso suscitou “simpatias e apoios diversos de outros setores da sociedade civil, principalmente de ONGs e movimentos ambientalistas, que protestavam contra a devastação da Amazônia” (Paula 2006, 118).

A interpretação de Costa Sobrinho segue a mesma linha. Sublinhando a importância desses fatores, afirma que o cerco a Chico Mendes será parcialmente rompido a partir do I Encontro dos Seringueiros⁵⁴. “Daí por diante, novas alianças vão ser feitas. A luta sindical vai se aliar à questão ecológica. A ideia de reserva extrativista toma fôlego. Chico passa a ser cidadão do mundo” (Costa Sobrinho 2006, 23).

Ainda sobre esse assunto,

⁵³ Em sua obra, em grande medida autobiográfica, expressando sua vivência com o movimento dos seringueiros e com Chico Mendes, Rodrigues (2009) traz importantes informações sobre a parcialidade dessas estruturas.

⁵⁴ Num lapso, acreditamos, Costa Sobrinho dirá, na passagem de que extraímos a citação supra, que esse encontro se deu no ano de 1975. Mas, de fato, ocorreu em 1985, como o próprio Chico Mendes reconhecerá em entrevista concedida a ele.

Do ponto de vista da ecologia, a proposta das reservas extrativistas ganhou o mundo porque era uma proposta de utilização da floresta amazônica, de desenvolvimento para a região a partir de suas populações tradicionais, ou seja, agora os ambientalistas brasileiros e estrangeiros tinham uma “proposta” para contrapor ao modelo oficial, altamente predatório, do governo brasileiro (Rodrigues 2009, 126).

Interpretação clorofilada

É nesse cenário que começa a ser forjada a “interpretação clorofilada” referente ao movimento dos seringueiros. Com a expressão “interpretação clorofilada” designamos a concepção segundo a qual o movimento aqui em tela seria um movimento eminentemente “ambiental”, “ecológico”⁵⁵. Sintomaticamente, por aqueles anos, passaram a dizer (a imprensa e o movimento ambientalista, notadamente) que os sujeitos daquele movimento de seringueiros eram os “maiores ambientalistas do mundo”.

Essa visão pesa tão consideravelmente na interpretação desse movimento que chegou mesmo a moldar como nacional e internacionalmente Chico Mendes, sua figura de maior projeção, seria entendido maiormente. Essa visão tem uma força tal que passou a influir mesmo sobre a perspectiva de estudiosos do movimento dos seringueiros, como Costa Sobrinho (2006), e de ativistas que tomaram parte diretamente naquela luta, como Rodrigues⁵⁶.

Em 17/02/17, Gomercindo Rodrigues esteve no IFAC/Campus Cruzeiro do Sul, ministrando uma palestra e apresentando seu livro *Caminhando na floresta*. Num dado momento de sua exposição, deu a entender que Chico Mendes e seus companheiros de luta defendiam o “desenvolvimento sustentável”. Perguntamos a ele se “essa era, realmente, uma proposta do movimento ou se tinha vindo depois, de fora, com os ambientalistas, e que, depois, fora acolhida e difundida pelo governo local?”⁵⁷.

⁵⁵ Embora aqui estejamos nos referindo ao movimento dos seringueiros, o que tratamos por interpretação clorofilada abarca outros sujeitos. De modo especial, o movimento ambientalista também atribui “consciência ambiental” aos povos originários, como se tal fosse intrínseco/natural a tais povos. Para complementar o presente texto, em trabalho outro, num arco temporal que vai do final do século XIX (quando nordestinos começam a chegar a estas paragens para se porem a trabalhar nos seringais e acabam, por fim, virando “seringueiros”) ao início do século XXI, procuraremos mostrar como essa “consciência ambiental” é histórica e socialmente construída.

⁵⁶ É lícito dizer que os que hoje abraçam essa visão o fazem, largamente, em razão do vínculo ideológico que têm com o governo local e seu partido: o Partido dos Trabalhadores. Outros o fazem pelo vínculo empregatício, pois ocupam cargos no referido governo. Outros ainda, por simples ignorância, por influências várias. Outros tantos, por má-fé.

⁵⁷ Em entrevista concedida a Silva, Raimundo Barros, primo de Chico Mendes disse: “Veja bem. Eu pelo menos e o próprio Chico (Mendes) não tinha nenhuma ideia de que nós estava numa luta ecológica. E a verdade era que a gente também tava” (Barros, 2006, 54). Para ele, **“O ecológico foi uma coisa que veio depois**. A gente tava fazendo as

Na hora e sem resistência, ele reconheceu que a “ideia do desenvolvimento sustentável” tinha surgido depois. Atitudes como estas, dos autores aqui discutidos, mostram a força dessa interpretação clorofilada e como seus efeitos se fazem sentir, inclusive, em retrospectiva, resignificando o passado, fortalecendo alguns de seus traços, debilitando outros; criando traços novos, apagando outros.

Entre outras coisas, reside aí a razão de hoje quase não se considerar a luta do líder seringueiro pela reforma agrária, e de se focar, no mais das vezes, apenas sua “luta ambiental”. Daí ele ser considerado, geralmente, como “ambientalista”. E assim, pela ótica ambientalista, os conflitos agrários são transformados em conflitos ambientais, num processo misto de projeção, transfiguração e distorção. Dessa forma, os conflitos agrários são apagados do passado e obnubilados no presente, para o pesar das comunidades locais da Amazônia.

Convergência parcial e seus problemas

Com efeito, uma das grandes preocupações do movimento dos seringueiros era a construção da BR 364⁵⁸ e tudo o que isso implicava em termos de violência, expropriação e devastação. Enquanto os militares viam na integração algo virtuoso, os seringueiros viam algo nefasto. E não era por acaso. Os ambientalistas foram fundamentais na discussão da referida estrada e na crítica a seus efeitos desastrosos.

De acordo com Costa Sobrinho (2006, 15), “na região dos vales dos rios Acre e Purus, quase sempre seguindo os traçados estratégicos das BRs 364 e 317, e também AC-40, as terras alienadas foram ocupadas pelos novos proprietários”. Por isso, era constante a preocupação dos seringueiros com o asfaltamento da BR 364 e todos os impactos que vinham em seu rastro. Vinte dias antes de seu assassinato, Chico Mendes dizia em entrevista a Costa Sobrinho:

O asfaltamento da BR-364 também foi discutido por mim na Comissão de Operação de Verbas do Senado Americano. Denunciamos a destruição da floresta, os impactos ambientais causados pelo asfaltamento da estrada no trecho Cuiabá-Porto Velho. Falei que, se a intenção era levar desenvolvimento para os povos daquela região, o que ocorreu foi exatamente o contrário. A estrada serviu para beneficiar meia dúzia de latifundiários e arruinar a vida de milhares de trabalhadores (Mendes 2006, 45).

duas coisas, mas o que a gente entendia era só uma. Era a luta pela sobrevivência. Defender a sobrevivência para nós era defender a floresta [...]” (Barros 2006, 54-55) (grifos nossos).

⁵⁸ Rodovia federal que corta o estado de ponta a ponta.

A observação tinha sua razão de ser. Em 1985, o Brasil contraiu um empréstimo de 146,7 milhões do BID (Cunha 2009, 68), para pavimentar o trecho da BR-364 que ligava Porto Velho (RO) a Rio Branco (AC). Devido aos desastrosos impactos, causados pelo asfaltamento do trecho Cuiabá-Porto Velho, o Banco Mundial estava sob fortes críticas, inclusive dos ambientalistas. Críticas que podiam ser estendidas ao BID, caso continuasse com o intento de financiar o asfaltamento do trecho Porto Velho-Rio Branco. Diante disso, este exigiu que o governo brasileiro tomasse medidas de mitigação dos impactos sociais e ambientais.

Como resposta a essa pressão externa, é criado o Programa de Proteção ao Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas (PMACI). Este não passou de uma forma de o governo brasileiro assegurar o recebimento do empréstimo. De tudo o que lá se discutia e decidia, estavam excluídos seringueiros, demais trabalhadores rurais e indígenas. Após várias tentativas de diálogo, o CNS encabeça a crítica ao programa, lançando uma nota que muito diz a respeito do posicionamento dos “povos da floresta” em relação à estrada. Eles, então, reivindicavam:

1. Que as obras da estrada sejam paralisadas até serem tomadas medidas concretas que garantam aos seringueiros a segurança das áreas nas quais vivem.
2. Que sejam criadas Reservas Extrativistas em toda a área de influência da BR-364, nas quais predominem as atividades extrativistas, antes que seja asfaltada a estrada.
3. Que os órgãos governamentais entendam que proteção ambiental na Amazônia significa garantia da preservação da floresta para aqueles que vivem nela sem destruí-la, ou seja, os índios e os seringueiros.

Observamos, pela nota acima, que as RESEXs são sugeridas como uma espécie de contraponto à estrada - uma forma de proteção da floresta e de seus moradores contra os impactos que poderiam vir em seu rastro - e que a floresta deveria ser preservada em benefício daqueles que nela vivem e dela cuidam. Não resistindo às pressões, o BID recuou e suspendeu o financiamento da obra.

Pode-se dizer que, naquele momento de intensa preocupação com os problemas ambientais nos cenários nacional e internacional, a questão ambiental foi um obstáculo à “modernização capitalista” na região. Para tanto, ao lado das justas reivindicações e da grande força de mobilização e resistência dos seringueiros, foi importante a “interpretação clorofilada” que fizeram de sua luta. A questão ambiental foi, assim, um elemento que, inteligentemente captado, lhes permitiu explorar o caráter premente e universal de suas causas, atraindo atenção e apoios.

Nessa constelação de fatores, o próprio movimento contribuiu ativamente para a interpretação clorofilada que dele fizeram. Não foi por outra razão que, no dia mundial do meio ambiente, do ano de 1996, se realizou em Rio Branco o “primeiro encontro regional de seringueiros do Vale do Rio Acre” (Rodrigues 2009, 101), evento convocado pelo Conselho Nacional de Seringueiros.

No entanto, se foi assim no início, com o tempo, a oportunidade se transformou numa cilada. Já muito cedo, alguns seringueiros perceberam a distância que havia entre seus interesses e os do movimento ambiental que lhe deu sustentação e fez sua luta repercutir nacional e internacionalmente. Parece que anteviam perigos naquela aproximação.

Vale lembrar que, em uma de suas defesas das Reservas Extrativistas, salta aos olhos a preocupação de Chico Mendes com o desmatamento, mas também com certa concepção ortodoxa do ambientalismo⁵⁹:

Há uma necessidade grande e urgente de se evitar o desmatamento da Amazônia (...). Pensamos em criar uma alternativa de preservação sem tornar a Amazônia um santuário intocável, mas garantindo a sobrevivência com dignidade dos que vivem na floresta (grifos nossos) (Mendes 2006, 44).

Trata-se, portanto, de uma tripla preocupação. Por um lado, 1) evitar a destruição da floresta, no que há convergência com o ambientalismo. Por outro, 2) não fazer dela “um santuário intocável”, pois, se assim fosse, jamais conseguiriam 3) garantir “a sobrevivência com dignidade dos que vivem na floresta”. É nestes pontos últimos que surgem as divergências, senão a negação total entre os interesses e as visões dos seringueiros e do ambientalismo.

Proteger as florestas? Sim. Convergência. Mas proteger como, para quê, para quem? Divergências e, dependendo das respostas, negação total.

O que calça tais preocupações, importa dizer, é o território. Como comunidades locais da Amazônia, os seringueiros não queriam perder seus territórios para os projetos econômicos e nem para quaisquer outros projetos, como os de caráter ambiental indiferentes e hostis à sua realidade. Por isso é que “proteger a floresta” representa, no máximo e apenas alguns casos, uma

⁵⁹ Para Paula (2005, 251), o ambientalismo é composto por duas grandes correntes. Inspirada no antropocentrismo, um dessas correntes defende o *conservacionismo*. Para esta corrente, então, a “relação com a natureza é percebida a partir de critérios utilitários”, isto é, o tratamento que se dispensa à natureza é pautado pela utilidade que esta tem para a sociedade. Já a outra corrente, a ortodoxa, defende o *preservacionismo*. Para ela, “a humanidade deve submeter-se aos imperativos da ordem cósmica”. Em síntese, pode-se dizer que, para a primeira, o valor da natureza reside na sua relação com a sociedade e deriva de sua utilidade para esta. Para a segunda, o valor da natureza é um fim em si mesmo, independe da sociedade.

convergência parcial. Uma convergência parcial que pode, dependendo das circunstâncias, se transformar em negação total.

A este respeito, Osmarino Amâncio⁶⁰ fala com clareza e visão crítica. Perguntado se, àquela época, “era um ambientalista, ecologista”, ele responde:

Não. Nós nunca nos colocamos como ambientalista. Até porque, pra nós, ambientalista era aquele que defendia só uma coisa ou outra [...]. Até na época alguns ficaram chateados que eu disse: “Ó, pessoal, nós não estamos defendendo... Nós não vamos aqui trabalhar pra defender só o meio ambiente. Nós queremos defender o ambiente inteiro” (Amâncio 2006, 63-64).

Apontando a questão territorial como elemento central das discórdias com os ambientalistas, alega que estes

[...] não tinham essa preocupação com a questão fundiária. Porque, pra eles, o cara podia ter propriedade privada ali. Desde que ele não mexesse nela, tudo bem. [...] A questão fundiária tinha que ser resolvida e, para ela ser resolvida, tinha que acontecer a reforma agrária (Amâncio 2006, 63-64)

Nas falas dessas lideranças do movimento dos seringueiros do Acre, ficam patentes a proximidade (convergência parcial) e a distância (que pode ir da simples divergência à negação total) que tinham em relação ao movimento ambientalista. Ao mesmo tempo, fortalecem aquilo que, acima, chamamos de interpretação clorofilada.

Negação total

A seguir, vejamos como os conflitos territoriais são vividos de maneira muito dramática dentro da Reserva Extrativista que leva o nome de Chico Mendes. Nesta parte, lançamos mão do valioso trabalho de Castelo (2015). Por amparar-se no relato dos próprios seringueiros, esse trabalho dá uma clara visão de como os moradores da referida Reserva entendem e julgam as políticas de corte ambiental que, em nome do líder seringueiro, ali foram implementadas.

De modo destacado, os relatos a seguir centram-se no manejo florestal e em alguns de seus impactos. Impõe-se dizer, desde já, que o manejo florestal é considerado pelo governo local

⁶⁰ Ainda no calor da morte de Chico Mendes, Osmarino foi considerado seu herdeiro.

- que se considera herdeiro de Chico Mendes e concretizador de seus sonhos⁶¹ - uma forma de “exploração racional da floresta”. Muitas são as ONGs ambientalistas que comungam dessa visão. Vamos aos relatos. Estes serão ladeados por comentários nossos.

- Já vieram aqui e já conversaram comigo. Mas eu disse que não vou mexer não (com o manejo), pois dá problemas para a seringa, derrubam muitas castanheiras. Vira tudo “esperaizal” - Aqui se mostra, claramente, certo assédio para que o morador adote o manejo. Além disso, ele reclama dos impactos de tal atividade sobre seringueiras e castanheiras, fundamentais para sua sobrevivência. É no extrativismo destas que ele aufere ganhos.

- Vendi madeira de manejo. Mas não quero mais, não. Estraga a mata. Faz muito “piseiro” na mata - Como o relato anterior, esse destaca os impactos negativos (piseiro) na mata/floresta, em razão dos quais o morador mostra arrependimento em ter aderido à prática do manejo.

- Mas isso daí (o manejo) dá um pouquinho. Nessa nossa área aqui tem muita gente agregado que come com a gente. Daí fica difícil [...] - Aqui, a reclamação recai sobre o ganho insuficiente que o manejo proporciona.

- Aí, quando chegar o inverno, a gente fica com a dificuldade de ramal. Fica tudo esburacado devido às máquinas que passa (para retirar a madeira). Não tem condições de arrumar. Aí a gente fica com a dificuldade - Destacam-se aqui as dificuldades de trafegabilidade nos ramais, prejudicados que ficam pelas máquinas que entram e saem da floresta para a retirada de madeira.

- O pessoal daqui também faz manejo. Manejo florestal. Mas, no meu caso, o manejo não era para existir [...]. E quando for daqui uns tempos... Os filhos dos filhos vão viver de quê? [...]. Vai indo, vai indo e se acaba a floresta - É claro o medo referente à sobrevivência cultural e física do seringueiro e seus descendentes, bem como a negação da prática do manejo.

- Agora é ruim porque tudo que a gente faz tem que ter uma pessoa mais que a gente. Para a gente se colocar, para a gente arrumar um lugar para fazer qualquer coisa... Tudo é preciso de outra pessoa tá no meio, né? - Perda de soberania territorial.

- Mas aqui quase não tem caça. Só essas caças pequenas, que chamam de “embiara”. Não tem caça grande - A prática do manejo resulta em insegurança alimentar. Espanta a caça, algo fundamental na dieta das populações locais.

⁶¹ No Acre, já vamos para 20 anos de um governo que, a princípio se denominava da floresta, se coloca como herdeiro de Chico Mendes e continuador de sua luta em favor da “proteção da floresta”. Para mais sobre o assunto, ver Souza 2005, 2011 e 2014. E para uma análise mais ampla e histórica sobre o modelo de desenvolvimento implantado no Acre, consultar Paula 2005.

- Se a pessoa for brocar e colocar fogo, eles vêm e multam [...]. É uma multa grande. Eu fico pensando como eles proibem, se é disso que o seringueiro vive! Como vamos viver? Porque o feijão hoje tá caro. O arroz também tá caro, tá tudo caro - Destacam-se nesse relato: insegurança alimentar, sentimento de humilhação e impotência, perda de soberania territorial.

- [...] Eu tenho certeza que Chico Mendes seria contra esse manejo madeireiro. Porque ele era uma pessoa que pensava muito pelo lado da gente. E a gente vê que isso não tem futuro para o seringueiro. Pois a gente vai vender pelo preço que eles quiserem. Nós, que não entende de madeira, vamos vender pelo preço que eles quiserem. E eles vão vender lá por um preço bem maior. E nós vamos ficar sem a madeira e sem a floresta. E sem o dinheiro - O morador, usando expressões que mostram que ele vive sob pressão, entende que o manejo não lhe favorece e que ameaça a floresta. E invoca a memória de Chico Mendes⁶² que, sempre pensando do lado do seringueiro, não aceitaria o manejo madeireiro.

Em seu conjunto, esses relatos mostram não apenas que entre seringueiros e ambientalismo, aqui expresso e encarnado em política governamental) a convergência é parcial. Mas que pode, inclusive, ceder espaço a uma negação total. A “proteção da floresta” orienta a política do governo local. Mas não como Chico Mendes reivindicava, isto é, garantindo a “sobrevivência com dignidade dos que vivem na floresta”. Também não se pode dizer, a partir dessa política ambiental, aquilo que o CNS dizia décadas atrás, a saber: “que proteção ambiental na Amazônia significa garantia da preservação da floresta para aqueles que vivem nela sem destruí-la, ou seja, os índios e os seringueiros”.

Diante desse conjunto de fatores, ater-se à “proteção da floresta”, base de uma convergência parcial entre seringueiros e ambientalismo, é desprezar a dura realidade vivida por inteiras populações no interior das florestas acrianas⁶³.

⁶² Em razão dessas divergências, hoje Chico Mendes é uma figura em disputa. Há quem diga que ele aceitaria o modelo de “desenvolvimento sustentável” em curso no Acre há quase 20 anos, justificado em seu nome. E há aqueles que dizem que ele seria contrário. Em razão do 27º ano de sua morte, dois eventos foram realizados em locais vizinhos, em Xapuri, no ano de 2015. Um deles, ocorrido na sede do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Xapuri, falava de um Chico militante da reforma agrária, tratava dos desafios da reforma agrária, da expulsão de posseiros que vem ocorrendo, dos desmatamentos, da repressão de órgãos como Ibama e ICMBio sobre os moradores da Reserva Extrativista e etc. O outro, ocorrido no salão da paróquia São Sebastião, bem ao lado, falava de um Chico ambientalista cujos sonhos haviam se concretizado e exaltava a política de desenvolvimento do governo local, calcada na exploração madeireira.

⁶³ Para uma análise dos impactos do modelo de “desenvolvimento sustentável” sobre os povos originários, ver Souza 2014. Especialmente, o artigo intitulado *Estado e Movimento Indígena na Amazônia Ocidental: do conflito à conciliação? Crônica de uma vitória às avessas*.

Enfoque ambientalista sobre conflitos territoriais na Amazônia e para além dela

Agora, vejamos as coisas por outro ângulo. Trataremos do enfoque que o ambientalismo dá a conflitos territoriais na Amazônia e para além dela. Em levantamento referente ao ano de 2015, a ONG ambientalista *Global Witness* apontou que 78 “ambientalistas” foram mortos no mundo neste ano de 2015 (Sánchez 2015). Segundo um porta-voz da ONG britânica, essas pessoas foram assassinadas por “lutarem por seu direito a um ambiente saudável”.

Ainda de acordo com o mesmo levantamento, em todo o mundo, entre 2008 e 2012, período de alta dos preços de *commodities*, o número de mortes passou de 40 para 147 mortes por ano. Em 2015, portanto, tivemos uma diminuição no número de mortes de “ambientalistas”, segundo a terminologia da ONG ambientalista de projeção internacional. Em 2014, Brasil e Colômbia foram responsáveis por quase 50% desse total de mortes, sendo, por isso, considerados os “piores países para a atuação de ambientalistas”. O Brasil ficou no topo da lista). 40% dos mortos são indígenas, vítimas da exploração madeireira, da mineração e das hidrelétricas (Sánchez 2015). Não convém entrar no mérito dos números. Há muito, porém, o que refletir sobre a definição dos que foram assassinados e sobre o motivo de suas mortes. Esse é um claro exemplo em que as palavras não correspondem às coisas e do quanto a perspectiva ambiental nega, encobre os conflitos territoriais, sobretudo, na Amazônia.

Em toda essa maneira de falar e interpretar, há uma espécie de invisibilização, de acobertamento da realidade pelas palavras. A nosso ver, esse é um dos grandes desafios da reforma agrária nos dias que correm e um dos grandes problemas que o ambientalismo coloca à luta das populações locais da Amazônia (Souza 2016).

O levantamento aqui em questão fala de assassinato de “ambientalistas”, de pessoas que morreram lutando por um “ambiente saudável”. Uma expressão plástica como esta sugere que pessoas foram assassinadas por varrerem suas casas e lavarem e trocarem seus lençóis. Pois isso também é zelar por um “ambiente saudável”. Talvez seja desinformação, mas não conhecemos nenhum caso de alguém que tenha sido assassinado por isso.

A verdade, porém, é que parte considerável das pessoas referidas naquele levantamento foram assassinadas por se colocarem contra madeireiros, empreiteiros, mineradores e latifundiários. Foram assassinadas por lutarem por suas terras, seus territórios. Numa palavra: estas pessoas foram vítimas de conflitos agrários, tal como Chico Mendes e outros tantos, antes e depois dele.

Não por acaso, a maioria dos mortos era de indígenas e posseiros, pessoas que, mesmo quando têm seus direitos reconhecidos pela lei, não os têm respeitados na prática. Tratando tudo isso como “luta ambientalista”, tal como definida no levantamento daquela ONG, encobre-se a realidade, em vez de desvelá-la. Desse modo, borram-se importantes diferenças entre práticas e lutas distintas, e finda-se por romantizar a tragédia. Olhadas por esse prisma, as populações locais não conseguem verbalizar e comunicar aos outros suas dores, sonhos e lutas. É como se lutassem no escuro e em silêncio. Ninguém os vê ou entende. Isso não é coisa de pouca monta.

Por isso é que, através de enfoques ambientalistas como este que aqui analisamos, se vem sufocando o que realmente está em jogo: a luta por terras e territórios com todas as riquezas (materiais e imateriais) que eles encerram. Uma luta demasiado antiga e, não obstante, atualíssima. É o contínuo avanço do capital para se interpor entre o homem e a natureza, buscando lucrar sobre as duas fontes de riqueza: o trabalho e a natureza (Marx 2013, 574). De um lado, os que precisam do território para sobreviver. De outro, aqueles que querem lançar mão dele apenas aumentar suas fortunas.

Os primeiros não lutam apenas por quererem “um ambiente saudável”. Isso conta, obviamente. Mas lutam, sobretudo, porque disso depende sua sobrevivência física e cultural. Os últimos não afrontam os direitos desses a seus territórios por não quererem um ambiente saudável, mas porque querem suas riquezas.

Cumpre ressaltar que esse tipo de interpretação não parou por aí. Ele se fez presente também no levantamento da ONG *Defensores da terra* referente ao ano de 2016, lançado em julho deste ano de 2017.

Segundo este levantamento último, o Brasil continua no topo da lista dos países onde “ativistas ambientais” (as aspas são nossas) mais foram mortos em 2016, com 49 casos. Em todo o mundo, foram pelo menos 200 ativistas assassinados no período, cerca de quatro pessoas por semana. Ainda de acordo com o levantamento, esse é o maior número de mortes de ambientalistas registrado em um ano pela organização (Diniz 2017).

A *Global Witness* bem sabe que nem todos os mortos são “ambientalistas”. Divulgando e analisando o referido levantamento da ONG *Defensores da terra*, ela mesma “lamenta que **aqueles que defendem causas fundiárias** e ambientais enfrentam riscos específicos e aumentados porque **desafiam interesses comerciais**” (Diniz 2017) (grifos nossos).

Além disso sublinha que

a principal causa de morte dos ativistas em 2016 foi o envolvimento das vítimas em conflitos contra a atividade de mineração, agronegócio e exploração madeireira. O setor de mineração permanece o mais perigoso, com 33 ativistas mortos depois de se oporem a projetos de mineração e petroleiros (Diniz 2017) (grifos nossos).

Tratar casos tão diversos sob a mesma rubrica é, portanto, uma opção da ONG supracitada, uma espécie de *modus operandi*. Uma opção que, conscientemente ou não, acaba por apagar ou transfigurar os conflitos agrários na Amazônia e fora dela, erguendo, assim, enorme obstáculo àqueles que nessas localidades lutam por seus territórios, por suas vidas.

Referências

- AMÂNCIO, Osmarino. Osmarino Amâncio: tempo e resistência. **Entrevista de Leilcia Maria Monteiro Almeida e Márcio Roberto Vieira Cavalcante**, 63-77. Em Paula, Elder Andrade de e Silva, Silvio Simione da (orgs.). *Trajetórias da luta camponesa na Amazônia-acreana*. Rio Branco: EDUFAC. 2006.
- BARROS, Raimundo. **O sentido da luta na fala de Raimundo Barros**. Entrevista de Silvio Simione da Silva, 47-61. Em Paula, Elder Andrade de e Silva, Silvio Simione da (orgs.). *Trajetória da luta camponesa na Amazônia-acreana*. Rio Branco: EDUFAC. 2006.
- BECKER, Bertha. K. 2007. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Gamond.
- CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Experiências de seringueiros de Xapuri no estado do Acre e outras histórias**. Rio de Janeiro: Editora AMCGuedes. 2015.
- COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **Chico Mendes**: a trajetória de uma liderança, 15-25. Em Paula, Elder Andrade de e Silva, Silvio Simione da (orgs.). *Trajetórias da luta camponesa na Amazônia-acreana*. Rio Branco: EDUFAC. 2006.
- CUNHA, Davilson Marques. **As metamorfoses dos discursos e interesses em torno da Rodovia Interoceânica Brasil/Peru**. Mestrado, Universidade Federal do Acre. 2009.
- DINIZ, Maiana. **Brasil mantém liderança de mortes de ambientalistas, diz ONG**. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-07/brasil-mantem-lideranca-no-ranking-de-mortes-de-ambientalistas-em>. 2017.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo. 2013.
- MENDES, Chico. **Reconstruindo uma trajetória de vida e lutas**. Entrevista de Costa Sobrinho, 25-46. Em Paula, Elder Andrade de e Silva, Silvio Simione (orgs.). *Trajetórias da luta camponesa na Amazônia-acreana*. Rio Branco: EDUFAC. 2006.
- PAULA, Elder Andrade de. **(Des)Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental**: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio Branco: EDUFAC. 2005.
- _____. **Movimento sindical e luta pela terra**: do romantismo da voz ao pragmatismo do silêncio, 105-137. Em Paula, Elder Andrade de e Silva, Silvio Simione (orgs.). *Trajetórias da luta camponesa na Amazônia-acreana*. Rio Branco: EDUFAC. 2006.
- RODRIGUES, Gomercindo. **Caminhando na floresta**. Rio Branco: EDUFAC. 2009.
- SÁNCHEZ, Felipe. **Ao menos 78 ambientalistas foram assassinados em 2015**. http://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/09/internacional/1449685932_807960.html. 2015.

SILVA, Silvio Simione da. **O sentido da luta na fala de Raimundo Barros**. Em Paula, Elder Andrade de e Silva, Silvio Simione da (orgs.). Trajetórias da luta camponesa na Amazônia-acreana. Rio Branco: EDUFAC. 2006.

_____. **Tempos da violência, espaços da resistência**, 141-181. Em Paula, Elder Andrade de e Silva, Silvio Simione da (orgs.). Trajetória da luta camponesa na Amazônia-acreana. EDUFAC. Rio Branco. 2006.

SOUZA, Israel Pereira Dias de. **“Reformas do Estado” e discurso florestânico no governo da “Frente Popular”**: entre a epopeia e a tragédia. Graduação, Universidade Federal do Acre. 2005.

_____. **Soberania e “Governança Ambiental” na Amazônia Sul-Occidental**: um olhar sobre a Iniciativa MAP. Mestrado, Universidade Federal do Acre. 2007.

_____. **Chico Mendes, patrono do capitalismo verde?**
<https://www.ecodebate.com.br/2011/10/14/chico-mendes-patrono-do-capitalismo-verde-artigo-de-israel-souza/>.2011.

_____. **Democracia no Acre**: notícias de uma ausência. Rio de Janeiro: PUBLIT. 2014.

_____. **As palavras e as coisas: desafios da reforma agrária na Amazônia no 27º ano da morte de Chico Mendes** 2016. <https://www.diarioliberalidade.org/brasil/consumo-e-meio-natural/59698-as-palavras-e-as-coisas-desafios-da-reforma-agr%C3%A1ria-na-amaz%C3%B4nia-no-27%C2%BA-ano-da-morte-de-chico-mendes.html>.

Políticas indigenistas na Guyana

Mariana Lima da Silva⁶⁴

Neste artigo serão apresentadas as políticas indigenistas voltadas à demarcação de terras, ao autossustento, à educação e à seguridade social, implementadas pela República Cooperativista da Guyana, no intuito de perceber a relação entre nacionalidade e acesso a essas políticas por indígenas transfronteiriços, cujos territórios étnicos foram sobrepostos por uma fronteira nacional. Para tanto, procurou-se compreender as relações dos povos indígenas no contexto histórico de formação dos Estados nacionais brasileiro e Guianense e a delimitação da fronteira entre estes. Buscou-se, portanto, neste trabalho, compreender o contexto socioeconômico contemporâneo da Guyana, no qual se ambientam as políticas indigenistas e as implicações de nacionalidade para acesso às políticas nacionais por indígenas transfronteiriços.

Políticas Indigenistas. Indígenas transfronteiriços. Guyana.

Este texto resulta da dissertação de mestrado intitulada “Estudo comparado das políticas indigenistas na fronteira Brasil-Guyana”, principalmente do terceiro capítulo. Os três primeiros capítulos da dissertação tiveram como objetivos apresentar o histórico de formação dos Estados nacionais brasileiro e guianense e da fronteira entre estes, enfatizando o lugar dos povos nativos nos projetos de Nação, fosse de mito fundador, fosse de membros e colaboradores da Nação, por meio de ações de Estado, as chamadas *políticas indigenistas*. O capítulo 4, por sua vez, voltou-se à comparação dos cenários e das políticas, à problematização da nacionalidade como condicionante de acesso às políticas indigenistas e ao cenário bilateral e regional relativo ao tema dos povos indígenas transfronteiriços. Há ainda uma seção que problematiza o acesso à documentação nacional para fins de adquirir direitos perante o Estado e as implicações relativas aos índios transfronteiriços que possuem a “documentação completa”⁶⁵ ou que são indocumentados⁶⁶.

⁶⁴ Mestre em Sociedade e Fronteira pelo Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteira da Universidade Federal de Roraima e Professora EBTT – IFRR.

⁶⁵ Expressão utilizada por indígena da Guyana durante o IV Encontro de Indígenas de Fronteira, organizado pela Diocese de Roraima, ocorrido no período de 28 de fevereiro a 03 de março de 2013 em Boa Vista (RR). O “*Complete Document*”, expressão em inglês, significa possuir documentos de identificação/nacionalidade guianense e documento de identificação/nacionalidade brasileira para continuar transitando, sem maiores entraves, nas fronteiras nacionais, assim como para acessar as políticas indigenistas e os meios que os bens e serviços que passaram a ser necessários em suas vidas a partir do contato com a sociedade envolvente.

⁶⁶ Que não possuem documentos de identificação/nacionalidade nem do país onde nasceu nem do país onde estejam transitando ou residindo, ou, ainda, que possuam documentos de identificação/nacionalidade de seu país de nascimento, contudo não possuam documentos de regularização da condição de estrangeiro no país onde estejam transitando ou residindo.

Este artigo, contudo, tratará apenas das políticas indigenistas na Guyana, portanto, serão apresentados dados gerais sobre o contexto social, econômico e político guyanense, de modo a melhor compreendermos as bases das políticas indigenistas daquele país, ou seja, abordar aspectos gerais, como princípios e diretrizes, objetivos a que se destinam e a base normativa na qual as políticas se assentam, bem como a definição do público-alvo das políticas, com foco nas políticas voltadas à demarcação de terras, autossustento, educação e seguridade social (saúde, previdência e assistência social). Ressalta-se que é uma abordagem descritiva e panorâmica sobre essas políticas e os resultados mais atuais, disponibilizados pelo país, esclarecendo que a exposição de dados da sua efetivação concentrar-se-ão ao nível local, isto é, nas Regiões 7, 8 e 9, que fazem fronteira com o estado federado de Roraima.

Dados gerais sobre o atual contexto social, econômico e político da Guyana

A Guyana, enquanto Estado nacional, completou seu cinquentenário em maio de 2016. Ex-colônia europeia, o país reúne particularidades na sua constituição sociopolítica, considerando o contexto sul-americano. É uma das menores nações do continente, tanto em território quanto em população, contando com 214.999 km² e 747.884 pessoas, respectivamente, (BUREAU OF STATISTICS, 2014). É o único país anglófono da América do Sul, característica que, aliada à sua história, cultura, leis e posição geográfica, historicamente o aproximou de países caribenhos, ex-colônias que compunham as Índias Ocidentais Britânicas (RAM, 2005, p. 95), e que atualmente mantêm relações, por meio da Comunidade do Caribe (Caricom), bloco de cooperação econômica e política.⁶⁷

O país tem fronteiras contíguas com o Brasil ao Sul e Sudoeste, a Noroeste com a Venezuela e a Leste com o Suriname, e com esses dois últimos há “[...] antigas e perturbadoras disputas fronteiriças que ressurgem de tempos em tempos, por vezes de forma dramática” (RAM, 2005, p. 95).

A organização política do país congrega características do modelo parlamentar britânico, conhecido como Sistema de Westminster, com uma constituição escrita e o sistema presidencialista americano, sem uma separação estrita dos poderes. O presidente tem considerável poder executivo, mas não é membro da Assembleia Nacional. Ele é escolhido em eleições gerais que coincidem com eleições nacionais e regionais, e pode ter no máximo dois

⁶⁷ Disponível em: <http://www.otca.info/portal/admin/upload/paises/pdf/Guyana_pt.pdf>. Acesso em: 15.10.2015

mandatos de cinco anos. O parlamento é unicameral, com 65 membros eleitos mediante uma combinação de representação proporcional e eleição regional direta, com base no sistema de listas partidárias. (RAM, 2005, p. 97).

A condução política da Nação desde o processo de independência esteve polarizada entre dois partidos, o *People's Progressive Party/Civic* (PPC) e o *Peoples's National Congress* (PNC), que representam respectivamente os grupos étnicos majoritários no país, os indo-guyanenses e os afro-guyanenses. A atual gestão, que iniciou seu mandato em maio de 2015, pertence ao PNC, após vinte três anos de gestões de presidentes do PPP/Civic (1992-2014).

Nos últimos cinquenta anos, o país passou por fortes recessões econômicas, que refletiram na qualidade de vida, infraestrutura e oferta dos serviços públicos, provocando contínuos movimentos emigratórios tanto de contingentes populacionais com formação profissional para países como Estados Unidos e Canadá, quanto da população do interior do país, sobretudo dos jovens sem qualificação profissional, para países vizinhos, como o Brasil (FORTE, 1993, p. 11; CORBIN, 2012, p. 20).

A partir da década de 1990, com altos índices de pobreza, a economia do país foi aberta ao mercado internacional, à liberação comercial, à contratação de empréstimos por meio do FMI e Banco Mundial, bem como à privatização de empresas nacionais e incentivo à instalação de empresas estrangeiras, principalmente para a exploração mineral. Tais medidas contribuíram com a melhoria do desempenho econômico. Contudo, a incipiente e insuficiente infraestrutura do país é considerada obstáculo ao desenvolvimento e a redução da pobreza (NATIONAL DEVELOPMANT STRATEGY, 2000; GUYANA POVERTY REDUCTION STRATEGY PAPER, 2011).

O país divide-se em dez regiões administrativas, dentre as quais seis estão localizadas ao longo da região costeira e concentram, historicamente, a maior parte da população. Em consequência, tem a maior densidade demográfica, de 9,6 (hab/km²), e melhor infraestrutura de serviços e produção econômica, enquanto as outras quatro localizam-se no interior do território nacional e possuem baixa densidade demográfica (0,6 hab/km²), isolamento geográfico e incipiente infraestrutura de serviços básicos, como energia elétrica, abastecimento de água e saneamento básico (BUREAU OF STATISTICS, 2014).

O Censo demográfico realizado em 2012, cujos dados ainda não foram totalmente divulgados, demonstram o declínio populacional, entre os anos de 1980 e 2012, da população da região costeira e um crescimento da população das regiões do interior do país. Tal variação é

reflexo da baixa fecundidade e emigração nas regiões costeiras e da alta fecundidade da população do interior, assim como da imigração interna e externa para as áreas de exploração mineral, distribuídas pelas regiões do interior do país (BUREAU OF STATISTICS, 2014; GUYANA NATIONAL LAND USE PLAN, 2013).

De acordo com dados do PNUD (2013), em 2013, o IDH da Guiana era 0,638, enquanto na década de 1980 era de 0,516, sinalizando que houve melhora nos indicadores de desenvolvimento humano, dentre eles: a taxa de alfabetização, que é de 91,8%; aumento da expectativa de vida da população, que é de 69,8 anos; queda da mortalidade infantil, que foi de 34,9, a cada 1.000 nascidos vivos em 1995 para 14 em 2008; e mortalidade materna, que caiu de 320 mortes a cada 100.000 nascidos vivos para 86 mortes em 2008 (PNUD, 2013). Nas últimas décadas, o Índice de Gini também apresentou redução, indicando que a desigualdade no país que era de 0,44 em 1992, caiu para 0,36, em 2006 (GUYANA POVERTY REDUCTION STRATEGY PAPER, 2011).

Já a pobreza e a extrema pobreza, segundo o documento *Guyana Poverty Reduction Strategy Paper 2011-2015* (2011), são medidas conforme a capacidade de consumo de produtos alimentares e não alimentares. Este consumo, por sua vez, é mensurado pelo custo médio da cesta básica mensal necessária para alimentar um homem adulto, o que, em termos quantitativos, significa que pobre é aquele que vive com menos de US\$ 1,75, ou G\$ 10.494,00 dólares guyanenses por mês, que em real⁶⁸ equivalia a R\$ 198,00 por mês. Na linha da extrema pobreza estariam os que vivem com menos de US\$ 1,25 ao dia, ou G\$ 7.550,00 ao mês, o que equivale a R\$ 142,00.

Ainda segundo o documento citado acima, houve significativas reduções nas taxas de pobreza e extrema pobreza no país: em 1992, 28% da população era classificada na linha da extrema pobreza; já em 2006, a taxa era de 19%. A pobreza moderada, que em 1992 era de 42%, em 2006 atingia 36% da população nacional.

Contudo, as regiões costeiras rurais e do interior do país continuavam com altos índices de pobreza, sobretudo as que concentram maior população de ameríndios, ou seja, as Regiões 1, 7, 8 e 9, que tinham, em 2006, respectivamente, 80,06%, 61,42%, 74,38% e 94,28%, de suas populações consideradas pobres. De acordo com o documento, a cada quatro pessoas, três são consideradas pobres nessas regiões. O documento reconhece, no entanto, que os indicadores

⁶⁸ A taxa de câmbio entre a moeda brasileira e guyanense correspondia em dezembro de 2015 a R\$ 1,00 para G\$ 53,00. Disponível em: <<http://brl.pt.fxexchangerate.com/gyd-exchange-rates-history.html>>. Acesso em: 15.01.2016

usados para medir pobreza em relação aos ameríndios são equivocados, considerando o seu estilo de vida, posto que, em grande parte, são produtores de alimento para o próprio consumo e não estabelecem relações monetizadas (GUYANA POVERTY REDUCTION STRATEGY PAPER, 2011, p. 8-10).

Diferentes documentos e relatórios já foram produzidos na Guyana por meio de iniciativas oficiais e ou da sociedade civil em conjunto com organismos internacionais, em especial o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, acerca das causas da pobreza que ainda assolam a maioria das regiões do país e dos caminhos para reduzi-la ou erradicá-la, a exemplo do documento citado acima e do *National Development Strategy* (NDS, 2000).

Esses documentos, cada qual sobre o seu tempo, ressaltam as riquezas naturais que o país dispõe, as diferenças e desigualdades entre a costa e o interior, os efeitos da condução política nas décadas de 1970 e 1980 sobre a economia e sobre o declínio da qualidade dos serviços, as deficiências estruturais, como a reduzida produção energética, a dependência de combustíveis fósseis, a parca industrialização, a precariedade das interligações regionais e a falta de recursos materiais e humanos especializados e próprios para a edificação de estruturas consideradas necessárias para a integração das regiões do país, bem como para o alcance da autonomia energética, do desenvolvimento da indústria e, em consequência, para o crescimento econômico nacional.

Segundo o Banco Mundial (2015), o PIB da Guyana, em 2014, era de US\$ 3.096.747.287 bilhões de dólares. É baseado no setor primário e consiste na produção de arroz, açúcar, madeira e minérios como a bauxita, que são os principais itens de exportação.

Em 2009, o país lança oficialmente como política de desenvolvimento econômico a *Low Carbon Development Strategy* (LCDS), ou Estratégia de Desenvolvimento de Baixa Emissão de Carbono, em português, que seria a venda de créditos de carbono a países e empresas cujo desenvolvimento econômico consiste na emissão de gases poluentes que podem contribuir para as mudanças climáticas. A estratégia, de acordo com o governo, volta-se à proteção ambiental do próprio país, haja vista que sua região costeira é localizada abaixo do nível do mar, portanto, susceptível aos efeitos das mudanças climáticas, como inundações e maremotos, mas também é uma forma de gerar receitas ao país, aproveitando-se de sua realidade florestal que ainda cobre cerca de 80% do território nacional.⁶⁹

⁶⁹ Disponível em: <www.lcds.gov.gy>.

Além do setor primário e dos investimentos em infraestrutura e a geração de receitas por meio do LCDS, outra importante fonte de receita do país é a remessa de dinheiro pelos emigrantes guyanenses aos seus familiares na Guyana (GUYANA POVERTY REDUCTION STRATEGY PAPER, 2013).

A falta de meios próprios para viabilizar o crescimento econômico e o desenvolvimento social fizeram com que a Guyana adotasse estratégias de desenvolvimento antagônicas, uma vez que tem-se na mineração e na extração de madeira algumas das atividades econômicas que mais geram receitas à Guyana, mas também as que mais impactam o meio ambiente, sendo conflitivas em muitos aspectos com a política de LCDS, que prevê, como pré-requisitos, um conjunto de medidas de redução do desmatamento e degradação ambiental para a celebração de contratos de cooperação que pressupõem investimentos e repasses de recursos à Guyana (GUYANA POVERTY REDUCTION STRATEGY PAPER, 2013).

Em 2013, a Comissão de Terras da Guyana, em parceria com a União Europeia, publicou o documento *Guyana National Land Use Plan* (2013), que teve como objetivo apresentar como as terras no país estavam distribuídas e sendo usadas, bem como indicar, por meio de mapas, as características e potencialidades econômicas de cada região do país e as áreas disponíveis para atividades econômicas diversas, principalmente propícias à mineração. O documento indica, ainda, as áreas já em uso econômico pela agricultura e mineração, de proteção ambiental e áreas indígenas. O documento quis deixar claro que a Guyana dispõe de recursos naturais abundantes e de terras férteis para uso agrícola, reservas minerais diversificadas e uma grande extensão de florestas tropicais.

Considerando as estratégias de desenvolvimento econômico adotado pelo país, que está dividido entre proteger e explorar esses recursos naturais, a *Guyana Land Commission* entendeu ser necessário visualizar as áreas nas quais estão dispostos esses recursos a fim de melhor planejar o uso, tendo em vista que se localizam em áreas sobrepostas, ou seja, tanto propícias à mineração quanto à conservação ambiental. O documento da comissão tem como fim último visualizar as áreas de conflito sobre a disposição dos recursos naturais tão essenciais ao sustento econômico do país, explorados por meios antagônicos, bem como subsidiar o debate nacional sobre como devem ser usadas as terras em prol do desenvolvimento econômico e social do país (GNLUP, 2013).

O ameríndio e a política indigenista no contexto guyanense

Do período colonial aos dias atuais, a visão oficial sobre os ameríndios passou por significativas mudanças. As relações dos colonizadores europeus com os ameríndios envolveram desde ligações comerciais com alguns grupos ameríndios e a escravização de outros grupos até a prática de aldeamento e assimilação dos índios, no caso do período colonial inglês (MENEZES, 1977, p. 27). Pautou-se, ainda, na visão de integração, pelos projetos de transformação dos ameríndios em trabalhadores e colaboradores da Nação guyanense, situação prevalente nos discursos dos presidentes do país desde a independência, em 1966 (GUYANA, 1970, 2003, 2013). Tais posturas tiveram amparo em diferentes normativas, que versavam sobre o tratamento que deveria ser dispensado aos ameríndios pelo governo e pela sociedade, bem como sobre o uso das terras e dos recursos naturais delas pelos ameríndios e os poderes que as instituições do Estado teriam para delimitar as terras e para usar os recursos naturais.

Dentre as principais legislações voltadas aos ameríndios na Guyana desde o período colonial até o presente estão: o *Aboriginal Indians Protections* de 1902, o Ato Ameríndio de 1951, a Constituição da República de 1980 e o Ato Ameríndio de 2006. Estas duas últimas estão vigentes e orientam-se por uma perspectiva distinta das legislações anteriores, uma vez que reconhecem a diversidade sociocultural dos povos que constituem a Guyana de forma não discriminatória, ao passo que garantem direitos fundamentais à terra e ao uso dos recursos. Ademais, em certa medida garante também direito a um sistema de autogoverno baseado nos costumes e tradições. Ressalta-se, ainda, a atuação de organizações e lideranças indígenas no redesenho das leis (FRANCO, 2012, p. 153-154).

A Constituição da Guyana de 1980, reformada entre os anos de 1995 e 2002, traz em seu preâmbulo princípios como o reconhecimento da diversidade social e cultural no intuito de fortalecer a união da Nação e eliminar toda e qualquer discriminação. Traz também a valorização dos indígenas: “[...] the special place in our nation of the Indigenous People and recognise their rights as citizens to land and security and to their promulgations of policies in their communities” (GUYANA, 2012, p. 30).

A Constituição também garante a proteção de direitos e liberdades individuais e coletivos dos povos indígenas, conforme o Art. 149 (G)⁷⁰, além de instituir cinco comissões de direitos, quais sejam: Direitos Humanos; Mulheres e Igualdade; Direitos da Criança; Povos Indígenas; e Relações Étnicas.

⁷⁰ “Indigenous peoples shall have the right to the protection, preservation and promulgation of their languages, cultural heritage and way of life” (CONSTITUTION OF THE CO-OPERATIVE REPUBLIC OF GUYANA, ART; 149G).

As atribuições da Comissão de Povos Indígenas estão descritas nos artigos 212 (S) e 212 (T), e preveem, em linhas gerais: a promoção de mecanismos para melhorar as condições de vida dos povos indígenas de modo a responder às suas demandas e necessidades; a promoção e proteção de direitos; a promoção de ações que aumentem a consciência sobre a contribuição dos povos indígenas para o país, bem como dos problemas enfrentados por eles; recomendações de políticas econômicas e educacionais condizentes com os interesses dos povos indígenas; consulta e a cooperação com os povos indígenas, especialmente no que toca à participação dos povos nas decisões nacionais e em outras decisões que afetem suas vidas. A comissão deve ser composta por entidades indígenas aprovadas pela Assembleia Nacional, bem como por lideranças indígenas, dentre as quais ao menos uma deve ser mulher, indicada pelo Conselho Nacional de Tuchauas e aprovados pela maioria da Assembleia Nacional (GUYANA, 2012, p. 218-219).

A atual Constituição ambientou a reformulação do *Amerindian Act*, iniciada em 2002 e concluída em 2006. Segundo a Part I, Art. 2, (a) e (b) da lei de 2006, *amerindian* significa qualquer cidadão da Guyana que pertença a qualquer povo nativo ou aborígine da Guyana; ou um descendente de qualquer ameríndio⁷¹. A citada lei, conforme Franco,

Divide as terras indígenas entre *Amerindian Communities* – as terras do Estado ocupadas e usadas por grupos de ameríndios segundo suas culturas e tradições – e as *Village lands* – áreas indígenas demarcadas como de propriedade coletiva de determinada etnia – dotadas dos *Village Concils*, cujo funcionamento e composição são regulados pela referida lei. De acordo ela, apenas os descendentes de ameríndios que vivem em áreas indígenas reconhecidas, distritos ou comunidades têm os seus direitos protegidos, o que exclui um número indefinido de ameríndios da proteção legal (FRANCO, 2012, p. 36).

A lei ainda define a categoria “*resident*” como sendo o ameríndio que nasce, vive ou tem como lugar principal, do qual dependa seu sustento, a aldeia ou a comunidade; distingue ainda o residente temporário, ou seja, aqueles que estão a trabalho nas aldeias ou comunidades, seja na saúde, educação, obras; e ainda os indivíduos não ameríndios que sejam reconhecidos pelos membros da comunidade como residentes.

As aldeias e comunidades indígenas na Guyana, desde o período colonial, possuem uma estrutura política administrativa chamada de *Village Council* (Conselhos de Aldeia), que funcionam como um governo local e também como uma intermediação entre os ameríndios e as instituições do Estado. A constituição, o funcionamento, as atribuições e os poderes dos

⁷¹ “*Amerindian means any citizen of Guyana who – a) belongs to any of the native or aboriginal peoples of Guyana; or b) is a decedant of any person mentioned in paragraph a)*” (AMERINDIAN ACT, AT. 2, PART. I).

conselhos de aldeia estão expressos na Part III do *Amerindian Act* de 2006, assim como a instituição e o funcionamento do Conselho Nacional dos Tuxauas, disposto na Part IV, e as regras para realização de eleições dos conselheiros e dos tuxauas, na Part VII do Ato.

Ainda estão previstos no *Amerindian Act* de 2006 que decisões de interesse e impacto coletivo devem ser apreciadas em assembleias gerais e devem ocorrer a cada quatro meses. As leis propostas pelo conselho têm que ter a aprovação de 2/3 dos membros da aldeia e precisam ser aprovadas pelo ministro do MoAA e publicadas na Gazeta – Diário oficial.

Segundo o Art. 36, Part III do *Amerindian Act* de 2006, o ministro pode estabelecer conselhos distritais, se houver demanda de pelo menos três conselhos de aldeia, considerando a área geográfica. É garantido, no conselho distrital, que cada aldeia tenha um conselheiro e um tuxaua, assim como o direito de manter seus conselhos de aldeias.

Como já mencionado, a atual lei ainda disciplina os processos para solicitação de terras e de títulos, os trâmites para entrada e acesso às terras e o papel do Ministro de Assuntos Ameríndios.

O *Amerindian Act* de 2006, em que pesem as críticas à sua atual forma, feita pelo movimento indígena da Guyana (GRIFFITHE; LA ROSE, 2014) quanto às distinções que faz entre aldeias e comunidades indígenas, quanto à exclusão da propriedade sobre os recursos do subsolo e quanto a não garantia de veto sobre obras e atividades de exploração de minérios em grande escala quando houver interesse público, trouxe definições e pressupostos que são necessários à compreensão das políticas indigenistas.

Destaca-se ainda que, ao contrário do Brasil, a Guyana não dispõe de nenhum documento oficial que ateste a identidade étnica de indivíduos ameríndios, embora já o tenha feito durante o período colonial inglês

No entanto, a lei de 2006, no art. 19, part III, orienta a prática, pelas estruturas de governo local/conselhos de aldeia, de registrar/cadastrar os ameríndios que nascem, residem e morrem nas aldeias e comunidades; contudo, tais registros/cadastros não geram certificados como os previstos no *Amerindian Act* de 1951. Os registros devem ser feitos em livros e guardados nas sedes dos conselhos de aldeias, apesar de não estar explícita a finalidade desses registros/cadastros. Ainda assim percebe-se que as disposições de como devem ser feitos e guardados indicam que servem como instrumentos às demandas por territórios, à realização de eleições e aos processos de consulta e decisões que envolvem membros da comunidade e, ainda,

como informação para a emissão de documentos nacionais (registro de nascimento civil, cartão de identificação) pelas autoridades do governo guyanense.

Conforme dados do Ministério de Assuntos Ameríndios da Guyana – MoAA, obtidos por meio de entrevista com o atual ministro, sr. Sidney Allicock, em 21 de outubro de 2015, o país tem um total de 204 aldeias e comunidades onde vivem cerca de 72 mil ameríndios de nove etnias, distribuídas em todas as regiões do país, sobretudo nas Regiões 1, 7, 8 e 9.

O ministro, que é indígena Macuxi e estava há cinco meses no cargo à época da entrevista, informou que o MoAA tem como papel reconhecer e demarcar as terras ameríndias, fomentar e apoiar projetos de desenvolvimento, capacitações e dialogar com tuxauas e conselhos de aldeias sobre a destinação e alocação de recursos para projetos. Informou que a prioridade do ministério é desenvolver políticas para manter os jovens ameríndios no seu próprio país, ou seja, na sua aldeia de origem, por meio, principalmente, do ecoturismo, e que pretendem ainda promover, em parceria com Ministério da Educação do país, o acesso de jovens ameríndios ao ensino superior e profissionalizante e incentivar e implantar redes de comunicação e tecnologia nas comunidades e aldeias ameríndias.

O ministro ressaltou que há muitos problemas relacionados a ilegalidades nas aldeias ou próximo a elas, como a mineração ilegal e o tráfico de drogas, e que os jovens, como não têm oportunidades de trabalho remunerado nas próprias comunidades e aldeias, acabam se envolvendo com essas atividades ilícitas ou migrando para o Brasil à procura de trabalho. Informou ainda que não há como os indígenas dependerem apenas das roças, caça e pesca por causa das mudanças climáticas e socioculturais. Afirmou que tem procurado trabalhar em projetos que possibilitem o autossustento aliado à proteção florestal, bem como em planos que tornem a exploração de recursos minerais e florestais localizados nas terras indígenas do país, cuja exploração pode ser permitida aos ameríndios, mais eficiente do ponto de vista da sustentabilidade e da rentabilidade para as próprias comunidades e aldeias ameríndias.

Reconhece que a infraestrutura nas comunidades e aldeias ainda é precária, que a maioria conta com energia solar e que esta só consegue atender às escolas primárias e aos postos de saúde localizados nas próprias aldeias e comunidades, e que muitas ficam isoladas, principalmente no inverno. O ministro destacou ainda que o Estado guyanense reconhece e protege os povos ameríndios, que estes são muito importantes, por exemplo, para o desenvolvimento cultural do país, e que perante a lei são vistos como iguais aos demais povos da Guyana.

Com base nas informações reunidas por meio das entrevistas com o ministro e outros representantes do Estado guyanense, bem como em sítios oficiais de ministérios e em leis e documentos oficiais do país, percebeu-se que as políticas indigenistas se orientam pelo reconhecimento dos povos ameríndios como membros constituintes da Nação guyanense, e que, enquanto tal, devem ser incluídos como beneficiários e colaboradores do progresso econômico e social do país.

Considerando os constantes indicadores de pobreza das regiões em que a maior parte da população é ameríndia, as políticas indigenistas no país têm-se pautado em ações cujo objetivo é melhorar os índices sociais entre os ameríndios, de modo a atender ou cumprir com compromissos firmados perante organismos internacionais ligados às Nações Unidas e a fundos de investimentos internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cuja política de fomento financeiro inclui como pré-requisito que o país priorize a redução da pobreza e dos impactos ambientais, a exemplo dos Objetivos do Milênio⁷² propostos pela ONU em 2000 aos países-membro e dos projetos de REED (UNDP, 2015; IDB, 2007).

Segundo informações disponíveis no sítio oficial do Ministério na internet, a coordenação e implementação de grande parte das políticas indigenistas guyanenses está a cargo do MoAA, que executa diretamente ou repassa os recursos oriundos de cooperações internacionais, do próprio governo guyanense e do Fundo de Desenvolvimento Ameríndio⁷³ para serem executados e administrados pelas administrações/prefeituras das Regiões, por organizações indígenas, pelos próprios líderes e conselhos de comunidades e aldeias e, ainda, pelos Ministérios da Educação e Saúde, que são responsáveis pela coordenação e execução das políticas e dos serviços de educação e saúde para os ameríndios.

O MoAA informa, ainda, que dispõe de departamentos voltados à formulação, execução e acompanhamento de programas e projetos focados principalmente no autossustento, na instalação de infraestrutura de energia e abastecimento de água nas comunidades e aldeias ameríndias, assim como em ações de profissionalização de jovens e mulheres indígenas voltadas à geração de renda e na capacitação dos conselhos de aldeia para governança e gestão de projetos e recursos gerados por atividades econômicas desenvolvidas nas próprias comunidades. Conta

⁷² Acordo celebrado por países membros das Nações Unidas para reduzir a pobreza extrema no mundo no prazo de 15 anos, por meio do compromisso em cumprir oito objetivos conhecidos como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), dentre os quais estão a redução da pobreza, a universalização do ensino básico, a redução da mortalidade infantil, a melhoria da saúde materna, o combate ao HIV, malária e outras doenças (PNUD, 2015).

⁷³ Fundo administrado pelo MoAA que recebe financiamento público e privado para promoção de projetos de desenvolvimento socioeconômico das comunidades e aldeias ameríndias da Guyana (MoAA, 2015).

com departamentos voltados ao estímulo e aos serviços de assistência social aos ameríndios em trânsito nas cidades da Guyana, sobretudo na capital Georgetown, por ocasião de estudos, tratamento de saúde, para acesso a documentos nacionais, suporte para acessar direitos trabalhistas e previdenciários e na investigação de denúncias de tráfico de pessoas e suporte às pessoas em situação de violência.

Conforme o *site*, o MoAA é representado nas Regiões por Escritórios de Desenvolvimento e Gestão Comunitária (*Community Development Officers Management – CDOs*), cujo papel é monitorar todas as atividades e projetos desenvolvidos nas aldeias e comunidades, prestar assistência técnica e capacitação aos conselhos de aldeia e facilitar as visitas de funcionários do governo, além de fornecer informações logísticas para os representantes autorizados de organizações governamentais, ONGs e organizações comunitárias. São os funcionários do CDOs que geralmente representam o MoAA em atividades da aldeia e podem ser incumbidos de tratar algumas questões dentro da sua jurisdição e competência.

Políticas de território e autossustento

As políticas de reconhecimento de territórios indígenas e promoção do autossustento caminham juntas, considerando que são interdependentes. Na Guyana, a Constituição e o Ato Ameríndio de 2006 garantem o reconhecimento das terras de uso e ocupação indígena, inclusive preveem a propriedade coletiva destas, ou seja, as aldeias que recebem o título comunal do Estado são donas das terras e dos recursos que há nelas, excetuando-se os recursos do subsolo (JANKI; SOSE, 2008, p. 61).

Essas políticas são promovidas pelo MoAA e, desde 2011, as ações de reconhecimento, titulação e demarcação física das terras indígenas têm sido financiadas com recursos de cooperações internacionais firmados pelo governo da Guyana e organismos internacionais, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), assim como os projetos de autossustento de baixo impacto ambiental, como atividades agroflorestais e turismo, incluídas nas estratégias de LCDS. Também recebem investimentos internacionais por meio de contratos de REED, que além do fomento às atividades prevê repasses para compra de equipamentos e instrumentos e, ainda, investimentos em edificações (centros de formação e monitoramento ambiental) e infraestrutura (estradas e geração de energia limpa) (MoAA, 2015).

Embora o ministro do MoAA tenha citado na entrevista que há atualmente 204 aldeias e comunidades ameríndias na Guyana, a pesquisa feita em sítios da internet e documentos oficiais,

como GNLUP (2013), só encontrou registros mais detalhados da situação das terras ameríndias no ano de 2012, informados pelo próprio Ministério à Comissão de Terras da Guyana, ou seja, só havia informações sobre um total de 140 assentamentos indígenas em diferentes fases do processo de reconhecimento, titulação, demarcação e extensão.

Na Guyana, conforme a Parte IV do *Amerindian Act* de 2006, as Terras Ameríndias são inalienáveis e imprescritíveis; contudo, a aldeia, por meio de seu conselho, pode fazer concessão de uso, alugar, arrendar até 10% da área total da aldeia por um tempo máximo de 15 anos, praticando a concessão conforme o valor de mercado, ou acima deste, para agricultura, turismo, mineração e outras atividades produtivas e sustentáveis, de modo que resguarde o uso cultural da terra e sempre observe o melhor interesse da comunidade. As atividades de exploração das áreas, segundo a lei de 2006, devem priorizar a contratação de indígenas e a compra de produtos e alimentos vendidos pelos indígenas; contudo, ainda consoante a lei, os ameríndios não são obrigados a trabalhar ou vender às empresas ou terceiros que estejam arrendando a terra. A lei prevê também que cada pessoa estranha à comunidade que esteja trabalhando nas áreas de concessão deve ser identificada e deve obedecer às regras da mesma.

Conforme o *Amerindian Act* de 2006, o conselho da aldeia deve definir, em conjunto com a comunidade e com a assistência das agências do governo, o valor do tributo a ser cobrado pelo uso da terra e como este deverá ser aplicado, dividido em prol da comunidade, e as agências de governo devem monitorar as atividades de exploração de recursos naturais em Terras Ameríndias. Como a gestão das Terras Indígenas, principalmente as tituladas, fica a cargo dos conselhos de aldeias, segundo a lei de 2006, estes não podem dispor das terras sem observar os dispositivos previstos na lei ameríndia e demais leis nacionais e na orientação da maioria dos membros da aldeia.

Apesar das disposições legais em torno da titulação e administração das Terras Ameríndias, o movimento indígena na Guyana critica a atual lei ameríndia, considerando que não está condizente com leis internacionais pelos seguintes motivos: não garante de fato a participação dos ameríndios nos processos de reconhecimento, titulação e demarcação das terras; as áreas reconhecidas pelo MoAA têm excluído as de interesse de mineradoras e madeireiras de áreas reivindicadas pelos ameríndios; e, ainda, por considerarem injusto o poder do Ministro de vetar o reconhecimento de terras e a conseqüente não concessão de títulos, assim como o poder de interferir e rejeitar regras formuladas nos conselhos de aldeias (GRIFFITH; LA ROSE, 2014, p. 22).

Política de autossustento

A política indigenista guyanense para o autossustento das aldeias e comunidades está alinhada a estratégias de desenvolvimento econômico adotadas pelo Estado que se assentam tanto na prática de exploração quanto na proteção dos recursos naturais, como já mencionado em seções anteriores.

Considerando o histórico dos indicadores de mortalidade, má nutrição e pobreza, as ações do órgão indigenista guyanense, por meio de recursos próprios ou de cooperações internacionais, voltam-se, conforme os discursos e dados oficiais, ao fomento à produção alimentar e geração de renda a partir de uma perspectiva de proteção e sustentabilidade ambiental.

A mineração, por sua vez, que é uma atividade que gera renda às aldeias e que é prevista no *Amerindian Act* de 2006, também pode ser considerada como uma política voltada ao autossustento, embora desencadeie inúmeros conflitos, considerando os impactos sociais e ambientais decorrentes da atividade (CORBIN, 2012).

Em entrevista com o Prefeito da Região 9, Sr. Brian Allicock, em 26 de agosto de 2015, este informou que é a prefeitura a responsável pela alocação de recursos destinados pelo MoAA e outros ministérios para a implantação e manutenção da infraestrutura de serviços básicos nas comunidades, bem como para o desenvolvimento de projetos, a exemplo dos voltados à agricultura familiar (por meio do investimento em equipamentos e ferramentas agrícolas, e em defensivos e insumos para aumento da produção); à instalação de pequenas indústrias para a produção de doces, farinha e outros produtos derivados da mandioca; e à criação de peixes nas comunidades e aldeias da Região. Informou, ainda, que estava previsto que cada aldeia recebesse cerca de G\$ 5 milhões de dólares guyanenses, o que equivale a cerca de R\$ 95.000,00, para desenvolver os projetos, e que são os moradores das comunidades e aldeias da região que escolhem os projetos e contam com assistência técnica para sua implantação (informação verbal).⁷⁴

O prefeito, que é indígena da etnia Macuxi e irmão do ministro do MoAA, havia sido eleito há poucos meses para o cargo, à época da entrevista, ressaltou que a região carece de estradas e rede de transportes o que, segundo ele, acarreta problemas para o desenvolvimento e qualidade de todos os serviços básicos nas comunidades. Informou que os tuxauas recebem assistência financeira do governo, assim como os conselheiros de aldeia também recebem auxílio

⁷⁴ Entrevista com Bryan Allicock, prefeito da Região 9. Realizada em 26/agosto/2015, em Lethem, Guyana.

financeiro e que, além dos recursos do governo federal, há assistência financeira oriunda de cooperações internacionais, a exemplo da firmada com a Noruega. Afirmou, além disso, que os recursos são aplicados nos projetos comunitários e, em troca, as comunidades e aldeias se comprometem a proteger o meio ambiente de suas terras. Citou como exemplo o projeto de compra de carbono firmado entre o governo Norueguês e os indígenas Wai Wai, cuja terra localiza-se no extremo sul da Região 9, fronteira com Brasil e que, segundo o prefeito, há troca de experiências com indígenas do Acre/Brasil sobre os acordos de REED (informação verbal).⁷⁵

O administrador regional informou ainda que o turismo é permitido nas Terras Ameríndias e que é uma fonte de renda para as aldeias, sendo o parque de Iwocrama, que é sobreposto às Terras Ameríndias na Região 9, o que mais recebe turistas. Esse parque é uma área de floresta protegida por lei e é um exemplo concreto da política de LCDS adotado no país, e, conforme Moreira, é uma estratégica fonte econômica para o Estado guyanense, uma vez que este “[...] coopera com a proteção de florestas nativas por dois motivos: porque [...] cumpre com o dever Estatal de proteção do meio ambiente segundo standards internacionais e também porque [...] oferece um benefício econômico real e imediato” (2008, p. 161). Tal cooperação repercute e envolve os povos indígenas, já que estes são reconhecidos pela comunidade científica como engajados na conservação das florestas dada a “relação intersubjetiva” que possuem com a natureza (MOREIRA, 2008, p. 160).

Em diversos documentos oficiais, relatórios de organizações indígenas e de direitos humanos, a mineração é citada como um grande problema para as aldeias e comunidades indígenas, tendo em vista que as áreas de mineração, além de provocarem a degradação ambiental, como a poluição de rios, contaminação e escassez de peixes e animais, também desencadeia uma série de problemáticas sociais relacionadas principalmente ao alcoolismo, à prostituição e à contaminação por DSTs.

De acordo com o trabalho de Corbin (2012) sobre a migração de brasileiros para a Guyana, grande parte dos garimpos ilegais de ouro e diamante, que geram todos os problemas descritos acima, localiza-se nas Regiões 7 e 8 e são praticados, na grande maioria das vezes, por brasileiros sem autorização legal para o desempenho da atividade de mineração e que ingressam ou fogem das regiões do interior do país de forma ilegal, através de Terras Indígenas brasileiras localizadas na fronteira.

⁷⁵ Entrevista com Sidney Allicock. Ministro de Assuntos Ameríndios da Guyana. Realizada em 21/outubro/2015, em Georgetown, Guyana.

Ainda segundo Corbin (2012), além dos garimpos ilegais, os brasileiros também são um dos principais donos e investidores de empresas mineradoras regularizadas no país, sobre as quais pesam denúncias de exploração ilegal de trabalho de guyanenses, principalmente de indígenas daquele país, com quem os brasileiros também fazem acordos ou conquistam a confiança para descobrir e explorar áreas de ouro e diamante.

Políticas de educação e seguridade social

Conforme o documento NDS (2000), nas décadas de 1970 e 1980 as políticas sociais no país foram assumidas integralmente pelo Estado; contudo, o esfacelamento econômico deteriorou a qualidade dos serviços de educação e saúde em todo o país, principalmente nas regiões do interior, onde a oferta dos serviços básicos de educação e saúde sempre foram precários, inclusive no período colonial.

Embora as políticas sociais na Guyana sejam previstas no Título II da Constituição de 1980 como um direito de todos os cidadãos guyanenses e a oferta dos serviços no país seja considerada como um dever do Estado, a promoção dos serviços é, em grande medida, exercida pela iniciativa privada ou por instituições confessionais, sobretudo os serviços de educação (NDS, 2000).

A execução de políticas sociais aos ameríndios no país é promovida, em sua maioria, pelas instituições e entes públicos com recursos próprios ou oriundos de acordos internacionais ou ajudas humanitárias, sobretudo no que concerne aos serviços de saúde. A ampliação e a interiorização da infraestrutura necessária à implementação das políticas sociais são tidas como estratégias prioritárias para a redução de indicadores relacionados à pobreza entre os povos ameríndios e constam como recomendação em relatórios e documentos formulados por setores da sociedade guyanense, por organismos internacionais e pelo próprio governo. (NATIONAL DEVELOPMENT STRATEGY, 2000; GUYANA REDUCTION POVERTY STRATEGY PLAN, 2011).

Os dados disponíveis em relatórios e *sites* oficiais e as entrevistas com oficiais do governo guyanense demonstram que as deficiências no sistema de educação nas regiões do interior do país estão relacionadas às dificuldades em formar professores para atuar nas escolas e na precária e insuficiente estrutura das mesmas, sobretudo de ensino secundário, para atender à demanda crescente da população do interior, assim como às poucas oportunidades de acesso aos cursos de educação profissionalizante e superior no país.

Política de saúde

Os serviços de saúde no país e nas regiões de maior concentração de ameríndios são ofertados pelo Estado por meio do Ministério da Saúde, departamentos de saúde das Administrações Regionais e instituições privadas, filantrópicas e organizações não governamentais. Os investimentos públicos concentram-se na atenção primária desde os anos de 1990. Segundo o NDS (2000), tem se voltado prioritariamente a ações preventivas de combate a doenças como a malária e DSTs; ao tratamento de doenças infecto-respiratórias, como a tuberculose; e ao acompanhamento nutricional de crianças e pré-natal de gestantes.

De acordo com *site* oficial do MoAA (2015), a instituição mantém em Georgetown uma unidade de apoio aos ameríndios que estejam em tratamento de saúde no hospital da capital, chamado *Amerindian Hostel*. Além de ponto de apoio dos ameríndios em tratamento de saúde e seus acompanhantes, serve também como unidade de apoio aos estudantes ameríndios em formação na área de saúde. Funciona ainda como uma unidade assistencial, uma vez que recebe vítimas de violência doméstica, tráfico de pessoas, entre outras situações de vulnerabilidade social.

Política de Assistência Social e Previdência Social

O direito à assistência e previdência social também é previsto na Constituição de 1980, e, segundo o documento *Guyana Reduction Poverty Strategy Paper* (2011), volta-se à promoção da qualidade de vida dos cidadãos do país, num esforço em reduzir os índices de pobreza. Contudo, a política previdenciária é privada, chamada de *National Insurancy Scheme* (NIS), e volta-se aos cidadãos guyanenses que estejam impedidos de trabalhar por razão de idade, doença/acidente, maternidade, desde que tenham contribuído, na condição de empregados assalariados ou não, com o regime de seguro social do país.⁷⁶

Além dos benefícios monetários, outras ações de assistência social também são estendidas aos ameríndios por meio do MoAA e das Administrações Regionais, e voltam-se basicamente à capacitação e treinamentos para trabalhadores com objetivo de gerar renda. Outras iniciativas, como o fornecimento de merenda e uniformes, são consideradas medidas de assistência social. O conjunto das medidas apresentadas nesta seção tem colaborado para a

⁷⁶ Disponível em: <www.nis.org.gy>. Acesso em: 10 jan. 2016

criação de empregos, a melhoria das condições de vida e a redução da pobreza no país, de acordo com o GRPSP (2011, p. 39).

Observou-se, por fim, que a Constituição de 1980, o *Amerindian Act* de 2006 e, portanto, as políticas indigenistas do país, têm refletido os discursos ambientados no contexto das estratégias de desenvolvimento econômico e social do país, que consistem basicamente no uso dos recursos naturais, pela exploração ou conservação destes, com a finalidade de promover o crescimento econômico e possibilitar a redução dos indicadores de pobreza no país. Percebeu-se, ainda, que a relação do Estado guyanense com os ameríndios baseia-se em discursos e projetos que visam à integração e à unificação dos territórios e dos próprios ameríndios à Nação guyanense, e isso fica evidente nos mecanismos de elegibilidade e acesso ao conjunto de políticas voltadas aos ameríndios enquanto cidadãos da Guyana. Este capítulo, portanto, pretendeu visualizar como a Guyana, através de suas instituições e leis e conforme seu contexto econômico e social, tem formulado e implementado as políticas indigenistas e como os ameríndios as têm acessado. Não é propósito deste trabalho a análise sobre adequabilidade e eficiência dessas políticas.

Referências

- BUREAU OF STATISTICS. **Population and Housing Census**. Chapter I, II. Disponível em: <www.statistics.gov.gy>. Acesso em: 15 jun. 2015.
- BANCO MUNDIAL. **América Latina Indígena no Século XXI**. Washington: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento/Banco Mundial, 2015. Disponível em: <http://www.wds.worldbank.org/external/default/WDSPContentServer/WDSP/IB/2016/02/03/090224b08413d0ef/1_0/Rendered/PDF/Am0rica0Latina0000a0primeira0d0cada.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2016.
- CORBIN, Hisakhana P. **Migração de brasileiros para a Guiana como estratégia de sobrevivência**. Belém: NAEA, 2012.
- FORTE, Janete. **Amerindians and Poverty**. Amerindian Research Unit, Guyana University Paper prepared for IDS Seminar on Poverty, March 19, 1993.
- FRANCO, Cezar Augusto de Oliveira. **Direitos indígenas e mobilização: Um olhar sobre a tríplice fronteira – Brasil, Guyana e Venezuela**. 2012. Tese de doutorado. Doutorado Interinstitucional UNB/FLACO/UFRR. Brasília, 2012.
- GRIFFITHS, Tom; LA ROSE, Jean. Searchin for justice and land security: Lan rights, indigenous peoples and governance of tenure in Guyana. In: Amerindian Peoples Association and Forest Peoples Programme. **Indigenous Peoples' Rights, Forests and Climate Policies in Guyana**. Special Report, 2014.
- GUYANA. **Amerindian Act** - 1951. Chapter 29:01, 1998. Disponível em: <www.guyaneselawyer.com/lawofguyana/laws/cao2901.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2014.
- GUYANA. Ministry of Information and Culture. **A brief outline of the progress of integration in Guyana**. Georgetown: Guyana Lithographic Co. Ltd, 1970.

GUYANA. Constitution of The Co-operative Republic of Guyana Act - 1980. In: **Laws Of Guyana**, 2012. Disponível em: <www.guyaneselawyer.com/lawofguyana/constitution.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2014.

GUYANA. Government Information Agency. **Government of Guyana's focus on Amerindian Development**. A brief outline. Georgetown: GINA, 2003.

GUYANA. Government Information Agency. **The new Amerindian Act**. What will it do for Amerindians? Answer your questions. Georgetown: GINA, November, 2005.

GUYANA. Government Information Agency. **Sustaining Hinterland Development**. Georgetown: GINA, December, 2013.

GUYANA. Ministry of Amerindian Affairs. **Amerindian Act (2006)**. Disponível em: <<http://www.amerindian.gov.gy>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

GUYANA. **Guyana National Land Use Plan**. GNLUP. Jun/2013. Disponível em: <<http://www.lands.gov.gy/National%20Land%20Use%20Plan%20GoG%20June%202013%20with%20cover%20pages.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

GUYANA. **Guyana Poverty Reduction Strategy Paper**. GPRSP (2011-2015). Jul/2011. Disponível em: <http://eeas.europa.eu/delegations/guyana/documents/eu_guyana/prsplaugust2011_en.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2016.

GUYANA. **Old Pension and Public Assistance**. Disponível em: <http://www.mlhss.gov.gy/index.php?option=com_content&view=article&id=3&Itemid=4>. Acesso em: 30 jan. 2016.

GUYANA. **A Roadmap for achieving Universal Birth Registration** – Guyana. Disponível em: <<http://gro.moha.gov.gy/images/stories/achieving%20universal%20birth%20registration%20by%202015.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

GUYANA. **Low Carbon Strategy**. Disponível em: <<http://www.lcds.gov.gy/>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

NATIONAL REPORT ON INDIGENOUS PEOPLES AND DEVELOPMENT. In: **United Nations Development Programme, Country Office: Guyana**. Mr. Jorg Vereecke, UNDP - Associate Expert on Indigenous People December 1994. Disponível em: <<http://www.hartford-hwp.com/archives/41/318.html>>. Acesso em: 13 set. 2014.

NATIONAL DEVELOPMENT STRATEGY-NDS. **Chapter 24: Amerindian Policies**. DRAFT October 15, 1996. Disponível em: <<http://www.guyana.org/NDS/chap24.htm>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA. República Cooperativista da Guiana. Disponível em: <http://www.otca.info/portal/admin/upload/países/pdf/Guyana_pt.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2014.

RAM, Chirstopher. Guiana: entre a história e a realidade. In: **Revista DEP**. Ano 1, nº 3, Abr/Jun de 2005.

Território multicultural e multilíngue na Fronteira entre Brasil e República Cooperativa da Guiana: o caso dos Wapichana

Ananda Machado⁷⁷

A região de fronteira entre o Brasil e República Cooperativa da Guiana é rica em diversidade biológica, cultural e linguística. Há povos indígenas que vivem em território para eles considerado contínuo entre os dois países, permanecendo em dinâmica de movimento transfronteiriço, mesmo diante da perspectiva geopolítica do Estado, que divide o território Macuxi e Wapichana em duas partes correspondentes aos países. Para os indígenas, eles continuam deslocando-se dentro do seu território tradicional pois sua vida de um lado e de outro tem características muito próximas. De qualquer modo, historicamente esses povos e países vivem uma intensa dinâmica de trocas até a atualidade. É comum guianenses serem atendidos na rede hospitalar de Boa Vista e brasileiros irem às compras em Leten, na Guiana. E é objetivo desta pesquisa identificar e discutir acerca desses movimentos, dos conflitos vividos no território cortado geopoliticamente por uma fronteira entre países e dos desafios enfrentados pelos Wapichana. As referências bibliográficas que usaremos são as que discutem relações internacionais e políticas culturais e linguísticas. Assim, nossa discussão teórica, abordará percepções, sentidos e leituras críticas trabalhadas sobre a Amazônia indígena⁷⁸ com referência a essa região.

Wapichana, políticas culturais e linguísticas, fronteira.

Introdução

Nas discussões acerca dos diferentes modos que os sentidos de fronteira são construídos, a perspectiva dos povos indígenas e em especial dos Wapichana merece atenção. Uma vez que, apesar das diferenças, há muitos traços comuns entre os Wapichana que vivem na República Cooperativa da Guiana e no Brasil.

Cabe, desde já, esclarecer que o que conhecemos do lado de lá, vem de leituras e das conversas com quem conhece e vive nos dois lados da fronteira Brasil- Guiana Inglesa. Estivemos em Lethen, cidade vizinha do município Bonfim, mas visitamos uma única vez a comunidade indígena Santo Inácio no nosso país vizinho. Na ocasião percebemos apenas a mudança de mão no trânsito que segue a lógica da “mão inglesa” e, mesmo a língua, que

⁷⁷ Professora do curso Gestão Territorial Indígena (ênfase em Patrimônio Indígena), no Instituto Insikiran da Formação Superior Indígena, coordenadora do Programa de Valorização das Línguas e Culturas Macuxi e Wapichana (PRAE, PRPPG); Doutora em História Social pela UFRJ; email: ananda.machado@ufr.br

⁷⁸ Um resumo que se referia à mesma direção deste texto foi publicado sob o repositório do 3º Fórum Amazônico de Relações Internacionais, em 2014. A convite de pesquisadores da Universidade Federal do Amapá, retomamos as ideias iniciais apresentadas no evento e redigimos este artigo. Agradecemos aos organizadores.

pensamos precisar usar a inglesa, não mudou, porque conseguimos nos comunicar bem em português.

Já no lado de cá, conhecemos bastante os territórios indígenas dentro e fora das terras demarcadas e já visitamos quase todas as comunidades Wapichana no município Bonfim e da Região Serra da Lua, na qual estão a maior quantidade da população desse povo indígena no Brasil, assim como nela vivem também a maioria dos falantes dessa língua indígena.

Desde 2009, em Roraima, com os Macuxi e Wapichana, pela extensão universitária, vimos coordenando a oferta de cursos de línguas e culturas Macuxi e Wapichana. Conseguimos mobilizar a comunidade acadêmica e atender às solicitações da Organização dos Indígenas da Cidade (ODIC) e da Organização dos Professores Indígenas de Roraima (OPIRR) em ter espaço para suas línguas e culturas na Universidade Federal de Roraima (UFRR). A continuidade do que propomos agora, em parceria com as lideranças indígenas, pretende criar escolas bilíngues. Queremos assim justificar que é deste movimento que veio nossa inserção no trabalho com as comunidades da região.

Como afirmou Bessa Freire (2014), historicamente, língua e território caminham de mãos dadas. As línguas explicam todo o território onde são faladas, classificando, nomeando, descrevendo, avaliando e dando sentidos ao que ali existe. Assim, os espaços geográficos nos quais seres encantados, desencantados moram e são narrados pelas línguas. E as fronteiras a nível de espaço físico e simbólico muitas vezes coincidem com o limite dos territórios linguísticos. No caso dos Wapichana, percebemos isso.

Tomei as ideias deste autor indiano Homi Bhabha como eixo teórico. Ele considera a insatisfação o motor do pensamento (2003). Seus pensamentos são oriundos de sua história de vida, percurso em que se deslocou desde o chamado terceiro mundo, até a reterritorialização em grandes centros acadêmicos. Sua obra abrange questões de quem sentiu na pele a mobilidade e interdisciplinaridade referentes às ideias de identidade cultural, comunidade, hibridismo cultural, interstício, entrelugar, entre-tempos, negociação fronteiriça, colonialismo, dentre outros conceitos-chave.

Um retrato em Preto e Branco da Cultura e da Língua Wapichana na Serra da Lua

Os Macuxi e Wapichana vivem em comunidades indígenas, nas vilas e nas cidades. Na Região Serra da Lua vivem quase 8.000 indígenas e desses, aproximadamente a metade fala a língua Wapichana. Muitos continuam produzindo seus artesanatos, plantando seus alimentos e

vivendo de modo parecido ao que vivem seus ancestrais. E outros tantos deixaram de aprender a língua Wapichana e levam uma vida bem parecida à da população regional que não se identifica como indígena.

Ambos esses povos, Macuxi e Wapichana, receberam grande influência das igrejas, sendo que, no Brasil, inicialmente quem catequizou os Wapichana foram os (as) missionários (as) católicos (as) e, na Guiana, grande parte dos indígenas foram convertidos pelos evangélicos. A educação escolar também é bastante diferente em um país e no outro, mesmo os dois tendo como alunos (as) os Wapichana.

Na região Serra da Lua, apenas duas comunidades podem ser consideradas Macuxi: Cumaru e São João, que ficam no polo base Manoá- Pium, que tem também outras comunidades com sua maior parte da população Wapichana, tais como: Pium, Novo Paraíso e Manoá. Todas as outras comunidades nos outros pólos base, têm população majoritariamente Wapichana: Canauanim, Campinho, Barro Vermelho, Laje, Tabalascada, Jacaminzinho e Malacacheta, que fazem parte do pólo base Malacacheta; Água Boa, Wapum, Marupá e Jacamim, que compõem o pólo base que recebe este último nome; Muriru, São Domingos, Alto Arraia e Moscow, formam o pólo base Moscow. A região Serra da Lua está localizada nos municípios Cantá e Bonfim, no estado de Roraima.

A língua Wapichana é classificada como Aruak, família linguística que tem línguas em maior extensão geográfica na América do Sul. No passado, na região hoje chamada de estado de Roraima, havia mais de 50 línguas indígenas faladas por uma população expressiva. Com a invasão colonizadora, muitas línguas e povos foram extintos e seus territórios recortados.

Mesmo com terras indígenas demarcadas em ilhas, com fazendas entre elas, os Wapichana continuam guardando na memória os significados e as experiências vividas por eles e por seus ancestrais na região.

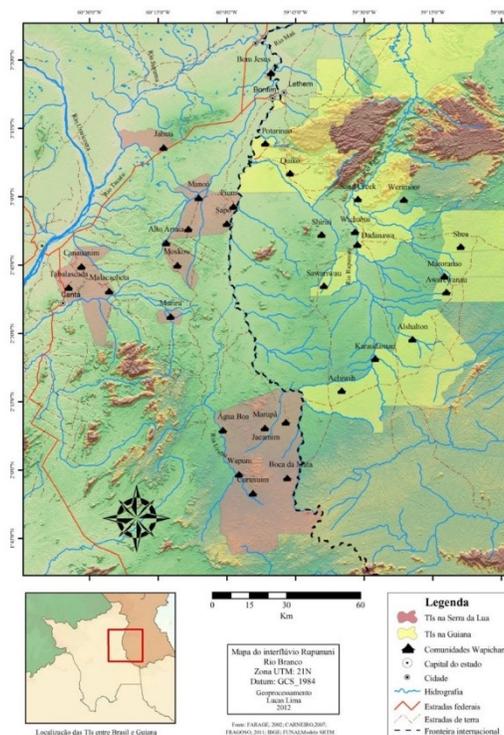
Em relação às línguas da família Aruak em Roraima, há apenas algumas pesquisas realizadas até o momento e desconhecemos estudo específico sobre os Atoraiu, povo que no passado era citado como majoritário e depois como quase extinto entre os Wapichana no Brasil. Sobre a língua Atoraiu, encontramos apenas uma lista de palavras feita por Braulino de Carvalho (1934).

A língua Wapichana tem a maioria de seus falantes na Região Serra da Lua, portanto, este é considerado o território tradicional deste povo na atualidade. Do outro lado da fronteira afixada

entre os países Brasil e República Cooperativa da Guiana, os Wapichana continuam também a povoar as margens do lado de lá do rio Tacutu.

O caso dos Wapichana de lá e de cá

Quando conversávamos sobre as diferenças e semelhanças vividas pelos Wapichana de um lado e de outro da fronteira Terêncio Salomão Manduca falou: “muitas pessoas dizem que nunca tiveram contato com igreja, com batismos”. Disse-nos, também, que a “primeira igreja grande que surgiu foi na Guiana. Todas as pessoas que queriam ser batizadas iam para Guiana. Tem muita gente morando no Brasil que foi batizada lá”⁷⁹.



No caso mencionado por ele fica evidente a influência da igreja nessas dinâmicas de vida transfronteiriças. Catarina Silva, moradora da comunidade Marupá, lembrou o fluxo de invasão do território Wapichana, defendendo-se:

Não podem nos retirar daqui porque a terra é nossa, aonde nós nascemos. Os Wapichana nasceram aqui nessa Serra. Todos os meus tios, as minhas tias

⁷⁹Entrevista realizada com Terêncio Salomão Manduca em Boa Vista, no dia 10 de setembro de 2015.

cresceram na Serra. Todas as pessoas são daqui, eles moravam aqui. Então quando os brancos encontraram esse local só tinha três casas naquela comunidade quando os brancos chegaram para garimpar.

Catarina fez referência ao tempo de ocupação do território Wapichana, lembrando-se da época em que, a hoje homologada Terra Indígena Jacamim, foi invadida pelo garimpo. Ela contou que nasceu e que⁸⁰ tem casas antigas dos avôs dela lá. “É assim que meus avôs moravam. As pessoas nasceram no Brasil depois foram embora para Guiana”. A história de vida de Catarina evidencia muito da vida Wapichana entre os dois países. “O padre juntou pessoas na comunidade. Fui batizada em Maruranau”. Contou que antes cresciam sem ser batizados e posteriormente, começaram a implantar pequenas igrejas no Brasil.

No Brasil, há maior quantidade de comunidades Wapichana do que na Guiana. E também há mais mistura, com regiões nas quais Macuxi e Wapichana compartilham o mesmo território. Nesse quadro, com suas línguas, os Wapichana ritualizam, contam histórias, cantam, brigam, amam, e contribuem para criar comunidades, muitas delas que se formam justamente por conta dessas afinidades.

O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esses “entrelugares” fornecem o terreno para elaboração de estratégias de subjetivação- singular ou coletiva- que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade (BHABHA, 2003, p. 20).

Alessandro Roberto Cardoso de Oliveira em sua tese (2012) faz referência ao esforço unilateral que os indígenas fazem para compreender os conceitos dos não índios. Nas reuniões que participou quando esteve em campo, observou que do lado de fora para dentro há pouquíssimo esforço em aprender a falar as línguas indígenas e compreender sua filosofia e seu imaginário conceitual complexo. Percebemos que isso acontece dos dois lados da fronteira. Ao mesmo tempo, dos dois lados, as lideranças Wapichana lutam para construir uma escola bilíngue e contextualizada, valorizando suas perspectivas socioculturais.

⁸⁰ Entrevistas realizadas pela autora no dia 16 de dezembro de 2014, na comunidade Marupá, Terra Indígena Jacamim. Ambas falaram na língua Wapichana, sendo que Wanja da Silva Sebastião e Miriam Chaves trabalharam com a autora, respectivamente, nas funções de intérprete e de tradutora.

Bhabha enfoca os conflitos, as interações e assimilações recíprocas nos encontros entre culturas, ao argumento de que é a partir do conglomerado de diferenças que se configuram as identidades culturais na ideia de uma “nova etnicidade” (BHABHA, 2003, p.52).

Assim, ele afirma que estamos em profundo processo de redefinição e revisão radical, até mesmo do próprio conceito de comunidade humana. Vivemos “nas fronteiras da existência insurgente e intersticial da cultura”. Bhabha faz-nos meditar sobre mundos desiguais que podem afirmar suas tradições culturais, recuperar histórias reprimidas, nomear suas diferenças e serem reconhecidos (BHABHA, 2003, p. 41).

Os deslocamentos territoriais e linguísticos

No século XX, Curt Nimuendaju, elaborou um mapa étnico histórico, em trabalho minucioso de cartografia linguística. Ele empregou 41 cores e tons, em traços finos, para indicar a classificação e as famílias linguísticas. Esse mapa mostra também os movimentos migratórios, evidenciando os deslocamentos territoriais vividos pelos povos (FREIRE, 2014).

Homi Bhabha tenta evidenciar a importância dos momentos híbridos de mudança política, refletindo sobre os potenciais transformadores e as possibilidades de rearticulação.

Aqui o valor transformacional da mudança reside na rearticulação, ou tradução, de elementos [...] que contesta os termos e territórios de ambos [...] cada formação enfrenta as fronteiras deslocadas e diferenciadas de sua representação como grupo e os lugares enunciativos nos quais os limites e limitações do poder social são confrontados em uma relação agonística (BHABHA, 2003, p. 54-55).

E no movimento de deslocamento de fronteiras, o plurilinguismo é saudável como postura em uma sociedade plural na relação com suas línguas e culturas, abrindo possibilidades para o uso dessas línguas e aumentando o papel das comunidades de fala⁸¹, viabilizando uma “pedagogia para o plurilinguismo”.

Recentemente estivemos em São Domingos, comunidade Wapichana localizada na Terra Indígena Moscow, que realizou o II Festejo das Tranças do dia 12 ao 14 de outubro de 2017.

⁸¹ Comunidade de fala é uma comunidade na qual há consenso e sintonia entre grupos e indivíduos diferentes, onde o conflito é minimizado. É chamada também de comunidade linguística ou idiomática (onde uma língua é usada em um momento e território determinados). A comunidade compartilha um conjunto de normas e valores de natureza sociolinguística, as mesmas atitudes linguísticas, as mesmas regras de uso, um mesmo critério na hora de valorizar socialmente os eixos linguísticos nos mesmos padrões sociolinguísticos, compartilham opiniões sobre o que é vulgar, familiar, incorreto, arcaico ou antiquado (MORENO FERNÁNDEZ, 1998).

Fomos ao evento com as turmas que estudam língua e cultura Macuxi e Wapichana no Programa de extensão da Universidade Federal de Roraima.

Na ocasião, apresentamos danças, teatro e contamos histórias nas línguas indígenas com tradução para a língua portuguesa. Fomos muito bem recebidos e todos ficaram felizes pela oportunidade de conhecer uma comunidade indígena e poder ver os diferentes tipos de trançado trabalhados pelos anciãos daquela comunidade e pelas artesãs Macuxi e Wapichana vindas da República Cooperativa da Guiana.

A atração mais esperada do evento veio do país vizinho, mais precisamente da comunidade Santo Inácio. Duas vans trouxeram grupos de danças com características bastante diferentes do que trabalhamos no Brasil. As músicas eram gravadas, com batida eletrônica e coreografadas. Na coreografia, por exemplo, se a música falasse de caxiri, eles fingiam estar tomando essa bebida fermentada da mandioca com movimentos repetitivos e coordenados.

A estética visual era muito próxima à de grupos folclóricos organizados para apresentações turísticas, com vestes padronizadas. A batida me fez lembrar os grupos tradicionais tais como ficou o boi em Parintins, ou o que vemos em filmes com comunidades indígenas nos Estados Unidos. Todos que assistiram gostaram muito, afirmando que nunca tinham visto algo parecido.

Considerações finais

Como pesquisamos, percebemos, escrevemos e vivenciamos com os Wapichana, vimos que seu território e sua língua carregam fortes ligações, que tornam-se visíveis nas histórias, nas músicas e na vida desse povo. A desconstrução do imaginário que subalterniza as línguas indígenas, como alerta Mignolo, tem possibilitado o empoderamento dos movimentos sociais e indígenas, conseguindo mudanças epistêmicas que desconstroem a universalidade dos valores europeus/ocidentais, e visibilizam a pluralidade linguística, histórica e de suas subjetividades.

Entendemos que colaboramos para promover o plurilinguismo na UFRR e nas comunidades indígenas, pois criamos espaços de uso dessas línguas, músicas e artesanatos, contribuindo para que muitos aprendam a falar e escrever nas línguas Macuxi e Wapichana. Assim vimos documentando e divulgamos amplamente essas línguas e culturas.

Por mais que no discurso e em algumas tentativas busquemos reverter, essas línguas ainda continuam em risco de extinção. Continuaremos procurando caminhos para fortalecer ainda mais seus falantes e precisamos refletir para compreender os contextos de uso e conseguir desconstruir os preconceitos que ainda existem. Pretendemos colaborar na regulamentação e implementação

das Leis 211/2014 que cooficializou as línguas Macuxi e Wapichana no município Bonfim e com a Lei 281/2015 que cooficializou as línguas Macuxi e Wapichana no município Cantá, uma vez que estaremos contribuindo para construir com os Wapichana escolas municipais indígenas bilíngues.

Recentemente reunimos com o professor Silver Perry e estamos acompanhando o projeto de construção de escolas bilíngues Wapichana-Ingês em três comunidades na República Cooperativa da Guiana. Apresentamos para ele também o quadro de cooficialização das línguas a nível municipal. Acreditamos que esse dialogo poderá ser construtivo para ambas as partes.

Como há pouca formação específica para os professores de línguas indígenas em Roraima, estamos atendendo pela extensão a esta demanda. Para isso estamos pesquisando outras experiências de formação de professores de línguas indígenas vislumbrando conseguir construir um curso para formar professores de língua Macuxi e Wapichana.

Referências

- BAINES, Stephen G. Os povos indígenas Wapichana e Makuxi na fronteira Brasil-Guiana, região do Maciço Guianense. **Revista Brasileira do Caribe**, vol. XIII, núm. 25, julio-diciembre, 2012, pp. 131-157.
- BHABHA, Homi. O local da cultura. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renata Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, [1998] 2003.
- BONFIM. Lei 211 de 04 de dezembro de 2014.
- CANTÁ. Lei 281 de 25 de março de 2015.
- FARAGE, Nádía. **As Flores da Fala: práticas retóricas entre os Wapixana**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1997.
- FERNÁNDEZ, Francisco Moreno. **Principios de sociolingüística y sociología del language**. Barcelona: Editorial Ariel S.A., 1998
- FREIRE, José Ribamar Bessa. A Demarcação das Línguas. In Políticas Culturais e Povos Indígenas. CUNHA, Manuela Carneiro da; CESARINO, Pedro. São Paulo: Editora Cortês, 2014.
- MACHADO, Ananda. **Kuadpayzu, Tyzytaba'u na'ik Marynau**: Aspectos de uma história social da língua Wapichana em Roraima (1932-1995). Tese de doutorado (História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- OLIVEIRA, Alerssandro Roberto. **Tempos dos Netos Abundância e escassez nas redes de discursos ecológicos entre os Wapichana na Fronteira Brasil-Guiana**. Tese de doutorado PPGAS UNB, 2012.

Subindo o rio: o Maruanum e sua trajetória de resistência negra

Tayra Rezende Fonseca⁸²

O presente estudo pretende dar visibilidade para as formas de resistência traçadas pelos negros escravizados no Brasil, como forma de contar a história a partir de outro ponto de vista. Dentre as diversas formas de resistência negra existentes, o foco aqui está nos quilombos e, mais especialmente na região do Maruanum, comunidade rural situada próxima da capital do estado do Amapá. Partindo dos referenciais de Munanga, Abdias do Nascimento, Fanon dentre outros se objetiva contribuir para a necessária desconstrução do mito da democracia racial, bem como fortalecer a luta por direitos para as minorias, com ênfase na etnicidade e identidade.

Quilombos, resistência negra, etnicidade, identidade.

A produção científica voltada para as relações que se dão e podem vir a somar reflexos e conexões acerca do amazônico soam para mim como de central importância e relevância. Abrir espaços para novas e insurgentes discussões fazem parte do meu ideário enquanto jovem pesquisadora e recebo o convite, na pessoa do Professor Daniel Chaves com um mix de orgulho e alegria, sem abrir mão da responsabilidade que me fora delegada.

Sendo assim, o que aqui apresento é um fragmento da minha dissertação, dentro do Programa de Pós-graduação do Mestrado em Desenvolvimento Regional, da UNIFAP, a qual tem como temática central o entrecruzamento de conceitos e teorias de identidade, etnicidade, gênero e saberes.

Aqui, trago um recorte mais voltado para a descrição do objeto de estudo, dividindo-se em três partes: a primeira que trata da apresentação e contextualização da região do Maruanum, onde se desenvolveu o trabalho, com detalhamento e recorte específico nas mulheres louceiras; após apontamentos sobre a integração do negro no Brasil, com ênfase nas experiências de resistência negra, em especial os quilombos e, por fim, reflexões sobre o Movimento Negro Unificado (MNU) e sua importância na luta das demandas do negro.

⁸² Mestranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP); Especialista em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel); Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel); Professora universitária do Curso de Direito da Faculdade Estácio de Macapá/AP; Advogada.

O Maruanum e sua trajetória de resistência negra

O Maruanum, de acordo com Iaparrá e Lomba (2014), constitui-se de uma extensa região, localizada geograficamente a sudoeste de Macapá, capital do estado do Amapá, mais especificamente na zona rural, acerca de 60 km da referida cidade. Muito são os acessos, dependendo de qual parte se quer acessar, mas todas elas estão dispostas a partir da BR 156 que liga Macapá à Laranjal do Jari, no sentido Macapá- Oiapoque. O município do Oiapoque é, dentro do estado do Amapá, a localização última antes da fronteira com a Guiana Francesa.

Na região do Maruanum, existem hoje cerca de 20 comunidades negras rurais distintas (dados do INCRA⁸³). Dentre estas comunidades que integram o distrito pode-se aferir: Conceição, Torrão, Simião, São Raimundo, São José, Alto Pirativa, São Tomé, Santa Maria, Fátima e Santa Luzia, mas até o presente momento, somente a comunidade de Santa Luzia solicitou junto ao INCRA a abertura de processo de regularização fundiária de suas terras (IAPARRÁ E LOMBA, 2014).

A grande maioria das comunidades situam-se nas proximidades do rio Maruanum, que é afluente do rio Matapi, sendo região próspera em rios, lagos e igarapés, essenciais ao modo de vida quilombola no sentido de sustento das famílias.

A pesquisa aqui apresentada deu-se nas comunidades de Santa Luzia e na vila do Carmo, como é comumente chamada a comunidade de Conceição pelos moradores locais. Para chegar até tais localidades, há que se percorrer cerca de 70 km, por via terrestre. Os primeiros 20 km são pela via asfaltada, pela da BR 156, indo de Macapá para Laranjal do Jari. Depois, há que se percorrer o restante em estrada de chão, rumando à direção do rio Maruanum. O trajeto, em tempo seco (de março a meados de novembro/dezembro) leva por volta de 1 hora e 40 minutos, de carro. Já através do ônibus, custa-se cerca de duas horas e meia até chegar ao centro da capital do estado.

De acordo com os relatos orais, a comunidade se formou a partir da vinda de um casal de negros remanescentes que tiveram sete filhos, vindo também estes a ter outros filhos até chegar às atuais gerações. Em ambas as comunidades estudadas, a atividade econômica é a de subsistência, realizada pela própria família, onde se criam animais como patos, porcos e galinhas e se desenvolve o ‘roçado’, entendido por eles como a prática do cultivo da terra, que gira em torno, principalmente, da mandioca e de seus produtos derivados.

⁸³ <http://www.incra.gov.br/noticias/regularizacao-fundiaria-de-cinco-territorios-quilombolas-e-iniciada-no-amapa>

Dentre as práticas sociais e o modo de vida típico dos residentes, se destacam o marabaixo, as novenas e procissões, sendo aspectos religiosos presentes na cultura da comunidade, os quais são objeto de centralidade e certo orgulho por parte dos moradores como pude constatar durante a realização desta pesquisa e da vivência na comunidade como observadora.

Merece destaque nos regimes de convivência a prática da solidariedade, pois quando se mata ou se caça todos os produtos são partilhados entre as famílias.

Santa Luzia e a vila do Carmo são grupos tradicionais marcados por suas próprias formas de organização onde condutas de uso, exploração e defesa do território são determinantes, mantendo vínculos familiares, muito embora para Iaparrá e Lomba (2014) não é o grau de parentesco que os condiciona como sujeitos diferenciados.

Outra tradição marcante em Santa Luzia e na vila do Carmo é a produção de louças⁸⁴, artefatos em cerâmica, confeccionados por um grupo de mulheres, denominadas “Louceiras”, que há séculos preservam a tradição repassada por seus ancestrais (IAPARRÁ E LOMBA, 2014, pág. 10).

Vivendo na cidade de Macapá e atuando nas diversas frentes acadêmicas e profissionais ao longo dos últimos anos, pude perceber a estreita relação entre categorias êmicas como gênero, quilombos e etnicidade e como elas se interseccionam no *modus vivendi* dessas comunidades, ou seja, nesta pesquisa, busco entrecruzar teoria de gênero e etnicidade e como se articulam na produção de saberes resultantes das atividades desenvolvidas por essas mulheres negras, louceiras, quilombolas e seus impactos na perpetuação da tradição da confecção de louças como ação que pode contribuir para a afirmação da identidade étnica dos referidos grupos e de sua tradição, constituindo-se como forma de resistência negra no interior rural do Amapá.

As louceiras-quilombolas do Maruanum: experiências de vida, relatos a partir da centralidade da mulher

Uma vez definido o objeto desta investigação será necessário situar você leitor sobre as condições de vida e subsistência das mulheres louceiras do Maruanum, trazendo as experiências de vida por elas relatadas, seu cotidiano, suas representações e construções como resultado do

⁸⁴ ‘louças’ é a denominação dada pelos moradores as peças produzidas a partir da cerâmica. Torna-se um conceito próprio e típico do lugar.

processo de pesquisa promovido durante o período do trabalho de campo. Como pesquisadora, me propus a conhecer de dentro seus mecanismos de convívio e os frutos de seu trabalho, seus saberes e silêncios estabelecidos nos momentos destinados à “pesquisa-ação”.

Os relatos das louceiras perpassam tanto questões gerais como as suas percepções do modo de vida existente na comunidade, as dificuldades encontradas por elas como mulheres negras, agricultoras, quilombolas e louceiras, bem como uma descrição da rotina diária no interior do campo (roça) amapaense, descrevendo questões mais específicas referentes a atividade do grupo que trabalha com as louças tanto quanto a autoafirmação dentro da própria comunidade, a importância de tal atividade para suas famílias e também as dificuldades de incentivo para que tal atividade se consolide como possibilidade de mecanismo que acarrete desenvolvimento e empoderamento individual e coletivo destas mulheres.

Em primeiro lugar entendemos como necessário contar como se deu a constituição do referido grupo, de acordo com o relato da liderança mais influente, Dona Marciana, que nos conta que as Louceiras do Maruanum estão organizadas na forma de Associação, constituída legalmente desde 1983.

A atividade de fazer louças sempre esteve presente no cotidiano das mulheres que habitam a região de Santa Luzia e da Vila do Carmo. Antes de estarem organizadas formalmente, as mulheres mais antigas cultuavam a prática de fazer seus próprios utensílios domésticos como forma alternativa de suprir necessidade de prover suas famílias com aquilo que lhes era básico ao funcionamento diário de uma residência: copos, pratos, panelas, fogareiros, travessas e xícaras, isto é, objetos necessários para a guarnição de toda cozinha, e que, geralmente são adquiridos mediante adimplemento financeiro em comércios.

Como a localização da comunidade é distante do centro da capital, Macapá, e os indivíduos residentes da região contam com poucos proventos (a grande maioria sobrevive da exploração da mandioca e percebe aposentadoria rural do governo, em média de um salário mínimo mensal), a própria produção de utensílios sempre foi uma saída utilizada para lidar com tais situações.

Atualmente, o grupo das louceiras é constituído por 12 mulheres, todas lideradas por Dona Marciana, responsável pela organização do grupo e pelo incentivo de participação delas em eventos culturais e exposições onde possam levar suas louças para fins de comercialização para a sociedade em geral. Reconhecendo a dimensão ética da pesquisa, considero neste caso especial referir nominalmente quem são essas mulheres louceiras com vista a dar ainda mais visibilidade

ao trabalho lá realizado: Marciana Nonata Dias, Carmosina Pereira da Costa, Maria Silva Barbosa, Irene, Deusarina Costa Silva, Castorina Silva da Silva, Maria José, Raimunda Costa da Silva, Deulinda Ramos da Silva, Maria Raimunda e Ana Rosa e Maria (nora de Marciana), a mais nova louceira do grupo em termos de integração.

A atividade delas está voltada para a criação e confecção dos artefatos de utensílios domésticos, chamados de louças, onde elas criam e (re) criam saberes a elas repassado por suas ancestrais, tias e avós, fundadoras do referido quilombo.

Entre elas existem laços de parentesco ou de apadrinhamento, mostrando uma grande interação existente antes mesmo da atividade que lhes é comum.

A maioria delas aprendeu o ofício com a mãe de Raimunda (chamada carinhosamente de ‘Mundoca’) e Deusarina (a Deusa), irmãs e primas de Marciana. Mas também há a transmissão do saber de uma para as outras: Carmosina conta com orgulho que aprendeu com Maria José (a Zezé) e com a Maria, que é casada com um dos filhos de Marciana, revelando ainda que foi por incentivo desta que acabou aprendendo a fazer suas loucinhas.

Nesse contexto é flagrante a interação das mesmas com a preservação da identidade étnica do quilombo, bem como uma atuação central e protagonismo em que as mulheres ocupam posição de liderança e representam a ligação deste grupo com sua ancestralidade.

Importante explicar que, tanto em Santa Luzia como no Carmo, existem as associações de moradores e que a associação das louceiras é um grupo organizado e à parte das demais.

Ainda que a produção de louças faça parte das atividades cotidianas destas mulheres, todas elas cuidam de suas casas, da criação de animais (basicamente patos, galinhas e porcos) e trabalha duro na roça, no cultivo de mandioca e na transformação de todos os subprodutos que dela é possível fazer (tucupi, farinha, etc).

Sendo assim, pode-se afirmar que a rotina é pesada dentro da comunidade, pois muitas são as tarefas do dia-a-dia e as mulheres as dividem em iguais proporções com os homens. Isso para aquelas que têm marido, companheiro ou filhos para ajudar, porque é muito mais comum encontrar mulheres que sozinhas comandam suas famílias, suas roças e suas atividades.

E a própria confecção das louças também não é nada fácil, pois muitas são as etapas necessárias até obter o produto final ‘louça’. A descrição das etapas será desenvolvida no capítulo em que tratarei da construção dos saberes e onde o foco será a atividade das louceiras e a aplicação do referencial teórico utilizado para as análises relacionais.

Ser negro e quilombola: entre problemas e práticas

A perspectiva adotada neste trabalho objetiva dar visibilidade a identidade étnica – isto é, ser negra e quilombola - através da análise de um grupo específico, a saber, grupo de mulheres quilombolas da região do Maruanum, localizada no interior do estado do Amapá, as quais realizam atividade de produção de louças dentro de uma (re) produção de saberes adquirido ou transmitido por herança ancestral.

Entretanto, antes de adentrar na descrição mais densa do referido objeto de estudo e suas peculiaridades, entendo como necessário trazer aqui algumas reflexões acerca das múltiplas possibilidades de interpretação do que significa ser negro no cenário brasileiro desde o processo de escravização, e as formas de resistência por eles realizadas, como possibilidade de viabilizar outro olhar sobre esse tema.

A ideia que se tem sobre as populações negras está intimamente relacionada a uma construção histórica que se perpetuou afirmando um imaginário de passividade à toda e qualquer forma de violência e maus-tratos, fruto da escravidão e de todos os seus desfeixes, consequências negativas que até os dias de hoje fazem eco nas relações sociais que permeiam o *ser negro/a*.

A existência do racismo, o desconhecimento sobre as lutas dos africanos escravizados e a falácia da existência de uma democracia racial no Brasil podem ser fatores que levaram a tal construção irreal, que subjuga o negro e insiste em coloca-lo em posição desfavorável em relação ao branco. Em Nascimento (1978) é possível encontrar referência a Thales de Azevedo, antropólogo que contribuiu para as análises acerca da questão racial, a seguinte frase: “a pretendida democracia racial realmente é uma ficção ideológica”.

Assim, ser negro e quilombola representa um binômio prenhe de sentidos, mas que ainda aponta para os problemas e práticas num contexto de desigualdades duráveis em que ainda se vive no Brasil.

Partimos neste trabalho da afirmação de existência de diversas experiências de resistência negra em meio a processos de dominação e colonização e, mesmo depois, no período pós-abolição, como formas de tentar subverter a lógica preponderante.

Reconhecer a importância de movimentos encabeçados pelos negros escravizados em seus processos de resistência e emancipação no contexto brasileiro, da Colônia ao Império, e depois nos tempos que se sucederam até a atualidade é um passo importante para o entendimento de como se organizam contemporaneamente os movimentos de resistência quilombolas.

É claro que não se pretende aqui um aprofundamento sobre todas as formas de resistência nas quais houve centralidade negra, eis que não haveria o fôlego necessário para um trabalho digno dessa proposta.

Revoltas, fugas, insubordinação, mortes de senhores de terras e a organização dos próprios quilombos são algumas das muitas maneiras de demonstração da existência duma resistência negra. Segundo Munanga (2016, pág. 69), tais esforços de luta por libertação retratam um sentimento de coragem e indignação, e nada tem de passividade ou apatia.

Para tratar do tema das múltiplas formas de resistência negra, farei um recorte – para efeito de apreensão no escopo desse texto - daquelas que ganharam maior destaque, dando ênfase a organização dos quilombos e sua gama de significações na atualidade, ainda sem consenso e merecedora de atenção.

Nascimento dos Quilombos

De acordo com a história, a ideia de quilombo surgiu segundo Moura (1983) através do Conselho Ultramarino, em data de 1740, o qual definia como quilombo “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”.

Munanga (2016) conta que a palavra *kilombo* tem origem na língua típica em África Central, *banto umbundo*, de um povo que ocupava o que hoje se conhece pelo Congo e Angola. Sabe-se que os termos quilombo e sua denominação – quilombola- são até os dias de hoje, termos em disputa, tendo significados diversos, de acordo com o grupo de pessoas que dela se utiliza.

O fato é que é possível traçar semelhanças entre os quilombos de origem africana e os quilombos brasileiros, pois ambos têm a ideia de tentativa de rompimento com o sistema vigente, traçando formas alternativas de organização e modos de vida, de acordo com Munanga e Gomes (2016). Para estes autores, “o processo de aquilombamento existiu onde houve escravidão dos africanos e seus descendentes” (pág. 72).

Muitos são os exemplos de importantes quilombos construídos no curso da história escravagista, onde a ideia central de união, com a busca de liberdade e dignidade se mostrava como forma de resistir ao regime cruel imposto.

Dentre os variados exemplos que se pode aqui referir, a história do Quilombo de Palmares, situado no estado de Alagoas, merece atenção, assim como o exemplo da Revolta dos Malês, ocorrida em Salvador no ano de 1835.

Fato é que existem demonstrações de aquilombamentos em toda extensão do Brasil, mas aqui convém destacar os que se registraram entre a região do Grão-Pará até a Guiana Francesa, conforme retratam Marin e Gomes (2003). Dizem os pesquisadores (2003, pág. 81) que ocorreu uma ‘revolta em 1749 que levou à fuga de um grande número e à formação de quilombos no meio da floresta (Artur 2002: 67). As fugas da Guiana Francesa para o Grão-Pará alcançaram notoriedade, fato até o presente insuficientemente estudado. Segundo eles, (2003, pág. 85)

Os escravos africanos e negros fugidos de Caiena procuraram nas margens de fronteiras do Grão-Pará a liberdade, pelo menos aquela que constituiriam com suas comunidades, trocas e integração a micro-sociedades indígenas e grupos de desertores que por ali perambulavam.

Negros e quilombolas, assim como os ameríndios, marcam a base da identidade brasileira, sendo que a questão quilombola está intimamente relacionada com a condição do negro e de como ocorreu à integração deste na sociedade brasileira. Tal integração esteve sempre permeada de signos, práticas, discursos e estereótipos que buscavam afirmar a ideia de inferioridade racial. Logo, a condição do ser negra e quilombola tem em comum a marca de processos de espoliação e exclusão contínua e reiterada na sociedade brasileira desde tempos antigos aos dias atuais.

Acreditamos que o fenômeno do quilombo é parte dos elementos constitutivos da identidade brasileira e que foram esquecidos pelo processo de expansão e constituição da cidadania no Brasil, ainda que a própria Constituição Federal tenha tombado a questão quilombola como elemento central para efetivação da cidadania quando de seu reconhecimento, e que esse reconhecimento gera mera cidadania formal (em contraponto á cidadania material, cujas completudes conceituais prospectam ideia de cidadania integral) A questão quilombola está diretamente relacionada com a condição do negro e de sua inserção na sociedade brasileira.

Assim, as Comunidades Remanescentes de Quilombo⁸⁵, que agrupa uma constelação de manifestações de comunidades negras tradicionais, ou ainda, rurais, se enquadram no artigo 215

⁸⁵ Consideram-se remanescentes das comunidades de quilombos, para fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com

da Constituição Federal (CF) de 1988, que estabelece como dever do Estado proteger as manifestações culturais afro-brasileiras e no artigo 216, que define como patrimônio cultural brasileiro “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente e/ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]”.

De acordo com Oliveira e Beltrão (2010), a compreensão das categorias “quilombo” e “quilombola” apresentam-se em pleno processo de disputa social. Segundo eles, a partir da interpretação dos artigos que tratam sobre o tema no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), é compreensível que tais símbolos - quilombo e quilombola - sejam polifônicos e manipulados ideologicamente, levando a diversos entraves quando solicitação para titulação certificação junto aos órgãos governamentais.

O Brasil detém hoje mais de 4.000 comunidades quilombola, dentre essas, cerca de 2.600 detém certificação pela Fundação Cultural Palmares. Desta totalidade, pouco mais de 200 já foram tituladas, ou seja, as terras lhe foram entregues pelo Estado, num ato de reconhecimento da história de opressão, desterro e, principalmente, enquanto reconhecimento de sua importância na formação da diversidade cultural da identidade brasileira (RODRIGUES, 2014).

Nesse sentido, Boyer (2008, p. 11), sustenta que ao reconhecer por lei o caráter multicultural e pluriétnico da nação, a Constituição de 1988 marca uma ruptura importante com a ideologia dominante anterior, que sustentava a ideia de uma miscigenação cultural e biológica bem sucedida e harmoniosa. Daí pode sugerir um debate mais intenso sobre o mito da democracia racial e toda a crítica a essa compreensão, feita pelo próprio movimento negro.

Para Mello (2012), quilombos sempre marcaram o imaginário nacional brasileiro, sendo, porém utilizada a denominação tanto para servir de exemplo de mobilização política como para gerar efeitos repressivos e desqualificadores. O certo é que toda e qualquer tentativa de fechamento buscando uma única definição ao tema será insuficiente, conforme o sustentado por Mello (2012), Ratts *apud* Munanga (2016), e Almeida (2011). Este último traz inclusive, em seu livro *Quilombos e novas etnias*, dentro do capítulo destinado à semantologia sobre quilombos, o seguinte relato:

“uma das maiores dificuldades enfrentadas no decorrer dos trabalhos de pesquisa do Projeto Vida de Negro (PVN) concerne à autoevidência que envolve o significado de quilombo”.

presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (DECRETO nº 4.887/2003, Art.2º).

Convém aclarar que o autor está se referindo ao projeto realizado no estado do Maranhão cujo objetivo era realizar o levantamento das chamadas “comunidades negras rurais”. Alfredo Wagner Breno de Almeida é uma das grandes referências nacionais para as questões de levantamentos antropológicos de quilombos, que também recebem as nomenclaturas de comunidades negras rurais, terra de santo ou, ainda, terra de preto. Sua vasta experiência, produção e formação de cartografias nessas ditas comunidades são reconhecidas nacional e internacionalmente, fato esse que se leva em consideração quando de suas alegações.

É possível dizer que o fenômeno quilombola acontece em toda parte do Brasil, embora na maioria das vezes sendo um fenômeno tipicamente rural (do campo) muito embora haja exemplos de quilombos urbanos. De acordo com Gomes (1997) *in* Trindade (2015), foi possível afirmar um lado da trajetória dos negros nas Guianas, em especial na região de Macapá, ocorre desde o período colonial até o último quartel do século XIX. Segundo Trindade *in* Gomes (1997), amparado nas pesquisas de Salles (2005), afirma que os primeiros africanos que chegaram ao Grão Pará foram para região do Amapá, nas duas últimas décadas do século XVI, e nas primeiras décadas do XVII e organizaram-se em mocambos.

Para Marin e Gomes (2003), há diversas informações que atestam a existência de resistência escrava na Guiana Francesa. Cardoso, *in* Marin e Gomes (pág. 87) registra tais manifestações de resistência:

esprit de corps, defesa da margem de autonomia e da vida privada disponível (ou luta por sua ampliação), luta contra os capatazes e a disciplina, sabotagem do trabalho, roubos, uso inteligente da ironia, do sarcasmo e da superstição [...] fugas de escravos e constituição de quilombos.

Para, além disso, Boyer (2008) apresenta reflexão sobre o que possa representar a leitura social advinda de instrumentos estatais que pretendem assegurar direitos para as minorias, em especial, quilombolas e indígenas a partir da Constituição Federal. Ainda que Boyer faça uma abordagem um tanto quanto otimista acerca das reformulações de leis e seus alcances, suas indagações são aqui pertinentes, pois ela destaca algo que merece atenção: a partir da Constituição Federal de 1988, abre-se espaço para que minorias possam pleitear acesso a direitos antes nunca disponibilizados. Cabe referir a possibilidade de direito a terra e a propriedade para os ditos remanescentes de quilombos. Entretanto, e aqui Boyer deve ser mencionada, deve-se pensar como a nova constituição social é recepcionada pelos grupos, pois vantagens e

desdobramentos relevantes passam a ser reconhecidos para aqueles que declararem, por exemplo, ser quilombola. Explana Boyer (2008)

Pode-se supor, de uma maneira geral, que isso leva a uma afirmação mais “livre” e mais assumida da sua identidade – já que ser índio ou negro é valorizado –, bem como a uma melhor integração social – em razão dos bens e serviços ou vantagens aos quais dão acesso os programas.

Movimento Negro Brasileiro e a agenda quilombola

Trataremos agora de explicitar as características do movimento negro, destacando suas características, estratégias e repertório, o que nos permitirá relacionar o impacto destas na produção de um novo paradigma dos Direitos Étnicos-Quilombola.

Pode-se dizer que as primeiras expressões do movimento negro no Brasil data da década de 30, fundado em São Paulo, a Frente Negra Brasileira identificava que a situação pauperizada (de degeneração e abandono) do negro no Brasil estaria ligada a, ainda presente, fraqueza moral, a falta de instrução e a ligação a costumes arcaicos da população negra (GUIMARÃES, 2001).

No período, somavam mais de 60 delegações, mantinham escolas, grupos musicais, time de futebol, grupo teatral, oferecia assistência jurídica, cursos de formação política, serviços médico e odontológico, artes e ofícios, e publicava o jornal A Voz da Raça. Em 1936, a Frente Negra Brasileira se transforma em partido político. Com a criação da ditadura do Estado Novo, a organização foi extinta (DOMINGUES, 2008).

A análise se pautava pela auto-flagelação e a busca da superação destes elementos negativos pelo abandono da “cultura atrasada” e do fortalecimento moral a partir da incorporação das práticas e modo de vida europeu e ocidental. Este paradigma que se manteve durante a década de 30 e 40 aparece fortemente enraizado no Teatro Experimental Negro (TEN). O TEN, criado em 1945 no Rio de Janeiro, ainda se pautava na ideia da superação da cultura africana e retrógrada. Contudo, propunha a superação das ideias biologizantes de inferioridade das raças (causas irreversíveis) e levando-as para o campo da cultura, assim, neste último, o atraso da raça negra seria, portanto, passageiro, reversível e possível de ser superado (GUIMARÃES, 2001).

Em 1943, na cidade de Porto Alegre/RS surge uma nova organização negra com grande força, a União dos Homens de Cor (UHC), esta detinha uma complexa estrutura e orientava-se por um ideal expansionista bastante acentuado. Logo nos primeiros anos abriu sucursal em 10 estados diferentes (DOMINGUES, 2008, 102-3).

É somente com o surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978, que o referido paradigma passa a se evidenciar nos movimentos sociais de forma diversa, quando o repertório se altera e as ações passam a se pautar pela autoafirmação cultural e incentiva a cultura de matriz africana. Nesta etapa, o movimento negro apresenta um novo grau de amadurecimento, evidenciando um renascimento da cultura negra (GUIMARÃES, 2001).

No período de abertura democrática, o movimento negro retoma a luta aberta contra o racismo camuflado no país. Esse processo deve ser entendido no contexto de sua ligação com movimentos efetivados em outros países – a luta dos negros norte-americanos contra o racismo, a libertação dos povos africanos desde o final da década de 1950 e a luta contra o *apartheid*, na África do Sul. No Brasil, é criado o Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978, na cidade de São Paulo (CARRIL, 2006, p. 47-8).

Na década de 80, o MNU passa por um processo de atomização das suas ações, onde este se pulveriza através do surgimento de núcleos por todo o território nacional, que depois de 1988 perde centralidade e se transforma em um grande número de entidades autônomas, onde, só na cidade de São Paulo eram 90 organizações que se centravam na pauta negra (DOMINGUES, 2008).

Neste período então, o MNU denuncia a ideia de democracia racial, o racismo e evidencia o afro-centrismo e quilombismo como elementos identitários positivos (GUIMARÃES, 2001). Evidenciam-se, portanto, os processos de espoliação, empobrecimento e favelização do negro na ordem social, cultural e jurídica brasileira.

As primeiras conquistas desta mobilização é a dispensa de autorização para o funcionamento do candomblé e a adoção de algumas experiências de currículos escolares multiculturais. Suas ações foram, portanto, marcadas pela crítica do modo de inserção do negro na sociedade brasileira, pela luta contra o racismo e pela consolidação de direitos étnicos das minorias negras (GUIMARÃES, 2001).

Em 1986, o MNU organizou “[...] a Convenção Nacional do Negro (CNN) em Brasília. Essa convenção estava ligada a diversos encontros regionais realizados, antes e depois dela, e procurava reunir as reivindicações que seriam levadas à Assembleia Constituinte” (RIBEIRO, 2010). Nessa Convenção, com representação de membros de comunidades quilombolas, é que surgiu a ideia da criação de um dispositivo constitucional aos moldes do art. 68 do ADCT. Logo após, ao encontro regional do nordeste foi batizado enquanto “Terra de Quilombo”, o que

demonstra nitidamente a interface entre o MNU e o movimento quilombola, este ainda incutido naquele e sem impacto autônomo.

O MNU visualizou a fertilidade do ano de 1988 para as pautas quilombolas, já que era o centenário da abolição (PEREIRA, 2013, p. 305). No mesmo sentido que a UNEGRO (União dos Negros pela Igualdade), na Bahia, também visualizou. A UNEGRO entendia: “[...] a gente tinha um entendimento político de que a luta antirracista no Brasil precisava partir de uma articulação de gênero, raça e classe.” (SANTANA apud PEREIRA, 2013, p. 308).

O MNU conseguiu mobilizar e sensibilizar os constituintes Carlos Alberto Caó (PDT/RJ) e Benedita da Silva (PT/RJ) para apresentação de suas propostas na Constituinte.

Assim como os demais direitos relacionados à população negra, o reconhecimento do direito dos quilombolas a obter os títulos de suas terras é fruto da organização e articulação do movimento negro, muito atuante junto à Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, criada na constituinte de 1986 (LOCCA, 2013).

A CNN confeccionou documento direcionado aos constituintes falando sobre as propostas que a convenção formulou enquanto demanda para a nova Constituição. Dentre elas a proposta que nos interessa ficou com a seguinte redação: “Será garantido o título de propriedade da terra às comunidades negras remanescentes de quilombos, quer no meio rural ou urbano” (CNN, 1986).

Neste sentido, o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988, que reconhece a propriedade definitiva das terras de remanescentes das comunidades de quilombos é um exemplo muito interessante de conquista do movimento negro pela via legislativa (PEREIRA, 2013, p. 301).

O exemplo da concatenação do movimento negro, através de sua ampla articulação em todo território nacional, logrando êxito em acionar e mobilizar diversos setores reivindicatórios, principalmente aqueles que se relacionam com a questão de raça, gênero e classe, tornaram o movimento negro uma constelação de frentes de confronto e formulação de pautas.

O direito intitulado “quilombola” emerge no cenário de redemocratização do país como um dos vetores representativos de grupos até então invisíveis no cenário político nacional. Emerge como reivindicação de grupos até então com reduzido grau de mobilização, mas esta era a situação de todos os demais, após duas décadas de regime (LEITE, 2010, p. 19). (“grifo do autor”).

Cabe ressaltar que a conquista do art. 68 do ADCT não representa uma unanimidade semântica, já que os constituintes acreditavam que estava consolidando um direito para o “quilombo arcaico”, aquele escondido nas fendas escuras da civilização, que seriam, portanto, rarefeitos, senão inexistentes. A questão do quilombismo não foi tombada com grande importância pelos constituintes.

O debate sobre o preenchimento do que seria “quilombo” e qual a extensão de seus direitos não foi travada, principalmente no que se refere a qual terra teria estes efetivamente direitos.

Nas discussões da Assembléia (SIC) Nacional Constituinte a expressão “terras tradicionalmente ocupadas” só preponderou pela derrota dos partidários da noção de “terras imemorais”, cujo sentido historicista, remontando ao período pré-colombiano, permitiria identificar os chamados “povos autóctones” com direitos apoiados tão somente numa naturalidade que não poderia ser dada com exatidão (ALMEIDA, 2004, p. 12). (“grifo da autora”).

Sendo assim, o que a Constituição fez foi inaugurar um espaço de disputa e luta pelo dizer o direito, relegando ao futuro a construção e preenchimento destes espaços.

O artigo 68 dos Atos e Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) é o principal marco da conquista do movimento negro, e esse ficou assim ratificado: “Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado lhes emitir os títulos respectivos”. Por outro lado, os art. 215 e 216 expressaram a proteção a identidades culturais negras, assim como as formas de proteção de seus modos de fazer e viver, tombando o “quilombo” como patrimônio cultural da sociedade brasileira⁸⁶.

Neste sentido, os novos movimentos sociais que emergiram no cenário do país ao longo da década de setenta, consolidando sua atuação na década de oitenta, foram essenciais para a efetivação da conquista de novas pautas na agenda política, dentre eles, o MNU (SCHWARCZ, STARLING, 2015), o qual foi responsável pelo alargamento do corpo democrático dos direitos étnicos-quilombolas descritos na Constituição Federal de 1988.

Os direitos das populações quilombolas restaram consagrados graças à intensidade das reivindicações durante a Constituinte. Os pleitos pelo acesso a terra e garantia de uma compensação histórica data de antes deste momento, mas é durante a Constituinte que as forças

⁸⁶ A interpretação da extensão do direito étnico-quilombola pode ser analisado no texto Quilombo e os Direitos: análise da ADIn 3239 e o poder de dizer o Direito, publicado na *Agumenta Journal Law*, n. 24, p. 121-151, jan/jun de 2016, de autoria de RODRIGUES, Bruno de Oliveira, REZENDE, Tayra Fonseca e NUNES, Tiago de Garcia.

sociais teriam se renovado, ganhando novo fôlego, com fim de participar ativamente da construção política e da ordem jurídica brasileira (RODRIGUES, 2014).

Após 1988, o MNU perde centralidade frente à criação de organizações autônomas em todo o território nacional, que expressavam múltiplas dimensões e formatações para as pautas dos negros no Brasil. Em mapeamento do Núcleo de Estudo Interdisciplinares do Negro Brasileiro (NEINB/USP), em 1990 havia mais de 1300 entidades desta natureza no Brasil.

Considerações finais

O que pretendi aqui demonstrar é a relevância e a compreensão de uma região localizada na parte rural do interior do estado do Amapá, como atual exemplo de resistência negra a fim de dar escopo e servir como fundamentação para possíveis processos de construção de identidade, étnica e negra, visando condicionar a aquisição de direitos constitucionais tutelados mas que ainda pendem de maior aprofundamento para que tais localidades possam vir a alcançar sua chancela.

A região do Maruanum, no meu entender, preenche os elementos os quais lhe colocam como forma ativa e atual de perspectiva de enfrentamento ao sistema vigente onde o ser negro e quilombola precisam afirmar-se constantemente.

É claro que o estudo aqui é mero fragmento de outro todo, que poderá ainda mais contribuir para o debate. Acredito assim, ter apenas aberto o campo de debate acadêmico onde questões de desenvolvimento atravessam identidade, etnicidade e gênero. Que venham outras discussões para provocar o embate e dar tratamento adequado ao tema, em busca de uma cidadania material tão urgente.

Referências

ABA – Associação Brasileira de Antropologia, Grupo de trabalho da ABA sobre Comunidades Negras Rurais – Documento dirigido a Fundação Cultural Palmares, **Boletim Informativo**, Vol 1, Ed. 2ª, N° 1, 1997, p. 81-2. Disponível em: < www.nuer.ufsc.br/arquivos/m-mgpefhgnff_boletim_nuer__1.pdf>, Acessado em 05 de agosto de 2015

ALMEIDA, Alfredo Berno de. Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais” como fator essencial de transição econômica, **Somanlu**, ano 4, n° 1, Jan/Jun, 2004, p. 9-28.

_____. **Os quilombos e as novas etnias**. In: ALMEIDA, Alfredo Berno de. *Quilombos – identidade étnica e territorialidade*. O'DWYER, Eliane Cantorino (Org.). Rio de Janeiro: Fundação FGV, 2002. p, 47.

BANDEIRA, Maria de Lourdes, **Terras negras: invisibilidade expropriatória**, In: *Textos e debates: terras e territórios de negros no Brasil*, Florianópolis: UFSC, Ano 1, N° 2, 1991, p. 7-24.

Disponível em: <www.nuer.ufsc.br/arquivos/v-vkbgbspyxv_textos_e_debates_no_2.pdf>, Acessado em 04 de março de 2014.

BARTH, Fredrik. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BARCELOS, Eduardo Álvares da Silva, BARRIEL, Maycon Cardoso, **Práticas Institucionais e grupos de Interesse: A geograficidade da bancada ruralista e as estratégias hegemônicas no parlamento brasileiro**, *Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária*, São Paulo, 2009, p. 1-32.

BELTRÃO, Jane Felipe. OLIVEIRA, Assis da Costa. **Quilombolas crianças: identidade, direitos e educação**, In: CANCELA, Cristina Donza. MOUTINHO, Laura. SIMÕES, Júlio Assis (Org). *Raça, etnicidade, sexualidade e gênero: em perspectiva comparada*, São Paulo: Terceiro Nome, 2015.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: **Magia e técnica, arte e política. Obras escolhidas Volume I**. Trad, Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense.1994

BOURDIEU, Pierre, **O Poder Simbólico**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOYER, Véronique. **Passado português, presente negro e indizibilidade ameríndia: o caso de Mazagão Velho, Amapá**. *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, nº 28, (2), 2008, p. 11-29.

BRASIL, **Constituição Federal do Brasil**, 05 de outubro de 1988.

_____, **Decreto Executivo nº 4887** de 20 de novembro de 2003. Dispõe sobre o direito das Comunidades Remanescentes Quilombolas.

BRESSER- PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. 2006.

BUTTNER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CAMILO, Janaína Valéria Pinto. **Homens e pedras no desenho das fronteiras: a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764-1782)**. Dissertação de Mestrado em História Social defendida da UNICAMP, 2003, p. 79-149.

CARRIL, Lourdes. **Quilombo, Favela e Periferia: a longa busca da cidadania**, São Paulo: Editora Annablume, 2006.

CNN - CONVENÇÃO NACIONAL DO NEGRO PELA CONSTITUINTE, **Carta aos dirigentes do país e a todos os membros da assembleia nacional constituinte-87**, Disponível em:

<www.institutobuzios.org.br/documentos/CONVEN%C3%87%C3%83O%20NACIONAL%20DO%20NEGRO%20PELA%20CONSTITUTINTE%201986.pdf>, 1986, Acessado em 08 de fevereiro de 2014.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**, São Paulo: Boitempo, 2016.

DA SILVA, Gimina Beatriz Melo. **Guardiões da Floresta, retóricas e formas de controle da gestão ambiental e territorial**. Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, 2013.

DOMINGUES, Petrônio. *Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos*, **Revista de História**, UFES, v. 21, p. 101-124, 2008.

FOSTER, Eugénia Luz da Silva. **Racismo e Movimentos Instituintes na Escola**. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. 2004. Disponível em <<http://www.btd.ndc.uff.br/tdearquivos/2/TDE-2005-03-15T14:39:57Z70/Publico/Parte%201-Tese-Eugenia%20Foster.pdf>>. Acesso em: 29 de out. 2011.

FOUCAULT, Michel. **A descrição arqueológica**, In: *A Arqueologia do Saber*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, Ed. 6, 2000.

FRAZER, Nancy. **Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero**, In: BRUSCHINI, Cristina. UNBEHAUM, Sandra (Org). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*, São Paulo: Editora 34, 2002, p. 59-78.

IAPARRÁ, Danielson da Silva e LOMBA, Roni Mayer. **Santa Luzia do maruanum: uma análise do quilombo em face ao processo de reconhecimento e delimitação do território**. VII CBG – Anais. Agosto de 2014.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, **O INCRA**, Disponível em: <www.incra.gov.br>, Acessado em: 20 de dezembro de 2017.

_____, _____, **http://www.incra.gov.br/noticias/regularizacao-fundiaria-de-cinco-territorios-quilombolas-e-iniciada-no-amapa**

GERTZ, Clifford, **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura**, In: *A interpretação das culturas*, Rio de Janeiro: LTC, 2008, Ed. 1ª, 13ª reimpressão, p. 3-21.

GOHN, Maria da Glória, **Conferência de abertura: movimentos sociais no século XIX**, Palestra proferida no I Seminário Fluminense de Sociologia em novembro de 2012.

_____, _____, **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**, Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

GOMES, F. **Hidra e os Pântanos: Mocambos, Quilombos e Comunidades de fugitivos no Brasil (Século XVII-XIX)**. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). 1997 in TRINDADE, Joseline Simone Barreto. *Lavrando a memória, cultivando a terra: o direito de dizer e fazer a roça no Quilombo do Curiaú*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Antropologia. UFPA. 2015.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. *Etnodesenvolvimento indígena no Nordeste (e Leste): aspectos gerais e específicos*, **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, ano 7, volume 14, 47-71, 2003.

GUIMARÃES, A. S. A. **Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito**. *Estudios Sociológicos*, São Paulo, v. XX, n.61, p. 147-162, 2001. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistaanthropologicas/index.php/revista/article/viewFile/19/21>>, Acessado em: 10 de janeiro de 2017.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de, **A questão política das chamadas “Terras de Preto”**, In: *Textos e debates: terras e territórios de negros no Brasil*, Florianópolis: UFSC, Ano 1, N° 2, 1991, p. 25-38. Disponível em: <www.nuer.ufsc.br/arquivos/v-vkbgbspyxv_textos_e_debates_no_2.pdf>, Acessado em 04 de março de 2014.

HALL, Stuart. **Quem precisa da identidade?**, In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática social dos conflitos sociais**. São Paulo, Editora 34, 2003.

HOUTZAGER, Peter P., KURTZ, Marcus J., **As raízes institucionais da mobilização popular: transformações do Estado e política rural no Brasil e Chile, 1960-1995**, In: HOUTZAGER, Peter P., *Os últimos cidadãos: Conflitos e modernização no Brasil rural (1964 - 1995)*, São Paulo: Editora Globo, 2004, p. 85-127.

LEITE, Ilka Boaventura, **O projeto político quilombola? Desafios, conquistas e impasses atuais**, Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2008000300015&script=sci_arttext>, 2008.

_____, _____, **Humanidades insurgentes: Conflitos e criminalização dos quilombos**, In: ALMEIDA, Alfredo Berno de, LEITE, Ilka Boventura, O'DWYER, Eliane Cantarino, Et Al, *Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios Quilombolas e Conflitos*, Manaus: Projeto Nova Cartografia Social/UEA Edições, 2010, p. 17-40.

_____, _____, **Território de negros em área rural e urbana: algumas questões**, In: *Textos e debates: terras e territórios de negros no Brasil*, Florianópolis: UFSC, Ano 1, N° 2, 1991, p. 39-46, Disponível em: <www.nuer.ufsc.br/arquivos/v-vkbgbspyxv_textos_e_debates_no_2.pdf>, Acessado em 12 de setembro de 2017.

_____, _____, **Textos e Debates: Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas**, Santa Catarina: UFSC e NUER, n° 7, 2000, Disponível em: <www.cfh.ufsc.br/~nuer/arquivos/1-lrmkebnvfn_textos_e_debates_no_7.pdf>, Acessado em 12 de setembro de 2017.

LOBATO, Sidney da Silva. **A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)**. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História Social. USP. 2013

LOCCA, Luciana Stephani Silva, **Comunidades quilombolas e Estado democrático de direitos: desafio de efetividade das garantias constitucionais**, In: *RCD - Revista crítica do Direito*, São Paulo, N° 3, Vol. 54, Disponível em: <www.criticadodireito.com.br/todas-as-edicoes/numero-3-volume-54/comunidades-quilombolas-e-estado-democratico-de-direitos-desafio-de-efetividade-das-garantias-constitucionais>, Acessado em: 07 de novembro de 2017.

MARIN, Rosa Elisabeth Acevedo; GOMES, Flávio. *Reconfigurações coloniais: tráfico de indígenas, fugitivos e fronteiras no Grão Pará e Guiana Francesa (séculos XVII e XVIII)*. **Revista de História**. Vol. 149, Ed. 2°, 2003, 69-107.

NUNES, Tiago, RODRIGUES, Bruno de Oliveira, *As trapas do Poder Constituinte Originário e o caso da constituinte Brasileira*. **Revista da Escola de Direito (UCPel)**, Pelotas: Editora da UCPel, Vol. 8, 2011, p. 67-91.

O'DWYER, Eliane Cantarino, *Os quilombos e as fronteiras da antropologia*, In: **Antropolítica**, Niterói: EDUFF, n° 19, 2005, p. 91-109.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais*, In: **Revista Mana: Estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, Vol. 4, n° 1, Abril, 1998, p. 47-77.

PEREIRA, Amílcar Araujo, **O mundo negro: relações raciais e a Constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil**, Rio de Janeiro: FAPERJ, Pallas, 2013, p. 217-323.

PORTO, Jadson, CALDAS, Yurgel, LOMBA, Rony. M. *Pós-graduação em desenvolvimento regional no Estado do Amapá: O caso do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá*. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Vol. 11, 49-73, 2014.

POUTIGNAT, Philippe, STREIFF-FENART, Jocelyne, **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**, São Paulo, Editora UNESP, 2011.

PRICE, Richard, **Reinventando a história dos quilombos: rasuras e confabulações**, Londres: Afro-Ásia, n° 2, 2000, p. 241-65.

RIBEIRO, Ivana de Pinho, **Estado, quilombolas e ruralistas**, Disponível em: <www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/09/GT-15-Ivana-de-Pinho-Ribeiro.pdf>, 2010, Acessado em: 10 de jan. de 2013.

RODRIGUES, Bruno de Oliveira. REZENDE, Tayra Fonseca. NUNES, Tiago de Garcia. *Quilombo e os Direitos: análise de ADIn 3239 e a luta por dizer o Direito*, **Argumenta Journal Law**, n. 24, jun, 2016, p. 121-51.

RODRIGUES, Bruno de Oliveira, **Quilombo e os Direitos: Análise da ADIn no 3239 e a luta pelo poder de dizer o Direito**, Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, 2014.

RUFFEIL, Marjorie Begot. BELTRÃO, Jane Felipe. **Quebradeiras de castanha do Pará: um estudo sobre trabalho feminino, gênero e Direitos Humanos**, In: CANCELA, Cristina Donza.

MOUTINHO, Laura. SIMÕES, Júlio Assis (Org). *Raça, etnicidade, sexualidade e gênero: em perspectiva comparada*, São Paulo: Terceiro Nome, 2015.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. São Paulo: Atlas, 1982.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. Editora Vozes, 1976.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Ecologia de Saberes**, In: *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*, São Paulo: Cortez, Ed. 2, 2008.

SCHWARCZ, Lilian, STARLING, Heloisa, **No caminho da democracia: a transição para o poder civil e as ambiguidades da ditadura militar**, In: *Brasil: uma biografia*, São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, **Educação e Realidade**, Vol. 20, n. 2, Porto Alegre, jul/dez, 1995, p. 71-99.

SILVA, Jamile B. da. **O afro, a diáspora, a África e a Bahia: tensões e reflexões**. Conferência, Bayreuth Universith, dec. 2017.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 2012.

SUPERTI, Eliane. SILVA, Gutemberg de Vilhena. *et al.* **Mapeamento e Publicação do Patrimônio Cultural das 28 Comunidades Quilombolas no Estado do Amapá, certificadas e/ou tituladas pela Fundação Cultural Palmares**. Macapá: Universidade Federal do Amapá, 2013. Disponível em: <http://lides.unifap.br/comunidades/mel_da_pedreira.html>. Acesso em: 10 de fev. 2014.

_____. *Comunidades Quilombolas na Amazônia*. **Confins**, n. 23, 2015, Disponível em: <<http://confins.revues.org/10021>>. Acessado e: 4 de abr. 2016.

TARROW, Sidney, **Ação coletiva modular**, In: *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*, Petrópolis: Editora Vozes, 2009, p. 49-65.

TARROW, Sidney, **Imprensa e associação**, In: *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*, Petrópolis: Editora Vozes, 2009, p. 66-78.

TURNER, Victor, **Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana**, Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2008.

Linguas em contato: português brasileiro, espanhol e língua tikuna no cotidiano da Feira Municipal em Benjamin Constant / AM

Jorge Luís de Freitas Lima⁸⁷
Rosemara Staub de Barros Zago⁸⁸

Este artigo traz um recorte da dissertação *Oralidade e Cotidiano: falares fronteiriços em Benjamin Constant-AM*, cujo objetivo foi investigar as influências socioculturais no uso da oralidade pelos agentes envolvidos nas relações comerciais na feira municipal de Benjamin Constant-AM e a implicação disso para a compreensão de como se caracteriza o processo comunicativo numa região de fronteira. Fundamentamos essa pesquisa nos conceitos de *habitus* e de campo, de Bourdieu (2009), e no conceito de cultura, de Geertz (2009). Para compreender a multiplicidade de relações linguísticas e culturais num ambiente caracterizado pela diversidade de contatos, adotamos o conceito de semiosfera de Yuri Lotman (1996). Optamos pela abordagem etnográfica, pois esta permitiu uma visualização de plenas possibilidades do objeto pesquisado, possibilitando-nos fazer a pesquisa ‘de dentro’. Neste recorte, a finalidade é contextualizar historicamente e apresentar como se constitui o cotidiano da feira municipal, caracterizando-a como um espaço onde ocorrem diferentes situações de contato linguístico entre português brasileiro, espanhol e língua tikuna em decorrência de sua localização na fronteira. A Feira localiza-se na cidade de Benjamin Constant, ao oeste do Estado do Amazonas, no Brasil, a qual faz fronteira com a República do Peru. A fronteira é aberta e, por isso, permite maior circulação de pessoas das duas nacionalidades. A área constitui-se de 18 boxes mais espaços externos disponibilizados aos produtores brasileiros, peruanos e indígenas. Sua criação estimulou a economia local e criou um espaço de contatos entre diferentes línguas. Apesar disso, não houve dificuldades no processo comunicativo local.

Língua. Contato. Culturas. Semiosfera. Feira

A Feira municipal de Benjamin Constant: contextualização histórica, caracterização e funcionamento e importância socioeconômica.

Nesse tópico inicial procurou-se a partir de informações obtidas junto à Secretaria Municipal de Administração, além de relatos de moradores antigos, fazer o retrospecto histórico do que hoje se conhece como feira municipal de Benjamin Constant, embora tenha a denominação de Feira Coberta do Produtor Raimundo Freitas da Silva. Apresenta-se a constituição inicial de forma rudimentar. Do mesmo modo que os objetivos iniciais, foi se modificando no decorrer dos anos até se chegar ao formato atual. A descrição do espaço físico é

⁸⁷ Discente do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia-PPGSCA (doutorado) da Universidade Federal do Amazonas-UFAM). E-mail: silog5@hotmail.com

⁸⁸ Docente da Universidade Federal do Amazonas-UFAM). E-mail: rosemarastaub@gmail.com

elemento importante para se compreender como a diferente forma de ocupação dos espaços está relacionada aos modos de estabelecimento das relações entre os diversos sujeitos que constroem o cotidiano dessa feira, por isso deu-se atenção a esse aspecto. A descrição do modo de funcionamento inicial e como isso foi se modificando é outro ponto relatado e discutido. É a partir da compreensão desse processo que se pode entender as implicações dos contatos na constituição da atividade econômica, o uso de moeda diferente num sistema de câmbio tão informal a ponto de quase tornar uniforme o que era diverso (moedas diferentes, circulando como iguais) e como isso foi se modificando no decorrer do tempo.

A Feira Municipal de Benjamin Constant, objeto de estudo dessa pesquisa, fica localizada na cidade de Benjamin Constant, ao oeste do estado do Amazonas e faz fronteira com a República do Peru. A cidade possui sua fronteira aberta e, por conta disso, tende a ter uma maior circulação de pessoas com variadas nacionalidades e, conseqüentemente, várias formas de linguagem como meio de comunicação. Contudo, a cidade é pequena, comporta cerca de 28 mil habitantes e, por esse motivo, possui somente uma feira – a já acima citada Feira Municipal.

A construção do espaço da feira deu-se em razão de os governantes locais da época perceberem que a cidade e sua população precisavam de um lugar no qual pudessem vender seus produtos, uma vez que a maior fonte de renda da cidade, seria a agricultura familiar, tanto dos moradores de origem brasileira – incluindo aí os indígenas, quanto dos peruanos. Essa construção de deu em decorrência da iniciativa do governo do Estado por meio da criação de políticas de recuperação econômica da Amazônia que pode ser visualizada no que alguns estudiosos denominam de Ciclos – medidas que incentivavam o comércio e a produção de alguns produtos. Todos diretamente relacionados à produção e exploração da borracha.

Na Amazônia, o primeiro ciclo teve foco na questão de produção da borracha, estimulando a produção de látex e borrachas em geral, tanto que esse ciclo ficou conhecido como o “Ciclo da Borracha”. O segundo ciclo da borracha aconteceu durante a Segunda Guerra Mundial. Na década de 1950 quando a atenção do governo brasileiro estava voltada para a criação de capital, cria-se uma política de integração da Amazônia com o restante do Brasil, que resultou na criação do que seria a chamada “Zona Franca de Manaus”. Interessa nesse trabalho conhecer o que seria o Terceiro Ciclo da Borracha: que tinha como foco a criação do programa agro-alimentar de onde seriam criados outros programas menores com o objetivo de interiorizar as ações com o intuito de desenvolvimento rural. Por meio da promoção de ações que promovessem a interiorização da economia da base primária no estado do Amazonas. Sendo assim, a criação de

uma feira que ajudasse aos produtores da região na venda de suas mercadorias encaixava-se perfeitamente na proposta trazida pelo Terceiro Ciclo. Sob essa perspectiva, a Feira Municipal de Benjamin Constant foi criada na década de 2000.

Figura 1.



Fonte: Jorge L. F. Lima

A Feira possui 18 boxes no total, todos inicialmente colocados à disposição de quaisquer que fossem as nacionalidades de quem quisesse ter o espaço para venda – índio, peruano ou brasileiro (12 de brasileiros e 6 de peruanos). Hoje, os boxes da feira estão todos ocupados por produtores sendo que nenhum indígena usufrui dos boxes. Isso, na verdade, tem uma justificativa cultural. Os indígenas preferem trabalhar fora dos boxes, trabalham em mesas as quais ficam espalhadas pela Feira, e às vezes colocam os produtos no chão mesmo, protegidos por tecidos (veja figura 3), ao todo são 6 indígenas ocupando mesas. É dessa forma que a Feira é distribuída.

Os produtos que podem ser encontrados dentro da feira variam. Os indígenas, por exemplo, têm preferência por produtos como melancia e mandioca; Já os brasileiros não – indígenas costumam levar para a venda frutas, em especial, a banana; e por fim, os peruanos apresentam uma maior tendência para a produção de especiarias, por exemplo, o cheiro verde.

Figura 2.



Fonte: Jorge L. F. Lima

A criação da Feira Municipal estimulou o município economicamente, uma vez que disponibilizou um lugar para a exposição dos produtos dos agricultores da região, atraindo assim clientes, que por sua vez vão estimular a agricultura familiar a qual, cada vez mais se torna fonte de renda de muitas famílias da cidade. Basta pensar que com uma renda maior as famílias tendem a gastar mais e isso estimula a economia do município por completo. O retorno deve ser visto na implantação de melhorias para a cidade.

Acerca disto, devido à mistura de etnias no ambiente da feira surge a seguinte questão: quais moedas são utilizadas para a troca comercial da feira? Para responder a pergunta é preciso levar em consideração que peruanos e brasileiros possuem, por questão social, moedas de troca diferentes. Contudo, em relação a isso, o estudo aqui realizado demonstrou que não surgem grandes problemas em decorrência disto. Três moedas circulam pela feira: o peso, o soles e ainda, o real. Porém, é preciso ressaltar que o real é a moeda de maior circulação, primeiramente por ser a moeda de nacionalidade da maioria dos que ali trabalham e segundo por ser mais valorizada pela população. Desse modo, o real acabou se popularizando entre os frequentadores e hoje, mesmo os não brasileiros utilizam a moeda.

Essas transações comerciais são feitas através do contato linguístico – lembrando que nesse caso, existem pelo menos três tipos diferentes de línguas. O contato linguístico de um modo ou outro influencia de forma significativa na construção do que é a feira. Sem ele não há transação comercial e, por conta dele, dividem-se os espaços para cada um, os produtos vendidos e assim, é

possível a troca comercial e a convivência entre os produtores entre si próprios e com os clientes. Logo, pode-se compreender que a Feira Municipal de Benjamin Constant atingiu as proporções que possui hoje graças ao contato linguístico, ao campo semiótico criado no ambiente da feira, pois proporciona a construção de variados tipos de relações.

Quantos e quem somos? De onde viemos? Como fazemos? Caracterização dos agentes que por meio da oralidade constituem diferentes relações na feira municipal.

Figura 3.



Fonte: Jorge L. F. Lima

Figura 4.



Fonte: Jorge L. F. Lima

Identificamos os sujeitos que protagonizam as relações comerciais na feira municipal por meio de questionamento direto aos informantes. Identificamos a origem e a etnia, nesse caso,

elementos que permitiram estabelecer as diferenças culturais. Registramos a presença de vendedores peruanos e brasileiros indígenas e não indígenas. Discutimos como as relações comerciais acontecem nesse “território” e como o uso da oralidade se faz de maneira diversa nas situações de comunicação. No caso dos indígenas, falam entre si na própria língua, mas com os compradores fazem uso do português. No caso dos peruanos, há uma espécie de adaptação dos brasileiros ao modo de falar deles, mas a recíproca não pareceu verdadeira. Os posicionamentos apresentados neste capítulo fundamentaram-se em Bourdieu (2005), em Machado (2007) e Hanks (2008).

Conforme citado anteriormente as relações linguísticas diferenciadas são fundamentais para o andamento da feira, pois sem essa relação não há troca comercial. É importante destacar esse fato, pois existe uma diversidade realmente grande de etnias na região de Benjamin Constant, as quais costumam frequentar a Feira Municipal da cidade. De acordo com as entrevistas feitas para análise, os indígenas somam grande parte da população total da região, pode-se ter noção disso a partir do seguinte dado: 7 mil indígenas de somente uma etnia – sendo que existem 9 naquela região. Desse modo, nota-se que é necessária a adaptação dos diferentes povos para a língua um do outro, adotando para si um pouco dos hábitos do outro povo.

Nesse contexto, é possível identificar a aplicabilidade da teoria defendida por Bordieu – a teoria do *habitus* – pois ao adaptar-se a linguagem do outro um indivíduo está reproduzindo uma cultura diferente da sua. Funciona como um processo de aculturação. Esse processo – de socialização moderna – ajuda a contextualizar aqui as relações que podem existir durante a formação de identidade de um povo.

Além disso, deve-se ressaltar que essas adaptações não se dão apenas pelo contato direto que as pessoas têm, mas há também a questão do contexto. É preciso levar em conta que existem influências externas que determinam a necessidade de compreender a cultura de outros povos. Entende-se, portanto, que a Feira de Benjamin Constant pode ser considerada um campo semiótico interessante. Lá, pode-se encontrar variados tipos de linguísticos o que possibilitou verificar como esses contatos se dão.

Além disso, dentro desse campo semiótico, segundo os estudos de Bourdieu (2005), seria possível identificar disputas de poder. Esse fato é evidenciado ao notar-se que a maioria dos indivíduos que ali trabalham são brasileiros e possuem uma mesma língua. Outra situação que evidencia esse poder relaciona-se à moeda usada: o uso do real mostra que a cultura brasileira é

predominante naquele espaço, o que acaba forçando os demais indivíduos a aceitar essa predominância. Evidencia-se, nesse sentido, a aplicabilidade da teoria de Bordieu sobre o campo.

Além disso, pode-se citar a teoria de Machado (2007) no contexto da Feira. Para a autora a concepção de campo semiótico é, na verdade, o habitat e os signos presentes na vida dos indivíduos que vivem naquele espaço. Nesse caso especificamente, o habitat é a feira, e os signos são variados: as diferentes línguas e os costumes que precisam interagir para que o processo de comunicação seja concluído. A cultura no ambiente da feira se expressa a partir das relações comerciais.

As diferentes culturas podem ser evidenciadas a partir da foto mostrada abaixo:

Figura 5.



Fonte: Jorge L. F. Lima

No tópico anterior, foi possível ver na figura 2 como são os boxes dos feirantes peruanos e brasileiros não indígenas que estão presentes na feira. Na figura 5, vê-se como os indígenas, por questão cultural, preferem vender seus produtos. Nota-se que mesmo com culturas diferentes - levando em consideração que seus produtos ficam no chão e que os produtos que eles levam para venda são traços culturais distintos - e modos de vendas diferentes, todos conseguem efetuar suas transações comerciais com sucesso. Desse modo, a interação entre os campos de linguagem traz benefícios para todos.

Evidenciou-se pelos elementos observados e analisados que a Feira Municipal de Benjamin Constant pode ser considerada um campo semiótico de ampla abrangência e o qual comprova a teoria de diversos autores, englobando seus signos e seus respectivos significados, promovendo a interação de vários tipos de linguagem e mostrando que existe uma relação de poder de uma língua para com as demais existentes naquele ambiente. O contato de fronteiras anteriormente citado nessa pesquisa pode ser comparado diretamente ao contato linguístico da feira. A população em geral se adapta e adquire conhecimento a respeito da linguagem do outro. Evidencia-se uma forte tendência, em decorrência das diferentes línguas, uma substituição da oralidade por formas comunicativas expressas por diferentes práticas corporais como gesticulação, por exemplo.

A população da Feira em contato – interpretando as ocorrências de comunicação

Levando todo esse contexto em consideração, este trabalho traz em seu conteúdo, entrevistas que, além das observações feitas, têm como função e objetivo aqui evidenciar a existência do contato de culturas e da existência da semiosfera no ambiente fronteiriço. Nesse caso, em específico, a fronteira em questão é a já citada região de Benjamin Constant-AM, cidade na qual se encontra a Feira Municipal de Benjamin Constant, local onde se configuram a maior parte dos contatos linguísticos da região. As entrevistas em formato integral situam-se no final desse trabalho.

A feira, apesar de não ter grandes proporções, influência de maneira significativa na economia da região. Basta pensar que é naquele espaço que as pessoas fazem suas compras e estimulam a economia ao pagar aos pequenos agricultores que ali disponibilizam suas mercadorias. Além disso, a feira é um local no qual existem vendedores de três diferentes origens: brasileiros, peruanos e indígenas. Desse modo, a economia estimulada atinge a esses três universos, embora se deva ressaltar que os comerciantes brasileiros ainda são maioria.

“Evidentemente que pela proximidade com Peru e por existir uma colonização a margem do rio Javari, do lado peruano onde há produção muito grande de banana, de fruta, de hortifrúti grejeiro, de pequenos animais, né.. de porcos, galinhas etc. a feira hoje também... se mistura tudo ali”. (dizeres do ex-prefeito de Benjamin Constant)

A existência da feira, desse modo, não influencia de maneira positiva somente a economia do município, mas deve-se pensar além, é a partir da feira que muitos conseguem dinheiro para sustentar suas famílias e isso não se refere apenas aos moradores de Benjamin Constant, mas

também, aos que vivem na região da cidade e aos que vivem em Islândia – Peru, do outro lado do rio que funciona como divisão de fronteiras – o Rio Javari. A feira contribui também de maneira significativa para a manutenção das famílias indígenas, uma vez que essas podem vender também seus produtos artesanais ali dentro da feira.

Outro fator importante sobre a população que frequenta a Feira aqui estudada é o fato de a mesma ser localizada perto do rio Javari, e o mesmo rio mostra que as culturas, apesar de bastante distintas, possuem algo em comum: buscam por recursos as margens dos rios. Sobre isso, o ex-prefeito da cidade comentou em entrevista:

“Olha, na realidade os rios são as nossas fontes, né... são os nossos caminhos naturais, nossas estradas, nossos...então por uma questão cultural, praticamente tudo está instalado à margem do rio porque é aonde você tem o acesso, onde chegam... principalmente os ribeirinhos que abastecem a feira, né? Então a localização dela as margens do rio Javari, que na realidade não é bem Javari, é o Javarizinho que é o subafluente do Solimões, né, ela se dá em função disso. É pela proximidade e... com o caboclo, com o produtor, com o pescador que traz os produtos através das nossas estradas naturais que são os rios”.

Através da análise dessa fala, é possível compreender as relações indiretas que, querendo ou não, acontecem entre as culturas. Todas as culturas que permeiam aquela região sentem a necessidade de consolidar a venda de seus produtos naturais ou artesanais. Todas elas também precisam estar perto do rio para a sobrevivência e indo a feira, provam que precisam uma da outra para se manter.

Portanto, a partir dessas premissas, entende-se que existem variados tipos de culturas dentro de uma mesma região. Compreende-se também, que “pequenas amostras” dessas culturas da região citada podem ser encontradas em um mesmo ambiente, nesse caso, a feira Municipal de Benjamin Constant. Sendo assim, os contatos entre essas culturas são significativamente relevantes, uma vez que estimulam o contato linguístico entre os frequentadores, levando em conta que é graças a esse contato de línguas que as trocas comerciais se tornam realizáveis. Por fim, faz-se necessário ressaltar aqui que graças aos contatos linguísticos existentes a economia familiar tende a se manter na região, além de estimular o município a crescer. O ex prefeito Amauri comentou essa realidade:

“Olha, a feira não deixa de ser importante porque é ali onde tá a produção praticamente aquilo do que nós vivemos, e temos até ainda incipientes no setor primário né, que são os produtos da agricultura familiar que é macaxeira, farinha, banana, algumas outras frutas e

algumas outras verduras. E ela é importante na medida em que isso acrescenta a comunidade uma oferta, e o produtor também acaba lucrando e levando para a sua comunidade algum recurso, algum benefício, para poder melhor definir e melhor organizar essa cadeia produtiva da agricultura familiar”.

A feira, além de um lugar composto por diversas etnias e, conseqüentemente, culturas variadas, pode ser caracterizada também pela diversidade de produtos ali existentes.

“Olha só, lá na feira tem algumas, alguns boxes, alguns espaços entre bancadas que as pessoas são cadastradas pela prefeitura. Hoje, acho que as que estão lá, elas já estavam, ninguém colocou nem tirou ninguém de lá. A prefeita esta com um ano e seis meses de administração, assumiu a prefeitura em janeiro de 2013, de maneira que eles ali, eles são praticamente feirantes. Uns são produtores e também feirantes, outros não, apenas compram e revendem e também existe lá, além da atividade produtiva, outras atividades, como estiva também, como alimentos né, cantinas, lanchonetes, e a feira se compõem praticamente desse conjunto”

Essa variedade de produtos ofertados no ambiente comercial tem sua origem na coexistência da variedade de culturas. Cada cultura tem sua especialização. Existem os indígenas os quais levam seus cultivos e artesanato de seu povo para a feira; os brasileiros e peruanos levam o fruto de suas plantações, além de produtos de origem animal – peixe, galinhas, por exemplo.

“É uma feira pequena, gira uma economia talvez, não assim, larga né, um pouco ainda limitada, um pouco estreita, mas ela é um marco importante aqui na região. Porque primeiro, converge pra cá os produtos dos nossos ribeirinhos, das estradas, da nossa sede do município, do Peru, que eles produzem lá e colocam aqui nessa praça de venda, nessa feira, e ate em outros locais de venda, e têm a sua oferta principalmente de horifrúti granjeiro e pequenos animais e ela tem um papel muito importante na nossa realidade econômica”.

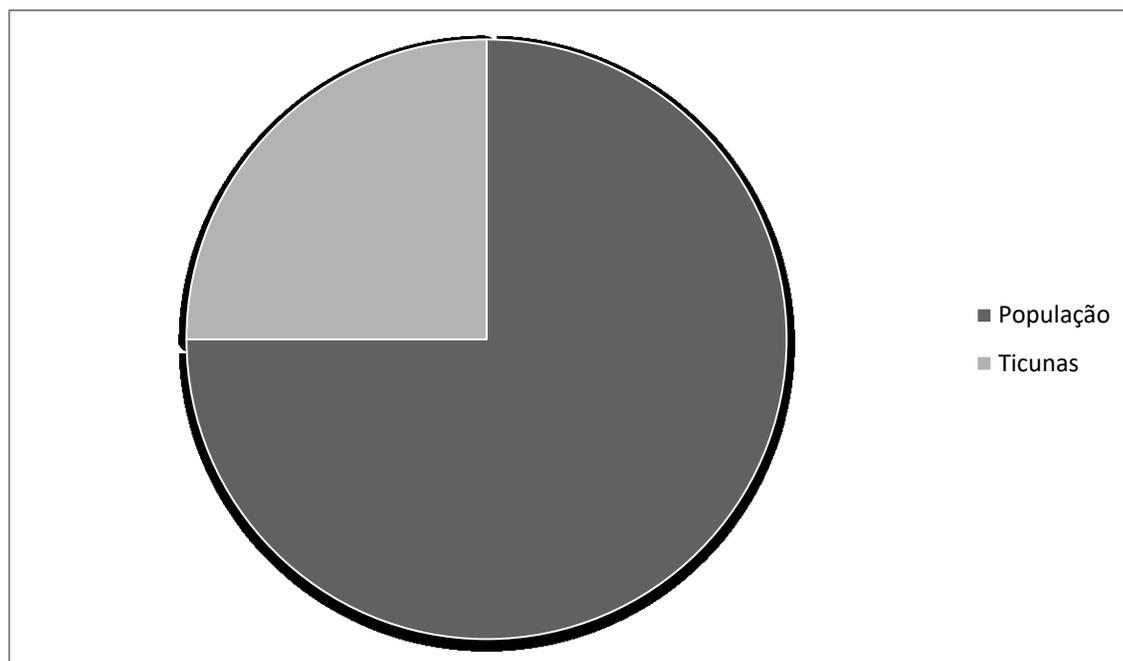
Para entender melhor a questão da diversidade existente ali, faz- necessária aqui a colocação de mais um trecho da entrevista feita com o ex-prefeito da cidade de Benjamin Constant, o qual trata sobre a diversidade de etnias indígenas existentes na região e no município:

“Porque por ser uma fronteira aberta, e pela proximidade do Peru e por ter acentuadamente uma população indígena vultosa né, o Alto Solimões, ele tem hoje cerca de 40 mil indígenas né, o Estado do Amazonas é talvez um dos maiores pólos da etnia Ticuna, e

Benjamin Constant deve ter seguramente aí seus 6 ou 7 mil indígenas só dessa etnia. Daí logo próximo Atalaia de muitas outras etnias, os matis, os kurubos , os marugos né... os Kanamaris, enfim, são nove etnias diferentes”.

Chama a atenção o dado fornecido pelo ex-prefeito no que se refere à quantidade de indígenas de uma mesma etnia – 6 ou 7 mil Ticunas na região. Pode-se considerar esse número bastante alto se pensar que em toda a cidade moram aproximadamente 28 mil habitantes. Ou seja, os Ticunas representam parcela significativa da população (cerca de 25%):

Gráfico 1 – População Ticuna (%)

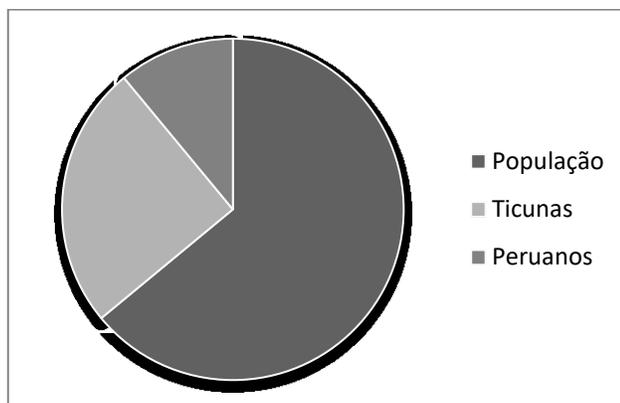


Com o gráfico *acima* é possível perceber o quão grande o número de habitantes da etnia Ticuna é. Além disso, a fala do ex-prefeito faz pensar que se 7 mil são de uma única etnia, existe uma grande população de habitantes indígenas pertencentes a outras etnias, fato que tornaria os indígenas quase metade da população existente na cidade. Tornando esse, mais um fator que torna o município um grande complexo de culturas e a sua feira o encontro de todas elas.

No que se refere aos habitantes e frequentadores da Feira de origem peruana, as entrevistas mostraram que existe um número considerável dos mesmos. O suficiente até para criar uma colônia dedicada a essas *pessoas*:

“E o peruano, que é muito próximo aqui a nós, por essa fronteira aberta que nos separa apenas uma divisão natural que é o rio Javari, ele tem uma origem cocama, né (...) Existe, mas a gente acaba se entrelaçando e esse comercio hoje ta muito aberto na nossa cidade, uma colônia peruana com mais de 3 mil elementos, 3 mil indivíduos. Então essa é uma realidade que nós temos que conviver”.

Gráfico 2 – Amostra da população em Geral (%)



Embora 3 mil habitantes da colônia não seja um número que possa ser comparado ao número de habitantes de origem Ticuna, pode-se perceber pelo gráfico acima que representa uma parcela realmente grande da população. Tornando ainda mais evidente a existência do “choque” de culturas que existe naquela região. Mesmo assim, a predominância do campo linguístico continua sendo brasileira. Talvez por essa razão, as relações entre todas essas etnias nem sempre funcionem de maneira padronizada.

“[...] E tudo isso faz parte de uma cultura, eu diria múltipla né, plural. E que na realidade, ali a gente vive tentando empreender espaços né, há uma reação às vezes de certa forma, de alguns brasileiros que rejeitam os peruanos porque eles falam o seguinte: ah, mas lá no Peru ninguém consegue chegar lá e montar nossa banca pra ver o nosso, não é verdade?”.

Desse modo, entende-se que a feira, ao mesmo tempo em que faz a junção de todas as culturas ali existentes e promove os contatos linguísticos os quais são objetos de estudo deste trabalho, também acolhe em seu espaço problemas de âmbito relacionais como os citados pelo ex-prefeito. Esses conflitos, por muitas vezes, causam não só o estranhamento entre os indivíduos, mas passam a exigir dos envolvidos no processo maneiras diversas de adaptação ao modo de falar do outro como forma de garantia na interação linguística dos mesmos, é como se o

campo semântico fosse se regenerando, os significados e significantes passam então a ter os seus sentidos levados a outro nível pela necessidade da convivência harmônica em decorrência das trocas culturais.

No que se refere à feira em si, deve-se ressaltar que a mesma não possui grande porte, existem 18 boxes na feira no total, sendo que os 18 então, hoje, ocupados. Vale lembrar também que os boxes são compostos por comerciantes brasileiros e peruanos, cada um com seus produtos e características. Quando perguntado sobre o tipo de produtos que os peruanos costumam vender na feira, o Presidente da mesma respondeu que:

“Eles vendem de tudo. Tudo o que eles vendem mais, (...) uma banana, um cheiro verde, assim, é... mamão. Por exemplo, cada um tem que vender (...) vem maçã, vem uva, de tudo eles vendem. Tudo, tudo”.

Ou seja, os peruanos, mesmo com cultura diferenciada dos brasileiros vendem produtos que são também da cultura brasileira e conhecidos por quase todos os que são dessa nacionalidade, mostrando o quão próximas essas culturas podem ser.

Além dos produtos peruanos, destacam-se também os indígenas e novamente, no que se refere aos índios pode-se ver que a questão da alimentação une essa determinada cultura a outras totalmente diferentes:

“Esses que trabalham na feira, eles compram pra revender. Esses que estão trabalhando aí. Agora os outros deles, quando daqui a mais uns dias que, trabalhando aí, eles já vão plantar melancia. Aí eles vão trazer os produtos deles mesmos, que ele plantou, mais é melancia. Época da melancia e o rio tá cheio, eles não vão, eles ficam trabalhando na feira, e eles, quando o rio tá secando, eles vão plantar na roça né, que é a mandioca que eles gostam e a melancia.”

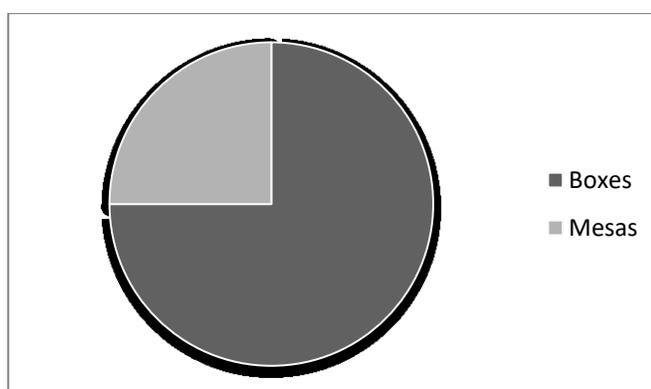
Saindo da questão dos produtos vendidos e voltando a atenção para a estrutura e a distribuição dos feirantes pelo espaço disponível na feira, os dados são bastante simples. Existem 18 boxes espalhados pela feira para que os comerciantes possam colocar seus produtos a venda. Além dos boxes, a feira dispõe também de mesas que ficam localizadas no interior da feira para os comerciantes que não possuem o cadastro em um dos boxes. A procura por esses boxes é grande pelo que demonstra o presidente da feira nessa fala:

“Hoje não tem nenhum box disponível, mas, assim, se eu não vou mais trabalhar lá eu chego lá com o rapaz que é o fiscal e entrego, olha, eu não vou trabalhar mais, vou entregar pro fiscal aí o fiscal chega lá e tem aquelas (...) e chama aquela pessoa, se quiser (...)”.

As mesas espalhadas pela feira são utilizadas predominantemente pelos indígenas que ali trabalham. Segundo o presidente, foi preciso que houvesse insistência para convencê-los a colocar seus produtos nas mesas, pois muitos deles preferiam colocar os produtos no chão para expor à venda. Nota-se que essa atitude na escolha tem fundamento na cultura indígena.

“Tem, tem muitos indígenas agora trabalhando, porque agora os indígenas, eles não podem trabalhar no box, eles preferem trabalhar fora. Eles, antes, eles não queriam nem colocar na mesa, queriam colocar o produto no chão, aí a gente veio falando com eles que colocassem em cima da mesa, era melhor do que ficar colocando no chão.”

Gráfico 3 – Distribuição das “acomodações” da Feira Municipal de Benjamin Constant

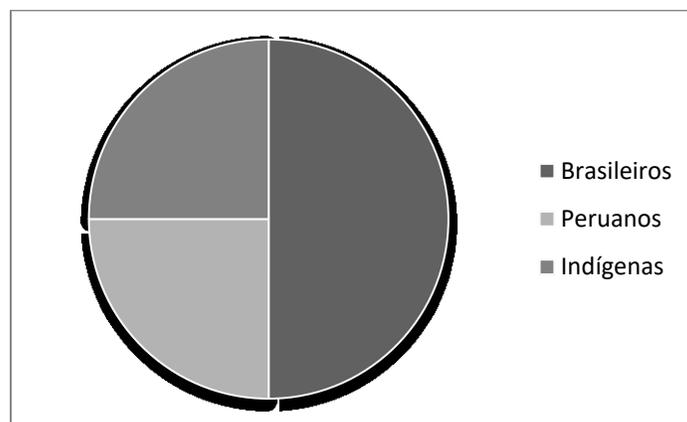


Essas mesas de acordo com os dados oferecidos pelo presidente seriam ocupadas por 6 comerciantes indígenas, formando um total de 24 comerciantes na feira – 18 em boxes, utilizados por brasileiros e indígenas, e 6 em mesas. Ainda de segundo informações dadas pelo presidente durante entrevista, os indígenas sentem-se incomodados em utilizar os boxes:

“Não, eles não querem, eles falam, eles querem ficar na mesa. Na mesa pode escapar um pouco, eles já querem colocar no chão, eles querem tá ali, porque eles acham que ali é ruim demais”.

Logo, de acordo com as informações dadas acima é possível concluir que existem, como na questão da habitação da cidade, um número maior de comerciantes brasileiros do que das outras nacionalidades e etnias existentes na feira. Um dos principais motivos, claro, é a maior quantidade de brasileiros na cidade, e ainda, o fato de os brasileiros não serem muito receptivos para com os peruanos, conforme citado pelo prefeito anteriormente. O gráfico abaixo ilustra melhor essa realidade.

Gráfico 4- população de comerciantes da feira



Conforme o gráfico, a realidade da população de comerciantes dentro da feira distribui-se da seguinte maneira: 25% indígenas- sendo sua maior parte de nacionalidade brasileira, 25% peruanos e 50% brasileiros não indígenas. Deve-se chamar a atenção para um dado interessante fornecido pelo presidente da feira:

“O maior número é brasileiro, é brasileiro. Agora o que dá mais produtos mesmo “é” os peruanos”.

Outro fato curioso diz respeito aos produtos que ficam disponíveis para compra na feira. Principalmente os indígenas e os peruanos costumam levar produtos de acordo com a época do ano. Estratégia bastante útil para vendas, uma vez que datas específicas tendem a demandar produtos específicos das datas em questão:

“Isso, no que tiver dando, por exemplo, essa época é mais inguá, iame e o que tiver dando eles trazem. Aí de segunda feira, toda segunda feira chega os produtores, produtores Peruanos, sem ser indígenas, aqueles que chegam naqueles barcos, eles trazem muitas bananas, trazem couve, trazem galego, aí eles já são produtores peruanos mesmo, encostam aqui e levam pra Benjamin Tabatinga, que aí eles trazem, bananas, galinha, carneiros, porcos, eles trazem tudo”.

Tendo esse contexto como referencial, é válido pensar que para que tudo isso exista e funcione, as questões as quais são referentes à linguagem oral utilizada por esse três tipos de povos diferentes, tornam-se essenciais. No entanto ao contextualizar os processos de vendas da feira surge a seguinte questão: há dificuldade de comunicação entre os que por ali passam? Para responder a questão segue abaixo um trecho da entrevista com o presidente da Feira Municipal, James Batista Ferreira:

Entrevistador: E como funciona essa comunicação de vocês com eles, é tranquila? Já falam a língua deles, né?

Entrevistado: *É tranquila, a gente já entende algumas palavras do tipo “noi é” entendeu? Também... do... É mais fácil né? Quanto mais acostumado, mais entende mais.*

(...)

Entrevistador: Hmm interessante, e o processo comunicativo é aquela coisa né? O Brasileiro fala português, ele fala o dele e cada um tenta entender.

Entrevistado: *Isso (risos) tenta entender*

Entrevistador: E na feira nas relações comerciais assim, o..., circula ao venderem, né? o..os peruanos ao venderem é o mesmo processo? Cada um tenta se entender?

Entrevistado: *É o mesmo porque, o Ticuna ele vem mais, ele pode trazer a galinha, a farinha, vamos dizer... ai a banana, então a gente já sabe que eles chamam, é...A banana de Poi ,a farinha de Oi e a galinha de Opá,ai o produto que eles trazem mais, um monte de produto, já pode ir lá e já vai conhecer.*

No que se refere à moeda utilizada, pode-se perceber que não há grandes dificuldades para efetuar as transações:

Entrevistador: Hmm eu sei... E com relação à questão de dinheiro, circula também o dinheiro... o peso também circula ?

Entrevistado: *Circula o peso, o soles, e também é só mais o peso e o real mesmo, por que o soles o pessoal diz que é baixo então o pessoal não quer receber.*

Entrevistador: Mais assim ainda ele também circula.

Entrevistado: *Também, a gente... tem 3 moedas ...traz o dólar, tem o real o peso e tem o soles né. Ai sai essas moedas ai que a gente recebe né*

O que se percebeu durante as observações é que realmente podem-se encontrar circulando as três moedas. O soles é menos frequente, acredita-se que pelos motivos levantados pelo entrevistado, pois observaram-se situações de recusa de recebimento dessa moeda por parte de feirantes por acharem que valia menos. Outro fato interessante é a convivência harmônica do real com o peso. Há uma espécie de “câmbio natural” que nivela por igual as duas moedas em valoração. Não se percebeu nenhuma recusa de recebimento por peruanos, brasileiros ou ticunas de qualquer uma das moedas nas relações de venda e compra na feira. Nestas situações, um fator interessante chamou a atenção. Além da utilização de gestos para indicar os produtos que

desejam comprar, os compradores costumam aprender “palavras-coringa” que facilitem a comunicação. Com os ticunas, por exemplo, as palavras que denominam produtos mais comuns de compra são aprendidas como banana (poi), farinha (oi) e galinha (opá). É uma situação que se assemelha ao recurso que estrangeiros utilizam ao visitar países cujas línguas diferem das suas. A diferença é que a utilização desse recurso por turista ocorre de forma eventual, enquanto no caso da feira em Benjamin Constant-AM, isso acontece constantemente.

Referências

- ARRUDA, Rinaldo S. V. 2009. **Fronteiras e identidades**: os povos indígenas na tríplice fronteira Brasil – Bolívia – Peru. Projeto História, São Paulo, n. 39, p. 159-178, jul/dez.
- BOURDIEU, Pierre. 1980. *Le sens pratique*. Paris: Minuit. In: SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu**: uma leitura contemporânea. Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação. Maio/Jun/Jul/Ago 2002, Nº 20.
- BOURDIEU, Pierre. 1983. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero. In: SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu**: uma leitura contemporânea. Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação. Maio/Jun/Jul/Ago 2002, Nº 20.
- BOURDIEU, Pierre. 2009. A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer. São Paulo: USP, 1996. In: LIMA, Amauri de. **Identidade, memória, oralidade e escrita em Narradores de Javé**. 2009. 108 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Cascavel.
- COELHO, Lenilson Melo. 2002. **Uma síntese da história da Amazônia**. Manaus: Mens Sana.
- COELHO, Pedro Motta Pinto. 1992. **Fronteiras na Amazônia: um espaço integrado**. Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI. Brasília.
- COSERIU, Eugenio. 2011. Sentido y tareas de la dialectología. México, D.F.: Instituto de Investigaciones Filológicas de la Universidad Nacional Autónoma de México, 1982. In: LAFIN, Gabrielle Carvalho. **O contato linguístico português-espanhol na fronteira entre Brasil e Uruguai**: estado da pesquisa e perspectivas futuras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Instituto de Letras. Departamento de Línguas Modernas. Porto Alegre.
- DE CERTEAU, Michel. 2007. **A invenção do cotidiano**. Rio de Janeiro: Petrópolis.
- DEL RIO, José M. V; CARDIA, Lais M; SANCHEZ, José Luiz F. 2009. Etnografia das Fronteiras Políticas e Sociais na Amazônia ocidental: Brasil, Peru e Bolívia. **REVISTA**

ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B.21.741-98. Vol. XIII, núm. 292, 1 de junio de 2009 [Nueva serie de Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana]. [online]. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-292.htm>

HENN, Ronaldo. 2010. Memória e arte na semiosfera midiaticizada. In: **Conexão – Comunicação e Cultura.** ICC, Caxias do Sul, v. 9, n. 18, jul/dez.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2014. **Amazonas, Benjamin Constant – dados gerais do município.** [online]. Disponível em < <http://cod.ibge.gov.br/4JQN>>

LAFIN, Gabrielle Carvalho. 2011. **O contato linguístico português-espanhol na fronteira entre Brasil e Uruguai:** estado da pesquisa e perspectivas futuras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Instituto de Letras. Departamento de Línguas Modernas. Porto Alegre. Dez/.

LIMA, Amauri de. 2009. **Identidade, memória, oralidade e escrita em Narradores de Javé.** 2009.108f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Cascavel

LOTMAN, Yuri; USPENSKIJ, Boris; IVÁNOV, V. 1981. **Ensaio de semiótica Soviética.** Lisboa: Horizonte.

MACHADO, Irene. 2007. **Semiótica da cultura e semiosfera.** São Paulo: Annablume.

MACHADO, Irene. 2010. Cultura em campo semiótico. In: **Revista USP.** São Paulo, nº. 86, jun/ago, p. 157-166.

MACHADO, Irene. Por que semiosfera? In: **Semiótica da cultura e semiosfera.** São Paulo: FAPESP/Annablume, p.15-23.

MARQUES, Maria Helena D. 2008. Estudos semânticos. Rio de Janeiro: Grifo, 1976. In: ANDRADE, Carlos Siqueira. **Semântica e estilística.** Universidade Castelo Branco. – Rio de Janeiro: UCB. 36p. ISBN 978-85-7880-024-6.

MERREL, Floyd; Yuri Lotman, C. S. 2003. Pierce e semiose cultural. In: **Galáxia – Revista Transdisciplinar de Comunicação, Semiótica, Cultura.** São Paulo: PEPG em Comunicação e Semiótica, n. 5, abril, p. 163-185.

PONTES FILHO, Raimundo Pereira. 2000. **Estudos de história do Amazonas.** Manaus: Valer Editora.

REIS, Rodrigo Braga de Oliveira. **Territorialidades e conflitos em fronteira**: os matsés na Fronteira Brasil – Peru. XI Congresso Luso Aro Brasileiro de Ciências Sociais – Diversidades e (Des)Igualdades. Universidade Federal da Bahia. Salvador, Ago. 2011.

RISÉRIO, Antonio. Em defesa da semiodiversidade. In: **Galáxia - Revista Transdisciplinar de Comunicação, Semiótica, Cultura**. São Paulo: PEPG em Comunicação e Semiótica, n.º. 3, 2002, p. 19-26.

RIVAS, Verônica Elizabeth. **Português e espanhol em contato na fronteira Brasil/ Bolívia**. I CIPLOM - Congresso Internacional de Professores de Línguas Oficiais do MERCOSUL. PG – UFMS. Foz do Iguaçu - Brasil, de 19 a 22 de outubro de 2010 ISSN - 2236-3203 - p. 18.

SANTOS, Gláucia Felismino dos. **Contato linguístico na região de fronteira Brasil/Uruguai**: a entonação dialetal em enunciados assertivos e interrogativos do português e do espanhol. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Letras. Departamento de Neolatinas, 2008.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu**: uma leitura contemporânea. Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação. Maio/Jun/Jul/Ago 2002, N.º 20.

STURZA, Eliana Rosa. **Línguas de fronteira**: o desconhecido território das práticas linguísticas nas fronteiras brasileiras. Línguas do Brasil/Artigos. UFSM. Centro de Artes e Letras. [online]. Acessado em Jun/2014. Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n2/a21v57n2.pdf>

VERNADSKY, Wladimir. **La Biosphère**. Paris: Diderot, 1997.

Wacquant, Loïc. Esclarecer o habitus. **Revista do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Portugal, n. 14, 2004, p. 35-41.

Agradecimentos

A organizadora e o organizador deste livro prestam seus sinceros agradecimentos a todos e todas que apoiaram, inspiraram ou ajudaram-nos na construção deste momento da jornada acadêmica ou ainda nesta realização. São estas e estes: Adelma Barros-Mendes, Adolfo Colares, Alaan Ubaiara, Alexandre Galindo, Américo Lyra, Ana Carolina Santos, Associação Brasileira de Estudos de Defesa, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Cesar Kiraly, Claudio Marcio Campos Mendonça, Comitê e Conselho Editorial e Pareceristas da Revista PRACS da Universidade Federal do Amapá, Cristina Buarque de Hollanda, Cristina Quintella, Daniela Nascimento, Danilo Sorato Moreira, Deliane Pessoa, Departamento de Pós-Graduação da Universidade Federal do Amapá, Dilton Maynard, Diniz Sena, Elian Cruz, Emerson Martins, Erna Denzin, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Fernando Amoras, Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia, Franciely Souza, Francisco Carlos Teixeira da Silva, George Tork, Graça Ferraz, Helena Simões, Henry Suzuki, Irlon Maciel, Jacqueline Moreira, Jadson Porto, Jennefer Lavor, Joana Tork, Jodival Costa, José Carlos Tavares, Lucio Cunha, Manoel Cabral, Marcel Cabral, Marcelo Pinho, Maria Raquel Freire, Maxwell Cabral, Moises Alencar, Museu Paraense Emílio Goeldi, Natália Santiago, Paulo Gustavo Correa, Pedro Chaves, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira, Pro-Reitoria de Gestão de Pessoas da Universidade Federal do Amapá, Pro-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Amapá, Rafael Pontes Lima, Rede NAMOR de Núcleos de Inovação Tecnológica da Amazônia Oriental, Rede InovaAmapá, Revista Boletim Historiar da Universidade Federal de Sergipe, Revista Interação da Universidade Federal de Santa Maria, Robert Maguiña Zamora, Rui Jacinto, Rute Guedes, Sandro Santiago, Sérgio Sá, Simone Leal, Tiago Luedy, Vanessa Gabriel-Robinson, Vânia Bagundes, Vânia Tie, Vítor Hugo Costa, Waldira Santos, Walter Lima Jr.

A todas e todos as/os autores/as deste projeto, pois as páginas estariam em branco sem a sua gentil e compromissada contribuição, e nossa comunidade não seria a mesma.